



universidade de aveiro



3º CICLO DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM PLATAFORMAS DIGITAIS

# **O acesso à informação sobre a Resistência e a Autodeterminação de Timor-Leste: contributos para um modelo a partir do “Centro de Documentação Professor Barbedo de Magalhães”**

Sofia Elisabete Nogueira Costa

# **D**

**2025**



Sofia Elisabete Nogueira Costa

# **O acesso à informação sobre a Resistência e a Autodeterminação de Timor-Leste: Contributos para um modelo a partir do “Centro de Documentação Professor Barbedo de Magalhães”**

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, orientada pela Professora Doutora Maria Manuela Gomes de Azevedo Pinto e pela Professora Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

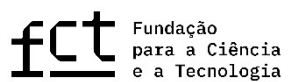
2025



*Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4.0*

*À minha mãe*

Este trabalho contou com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), através da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/143266/2019.



# Sumário

|                                                                                 |     |
|---------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Declaração de honra.....                                                        | 8   |
| Agradecimentos.....                                                             | 9   |
| Resumo .....                                                                    | 10  |
| Abstract .....                                                                  | 11  |
| Índice de Figuras .....                                                         | 12  |
| Índice de Tabelas .....                                                         | 13  |
| Lista de abreviaturas e siglas .....                                            | 14  |
| INTRODUÇÃO.....                                                                 | 17  |
| i. Apresentação e relevância do projeto .....                                   | 17  |
| ii. Questão de Investigação .....                                               | 23  |
| iii. Objetivos .....                                                            | 23  |
| iv. Estrutura .....                                                             | 25  |
| 1.CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PARADIGMAS E CONCEITOS.....                            | 29  |
| 1.1. A Ciência da Informação e as mudanças de paradigma.....                    | 29  |
| 1.2. Informação e Memória .....                                                 | 39  |
| 1.3. Memória e Identidade: o conceito no contexto histórico-informacional ..... | 49  |
| 2.ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA INFOSFERA .....                  | 55  |
| 2.1. Do saber técnico à mediação centrada no utilizador .....                   | 55  |
| 2.2. Desafios da organização e representação da informação na infoesfera .....  | 75  |
| 2.3. Da representação à interoperabilidade semântica.....                       | 86  |
| 2.3.1. Introdução aos Modelos Concetuais .....                                  | 97  |
| 2.3.2. A representação da informação em rede.....                               | 113 |
| 3.METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO .....                                             | 126 |
| 3.1 Uma investigação na perspectiva quadripolar .....                           | 126 |
| 3.2 Polo Epistemológico: delimitação do objeto científico .....                 | 127 |
| 3.3 Polo Teórico: teorias e conceitos relevantes .....                          | 128 |
| 3.4 Polo Técnico: exploração de um caso e seleção de casos de referência .....  | 132 |
| 3.5 Polo Morfológico: comunicação de resultados .....                           | 139 |
| 4.O PROCESSO DE RESISTÊNCIA E AUTO-DETERMINAÇÃO DE TIMOR-LESTE.....             | 142 |
| 4.1. Quadro político português e timorense: da independência à ocupação .....   | 142 |
| 4.2. Os processos de resistência e autodeterminação de Timor-Leste.....         | 147 |

|                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.O ACERVO DO PROFESSOR BARBEDO DE MAGALHÃES.....                                       | 150 |
| 5.1. Ação e percurso do Professor António Pinto Barbedo de Magalhães em/por Timor-Leste | 150 |
| 5.1.1. Percurso profissional.....                                                       | 150 |
| 5.1.2. A relação com Timor-Leste (uma contextualização biográfica) .....                | 151 |
| 5.2 Para o acesso ao Arquivo Professor Barbedo .....                                    | 159 |
| 5.2.1. Uma primeira proposta: o Sistema de Informação IASI (2007) .....                 | 159 |
| 5.2.2. Uma proposta temático-funcional para o APB (2016).....                           | 163 |
| 5.2.3. Em busca de uma proposta para um percurso complexo .....                         | 165 |
| 5.3 Um ponto de partida: uma <i>timeline</i> dinâmica .....                             | 175 |
| 6.OUTROS ACERVOS NA INFOESFERA .....                                                    | 176 |
| 6.1. Mapeamento de instituições, projetos e plataformas digitais sobre Timor-Leste..... | 176 |
| 6.1.1. Recolha de dados.....                                                            | 176 |
| 6.1.2. Análise e sistematização.....                                                    | 177 |
| 6.2. O acesso nos casos selecionados.....                                               | 181 |
| 6.2.1. Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste.....                                    | 181 |
| 6.2.2. Clearing House for Archival Records on Timor .....                               | 184 |
| 6.2.3. Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste .....                   | 187 |
| 7.O ACESSO VIA PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA .....                      | 189 |
| 7.1 Análise comparativa dos casos em estudo .....                                       | 189 |
| 7.2 Discussão de resultados e perspetivas futuras .....                                 | 198 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                              | 201 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....                                                         | 205 |
| Anexos .....                                                                            | 217 |
| Anexo 1.....                                                                            | 218 |
| Testemunho do Padre Bernardino de Queirós Alves da Comunidade de Mozelos/ Lourosa.      | 218 |
| Anexo 2.....                                                                            | 220 |
| Entrevista a Américo Castanheira.....                                                   | 220 |
| Anexo 3.....                                                                            | 222 |
| Testemunho do Padre José Lopes Batista .....                                            | 222 |
| Anexo 4.....                                                                            | 224 |
| Timeline António Pinto Barbedo de Magalhães .....                                       | 224 |
| Anexo 5.....                                                                            | 226 |

|                                              |     |
|----------------------------------------------|-----|
| Declarações de Consentimento Informado ..... | 226 |
|----------------------------------------------|-----|

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização da presente tese, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo ao trabalho.

Porto, 31 de julho de 2025

Sofia Elisabete Nogueira Costa

## Agradecimentos

Quero agradecer a todos os que de alguma forma tornaram possível a concretização desta Tese.

Começo com um agradecimento muito especial à minha equipa de orientação, à Professora Manuela Pinto e à Professora Inês Amorim, que me ajudaram a ultrapassar as muitas dificuldades que foram surgindo (e foram mesmo muitas). Um grande obrigada pela disponibilidade, pelo tanto que me ensinaram ao longo deste árduo percurso e por estarem sempre presentes, particularmente nos momentos em que me sentia quase vencida pelo desânimo.

Agradeço ao Professor Barbedo de Magalhães (*in memoriam*), por me ter permitido utilizar o seu núcleo informacional como objeto de estudo, pelas suas palavras de incentivo e entusiasmo contagiantes.

Ao Arquivo da FEUP, na pessoa do seu Diretor, o Dr. Jorge Pópulo, e na pessoa do Diretor do Serviço de Documentação e Informação, o Dr. Luís Miguel Costa, um obrigada por sempre me acolherem tão bem e por me fazerem sentir ‘em casa’.

Ao Luís Pinto, pelo apoio e pelo acompanhamento interessado e atento, gratuito e muito amigo.

Aos meus amigos de sempre, particularmente à Ana, à Bruna e às Martas, obrigada por me ouvirem, por compreenderem as minhas ausências, e, sobretudo, por estarem presentes sempre que precisei.

Mas agradeço sobretudo à minha família, aos meus pais que me transmitiram lições de amor e resiliência, que me ensinaram a seguir e a lutar pelas minhas próprias causas.

Ao Filipe e à Teresa por serem quem são, e à Isabel e ao Xavier que me ensinam todos os dias que o mundo é um lugar bom!

## Resumo

A conceção de um “Centro de Documentação Professor Barbedo [de Magalhães]”, apresenta-se como ponto de partida de uma investigação que começa por procurar representar, disponibilizar, divulgar e promover o acesso integrado à informação produzida e coletada pelo Professor Barbedo de Magalhães durante mais de 30 anos (1975-2007) no âmbito da atuação relativa aos processos de Resistência e Autodeterminação de Timor-Leste. Situada no paradigma informacional ou científico, parte-se de uma abordagem sistémica e integradora e analisa-se o contexto dinâmico em que ocorre a acumulação informacional, a par da intervenção do próprio Professor Barbedo no papel de produtor, coletor e organizador de informação.

A perspetiva sistémica é orientada por uma linha do tempo, que implica um trabalho a desenvolver ao nível da organização e representação da informação, considerando a história recente de Timor-Leste, com os seus processos de independência, resistência e autodeterminação e, conseqüentemente, o movimento internacional de solidariedade.

Desenvolve-se, assim, uma análise comparativa multicaso, tendo como foco o acesso à informação mediado por plataformas digitais.

Com base nesta análise, complementada com o estudo do acervo do Professor Barbedo, desenvolveu-se uma proposta de *Timeline* dinâmica, que deixa antever toda uma rede de relações entre os vários atores sociais que intervieram neste período tão importante da história de Timor-Leste. Pretendemos assim contribuir para a clarificação da constituição e propostas de representação do núcleo informacional em foco e, também, para a criação de uma futura Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste.

**Palavras-chave:** Ciência da Informação; Centro de Documentação Professor Barbedo; Arquivo Professor Barbedo; Plataforma Digital; Organização e Representação da Informação; Timor-Leste.

## **Abstract**

The conception of the “Professor Barbedo [de Magalhães] Documentation Center” works as a starting point for a research that begins to represent, make available, disseminate and promote an integrated access to the information produced and stored by Professor Barbedo de Magalhães for over 30 years (1975-2007) in his work developed in East Timor’s processes of resistance and self-determination. Considering the nature of this collection and the physical and digital dispersion of related information, the platform model to be developed is conceived as an aggregator model open to partnerships with external entities (external information systems under Research and Project Centers – governmental or non-governmental institutions). Working on the informational or scientific paradigm, we start with a systemic and integrative approach, the dynamic context of the informational storage is analyzed as long as Professor Barbedo’s intervention as information producer, collector and organizer.

The systemic view is guided by a timeline, which implies a work development about the information organization and representation, considering the East Timor recent past, whit the independence, resistance and self-determination processes, the international solidarity movement.

A multi-case comparative analysis was developed, focusing on access to the information mediated by digital platforms.

From the analysis of this informational core and the Timeline, we can observe an entire network of relationships between the various social actors involved in this crucial period in Timor-Leste's history. We also aim to contribute to the creation of an International Memory Network for East Timor.

**Keywords:** Information Science; Professor Barbedo Documentation Center; Professor Barbedo Archive; Information Organization and Representation; East Timor.

## Índice de Figuras

|                                                                                                      |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| FIGURA 1: RECORDS IN CONTEXT CONCEPTUAL MODEL V 0.2 .....                                            | 110 |
| FIGURA 2: PROJETO DESARQUIVO, EXEMPLO DE REPRESENTAÇÃO EM GRAFO .....                                | 125 |
| FIGURA 3: SISTEMA DE INFORMAÇÃO IASI .....                                                           | 161 |
| FIGURA 4: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO BARBEDO DE MAGALHÃES .....                                        | 162 |
| FIGURA 5: REPRESENTAÇÃO TEMÁTICO-FUNCIONAL DO ARQUIVO PROFESSOR BARBEDO .....                        | 164 |
| FIGURA 6: SISTEMA DE INFORMAÇÃO BARBEDO DE MAGALHÃES.....                                            | 167 |
| FIGURA 7: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO RAÚL DE BRITO .....                                               | 168 |
| FIGURA 8: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO AMÉRICO CASTANHEIRA .....                                         | 169 |
| FIGURA 9: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO ASSOCIAÇÃO PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE .....                   | 170 |
| FIGURA 10: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO GRUPO COORDENADOR PARA A REFORMULAÇÃO DO ENSINO EM<br>TIMOR..... | 171 |
| FIGURA 11: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO FEUP.....                                                        | 172 |
| FIGURA 12: SISTEMA DE INFORMAÇÃO IASI .....                                                          | 173 |
| FIGURA 13: SUBSISTEMA DE INFORMAÇÃO JOSÉ BASTO.....                                                  | 174 |
| FIGURA 14: CAIXA DE PESQUISA CENTRO AUDIOVISUAL MAX STAHL TIMOR-LESTE.....                           | 184 |
| FIGURA 15: ACESSO À INFORMAÇÃO DE ARQUIVOS ONLINE A PARTIR DO CHART .....                            | 186 |
| FIGURA 16: BRITISH LIBRARY, PROGRAMA DE ARQUIVOS EM RISCO.....                                       | 188 |
| FIGURA 17: EXEMPLO BÁSICO DE RELAÇÕES.....                                                           | 200 |

## Índice de Tabelas

|                                                                                                           |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| TABELA 1: RIC-CM E RIC-O CORRESPONDÊNCIA ENTRE ENTIDADES E CLASSES.....                                   | 112 |
| TABELA 2: PROJETOS DESENVOLVIDOS E MODELOS CONCRETUAI IMPLEMENTADOS .....                                 | 190 |
| TABELA 3: PROJETOS DESENVOLVIDOS E MODELOS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....                            | 191 |
| TABELA 4: PLATAFORMAS DIGITAIS COM INFORMAÇÃO APENAS SOBRE TIMOR-LESTE, PROJETOS E OBJETIVOS<br>.....     | 193 |
| TABELA 5: PLATAFORMAS DIGITAIS COM INFORMAÇÃO APENAS SOBRE TIMOR-LESTE, ACERVOS<br>DISPONIBILIZADOS ..... | 194 |
| TABELA 6: OUTRAS PLATAFORMAS DIGITAIS COM INFORMAÇÃO SOBRE TIMOR-LESTE .....                              | 196 |
| TABELA 7: GRELHA DE ANÁLISE .....                                                                         | 196 |
| TABELA 8: CORRESPONDÊNCIA SEMÂNTICA COM ELEMENTOS DUBLIN CORE.....                                        | 199 |

## Lista de abreviaturas e siglas

|                |                                                                              |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------|
| ADETEL.....    | PROJETO AUTODETERMINAÇÃO DE TIMOR-LESTE: UM ESTUDO DE HISTÓRIA TRANSNACIONAL |
| AITF.....      | ASK INFORMATION TASK FORCE                                                   |
| ALA.....       | AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION                                                 |
| APB .....      | ARQUIVO PROFESSOR BARBEDO                                                    |
| API.....       | APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE                                            |
| APODETI.....   | ASSOCIAÇÃO POPULAR DEMOCRÁTICA TIMORENSE                                     |
| ASDT.....      | ASSOCIAÇÃO SOCIAL DEMOCRÁTICA TIMORENSE                                      |
| CAMSTL .....   | CENTRO AUDIOVISUAL MAX STAHL TIMOR- LESTE                                    |
| CAVR.....      | COMISSÃO ACOLHIMENTO, VERDADE E RECONCILIAÇÃO                                |
| CCO.....       | CATALOGUING CULTURAL OBJECTS                                                 |
| CDWA.....      | CATEGORIES FOR DESCRIPTION OF WORK OF ART                                    |
| CES.....       | CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA                         |
| CDPM.....      | COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE                                    |
| CI.....        | CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO                                                        |
| ICOM.....      | INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION                                    |
| CIDOC-CRM..... | CIDOC-CONCEPTUAL REFERENCE MODEL                                             |
| CHART.....     | CLEARING HOUSE FOR ARCHIVAL RECORDS IN TIMOR                                 |
| COJTUP.....    | COMISSÃO ORGANIZADORA DAS JORNADAS DE TIMOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO         |
| CPF.....       | CHALLENGES, POSSIBILITIES AND FUTURE                                         |
| DGLAB .....    | DIREÇÃO GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS                       |
| EAD.....       | ENCODED ARCHIVAL DESCRIPTION                                                 |
| EGAD.....      | EXPERTS GROUP ON ARCHIVAL DESCRIPTION                                        |
| FALINTIL.....  | FORÇAS ARMADAS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE TIMOR-LESTE                         |
| FEUP.....      | FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO                             |
| FLUP.....      | FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO                                 |
| FRAD.....      | FUNCTIONAL REQUIREMENTS OF AUTHORITY DATA                                    |
| FRANAR.....    | FUNCTIONAL REQUIREMENTS AND NUMBERING OF AUTHORITY RECORDS                   |

FRBR.....FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS

FRBR-LRM.....FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR BIBLIOGRAPHIC RECORDS – LIBRARY REFERENCE MODEL

FRETILIN.....FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

FRSAD.....FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR SUBJECT AUTHORITY DATA

FRSAR.....FUNCTIONAL REQUIREMENTS FOR SUBJECT AUTHORITY RECORDS

IASI.....INTERNATIONAL INSTITUTE FOR ASIAN STUDIES AND INTERCHANGES

ICA.....INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES

ICOM.....INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS

IFLA.....INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

IGBAP.....INSPECÇÃO GERAL DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS PÚBLICOS

ISAAR (CPF).....INTERNATIONAL ARCHIVAL AUTHORITY RECORD FOR CORPORATE BODIES, PERSONS AND FAMILIES

ISAD (G).....INTERNATIONAL STANDARD ARCHIVAL DESCRIPTION

ISBD.....INTERNATIONAL STANDARD BIBLIOGRAPHIC DESCRIPTION

ISDF.....INTERNATIONAL STANDARD FOR DESCRIBING FUNCTIONS

ISDIAH.....INTERNATIONAL STANDARD FOR DESCRIBING INSTITUTIONS WITH ARCHIVAL HOLDINGS

LCNAF.....LIBRARY OF CONGRESS NAME AUTHORITY FILE

LCSH.....LIBRARY OF CONGRESS SUBJECT HEADINGS

RIC-AD.....RECORDS IN CONTEXT TO ARCHIVAL .DESCRIPTION

RIC-AG.....RECORDS IN CONTEXT APPLICATION GUIDELINES

RIC-CM.....RECORDS IN CONTEXT CONCEPTUAL MODEL

RIC-O.....RECORDS IN CONTEXT ONTOLOGY

RIMTL.....REDE INTERNACIONAL DE MEMÓRIA SOBRE TIMOR- LESTE

SI.....SISTEMA DE INFORMAÇÃO

SDI.....SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

TIC.....TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TISA.....TIMOR INTERNATIONAL SOLIDARITY ARCHIVE

U.P .....UNIVERSIDADE DO PORTO

U.PORTO .....UNIVERSIDADE DO PORTO

UDT.....UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE  
ULAN.....UNION LIST OF ARTIST NAMES  
VRA.....VIRTUAL RESOURCES ASSOCIATION  
XML.....EXTENSIBLE MARKUP LANGUAGE

## INTRODUÇÃO

### i. Apresentação e relevância do projeto

O núcleo informacional, dado a conhecer como Arquivo Professor Barbedo (APB), é considerado, não apenas pelo Professor Barbedo de Magalhães (1943-2025)<sup>1</sup>, como por outras instâncias, tanto em Portugal como em Timor-Leste, como um dos poucos núcleos informacionais que agregam informação relativa aos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste<sup>2</sup>.

No período compreendido entre 1975-2007 decorreram algumas tentativas para disponibilizar e garantir o acesso à informação produzida/ acumulada pelo Professor Barbedo de Magalhães. Era de resto uma ambição do próprio Professor Barbedo, que foi divulgando este núcleo através da participação em conferências, em diversos estudos, aulas, publicações, organização de visitas de altos dignatários, como a visita do Ministro da Administração Estatal (Dionísio Babo Soares), em 2017, a visita do Comité Orientador 25 (a 18 de julho de 2019), entre tantas outras diligências. Como o exemplo de uma publicação, destacamos a obra, composta por 3 volumes, publicada em 2007, que, para além de refletir uma boa parte da informação contida neste núcleo informacional, evidencia também as redes de trabalho criadas entre a solidariedade internacional, a resistência timorense, ativistas indonésios e apoiantes australianos (Magalhães, 2007).

---

<sup>1</sup> Sobre o seu percurso ver *Morreu António Barbedo de Magalhães, um dos principais defensores da causa timorense*. Disponível em Notícias da Universidade do Porto. Disponível em <https://noticias.up.pt/feup/morreu-barbedo-magalhaes-um-dos-principais-defensores-da-causa-timorense/>. Acesso 28-05-2025.

<sup>2</sup> A atribuição do nome Professor Barbedo a este núcleo informacional está estritamente relacionada com o facto do Professor Barbedo de Magalhães assim ser conhecido pelos outros intervenientes nos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste.

Atualmente acondicionado no Serviço de Documentação e Informação (SDI) da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), este núcleo informacional nunca foi formalizado institucionalmente. Ocorreram, no entanto, algumas tentativas para a sua organização. Uma primeira proposta foi apresentada, em 2007, por Milena Carvalho (Carvalho, 2007)<sup>3</sup>. Entre setembro de 2016 e maio de 2017, um financiamento conseguido através de um programa da Fundação Calouste Gulbenkian proporcionou uma intervenção em profundidade, permitindo o desenvolvimento de um trabalho de descrição ao nível do documento composto (cerca de 1.600 documentos) e o desenvolvimento de uma estrutura de classificação de índole temático/funcional, decidida pelo Professor Barbedo de Magalhães, composta por dezassete secções, ficando apenas por descrever a décima sétima secção, relativa à informação audiovisual, foi apresentada uma comunicação no Colóquio Internacional “Timor-Leste: a Ilha e o Mundo”, já publicada no respetivo livro de atas. A apresentação pública dos resultados deste projeto realizou-se a 12 de julho de 2017 (TVU,2017).

Foi também nesta altura que começou a surgir a ideia da criação de um Centro de Documentação que disponibilizasse numa única plataforma os documentos remetidos para o Arquivo da FEUP e descritos (com os respetivos objetos digitais) na plataforma por este gerida (à data a GISA Web, tendo, entretanto, sido feita migração para o Archeevo), bem como os remetidos para a Biblioteca da FEUP (denominados Coleção Timor) e descritos na plataforma por esta gerida (Aleph).

O que diferencia a presente investigação é, precisamente, o olhar sistémico e a referenciação ao todo que constitui, desde logo, o APB, valorizando, através das plataformas digitais, o carácter unitário conferido pela pessoa e ação do Professor

---

<sup>3</sup> Nesse período, o núcleo informacional estava acondicionado no gabinete do Professor Barbedo de Magalhães (na FEUP) e só mais tarde foi deslocado para os SDI, ficando a componente de arquivo sob gestão do Arquivo da FEUP e a componente de biblioteca, que recebe a designação de Coleção Timor, sob gestão da Biblioteca da FEUP e instalada no Piso 5 do respetivo edifício. Entretanto ocorreram algumas incorporações.

Barbedo Magalhães e o seu potencial como ponto de partida para potenciar o acesso a esta e outra informação sobre a Resistência e Autodeterminação de Timor-Leste até hoje dispersa, nacional e internacionalmente.

Propõe-se, pois, a adoção de uma visão sistémica e metodologicamente sustentada no Método Quadripolar, como base para o desenvolvimento de uma proposta de um modelo de acesso a partir do “Centro de Documentação Professor Barbedo [de Magalhães]”, visando contribuir para a conceção de uma plataforma digital e a criação de uma futura Rede de Memória, considerando os processos históricos que conduziram às diversas ações, bem como as diferentes fases da produção orgânica da informação, a sincronização de informação existente no Arquivo, na Biblioteca, no Museu, analisando e criando relacionamentos com sistemas de informação externos (na dependência de Centros de Investigação e Projetos, Instituições – governamentais e não governamentais -, Serviços de Informação, etc.), mas subordinados aos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste.

Pretende-se, assim, contribuir para a divulgação de informação relativa ao percurso diplomático do Professor Barbedo de Magalhães e de outros atores sociais, agregando informação e metainformação, disponibilizando-a à comunidade académica e ao público em geral, debruçando-nos de um modo muito particular sobre o movimento e o processo de solidariedade internacional para com Timor-Leste, uma das componentes da Luta de Libertação, da Resistência e da Autodeterminação de Timor-Leste.

O foco temporal situa-se entre 1975 e 2002, no qual decorreram, em Timor-Leste, processos (longos e dolorosos) com o objetivo de conquistar a sua Libertação e Independência frente a Portugal, de Resistência (frente à Indonésia) e de autodeterminação (face a Portugal e à Indonésia). Assumindo a dupla dimensão da via diplomática e da luta armada, esses processos contaram com a intervenção de vários atores sociais. O Professor Barbedo de Magalhães destacou-se precisamente na liderança, em Portugal (e a par de outras entidades), na utilização da via diplomática para lutar pela independência e autodeterminação do povo de Timor-Leste. Entre os

vários momentos-chave, assinale-se, em 1989, apoiado pela Faculdade de Engenharia, a organização da primeira edição das Jornadas de Timor (1989-1997), abrindo a porta da Universidade do Porto a esta causa.

Este acervo integra a informação produzida e acumulada nesse contexto, considerando a sua pluridimensionalidade (dimensão histórica, política, social, económica, antropológica, relações internacionais, ciências da educação, ciências da comunicação e informação), cumprindo assim a vontade do próprio Professor Barbedo de Magalhães, no que respeita ao tratamento, divulgação e acesso à mesma.

Reflete, também, a teia de relações estabelecidas entre os diversos agentes intervenientes nestes processos, para além do próprio Professor Barbedo, nomeadamente a Comissão para os Direitos do Povo Maubere do Porto (criada em 1981), a Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, e, a partir de 1989, a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto. Situa o Professor numa relação com Timor-Leste que remonta ao período de independência. De facto, estava em Timor-Leste em Outubro de 1974<sup>4</sup> e durante anos colocou a questão de Timor-Leste na agenda internacional “Organizou conferências na Europa, Austrália, Estados Unidos e Canadá. Sempre com uma premissa fundamental: a Indonésia tinha de estar presente. Barbedo não deixou nunca a elite da oposição indonésia esquecer Timor. Para as conferências tentava ter um qualquer representante do regime autoritário, para além de "refugiados políticos" ou, mais tarde, cidadãos que não o aceitavam” (Lourenço, 2002, p.1).

---

<sup>4</sup>Cf. Curriculum Vitae Professor Barbedo de Magalhães Disponível [https://tv.up.pt/uploads/attachment/file/982/Curriculum\\_Vitae\\_ProfBarbedoMagalhaes.pdf](https://tv.up.pt/uploads/attachment/file/982/Curriculum_Vitae_ProfBarbedoMagalhaes.pdf).

Membro honorário da AIA-SEAS: António Pinto Barbedo de Magalhães. Disponível em <https://www.aiaseas.org/2024/04/12/antonio-pinto-barbedo-de-magalhaes/>. Acesso a 12-04-2024.

Estando este núcleo informacional intimamente relacionado com o drama vivido pelo povo timorense, agrega informação que resulta das quatro frentes da Luta da Libertação: armada, diplomática, clandestina e o movimento internacional de solidariedade, composto por entidades que apoiaram a causa de Timor-Leste nas instituições internacionais relevantes como a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como os meios de comunicação e a própria opinião pública.

Ressalva-se que resultando de um processo pós-colonial, permite-nos ir além de uma simples reconstituição de um processo de independência, não podendo por isso ser encarado como apenas mais um arquivo colonial, ou pós-colonial.

Acresce que temos assistido, nos últimos, anos ao desenrolar de ações que visam proteger a memória e a identidade do povo timorense, urgindo articular estrategicamente este núcleo informacional com as demais iniciativas (em maio de 2018 decorreu um seminário na Faculdade de Letras da Universidade do Porto dedicado à memória e à informação de e sobre Timor-Leste “Memória e História, os Arquivos de e para Timor”<sup>5</sup>, (um primeiro passo para a criação de uma rede de arquivos sobre Timor-Leste)), bem como outras plataformas digitais já disponibilizadas, como o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste (CAMSTL) e a Clearing House for Archival Records on Timor (CHART). Outros encontros se seguiram, no sentido de valorizar a memória e a escrita como elementos para a construção da História de Timor<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Cf. MEMÓRIA & HISTÓRIA - OS ARQUIVOS DE E PARA TIMOR. Colóquio Internacional, 24 de maio de 2018. [https://sigarra.up.pt/flup/en/noticias\\_geral.ver\\_noticia?p\\_nr=77703](https://sigarra.up.pt/flup/en/noticias_geral.ver_noticia?p_nr=77703).  
<https://tv.up.pt/videos/p8jiucru>.

<sup>6</sup> Memórias, Arquivos e Conhecimento - 20 Anos da Consulta Popular de Timor-Leste, 24 de junho de 2019, <https://ces.uc.pt/en/agenda-noticias/agenda-de-eventos/2019/memorias-arquivos-e-conhecimento-20-anos-da-consulta>; O lugar dos arquivos na memória e na história do processo de autodeterminação de Timor-Leste, 7 a 11 de setembro de 2020, [https://2020.tlsa.pt/comunicacoes/zeliapereira\\_olugar/](https://2020.tlsa.pt/comunicacoes/zeliapereira_olugar/).

Desde 2016, com a participação numa das intervenções que procuraram a sua compreensão, temos tido o privilégio de colaborar no recenseamento e descrição deste acervo, o que nos tem proporcionando um contacto mais direto com a informação, os atores envolvidos e este período da história recente de Timor-Leste. Um trabalho que permitiu, também, um contacto estreito com o produtor e acumulador deste acervo, o Professor Barbedo de Magalhães, com histórias que merecem ser contadas, factos que merecem ser divulgados, num duplo sentido. Por um lado, porque permitiu seguir um processo que levou à ocupação pela Indonésia em 1975 e posteriormente ao referendo de 1999 e a consequente independência de Timor-Leste, a 20 de maio de 2002. Por outro lado, porque esse processo resulta de uma cadeia de processos infocomunicacionais, de índole formal e informal, estabelecidos entre os diversos atores intervenientes, proporcionando-nos uma exploração do fenómeno infocomunicacional na componente da interação humana e social, tal como é abordado em Passarelli *et al.*, (2014).

Finalmente, há ainda uma outra questão, do nosso ponto de vista, essencial, que é a natureza do próprio conjunto informacional, situado entre a pertença ao Centro de Documentação Professor Barbedo, o seu contexto de produção como resultado da “militância” do Professor Barbedo no contexto da construção de uma rede internacional de solidariedade, hoje materializada em polos de informação distribuída e que importa agregar via plataformas digitais.

Metodologicamente, pretende-se, assim, analisar teoricamente a possibilidade de constituição do Centro de Documentação Professor Barbedo à luz das definições de Sistema (Bertalanffy, 1993) e, posteriormente, de Sistema de Informação (Silva, 2006, p. 162; Silva 2015, p. 112), e, consequentemente, da própria dinâmica de integração de disciplinas aplicadas em Ciência da Informação como a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação.

Assumindo uma visão sistémica e agregadora, baseada num contexto de produção da informação orgânico e cronológico, partiremos para a construção de um quadro

orgânico-funcional, que nos permitirá perceber entidades produtoras, funções e competências. Aplicar também essa visão sistémica à componente audiovisual (a única que ainda não está classificada, descrita e indexada), permitir-nos-á avançar para a análise do caso Professor Barbedo de Magalhães.

Propomo-nos também estabelecer uma análise comparativa das plataformas digitais que medeiam o acesso nos casos selecionados a partir do levantamento de atores e acervos relacionados, permitindo-nos estabelecer agregações e ligações a outras entidades detentoras/ produtoras/ coletoras de informação, relacionadas com os processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste e posterior lançamento de uma Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste (RIMTL), considerando este Centro de Documentação como o primeiro nó/Polos da mesma.

## **ii. Questão de Investigação**

Atendendo à especificidade da constituição do acervo em foco e de outros relacionados com a causa timorense, à diversidade das tradições e processos subjacentes à respetiva organização, representação e difusão, à visão parcelar e fragmentada que as atuais plataformas digitais proporcionam e à dispersão física e digital que os caracteriza, identificou-se como principal desafio responder à seguinte questão de investigação:

**Diante da dispersão física e digital da informação sobre a Resistência e Autodeterminação de Timor-Leste qual o modelo mais adequado para uma busca integrada e exaustiva?**

## **iii. Objetivos**

Como objetivo geral propomo-nos **refletir sobre um modelo de organização e representação da informação sobre Timor-Leste a partir da análise da ação do Professor Barbedo e Entidades/projetos similares que agregaram informação relativa ao processo de Resistência de Timor-Leste.**

Para isso contemplamos três objetivos específicos:

- Adotar uma visão sistémica;
- Analisar as plataformas digitais existentes;
- Refletir sobre a futura criação de uma Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste.

A **adoção de uma visão sistémica** permitir-nos-á desenvolver uma contextualização orgânica da produção/acumulação informacional do caso APB, identificar e analisar projetos e estudos relacionados com esta temática, analisar anteriores representações deste núcleo informacional, bem como contextos e situações individuais dos atores que condicionem a produção da informação.

Para a análise **das plataformas digitais existentes**, começaremos por uma abordagem sistémica e integradora das tipologias informacionais e níveis de organização, descrição e indexação da informação audiovisual, a agregação da Coleção Timor, a identificação e análise de projetos similares, a exploração de redes de atores e relações, a análise comparativa multicaso e o estudo de utilizadores.

Para refletir sobre **a futura criação de uma Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste**, propomo-nos desenvolver uma análise biográfica sobre a relação do Professor Barbedo de Magalhães com a causa de Timor-Leste, elaborar um estudo cronológico dos acontecimentos em Timor-Leste entre (1974-2001) e concluir a descrição da informação audiovisual, criando-se as condições para testar e validar um futuro protótipo de plataforma com este acervo e os dos parceiros selecionados.

A componente teórica e metodológica presente na nossa investigação coaduna-se com o Método de Investigação adotado em Ciência da Informação, o Método Quadripolar, uma abordagem qualitativa que resulta de uma interação dinâmica entre os quatro polos que o integram - epistemológico, teórico, técnico e morfológico. Encaramos os polos como fases dinâmicas da investigação, por vezes transcendententes a várias etapas, não podendo ser encarados como etapas individuais e isoladas.

#### iv. Estrutura

Procuramos ao longo da estrutura apresentada refletir a abordagem metodológica quadripolar adotada. No capítulo I começamos por apresentar uma contextualização teórica, conceptual e histórica do tema que nos propomos analisar. Procede-se à introdução da génese e evolução da Ciência da Informação, analisando aspetos como a transição paradigmática e a própria emergência da Ciência da Informação enquanto ciência autónoma. A partir da análise de conceitos cruciais como *informação*, *memória* e *identidade*, avançamos para a evolução histórica do conceito de *documento* para o conceito de informação. É, ainda, neste capítulo que nos propomos estabelecer uma relação entre os conceitos de *memória* e *identidade*, e, a partir dessa relação, abordar a questão da *identidade* (de pendor nacionalista) do povo timorense.

Este primeiro e segundo subcapítulos (do Capítulo I) correspondem ao **Polo Epistemológico**. Começando com uma análise à emergência da Ciência da Informação no Paradigma Informacional ou Científico, com destaque para os principais acontecimentos que conduziram à rutura do Paradigma Custodial e à consequente transição paradigmática. No segundo subcapítulo, importa abordar a relação entre informação e identidade, para, a partir daí, podermos analisar a construção da identidade do povo timorense. Estão lançadas as bases epistemológicas para uma incursão a área de estudos da organização e representação da informação, aplicada à problemática da Resistência e Autodeterminação de Timor-Leste, a partir do caso do APB, na *Era Digital*.

Demonstrando o dinamismo deste método de investigação, o **Polo Teórico** está também em parte representado no Capítulo I, estendendo-se depois aos Capítulos II, III e IV.

No Capítulo II aborda-se a questão da organização e representação da informação, que nos conduz à problemática da classificação e da componente normativa. Desenvolve-se uma análise da evolução das técnicas utilizadas para organizar e representar a informação, desde a antiguidade até aos dias de hoje. Diretamente relacionada com este pendor técnico, mas sobretudo por força da necessidade de informatização por parte dos serviços de informação, emerge a questão da normalização que se apresenta

aqui destacando-se a evolução das normas de descrição para Arquivo, Biblioteca e Museu, aflorando também o aspeto da interoperabilidade. Intimamente relacionada com a Organização e Representação da Informação, é, também, neste segundo capítulo que abordamos a mediação da informação, que acompanhando a própria transição paradigmática passa de uma mediação passiva, para uma mediação ativa centrada no papel do utilizador e nas suas necessidades. Analisamos para isso a evolução dos diversos processos de mediação da informação desenvolvidos pelo profissional da informação e pelas instituições. Relacionada com a mediação da informação está inevitavelmente a relação entre o utilizador e as plataformas que disponibilizam a informação, abordaremos para isso a importância dos estudos de utilizadores. No segundo subcapítulo (Capítulo II), trataremos a Organização da Informação na Infoesfera, (conceito cunhado por Luciano Floridi), apresentando para isso uma análise dos conceitos de *Infoesfera*, *Espaço de Fluxos* (de Manuel Castells) e de *Plataforma Digital*.

O Capítulo III dedicamo-lo precisamente à metodologia de investigação adotada, elegendo como método de investigação o método quadripolar e demonstrando as relações dinâmicas que existem entre os quatro polos do Método Quadripolar, por sua vez analisados em subcapítulos específicos: o polo epistemológico com a delimitação do objeto científico; o polo teórico com as teorias e conceitos relevantes; o polo técnico com a exploração de um caso e análise comparativa multicaso; e o polo morfológico com a comunicação de resultados.

No Capítulo IV, abordamos a relação entre os processos de resistência e autodeterminação de Timor-Leste e o Movimento de Solidariedade Internacional. Numa primeira fase analisa-se o quadro político português e timorense, entre 25 de abril de 1974 (com a alteração de regime político) e 07 de dezembro de 1975, (altura em que se dá a invasão de Timor-Leste pela Indonésia), traçando um quadro evolutivo desde a preparação da independência (face a Portugal) até à ocupação pela Indonésia. Importa-nos também estabelecer a relação entre o Movimento de Solidariedade Internacional e a própria Resistência Timorense. Este capítulo assume particular relevância porque

permitir-nos-á uma melhor contextualização da informação que se encontra no Arquivo Professor Barbedo e compreensão da rede de atores envolvida.

**O Polo Técnico**, está plasmado nos capítulos V, VI e VII. Seguindo como fio condutor a questão de partida, procuramos ao longo deste projeto a sua discussão e validação. O Capítulo V reflete a exploração e análise do caso em estudo, o núcleo informacional reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães, começando por abordar o percurso profissional e a relação do Professor Barbedo de Magalhães com Timor-Leste, e o seu percurso diplomático. Segue-se uma menção às tentativas prévias de organização do “Arquivo” (pelo Professor e no contexto de projetos de investigação), uma proposta de uma abordagem sistémica e de descrição da produção informacional audiovisual. Busca-se, assim, uma articulação entre a componente teórica, abordada nos capítulos I, II e IV e a sua aplicação prática.

No Capítulo VI, com o duplo objetivo de estabelecer uma análise comparativa e de avançar com o Centro de Documentação Professor Barbedo [de Magalhães] como um primeiro polo para uma Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste (relativamente aos processos de autodeterminação e independência), procede-se ao mapeamento de instituições e projetos com informação relativa a Timor-Leste, apostando também na referenciação das plataformas utilizadas. Esta atividade envolve a recolha de dados, seguindo-se a respetiva análise e sistematização. Num segundo subcapítulo (Capítulo VI) Apresentam-se os casos selecionados para a análise comparativa: Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste; Clearing House for Archival Records on Timor; Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste.

O Capítulo VII dedicá-lo-emos à apresentação da grelha de análise do acesso à informação através das plataformas digitais, e à sua aplicação aos casos selecionados para a análise comparativa multicaso, incluindo-se aqui o APB. Conclui-se com uma breve discussão de resultados, e a apresentação de uma *timeline* dinâmica, que nos permitirá perceber o percurso do Professor Barbedo de Magalhães de uma forma tridimensional, plasmando a relação com Timor-Leste através da sua vida pessoal, profissional e diplomática. Esta cronologia servirá também como ponto de partida para

a projeção de relações estabelecidas pelo Professor Barbedo de Magalhães com outros atores sociais em prol de Timor-Leste.

O **Polo Morfológico** reflete-se nos resultados das análises dos Capítulos 5, 6 e 7, corporizando-se nos contributos aí aferidos para o desenvolvimento de uma proposta de representação da informação.

# 1. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PARADIGMAS E CONCEITOS

O presente capítulo assume como objetivo refletir uma evolução da Ciência da Informação desde a sua génese até à sua afirmação enquanto ciência autónoma, com um carácter trans e interdisciplinar.

Começamos, pois, num primeiro plano, por fazer uma análise à emergência e evolução da Ciência da Informação, no seio do paradigma informacional, e por consequência, à falência do paradigma custodial ou tecnicista, abordando também a origem dos Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, enquanto serviços de informação, com uma função mediadora, integrados no paradigma custodial ou tecnicista.

Num segundo plano, debruçamo-nos sobre o aparecimento e a consolidação da Ciência da Informação, com a emergência do paradigma informacional ou pós-custodial e científico, com a instituição dos seus fundamentos teóricos.

## 1.1. A Ciência da Informação e as mudanças de paradigma

### Marcos de um percurso

Desde tempos imemoriais que o ser humano sente a necessidade de registar e memorizar a informação. A própria origem dos Arquivos mistura-se com o aparecimento da escrita, não havendo, no início, qualquer componente de cariz técnico ou concetual. Há, todavia, alguns autores, como Paul Delsalle, que atribuem a origem dos Arquivos aos registos rupestres (Delsalle, 1997, p.10). O autor cita o exemplo das gravuras rupestres de Val Camonica.

La plus grande accumulation de gravures rupestres se trouve en Italie alpine actuelle, dans le Val Camonica et «si presenta come um imenso archivio di documenti». Une brillante civilisation, les Camuniens, entre 8300 et 500 avant Jésus-Christ, a laissé plus de 130.000 figures réparties sur 70 kilomètres de long: le plus grande service d'archives (rupestres) du monde! (Delsalle, 1997, p.10).

No entanto, esta posição não é consensual, e outros autores defendem que a arte rupestre estava relacionada com motivos artísticos, religiosos ou mágicos, não tendo como finalidade o registo da informação. No entanto, as figuras de arte rupestre foram-se aproximando cada vez mais do que hoje entendemos por escrita, aproximando-se gradualmente do alfabeto como hoje o conhecemos (Gleick, 2012, p.46).

O registo da informação (e o seu papel na preservação da informação) permite-nos rastrear a própria história da informação. A escrita permite-nos preservar a informação ao longo do tempo, propiciando a sua reutilização. Le Goff apresenta-nos a materialização da memória como o documento escrito, o registo num suporte material (Le Goff, 1990, p.117), colocando-a numa estreita relação com o desenvolvimento da rede urbana, o que nos leva de novo à antiguidade, mais precisamente ao desenvolvimento das cidades localizadas entre os rios Tigre e Eufrates, e com uma maior produção documental, surgiu também a necessidade criar locais para a preservação dos documentos, surgindo os primeiros Arquivos, associados ao registo de bens e às transações comerciais (Ventura, 2011, p.12, *como citado em* Silva, 2002, p. 45).

Rousseau e Couture associam, por sua vez, o aparecimento da escrita à génese da Arquivística, e, naturalmente, do Arquivista. E é a partir do momento em que surge a Arquivística, que se torna possível abordar aspetos como o suporte dos registos de informação, a informação registada, o seu tratamento e a evolução da função do profissional da informação (Breton & Proulx, 1997, p.29).

Outros autores, como Tellechea, remontam a origem dos arquivos ao Antigo Egito, (2700-2250 a.c.) e ao aparecimento do escriba nos arquivos reais, que assumia como função o tratamento dos documentos régios. O escriba assumia um estatuto muito relevante na sociedade, e o reflexo disso é que vários escribas acabaram por assumir altos cargos governamentais (Ventura, 2011, p.12, *como citado em* Mastropierro Tellechea, 2007, p.9).

A Arquivística está estritamente relacionada com a preservação da memória, o que nos conduz a Le Goff que, por sua vez, nos apresenta a “memória urbana” e a “memória

real”, enfatizando que os regimes monárquicos das civilizações antigas se constroem a partir das instituições de memória, como os arquivos, as bibliotecas (Le Goff, 1990, p.119).

Delsalle afirma que a história dos Arquivos e da Arquivística, na Antiguidade, é uma área em constante desenvolvimento (Delsalle, 1997, p.9). De acordo com o autor, as tabuinhas encontradas em Mari e em Ebla (cidades localizadas na antiga Mesopotâmia), por exemplo, permitem-nos perceber como eram classificados e preparados os documentos (Delsalle, 1997, p.12). No caso de Ebla, salienta que as tabuinhas foram encontradas respeitando a ordem original, mencionando a existência de três patamares de estantes onde as tabuinhas eram dispostas verticalmente, com uma classificação a incidir sobre o conteúdo dos documentos (Delsalle, 1997, p.12). Em Mari, a organização dos arquivos era feita considerando três grandes tipologias ideográficas: diplomacia, economia e política. Numa outra cidade da antiga Mesopotâmia, em Ugarite, Jean Favier indica-nos que foram também encontradas três tipologias diferentes de arquivos: arquivos diplomáticos, financeiros e administrativos, notando-se o respeito por uma ordem original (Delsalle, 1997, p.12).

Os arquivos assumiam-se como estruturas intimamente relacionadas com o poder monárquico, sendo acondicionados em locais privados de acesso restrito. A origem etimológica do termo *Arquivo* está mesmo relacionada com o local físico onde eram acondicionados os arquivos. Terá a sua origem no termo grego *arkhê*, sinónimo de princípio e linha orientadora (Ventura, 2011, p.12, *como citado em* Derrida, 1995, p.186). A origem do Arquivo enquanto edifício/instituição remontará à civilização grega, que já nos séculos V e IV antes de Cristo preservava no *Metroon*<sup>7</sup> (que assumia a dupla função de Santuário da Mãe dos Deuses e de Arquivo) os documentos mais relevantes da sua civilização (Posner, 1972, p.104).

---

<sup>7</sup> Cf. <https://agora.ascsa.net/id/agora/monument/metroon>.

Armando Malheiro da Silva defende que existiria já uma relativa complexidade nesses arquivos, revelando critérios de seleção, preservação e disponibilização da informação (Silva, 1999, p.48).

A alteração do suporte, primeiro do papiro para o pergaminho e posteriormente do pergaminho para o papel, traduziu-se também numa alteração da forma como eram preservados e organizados os documentos, e consequentemente os Arquivos. Essa alteração da organização dos Arquivos não foi alheia à expansão do Império Romano e à sua componente administrativa, que se assume como linha orientadora do profissional da informação até à contemporaneidade. A organização da informação deve refletir a sua origem, o seu conteúdo e a forma como foi produzida (Silva, 1999, p.61).

Os Arquivos vigentes e herdados do Império Romano assumiam uma estrutura organizacional constituída por órgãos administrativos, distribuídos pelos respetivos palácios e templos (de acordo com a tipologia de documentos produzidos), assumindo-se respetivamente como arquivos especializados ou arquivos da administração central. Cada Arquivo especializado em determinado assunto, subdividia-se pelos seus próprios arquivos, fisicamente separados, respeitando o princípio da ordem original (Ventura, 2011, p.14, *como citado em* Mengo Carmona, 1995, p.116). Dentro de cada arquivo, predominava, por sua vez, um sistema de organização cronológico. De acordo com a mesma autora, é apenas na Idade Média, com a queda do Império Romano e a consequente alteração geográfica e política que essa estrutura física dos arquivos vai desaparecendo. No Império Romano, com enorme influência de questões de jurisprudência e de administração, desenvolveram-se autênticas redes de arquivos. Cada cidade tinha o seu Arquivo/ *tabularia*, onde era recolhida documentação administrativa, bem como documentação relacionada com legislação e jurisprudência.

Alguns autores, como Vivas Moreno, defendem que remonta à Época Romana a conceção da Arquivística como um procedimento empírico, a dotação da instituição Arquivo com personalidade jurídica, a conceção do Arquivo como um agente com função administrativa, a própria origem do Arquivo Público com fins administrativos

como hoje o concebemos, e o desenvolvimento de práticas de tratamento arquivístico (Vivás Moreno, 2004, p.83).

Será também na Época Romana que ganham ênfase os Arquivos Familiares, com as famílias mais proeminentes a destinarem nas suas casas um espaço específico, o *tabularium* para albergar os seus arquivos privados (Ventura, 2011, p.14, *como citado em* Mastropierro Tellechea, 2007, p.11).

Ao adquirirem personalidade jurídica, os arquivos passam a ser geridos por colaboradores institucionalizados, com a função de custódia dos documentos, como assistente do *Areópago* (considerado o mais antigo Tribunal de Atenas)<sup>8</sup>, ou assistentes de órgãos similares. Foi precisamente com os romanos que surgiu a primeira figura do profissional da informação, com a função de preservar validar e reproduzir documentos e garantir o acesso aos arquivos. A inexistência de legislação que permitisse uma clara definição e distinção de funções e documentos respeitantes à Biblioteca e ao Arquivo, permitiu que se mantivesse uma indefinição entre estes dois termos. Também a necessidade e a urgência em preservar e proteger documentos raros, levaram ao seu acondicionamento num mesmo local, independentemente de se tratar de documentos de Arquivo ou de Biblioteca, promovendo ainda mais a indefinição entre estes dois termos.

Notava-se já naquela época uma abordagem de índole sistémica adotada séculos mais tarde pela Ciência da Informação. A organização e representação da informação deve refletir o contexto de produção e o conteúdo.

Vários autores defendem que a queda do Império Romano se traduziu se não num retrocesso, pelo menos num impasse no que respeita ao desenvolvimento da

---

<sup>8</sup> Cf. [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/protagoras2/links/inst\\_dem.htm](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/protagoras2/links/inst_dem.htm).

Arquivística. Uma possível justificação para esse retrocesso pode ser a adoção da oralidade em detrimento do documento escrito (Ventura, 2011, p.15).

A par da regressão da organização administrativa, da expansão das áreas rurais, um decréscimo da utilização dos registos documentais, e de uma drástica redução da máquina administrativa, dissolveu-se a rede de Arquivos instituída pelo Império Romano, e com isso a conceção de Arquivo Público, o Estado deixa de ser definido como *do povo*, para passar a ser encarado como propriedade privada detida pelo Governo (Vivás Moreno, 2004, p.83).

Para muitos autores parece ser consensual considerar que também na Alta Idade Média houve um retrocesso na Arquivística. No entanto, persistiram mosteiros com os seus *scriptoria*, e foi adotada uma administração itinerante e consequentemente, um sistema de arquivos, também ele itinerante. Para a salvaguarda dos documentos, desenvolveu-se um sistema de depositar documentos importantes, ou reproduções nos principais cartórios eclesiásticos (que garantiam uma maior estabilidade e fiabilidade), provocando uma enorme concentração de documentos em instituições religiosas, conferindo a estas instituições a tutela de registos de propriedade, não apenas de instituições religiosas, mas também laicas e algumas privadas (Silva, 1999, p.72).

Delsalle, numa busca para distinguir os termos Arquivo e Biblioteca, retrocede ao Antigo Egito, onde ainda segundo o autor, as Bibliotecas integravam especialmente obras eruditas e os Arquivos documentos decorrentes da Administração Estatal, Civil ou Religiosa (Delsalle, 1997, p.72).

A profissionalização do arquivista sofre um avanço significativo mais tarde, com o aparecimento do livro impresso, após a invenção da imprensa por Gutenberg. Uma maior produção (e circulação) de obras literárias, justificou a necessidade de formar profissionais para tratar as obras depositadas nos Arquivos e em Bibliotecas.

Mais tarde, no século XVI, fatores como a alteração do modelo administrativo, as diversas reformas que assolaram o meio eclesiástico, conduziram a grandes

aglomerações de arquivos, reestruturações, junções, integrações e consequentemente alterações na organização dos próprios arquivos.

### **A emergência de um novo paradigma**

O termo Ciência da Informação surge apenas nos anos 50 do século passado, numa estreita relação com o *boom* de informação que sucedeu à II Guerra Mundial, e fortemente influenciado pela revolução tecnológica e científica (Silva & Ribeiro, 2012), emergindo a partir de duas disciplinas aplicadas, a Arquivística e a Biblioteconomia. Emerge em consequência do aparecimento do novo paradigma, informacional ou científico. A emergência deste novo paradigma (que se caracteriza por valorizar a informação enquanto fenómeno humano e social, com a sua própria componente histórica e cultural; estabelecer um dinamismo natural e contínuo da informação face ao carácter estático do documento; a impossibilidade de manter a informação isolada nas suas instituições de custódia; a crescente necessidade de conhecer a informação social através dos modelos teórico-científicos; a adoção de uma visão científica que possibilite perceber a informação envolvida na gestão de processos das organizações, o que traduz um alinhamento entre as práticas informacionais, as práticas de gestão e a cultura organizacional), está diretamente associada ao aparecimento da informação social como objeto do conhecimento (Silva & Ribeiro, 2012).

Fazendo uma análise retrospectiva até à emergência da Ciência da Informação enquanto ciência autónoma, constata-se que foi um longo caminho e que foram vários os marcos importantes. Assim, em 1867 surge em Itália a Escola de Florença, que reafirma o respeito pela ordem original; em 1876 é criada nos Estados Unidos da América a *Dewey Decimal Classification*, (a inspiração para a *Classificação Decimal Universal*), surgindo também nesta altura as *Rules for a Dictionary Catalogue*, e a “Classificação Expansiva”, estavam lançadas as bases para regulamentar o tratamento da informação. Em 1895, Paul Otlet e Henri La Fontaine criam o Instituto Internacional de Bibliografia, cuja missão era contribuir para o desenvolvimento do tratamento técnico da informação e da *Classificação Decimal Universal*; em 1898 surge na Holanda o “Manual dos Arquivistas Holandeses”, que eleva a Arquivística a um novo patamar, com o contributo da Ciência

Histórica; em 1905 Paul Otlet e Henri La Fontaine lançam na Bélgica o *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*, que mais não é do que a Classificação Decimal Universal; em 1908 surge nos Estados Unidos da América o código anglo-americano de catalogação, que se viria a tornar num código internacional de catalogação, e em 1910 realiza-se em Bruxelas o Primeiro Congresso Internacional de Arquivistas e Bibliotecários. Em 1934, Paul Otlet e Henri La Fontaine lançam o seu *Traité de Documentation*, e é também por esta altura que o paradigma custodial começa a manifestar as suas fragilidades, e o facto de se valorizar mais a componente tecnicista veio agudizar ainda mais essas fragilidades e precipitar a sua falência.

(Ribeiro, 2009, p.22-23).

Com a emergência da Ciência da Informação, e com o objetivo de a consolidar como ciência autónoma, surge também a preocupação em delimitar o seu campo, bem como com a sua fundamentação teórica e a sua definição. Como prova disso constata-se a proliferação dos cursos promovidos pelas Universidades, especialmente na Europa e nos Estados Unidos da América, o aparecimento de diversas revistas científicas e desenvolvimento de projetos de investigação promovidos e patrocinados por instituições de ensino superior (Ribeiro, 2009, p.23).

A Ciência da Informação tal como é construída e colocada em prática na Universidade do Porto, apresenta-se com um campo único e transdisciplinar, agregando ciências humanas e sociais, e disciplinas auxiliares como a Arquivística, a Documentação e a Biblioteconomia (Ribeiro, 2009, p.24).

Ainda não existe um consenso sobre a natureza da Ciência da Informação, uma vez que a sua construção interdisciplinar não ocorre sempre ao mesmo tempo e do mesmo modo, nos diferentes países e contextos, consequentemente o seu nível de desenvolvimento varia significativamente, tornando difícil uma uniformização dentro do campo disciplinar (Ribeiro, 2009, p. 24).

Silva e Ribeiro apresentam-nos a Ciência da Informação com um campo único e interdisciplinar de conhecimento, integrando uma área dedicada às Ciências Sociais e Humanas o que possibilita um suporte teórico a disciplinas auxiliares como a

Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação, bem como à componente dos Sistemas Tecnológicos de Informação. A Ciência da Informação assume assim uma dinâmica interdisciplinar, composta pela Biblioteconomia, Documentação, Arquivística, os Sistemas Tecnológicos de Informação e a Museologia, cujo objeto é a Informação, construída a partir de um fenómeno humano e social, denominado de Fenómeno Infocomunicacional, através de uma dinâmica interdisciplinar com as Ciências Sociais, (Sociologia, Antropologia, Semiótica, Psicologia, História, Economia, Gestão, Administração e Direito), as Ciências Exatas, (Matemática, Logica, Ciências Computacionais, Física, Química e Biologia), bem como Estudos Literários e Artísticos (Silva & Ribeiro, 2012, p.171).

Todavia, também aqui não existe um consenso, e outros autores apresentam propostas divergentes para o campo e para o objeto da Ciência da Informação, veja-se Yves Le Coadic que defende como objeto de estudo da Ciência da Informação a análise dos processos de construção, comunicação e utilização da informação, assim como a idealização de produtos e sistemas que propiciem a sua construção, comunicação, armazenamento e utilização. Este autor apresenta-nos também uma visão peculiar da construção da informação, através de quatro fatores distintos: o crescimento da informação, a comunidade científica (os agentes que intervêm na construção da informação), as instituições intervenientes e a ‘construção acelerada’. Le Coadic caracteriza a construção acelerada como o incremento da via profissionalizante na área da investigação, um reforço financeiro e de meios, que permite associar à componente intelectual (da comunidade científica) o necessário ajuste económico. É de salientar também o aumento do número de investigadores, que surge paralelamente ao que o autor designa de estratificação interna da investigação (Le Coadic, 1997, p.32).

Silva e Ribeiro apresentam-nos a *Informação* (passível de ser estruturada por uma ação (humana ou social), dinamicamente integrada, mensurável, quantificável, passível de ser reproduzida e transmitida), (Silva & Ribeiro, 2012, p.171-172) na dualidade de fenómeno e processo, onde se integram as áreas axiais da Ciência da Informação, o comportamento informacional, bem como a produção, organização, representação, armazenamento, recuperação e utilização da informação (Silva & Ribeiro, 2012, p.172).

O método de investigação por excelência em Ciência da Informação é o Método Quadripolar, composto por quatro polos, dinamicamente relacionados:

- Polo Epistemológico: que engloba a comunidade científica dos profissionais da informação, que se debruça sobre a construção permanente do objeto científico e a delimitação dos problemas de investigação;
- Polo Teórico: aborda a ação do sujeito sobre o objeto, a postulação de leis, a formulação de teorias, conceitos operacionais, hipóteses, bem como a sua validação ou refutação.
- Polo Técnico: dá-se uma validação das teorias ou hipóteses postuladas no polo anterior, através do desenvolvimento de estudos de caso, de avaliações retrospectivas e prospetivas;
- Polo Morfológico: consiste na apresentação e formalização dos resultados, bem como na descrição do processo de investigação.

Para a interpretação do fenómeno informacional, é apontada a Teoria Sistémica, à luz da qual um Sistema pode caracterizar-se como aberto, fechado, semifechado, organizado ou operatório, não organizado ou combinatório, podendo ainda ser unicelular, multicelular ou pluricelular. É, pois, da competência da Ciência da Informação desenvolver um adequado enquadramento dos Arquivos, das Bibliotecas e dos Museus, no aspeto institucional, político, social e educativo, não perdendo nunca o foco, na informação.

Em 1979 Bertalanffy apresenta o Sistema como

um todo organizado formado por elementos interdependentes, que está rodeado por um meio exterior, uma definição com uso nas diversas ciências, tecnologias e domínios da ação humana e social (Fernández Marcial, Gomes & Marques, 2015, p.3).

Não existe, contudo, um consenso para a definição de Sistema de Informação.

Viquery estabelece em 1973 que um Sistema de Informação é uma organização de pessoas, materiais e máquinas, que assume como objetivo promover a transmissão de informação entre dois sujeitos, sempre com o objetivo de apoiar a comunicação entre seres humanos (Fernández Marcial; Gomes & Marques, 2015, p.3).

Weisman, apresenta, no entanto, uma versão distinta em 1972, defendendo que um Sistema de Informação é referente a métodos, materiais, média, produtores e recetores, organizadamente envolvidos, permitindo a transmissão da informação numa determinada área, atividade ou organização. Uma complexa teia de mensagens de informação, produtores e utilizadores, bem como as características que condicionem o Comportamento Informacional dessas pessoas, considerando por isso uma Biblioteca ou um Centro de Informação como exemplos de Sistemas de Informação (Fernández Marcial; Gomes & Marques, 2015, p.3).

## **1.2. Informação e Memória**

Existe uma estreita relação entre os conceitos de memória e de informação, Costa e Melo apresentam o conceito de *memória* como *função geral de conservação da experiência anterior, que se manifesta por hábitos ou por lembranças; tomada de consciência do passado como tal; lembrança; monumento comemorativo; recordação; exposição sumária* (Ribeiro, 2017, p.102).

Le Goff em 1984 afirma

A memória, como propriedade de conservar informação, reenvia-nos, em primeiro lugar, um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, que ele apresenta como passadas (Le Goff, 1984, p.11).

Este autor apresenta-nos uma multiplicidade de teorias, elaboradas numa ótica cognitiva, conduzindo a investigação nesta área a associar a Memória a um conjunto de características relacionadas com as Ciências Sociais e Humanas.

Mas numa perspetiva histórica, a Memória não é concebível sem o comportamento narrativo, introduzido por Pierre Janet, constituindo-se o papel fundamental para a criação da memória, caracteriza-o como o ato de comunicar ao outro uma informação, verificando-se a ausência do fator que a causou (Ribeiro, 2017, p.104).

Em harmonia com Le Goff, ressalva-se o papel da linguagem, resultando também ela de um ato social, da codificação de um aglomerado de representações mentais. E aqui estamos perante a inter-relação entre Memória e Informação, já que essas representações mentais codificadas se traduzem na informação gerada no cérebro, que posteriormente será comunicada (falamos aqui do fenómeno infocomunicacional, tal como é defendido por Malheiro da Silva (Silva, 2006, p.147)) e devidamente registada em suporte, colocando-nos agora em contacto com um outro conceito, o conceito de Documento.

Uma vez que o primeiro passo para a preservação da informação, o primeiro registo, decorre no cérebro, assume-se o ser humano como o primeiro suporte de informação.

Refletindo a sua interação, segundo Fernanda Ribeiro (Ribeiro, 2017, p.105), os conceitos de Memória e Informação comungam aspetos como o registo, o armazenamento, a prova, necessidades de preservação, conservação, recuperação, e evocação do passado. Aspetos intimamente relacionados, com a produção, organização e utilização da informação, e que complementam essas funções. Dessa forma, os conceitos de Memória e Informação assumem um papel de extrema importância para fundamentar teoricamente a Ciência da Informação.

### **Do Documento à Informação**

O documento enquanto garante da memória é a materialização da informação que se gera no cérebro humano (Ribeiro, 2017, p.104), refletindo a necessidade do ser humano de perpetuar a memória através de um registo, surgindo como um testemunho (Rodriguez Bravo, 2002, p.475). Le Goff, no seu *Documento/Monumento*, apresenta-nos o documento como um suporte para a memória, selecionado pelo historiador. Etimologicamente, o *documentum* estava originalmente relacionado com o ato de

ensinar, evoluindo depois para o sinónimo de prova. Por sua vez, o Monumento remete-nos para o ato *de fazer recordar, iluminar, instruir*, manifestando-se tendencialmente como uma escultura ou obra arquitetónica, ou monumento funerário, assumindo-se como um legado para memória futura. Entre o final do século XIX e o início do século XX, com o advento do *positivismo*, o *documento* emerge como prova histórica e como *testemunho escrito* (Le Goff, 1990, p.463). É precisamente no período positivista que surge a dicotomia *documento = texto*. Entre os séculos XVIII e XIX predominava alguma confusão entre os termos *documento* e *monumento*, sendo o termo *monumento* comumente utilizado para fazer referência a coleções documentais de volume considerável (Le Goff, 1990,p.465). Com a escola positivista, o *documento* impõe-se, apresentando-se como prova histórica, e como preconizam Febvre, Bloch e Samaran, assiste-se também a uma ampliação do próprio suporte, deixa de haver uma correspondência exclusiva com o texto escrito, ampliando-se para outros registos, como o visual, o sonoro, objetos arqueológicos, artefactos, vestígios naturais, cabendo depois ao historiador o papel essencial de interpretar o documento (Le Goff, 1990, p.466; Silva, 2014, p.337). Esta ampliação de suporte precede o que alguns autores designam de ‘explosão documental’, que associada à revolução tecnológica viria a originar a história quantitativa, relacionada com o tratamento de dados (Le Goff, 1990, p.468). O *facto*, o acontecimento, dá lugar ao *dado* e a memória coletiva é mais valorizada, assumindo-se como património cultural (Le Goff, 1990, p.469).

Partindo das definições clássicas de documento, Blanca Rodriguez Bravo, apresenta-nos a relação entre *documento* e *informação*, (Rodriguez Bravo, 2002, p.472), localizando o *documento* como o objeto da *Documentación*, conduzindo-nos para a visão seguida pelos investigadores e profissionais da área da investigação/ documentação em Espanha, a Ciência da Documentação, aludindo mesmo a algo que nos pode causar alguma estranheza, ao afirmar que parece não existir diferença entre assumir como objeto da Ciência da Documentação o documento informativo, enquanto suporte, ou a informação, enquanto conteúdo (Rodriguez Bravo, 2002, p.473). O documento segundo esta autora é o resultado da informação material registada num suporte, e a própria informação sofre influência, tanto por parte do emissor como do recetor (Rodriguez

Bravo, 2002, p.474). Considerando o número e as características dos recetores, a informação pode classificar-se como potencial, efetiva ou real. A informação potencial surge quando estão em causa todos os recetores, a informação recetiva compreende um recetor genérico, e a informação real respeita apenas a um único recetor concreto. Para nos apresentar a sua definição de documento, Rodriguez Bravo parte da informação potencial, e socorrendo-se da *Teoria Matemática da Comunicação* de Shannon e Weaver, apresenta o documento como *um suporte portador de mensagem emitido com intenção comunicativa e potencialmente informativa para o recetor* (Rodriguez Bravo, 2002, p.475). Decompõe dessa forma o documento em duas partes, na mensagem e no suporte, acrescentando que o suporte deve ser facilmente acessível e reutilizável (Rodriguez Bravo, 2002, p.476). A autora estabelece ainda uma diferença de conteúdo entre o que designa de documento administrativo, ou documento de arquivo e o documento cognitivo, ou documento de biblioteca, distinguindo ainda documentos primários dos secundários, com base no seu tratamento. A partir de uma análise de quatro variáveis (a premissa de uma relação analógica entre a informação e a codificação, a existência ou não de uma relação direta entre o suporte e a descodificação da mensagem, a tangibilidade ou intangibilidade do suporte, bem como a sua estabilidade ou instabilidade), a autora conclui propondo uma classificação documental em quatro classes: *Documentos analógicos facilmente descodificáveis; Documentos analógicos sem impacto visual direto; Documentos digitais tangíveis e não diretamente descodificáveis, e Documentos digitais intangíveis sem impacto visual direto* (Rodriguez Bravo, 2002, p.477).

Apresentando o que entende por documento de carácter administrativo ou documento de arquivo, a autora vai ao encontro de Le Goff ao invocar o carácter probatório do documento, abordando a questão da Diplomática e da História, dado que compete à Diplomática analisar a origem, a forma, o meio de transmissão dos documentos arquivísticos, bem como os factos reproduzidos, para em conformidade determinar a sua autenticidade (Alves & Silva, 2016, p.85). O carácter administrativo do documento, vai buscá-lo à base legislativa, às características e à tipologia dos documentos (Rodriguez Bravo, 2002, p.479).

Se analisarmos mais atentamente o verbete proposto por Le Goff, é certo que com a ascensão do Iluminismo, o documento emerge com o seu valor probatório e testemunhal, ainda que influenciado pela intervenção direta do historiador que participa na sua escolha, e não se resumindo ao conteúdo registado em texto (Silva, 2014, p.336-337). Seguindo esse raciocínio, Krzysztof Pomian apresenta-nos o documento, como é entendido por Le Goff, como um semióforo, um objeto sem utilidade aparente, dotado de significado, isento de manipulação, de uso (Silva, 2014, p.337). Proposta que não é ainda consensual, uma vez que pode acontecer que um documento seja reutilizável, ainda que com outra função divergente da função original (Silva, 2014, p.339).

A necessidade de ampliar a noção de documento invocada por Le Goff e consubstanciada por Bloch e L. Febvre (Le Goff, 1990, p.466; Silva, 2014, p. 337), chega-nos de uma necessária dissociação entre autenticidade e veracidade. Um documento escrito autêntico não é imperativamente um documento verdadeiro, podendo o caráter probatório do documento resultar de uma forte influência por parte dos historiadores enquanto seres humanos, e de outros fatores, como o contexto de produção, ou as questões espaço-temporais (Silva, 2014, p.338).

São vários os investigadores que se debruçaram sobre a questão da Informação, buscando uma base epistemológica e filosófica. Rafael Capurro propõe-nos uma teoria da informação que pressupõe que Informação e Comunicação sejam conceitos sinónimos (Silva, 2014, p.344).

The development of an anthropological information theory within the framework of hermeneutics embracing not just the interpretation but also the construction and transmission of messages is still an open task. It concerns not only information and library science but also 'informatics' (or computer science). The intersection between hermeneutics and information theory means not only a transformation of the later but also of the former seeing that traditional hermeneutics was primarily oriented towards the interpretation of the spoken word and/or printed texts. A hermeneutics of information science should also embrace the construction and transmission of

messages by particularly taking into account the question of the media, as has indeed been done since Plato's criticisms of writing. In our present situation we are looking particularly for the new hermeneutic questions which arise in an electronically networks world (Silva, 2014, p.344, *como citado em Capurro, 1996*).

O mesmo autor defende também que a Ciência da Informação tem origem em dois grandes campos, a Biblioteconomia e as Tecnologias digitais (Silva, 2014, p.345). Analisando a questão dos paradigmas em CI, Capurro apresenta-nos: o paradigma físico, admitindo a existência de um objeto físico entre o emissor e o recetor eliminando o papel do utilizador na recuperação da informação; o paradigma cognitivo, que advoga a existência de uma rede de conteúdos intelectuais num plano cognitivo; o paradigma social, que releva o contexto social e material; e um paradigma cognitivo e social, que resulta de uma espécie de fusão dos dois paradigmas anteriores (Silva, 2014, p.346). O raciocínio de Capurro conduz-nos a uma associação da informação ao contexto individual e coletivo, humano e social.

Um outro investigador, Fernando Ilharco, apresenta-nos também a interpretação (filosófico/sociológica) do fenómeno Informação mediante quatro paradigmas: interpretativista, funcionalista, humanista radical e funcionalista radical. Relaciona o paradigma interpretativista com uma estreita relação, e mesmo um sinónimo entre a informação e o seu significado (a informação significa que o sujeito ficou informado). No paradigma humanista radical, a informação surge do ato de comunicar, com uma relação direta com o contexto de produção. Para os paradigmas estruturalista radical e funcionalista, a informação é vista como um objeto. O paradigma funcionalista acumula com o interpretativista a questão da estabilidade entre o contexto que rodeia o sujeito (coisas materiais, fenómenos e condições naturais). Por fim, no paradigma estruturalista radical há uma convergência humanista radical no que respeita às transformações do mundo e da sociedade (Silva, 2014, p.348).

Ilharco aborda de forma bastante peculiar o fenómeno da informação, desenvolvendo, a partir de um problema raiz, várias outras questões. Assim, a partir da questão "O que é a informação?", debruça-se sobre a questão ontológica, epistemológica, a relação com

a realidade, a veracidade, a definição de dados, a definição de conhecimento e a relação com informação, os níveis de abstração, o papel da ação, da comunicação e da linguagem, a questão da inteligência artificial, da utilidade da informação, das mudanças de índole individual, social, cultural, a evolução das TIC e a informação tecnológica, a questão ética e o papel do 'ser' na informação (Silva, 2014, p.349-350).

São questões que nos abrem caminho para consolidar o conceito de Informação enquanto objeto da CI. Esse mesmo conceito de Informação foi também sofrendo uma evolução, em sintonia com o próprio fenómeno Infocomunicacional, com o objetivo de se tornar um objeto de estudo comum para as Ciências da Informação e da Comunicação, com um contributo de todas as ciências que integram o mundo interdisciplinar das Ciências da Informação e da Comunicação (Gouveia & Silva, 2020, p.16).

Com a emergência do meio digital e com o seu papel cada vez mais presente no processamento, armazenamento, recuperação/acesso e comunicação da informação, com uma quase simultaneidade entre a produção e o consumo da informação, a título individual e coletivo, verifica-se assim a possibilidade de uma ocorrência contínua entre a produção da informação e o fenómeno infocomunicacional. O crescente uso das TIC, do meio digital, e conseqüentemente da organização em rede, assumem-se como as três características que melhor definem a atual Sociedade em Rede, o que possibilitou uma maior e mais rápida difusão da informação, apostando-se na formação de recursos humanos e numa Organização e Representação da Informação baseada em processos, com o objetivo de maximizar a utilização das TIC, o que terá conduzido ou pelo menos contribuído para uma organização em rede entre utilizadores/ investigadores e dentro das próprias organizações (Gouveia & Silva, 2020, p.17).

Esta organização digital em rede traz novos desafios aos utilizadores, nomeadamente um maior volume de informação, um acesso mais rápido e mais complexo. Desafios que exigem mais e melhores respostas, num meio em constante transformação e evolução (Gouveia & Silva, 2020, p.18).

Longo tem sido o caminho percorrido na busca de uma definição consensual de *Informação*, e com uma cada vez maior influência das TIC, várias vão sendo as propostas de definição que nos vão surgindo por parte das diversas escolas. Wolfgang e Wechild Stock propõem para objeto de estudo da CI a representação, produção, armazenamento e recuperação da informação relevante (Gouveia & Silva, 2020, p.19, *como citado em* Stock & Stock, 2015, p.3). Capurro e Hjørland apresentavam em 2007 um postulado diferente, assumindo a informação como sinónimo de conhecimento. Os autores vão mais além, defendendo que deve ser o objeto de estudo o fator identificador de determinada ciência, e não as suas ferramentas, postulando um necessário refinamento e análise por parte da Ciência da Informação face à produção, recolha, armazenamento, organização, integração, divulgação, transformação e utilização do seu objeto de estudo, a Informação (Gouveia & Silva, 2020, p.20, *como citado em* Capurro & Hjørland, 2007, p.149). No entanto, segundo Luís Gouveia e Armando Malheiro da Silva, está em falta a necessária integração da Arquivística como disciplina auxiliar, e discordam do facto de Capurro e Hjørland proporem um trabalho do específico para o geral, porque o processo não é a informação, mas sim o modo como se desenrola a conversão da Comunicação e da Informação no objeto de estudo da CI (Gouveia & Silva, 2020, p.21). Partilhando alguma sintonia com Capurro e Hjørland, em 2002, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro avançam para a seguinte definição de Informação

Conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco, compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccional (Gouveia & Silva, 2020, p.23, *como citado em* Silva & Ribeiro, 2002, p.37).

Em 2006, pela mão de Armando Malheiro da Silva, dá-se um aperfeiçoamento desta definição, ficando postulado que se subentende por Informação um

Conjunto estruturado de representações mentais **e emocionais** codificadas (**signos e símbolos**) e modeladas com/ pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e,

portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidireccionada (Gouveia & Silva, 2020, p.24, *como citado em* Silva, 2006, p.25).

Em 2004, Fernanda Ribeiro descreve a CI como um fenómeno humano e social que envolve um sujeito dotado de capacidade cognitiva, emotiva, de ação e interação com o contexto envolvente, integrando a componente psicossomática do ser humano, a sua capacidade comunicacional. Desta forma surge a relação com a Comunicação e com a Documentação/ o Documento, que entendemos como Informação registada (Ribeiro, 2004, p.2).

Para que qualquer ciência se consiga afirmar, ela carece de um objeto de estudo cientificamente aceite, o que nos conduz a um esforço contínuo para a sua definição. Em sintonia com esse esforço, em 2014, na obra *e-Infocomunicação: estratégias e aplicações*, numa nota de editor é consolidada a questão interdisciplinar, a Informação como objeto científico da CI e das Ciências da Comunicação, a preponderância do fenómeno infocomunicacional, e a componente da investigação para a qual se vão tornando cada vez mais preponderantes as plataformas digitais (Gouveia & Silva, 2020, p.27)<sup>9</sup>.

Luís Gouveia e Armando Malheiro da Silva avançam para um ajustamento ao conceito de Informação, estabelecendo que se entende como um

Conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas socialmente, possíveis de serem inscritas num qualquer suporte material externo e passíveis, portanto, de serem partilhadas de forma síncrona ou assíncrona e direccionada ou multidireccionada (Gouveia & Silva, 2020, p.29).

Os autores decompõem este conceito em três módulos:

---

<sup>9</sup> Cf. (Passarelli, B.; Silva, A.; Ramos, F., 2014): iv.

- no primeiro módulo, que designam de *conjunto estruturado de representações racionais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas socialmente*, estabelecem a relação entre o social e o racional, enfatizando a componente cognitiva do ser humano. Através da representação mental e emocional abrange o conhecimento explícito (Gouveia & Silva, 2020, p.27).

- no segundo módulo, que os autores relacionam com a seguinte parte do conceito, *passíveis de serem inscritas num qualquer suporte material externo*, é avançada a separação entre o suporte e o conteúdo, com a materialização num suporte, da representação que se codificou na mente do sujeito informador. Há um claro contributo para a clarificação do conceito de Documento, correspondente à informação registada (Gouveia & Silva, 2020,p.28).

- no terceiro módulo, *e suscetíveis, portanto, de serem partilhadas, de forma síncrona ou assíncrona, direcionada e multidireccionada*, verifica-se a relação direta entre a Informação e a Comunicação, com a assunção da Informação como objeto de estudo das Ciências da Comunicação. A Informação deve ser passível de ser comunicada, partilhada, e a partir do momento em que é assimilada, transforma-se, devolvendo no sujeito uma compreensão correta (ou errada) do que foi transmitido. O fenómeno infocomunicacional, dá-se precisamente quando acontece essa articulação entre Informação e Comunicação, potenciada também pelo documento (Gouveia & Silva, 2020, p.28).

O fenómeno infocomunicacional resulta da ocorrência de três áreas fulcrais da CI: produção da informação e consequentemente do fluxo informacional, a Organização e Representação da Informação e o Comportamento Informacional dos utilizadores (Gouveia & Silva, 2020, p.29).

A primeira área remete-nos para uma necessária análise orgânico-funcional da instituição ou da entidade em causa. A segunda área é eminentemente tecnicista, com ênfase para a questão da mediação da informação e a atribuição de um papel cada vez mais ativo ao utilizador (a abordar no Capítulo II). Na terceira área, relacionada com o Comportamento Informacional, e está implícita a relação com a procura, o uso e a

reprodução da informação por parte do utilizador, defende-se a adoção da designação de *Comportamento Infocomunicacional*.

### **1.3. Memória e Identidade: o conceito no contexto histórico-informacional**

We know of no people without names, no languages or cultures in which some manner of distinctions between self and other we and they are not made. Though the concern may be universal, however, the identities, themselves are not (Calhoun, 1994, p.9).

Usamos esta citação pelo acento que Craig Calhoun colocou na especificidade do conceito de identidade. Distingue o "eu" e o "eles" como características humanas universais, do conteúdo específico destas identidades, ou seja, quem pertence a que grupo e o que essa identidade significa, não é universal.

Com efeito, segundo Castells, a *identidade* é um processo de construção do significado, fundamentado numa questão ou num conjunto de questões culturais inter-relacionadas, que predominam sobre outras formas de significado, o que justifica a utilização do plural, identidades, de acordo com o posicionamento relacional do indivíduo. Estabelecendo uma diferença entre os conceitos de *identidade* e *papel*, Castells defende que o papel dos atores sociais inegavelmente influencia o seu comportamento, entre acordos e negociações, entre interesses individuais e coletivos. Por sua vez, a *identidade* constitui-se numa fonte de significado para os atores sociais, que se desenvolvem um *processo de individualização*, ou seja, a identidade organiza o significado, uma espécie de identificação simbólica, e o papel organiza a função de cada um dos seus elementos (Castells, 2003, p.2-3). Ou seja, o significado de uma sociedade em rede pressupõe a organização de uma identidade primária, sólida e passível de ser suportada ao longo do tempo e do espaço (Castells, 2003, p.3).

Toda a identidade é construída, e segundo Castells, há três formas e origens distintas para a construção da identidade: a identidade pode ser *legitimadora*, de *resistência*, ou de *projeto*. Estamos perante uma identidade legitimadora, quando esta é criada por

instituições detentoras de poder na sociedade, de forma a expandir o seu domínio sobre os atores sociais. A *identidade de resistência* é construída pelos atores sociais inseridos em classes oprimidas, construindo uma barreira de resistência que entra em conflito com os princípios da classe opressora. Por último, estamos perante uma identidade de projeto sempre que os atores sociais precisam de construir uma nova identidade, que permita uma alteração da sua própria posição na sociedade, proporcionando-se dessa forma uma alteração da estrutura social. A título de exemplo o autor cita o caso do feminismo, que transita da luta pelos direitos da mulher para enfrentar a questão da sociedade patriarcal (Castells, 2003, p.3-4).

As identidades não são estáticas, uma *identidade de resistência* pode transitar para uma *identidade legitimadora*, ou para uma *identidade de projeto*, ou vice-versa (Castells, 2003, p.4).

Cada processo de construção leva à construção de uma sociedade distinta, a *identidade legitimadora* conduz a uma *sociedade civil*, composta por atores sociais individuais e coletivos (organizações e instituições), que reflete depois uma estrutura social com instituições dominantes. A *identidade de resistência* conduz por sua vez a uma sociedade composta por comunidades (Castells, 2003, p.5).

Castells elege mesmo a *identidade de resistência* como, porventura, o mais importante tipo de construção de identidade, uma vez que proporciona o aparecimento de formas de resistência coletiva, partindo de identidades definidas pela História, pela Geografia ou pela Biologia. Para abordar o resultado do terceiro tipo de construção de identidade, a identidade de projeto, defende que a identidade de projeto produz sujeitos (para vermos a definição de sujeito, atente-se ao que afirma Alain Touraine em 1995)

Chamo sujeito ao desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo um conjunto de experiências da vida individual... A transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades e a dos indivíduos contra o mercado.” (Castells, 2003, p.7).

Note-se que Castells não define o sujeito como indivíduo, mas como um ator social coletivo. consistindo a criação da identidade na criação de um projeto de vida diferente, que conduza à transformação da própria sociedade, e a título de exemplo temos de novo as sociedades patriarcais, onde verificamos a libertação e a emancipação das mulheres, ou então, o caso da tolerância religiosa e da conversão aos valores da família (Castells, 2003, p.7).

Ao relacionar a dinâmica da identidade com a sociedade em rede, Castells defende que o próprio aparecimento da sociedade em rede é conducente aos processos de construção de identidade e consequentemente novas formas de transformar a sociedade. Isto porque a Sociedade em Rede está construída tendo por base algo que o autor designa de “disjunção sistémica” entre o global e o local, bem como a separação (temporal e espacial) do poder e da experiência, tornando complicado um planeamento social, a construção da intimidade, tendo por base a confiança, também torna necessário redefinir a identidade independentemente da lógica de formação em rede das instituições dominantes. Isso inviabiliza a funcionalidade das instituições da Sociedade Civil, porque há uma interrupção entre a criação de poder numa rede global e a harmonização e representação numa sociedade e cultura específica, defendendo que a procura pelo significado decorra reconstruindo o que o autor designa de identidades defensivas através dos princípios vigentes nas comunidades. Podem aparecer identidades de projeto, mas sempre dependendo das sociedades em que estão inseridas (Castells, 2003, p.8-9).

Intimamente relacionada com a questão da identidade, está a questão da *etnia*. O Dicionário Priberam da Língua Portuguesa define *etnia* como “Agrupamento de famílias numa área geográfica, cuja unidade assenta numa estrutura familiar, económica e social comum, e numa cultura comum”<sup>10</sup>. Nesse sentido, funciona como uma forma de reconhecimento e significado de um povo (desde o início da humanidade), e, simultaneamente, como fator de distinção e discriminação, constituindo-se como um

---

<sup>10</sup> Cf. <https://dicionario.priberam.org/etnia>.

tema central na dinâmica social. Dessa forma constitui-se como fonte de significado e identidade, integrando-se na sociedade tendo por base um conjunto de princípios/costumes, como a religião, género ou nacionalidade (Castells, 2003a, p.9).

Para perceber as transformações de uma determinada comunidade, Castells defende que é necessário analisar a sua origem histórica, acompanhar a sua evolução enquanto comunidade, estudar as adaptações culturais a que os seus membros foram sujeitos. Para exemplificar um estudo de uma etnia, Castells utiliza o exemplo da população afroamericana nos Estados Unidos da América. Começou por 'ir' até à origem histórica da identidade desse conjunto populacional, um povo escravizado e controlado pela 'sociedade livre', vendo a sua condição humana ser-lhes negada, com o objetivo de respeitar o princípio da sociedade norte-americana, "Todos os homens são iguais". Dá-se então uma adaptação cultural, a comunidade negra aprende a ser invisível, sem, no entanto, se aniquilar. Foi analisada a divisão da comunidade em diferentes estratos sociais, concluindo que a parte da população pertencente à classe média começa a abandonar os centros das cidades, fixando-se nos subúrbios, paralelamente, dá-se uma ascensão da classe política negra, que consegue obter o apoio da classe mais baixa, apresentando como contrapartida a oferta de programas sociais que vão de encontro às suas necessidades. O autor previa que acontecesse uma dupla evolução cultural para a comunidade negra, por um lado a assimilação da classe média negra por parte da sociedade norte-americana, por outro lado, os elementos da classe mais baixa poderiam deixar de ser vistos como negros, passando a ser vistos como 'pobres'. No entanto, essas previsões parecem não se concretizar, uma vez que é precisamente a classe média da população negra que mais se sente discriminada, por outro lado, a classe branca parece acreditar que a classe média negra é beneficiada pelas sucessivas ações políticas. Por sua vez, a classe mais baixa da população negra, embora consciente da questão do racismo, parece ser a camada que mais acredita no sonho americano, estando, no entanto, a perder a confiança no sistema. Dessa forma, a diferença entre as duas classes vai-se tornando cada vez maior (Castells, 2003a, p.9).

Uma vez que a etnia está baseada em afetações primárias, que se retiradas do contexto perdem o significado, e questões relevantes como a religião, o nacionalismo, e a cultura,

defende que a etnia é fundamental para proteger territórios. Dado o sentimento de autoproteção vigente nas comunidades culturais e territoriais, dá-se uma completa descaraterização da componente étnica (Castells, 2003a, p.9).

### **Identidade e Nacionalismo em Timor-Leste**

Usando a reflexão encetada por Castells terá sentido refletir sobre os processos de construção da identidade timorense. O desafio advém da reflexão atual acerca da construção de uma identidade nacional, que tem incidido, fundamentalmente, sobre o período de ocupação indonésia (1975-1999) e pela resistência timorense. Contudo, atualmente, o futuro do nacionalismo, enraizado nos próprios discursos de Xanana Gusmão, parece fazer emergir um caráter distinto ao nacionalismo Timorense, que vai beber o seu destino futuro a uma identidade étnico-histórica, cultural e religiosa (Leach, 2019a, p.284).

É importante perceber-se que entre 1975 e 1999 Timor-Leste viveu dois processos distintos e simultaneamente relacionados, a independência face à Indonésia e a autodeterminação face a Portugal. Talvez como fruto desse contexto económico, social e político, Xanana avança para o desenvolvimento de uma identidade de cariz político, como resultado final de um processo composto pela agregação de fatores de ordem étnica, histórica, cultural e religiosa (Leach, 2019a, p.284). Como fruto da sua luta pela autodeterminação, em Timor-Leste foi desenvolvido um nacionalismo com um forte pendor anticolonial. Entre 1974-1975, Timor-Leste era mesmo visto como um caso paradigmático de nacionalismo anticolonial (Leach, 2019a, p.285). De acordo com Michael Leach, esse nacionalismo anticolonial não foi alheio a novos tipos de vivência étnica, como o facto da sociedade timorense se tornar predominantemente católica e assumir o Tétum com língua franca (ainda segundo Michael Leach, o catolicismo veio a expandir-se muito mais, ainda durante a ocupação indonésia, assumindo uma forma de resistência passiva) (Leach, 2019a, p.285). Para analisar a origem da identidade nacional timorense, Michael Leach retrocede aos primórdios da ocupação portuguesa, salientando a resistência timorense face a Portugal. As sucessivas revoltas contra

Portugal, enquanto país colonizador, conduziram a uma reconfiguração militar do território por parte de Portugal e à dissolução dos 'reinos' tradicionais, criando as condições para o desenvolvimento de uma identidade de Timor-Leste. O autor defende ainda que em 1974 Timor-Leste criou uma visão muito própria do nacionalismo (Leach, 2019a, p.288).

Com o início do processo de descolonização dá-se a formação dos partidos políticos, apresentando cada um deles uma visão mais ou menos particular do nacionalismo. A FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), com o seu nacionalismo social-democrata, (representado por uma imagem de união do Povo Maubere), a UDT (União Democrática Timorese) propunha uma assimilação da identidade lusitana. A APODETI (Associação Popular Democrática Timorese), que defendia a integração com a Indonésia, disseminava a ideia de uma antiga união entre os dois povos. A KOTA (Klibur Oan Timor Asuwain), apresentava uma visão mais tradicionalista, com o intuito de restabelecer a autoridade dos liurais, recuperando os 'reinos' tradicionais e propondo a reorganização do território. É clara a diferença de significado entre a FRETILIN e a UDT, no que respeita à utilização do termo *povo*. A FRETILIN fá-lo, referindo-se ao Povo Maubere, mas quem é o Povo Maubere? O Povo Maubere é a elite proprietária de terras. A estas propostas apresentadas pelos partidos, o autor chama de *cartas de intenções*. Durante a ocupação indonésia, surge uma outra carta de intenções, proposta pelo CNRM (Conselho Nacional de Resistência Maubere), focado na autodeterminação (Leach, 2019a, p.290).

## 2. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA INFOSFERA

Iniciamos este capítulo com uma abordagem à componente da mediação e ao caminho percorrido até à mediação centrada no utilizador, desde os primórdios da Arquivística até ao Novo Paradigma Informacional ou Científico.

### 2.1. Do saber técnico à mediação centrada no utilizador

#### Um saber técnico para o acesso aos “documentos”

A prática de organizar a informação considerando o seu processo de produção e armazenamento remonta a tempos imemoriais, com a ‘arrumação’ segundo formatos, suportes (sejam as *tabuinhas de argila, papiros, pergaminhos,...*), e mesmo considerando as diversas tipologias de informação (textos de índole literária, contabilística, legislativa,...) (Ribeiro, 2005, p.84). Mas indo além das iniciativas de organização segundo formatos, suportes ou tipologias, era cada vez mais imperativo potenciar o acesso em tempo útil ao próprio conteúdo. Começaram então a desenvolver-se instrumentos de pesquisa, como catálogos, inventários, índices, que funcionando como representações imagéticas da informação, proporcionassem aos utilizadores um fácil acesso à informação, e em simultâneo permitissem ao profissional da informação ter um controlo sobre a localização física dos documentos (Ribeiro, 2005, p.85).

Fernanda Ribeiro traz-nos o exemplo do Catálogo mais antigo conhecido até à data, o *Pinakes*, catálogo da Biblioteca de Alexandria (320-240 a.c.), que apresentava já uma ordem ideográfica e onomástica, assumindo-se como um catálogo de referência na literatura na Grécia Antiga (Ribeiro, 2005, p.85). No entanto, apenas após o final do século XVIII se assiste a uma crescente preocupação com a criação de instrumentos de pesquisa de informação, destacando-se uma relação direta com a ascensão da Arquivologia e da Biblioteconomia ao estatuto de disciplinas autónomas. Com o impulso na conceção de instrumentos de pesquisa, surgem também as primeiras tentativas de

normalização para a construção de catálogos. Dessa forma, em 1841, e com o objetivo de regular a criação de catálogos para livros impressos, cartografia e música, surgem pela autoria de Antonio Panizzi (bibliotecário na British Library) as “91 regras de catalogação” (Ribeiro, 2005, p.86).

Inevitavelmente, com a Revolução Francesa e com a concentração de um elevadíssimo volume de informação sob a tutela do Estado, surge a necessidade de instituir serviços de informação com a missão de preservar e gerir essa informação, surgem assim os *Archives Nationales* (criados pelo Decreto-Lei de 12 de setembro de 1790)<sup>11</sup>, cujo modelo se vai depois replicando por todo o continente europeu (Ribeiro, 2005, p.86).

Paralelamente, há uma crescente aposta na formação do profissional da informação e na implementação de regras de catalogação. Em 1876 é lançada a *Dewey Decimal Classification*, no mesmo ano, pela autoria de Charles Ammi Cutter, surgem as *Rules for a Dictionary Catalogue*, dedicadas à representação da informação. É ainda em 1876/1877 que surgem as primeiras associações profissionais - American Library Association (ALA) e 1876 e a Library Association (Reino Unido) em 1877. Anos mais tarde, em 1895, Paul Otlet e Henri de La Fontaine criam na Bélgica o Instituto Internacional de Bibliografia, três anos mais tarde, surge na Holanda o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, que conduz à assunção da Arquivística como disciplina autónoma. Em 1905 Paul Otlet e Henri de La Fontaine editam uma primeira versão do que se viria a tornar a Classificação Decimal Universal, o *Manuel du Répertoire Bibliographique Universel*. E em 1908 surge o *Anglo-American Cataloguing Rules* (Ribeiro, 2005, p.87).

Também em Portugal, após a Revolução Liberal de 1820, com as nacionalizações das propriedades da Igreja, com os correspondentes cartórios e livrarias, deu-se uma alteração do *Arquivo da Coroa*, que passou a assumir-se como *Arquivo Nacional*, e da

---

<sup>11</sup> Cf. Archives Nationales, <https://www.archives-nationales.culture.gouv.fr/fr/web/guest/histoire-de-l-institution>;jsessionid=ADCB0E36423155232244D57EA18BFE5E

própria *Biblioteca Nacional* e de outros serviços públicos, que sofreram incorporações de elevados volumes documentais (Ribeiro, 2005, p.87). Como consequência, deu-se também uma aposta da componente tecnicista dos arquivos e das bibliotecas, refletida na criação da *Inspecção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos* (organismo criado a 29 de dezembro de 1887, que tinha por missão inspecionar os arquivos, bibliotecas e serviços de informação tutelados pelo Estado) (Ribeiro, 2005, p.88).

No dia 8 de maio de 1918, o *Decreto 4.312* permitiu uma reforma legislativa, que apostando na vertente técnica, acompanhou o processo de autonomização administrativa e técnica da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, vista como uma aposta para melhorar os serviços, tanto da biblioteca como do arquivo. O mesmo Decreto determina também uma uniformização das normas de catalogação de todas as bibliotecas e arquivos que estavam sob a dependência do Ministério da Instrução Pública. Era de resto uma harmonização prevista desde 1912, em Decreto-Lei publicado a 30 de agosto. Todavia, no caso dos arquivos, a adoção de um sistema de catalogação uniforme surgiu apenas em 1927, com a publicação das *Normas para o Serviço de Catalogação* (Ribeiro, 2005, p.88).

Viveu-se, entretanto, um período de estagnação, e apenas na década de 80 foram publicadas as *Regras Portuguesas de Catalogação*, e simultaneamente deram-se os primeiros passos para uma efetiva normalização da descrição nos arquivos (Ribeiro, 2005, p.89).

A evolução das TIC manifestou-se também não apenas na já mencionada alteração paradigmática (ver Capítulo I), mas assumiu também um papel preponderante na evolução da Organização e Representação da Informação, conduzindo-nos entre outros aspetos, a uma clara distinção entre a Informação e o seu suporte (Ribeiro, 2005, p.90).

A evolução dos instrumentos de pesquisa, fortemente influenciada pela evolução das TIC, procurou acompanhar os novos desafios que se impunham. Assim, alinhando com o necessário reequacionamento das disciplinas Arquivística, Biblioteconomia e Documentação, decorrente da alteração paradigmática, e considerando a própria

informação como um fenómeno inerente ao ser humano, que se origina no cérebro, numa relação com o contexto social em que se insere o indivíduo, torna-se necessário integrar o aspeto cognitivo e social no campo interdisciplinar da CI. Evidencia-se também a necessidade da introdução de uma abordagem orgânico-funcional, e um necessário refinamento e padronização das normas de descrição arquivísticas e biblioteconómicas (Ribeiro, 2005, p.93-95). Existe já, desde a segunda metade do século XX, um conjunto de normas internacionais, publicadas pelo International Council of Archives (ICA) e pela International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) destinadas à descrição de documentos de arquivo e de biblioteca, urgindo, entretanto, a promoção da garantia da interoperabilidade.

Mas voltando à questão da interdisciplinaridade da CI, esta é dotada, desde a sua génese de um campo que integra, entre outras disciplinas, a História, no campo das Ciências Humanas e Sociais. Assumindo-se tanto a História como a CI como ciências humanas e sociais, está desde logo encontrado um ponto em comum. Um outro aspeto em comum é o facto da História lidar em modo contínuo com a Informação. Relembrando a emergência da Ciência da Informação, esta terá surgido com a designação de *Information Science*, nos Estados Unidos da América, ao longo da década de sessenta do século XX, assumindo a Informação como objeto. Defende-se uma CI composta por um campo inter e transdisciplinar, na área das Ciências Sociais, que garanta o necessário suporte às disciplinas auxiliares como a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação (Ribeiro, 2008, p.4). Por sua vez a Informação apresenta algumas características específicas: é estruturada pela ação humana e social, há uma integração dinâmica entre o contexto interno e o contexto externo ao sujeito, é dotada de pregnância, passível de ser quantificada, reproduzível e transmissível (Ribeiro, 2008, p.7).

No campo da Ciência da Informação, a questão dos contextos em que ocorre o fenómeno infocomunicacional só pode ser plenamente perceptível e interpretável à luz do processo histórico e com o recurso ao saber histórico, o que é relevado de forma muito particular quando considerado o caso em estudo, o núcleo informacional

produzido e reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães, relativo aos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste, que não deixará de ter impacto na organização e representação da informação.

Acresce que se trata de informação que foi sendo produzida e acumulada ao longo de mais de 30 anos, com datas de produção balizadas entre 1974 e 2007. Esta informação foi sendo acumulada em diversos locais, durante a década de sessenta (a documentação de cariz político), e, com o objetivo de evitar o escrutínio da PIDE, foi dispersa por locais como a casa do Professor Barbedo, de familiares e de amigos (Carvalho, 2007, p.73). Posteriormente, durante a permanência do Professor Barbedo de Magalhães em Timor (1974-1975), parte da informação foi também acumulada e alocada em Timor-Leste (Carvalho, 2007, p.74). Regressado a Portugal em 1975, a informação foi de novo deslocalizada e acondicionada no gabinete do Professor Barbedo nas antigas instalações da FEUP, na Rua dos Bragas, verificando-se, posteriormente, uma nova deslocalização (também para o gabinete do Professor Barbedo), para as atuais instalações na Rua Dr. Roberto Frias. Anos mais tarde, com a possibilidade de um tratamento sistemático da mesma verifica-se a separação da componente de arquivo da componente biblioteca, os documentos de biblioteca foram acondicionados na Biblioteca da FEUP, com a designação “Coleção Timor” e os documentos de arquivo foram acondicionados no Arquivo da FEUP.

A informação começou por ser acondicionada em espaços pequenos, espelhando uma atuação individual, desenvolvida pelo Professor Barbedo, e refletindo um trabalho desenvolvido num ambiente extrainstitucional. Até 2007, e entre 2007 e 2016, a informação foi sendo organizada sob a orientação do próprio Professor Barbedo, numa perspetiva pessoal, no entanto a sua importância para a identidade e memória de Timor-Leste conduziu à necessidade de, contando com a participação do produtor acumulador, desenvolver um estudo científico de conhecimento do contexto de produção/acumulação do acervo com vista à sua preservação, acesso e uso à escala global, e, desde logo, a uma necessária abordagem interdisciplinar entre a CI e a História, com o suporte de interciências como os Sistemas de Informação.

Trabalhar este núcleo informacional à luz da CI impõe-nos em primeiro lugar o exercício de perceber neste contexto o objeto de estudo da CI, a *Informação*, neste caso a Informação reunida neste núcleo informacional. Conhecer o contexto em que foi produzida, a sua utilização, quem a utiliza, qual o seu comportamento informacional, analisar a informação de uma forma holística e integrada.

O Método de Investigação Quadripolar permitir-nos-á enfatizar a questão orgânico-funcional, chegando a um conhecimento detalhado sobre o produtor, formas de produção e potencial conteúdo...essa análise orgânica abrir-nos-á o caminho para determinar as relações sistémicas internas, e a partir daí determinar as relações sistémicas externas, com outros atores intervenientes nestes dois processos, dando o primeiro passo para a construção da rede internacional. O conhecimento profundo do contexto de produção da informação, do comportamento informacional dos seus utilizadores, conduz-nos naturalmente à componente técnica da Organização e Representação da Informação (Ribeiro, 2008, p.13).

À luz da Teoria Sistémica a Informação deve ser pensada numa ótica integradora, como um todo, analisando-se os contextos de produção da informação, e a atividade dos respetivos produtores, o que nos conduzirá a uma estreita relação com outros atores/agentes envolvidos nos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste. Por outro lado, a compreensão do comportamento informacional dos utilizadores (através dos estudos de utilizadores), assumirá um aspeto essencial na nossa investigação. Assumimos também a importância dos estudos necessários à avaliação da informação, bem como à sua preservação.

### **Da comunicação à mediação centrada no utilizador**

Já Yves Le Coadic abordava, a problemática da comunicação da informação. Não o faz no sentido comum de mediação da informação (entre o serviço e o utilizador), mas defende que as diversas comunidades científicas devem funcionar como redes de organização e relações sociais, que através de um carácter formal e/ou informal, desempenham uma multiplicidade de funções, com especial foco na comunicação.

Compete, pois, à comunicação garantir a partilha de informação, colocar os investigadores em contacto entre si e promover a difusão e a divulgação da informação através dos meios específicos (Le Coadic,1996, p.35).

Segundo Le Coadic, a comunicação é dividida em dois aspetos essenciais: as práticas e os processos. Começando pelas práticas de comunicação, é especificado que a comunicação representa uma componente muito relevante no trabalho de cada investigador, estimando-se que nas ciências exatas cada investigador dedique cerca de 40% do seu tempo à comunicação. No que respeita aos processos de comunicação, o autor destaca dois, distintos, mas relacionados entre si: o processo escrito e o processo oral. Atribui à comunicação escrita as publicações (que categoriza entre primárias, secundárias e terciárias, apresentando como publicações primárias a primeira demonstração de resultados, e como publicações secundárias e terciárias, publicações realizadas a partir de publicações primárias). A comunicação oral é por sua vez definida como uma apresentação pública, sob a forma de participação em colóquios, conferências, seminários (Le Coadic,1996, p.39-40).

Existem ainda os elementos formais e informais, os elementos formais caracterizam-se por uma audiência mais vasta (público), trata-se de informação antiga, armazenada e passível de ser recuperada, validada, disseminada, uma ausência de redundância e de interação direta. Os elementos informais, distinguem-se por uma audiência mais restrita, a informação não está armazenada nem é recuperável, trata-se de informação recente, não validada, cujo fluxo de disseminação é escolhido pelo produtor, por vezes muito redundante e com uma interação direta (Le Coadic,1996, p.41).

Apesar dos elementos formais garantirem um armazenamento e uma recuperação da informação mais eficiente, eles não são explorados na sua plenitude. Pelo contrário o que parecia acontecer é que uma maior percentagem da atenção dos investigadores ia para os chamados elementos informais (a título de exemplo de temos os *Colégios Invisíveis*, grupos de investigadores provenientes de diferentes instituições e por vezes de diferentes países, que mantendo um interesse de investigação comum, partilham

informação entre si, os guardiões da informação, aqueles de quem todos os outros investigadores dependem; o autor elenca ainda o correio eletrónico e as conferências eletrónicas (atualmente trabalhamos já com videoconferências) (Le Coadic, 1996, p.41).

No seio da Ciência da Informação, e analisando o papel mediador do profissional da informação, constata-se que este começa a ganhar relevância logo a partir da revolução francesa, a par da emergência dos serviços de informação (Arquivos, Bibliotecas e Museus). O próprio serviço de informação funciona como intermediário entre o utilizador e a informação, assumindo também o papel de decodificador de linguagem, de forma a tornar acessível a própria informação. No entanto, ao permitir ao profissional de forma arbitrária fornecer ou sonegar o acesso à informação, o papel de mediador pode funcionar de forma traiçoeira, aliás, a questão da custódia, tão característica do paradigma custodial, era bem latente nos serviços de informação. No início do século XX, a luta contra o analfabetismo, proporcionou uma maior abertura ao papel mediador por parte das bibliotecas. Nos Arquivos, essa abertura foi mais tardia, vigorando uma *mediação passiva*, causando uma dificuldade acrescida no acesso à informação, promovendo o custodialismo (Ribeiro, 2009, p.28).

A mediação é apresentada como uma articulação entre o sujeito, enquanto indivíduo e a envolvente coletiva da sociabilidade e relações sociais. Também as componentes linguística e simbólica, ao assumirem-se como códigos determinados pela sociedade, estão condicionadas a estruturas e regras coletivas, utilizadas pelo sujeito para que este se possa exprimir a título individual, constituindo-se a componente linguística e simbólica como o primeiro tipo de mediação. Também os media e as outras formas de interação e comunicação social se constituem como mediação, porque possibilitam aos seus leitores e utilizadores a apropriação individual da informação disseminada. A mediação parte de um sistema linguístico, um sistema de códigos que sendo comum para uma determinada sociedade ou cultura, se constrói em simultâneo como um sistema de relações sociais, relações coletivas e em rede, que permite a um indivíduo o reconhecimento por parte da sociedade em que está inserido (Ribeiro, 2009, p.29).

As mediações institucionais constituem-se como um terceiro tipo de mediação, e como o próprio nome sugere, são desencadeadas pelas instituições enquanto atores sociais. Os três tipos de mediação podem decorrer em simultâneo. No entanto, parece haver uma predominância da comunicação enquanto comunicação na envolvente social, enquanto a própria mediação institucional integra principalmente os já mencionados serviços de informação (Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação, Museus), o que é compreensível uma vez que a sua vocação original seria integrar a informação de relevância sobre a identidade de um povo (Ribeiro, 2009, p.29-30).

A própria postura do profissional da informação era um contributo para modelar a informação no interior das próprias instituições, colaborando inicialmente para projetar o paradigma custodial e historicista e para a transição paradigmática bem como para uma mediação com um carácter mais direcionado para o utilizador (Ribeiro, 2009, p.27).

Essa transição de uma atitude passiva para uma melhor orientação para as necessidades do utilizador, ganhou um maior impulso precisamente após a II Guerra Mundial, com o *boom* da informação e com a transição de paradigma a partir dos anos setenta, assumindo o utilizador uma importância central para os serviços de informação que começam a procurar ir ao encontro das suas necessidades (Ribeiro, 2009, p.30).

Essa alteração exige que os serviços precisem de conhecer o perfil dos utilizadores e leva ao desenvolvimento dos chamados Estudos de Utilizadores, que tinham como objetivo revelar o comportamento informacional e as necessidades dos utilizadores, para que os serviços pudessem ir ao encontro dessas necessidades (Ribeiro, 2009, p.30).

Malheiro da Silva alinha com os pressupostos anteriores, começando por estabelecer que é função dos Serviços de Informação promover o acesso à informação, defendendo uma proximidade entre o serviço e o utilizador (Silva, 2010, p.77).

Converge com Fernanda Ribeiro quando apresenta a mediação como um fator de articulação e de comunicação entre o indivíduo e a componente social coletiva e da própria relação social, apresentando a língua e os símbolos como códigos sociais

específicos, sujeitos a um conjunto de regras comum a toda uma sociedade, possibilitando a realização da mediação. Converte também com Fernanda Ribeiro quando elenca os próprios media e a comunicação social como mediadores, bem como a chamada *mediação institucional*, assumindo a mediação como um elemento que liga o remetente ao destinatário. O indivíduo emerge enquanto ser social, relegando a sua individualidade para segundo plano (Silva, 2010, p.81).

Apresenta-nos a Biblioteca e o Arquivo como instituições cuja missão primordial é integrar e preservar toda a produção de cariz intelectual, administrativa e política de um povo, enfim a entidade desse povo. No século XX, surge um outro Serviço de Informação, denominado de Centro de Documentação. Os Centros de Documentação assumem também uma ótica institucional, suscetíveis por isso à utilização de uma comunicação e mediação de cariz institucional (Silva, 2010, p.82).

Aborda também o eventual papel perverso do profissional da informação enquanto mediador, perpetuando a tutela/custodia, sonhando arbitrariamente informação. Para isso socorre-se de três autores, começando com o exemplo de Paul Otlet, este estabelece que o principal objetivo do profissional da informação deveria ser dar a conhecer aos utilizadores todas as potencialidades dos livros, conjugando para isso uma componente intelectual, técnica e social. Assumia também a função de assistir e de apoiar o leitor e o investigador, refletindo-se aqui a relevância do seu papel para mediar a comunicação da instituição (Arquivo e/ou Biblioteca). O Bibliotecário e o Arquivista assumem então inequivocamente o papel de mediadores, com poder de interferência e influência na transmissão da informação e garantindo o acesso à mesma. Em 1935, no II Congresso Mundial de Bibliotecas e Bibliografia, Jose Ortega Y Gasset discute precisamente a questão da mediação associada à intervenção...entrega ao Bibliotecário uma nova missão, a missão de controlar o livro. Um outro autor que se destaca nesta questão da mediação é Ranganathan, que lutando para conceber e implementar o que o autor designa de *política nacional de informação na Índia*, através da criação de uma rede de bibliotecas públicas e de uma biblioteca nacional. Este último autor criou as cinco leis da Biblioteconomia (também conhecidas como Leis de Ranganathan): os livros

existem para serem lidos; *a cada leitor o seu livro; a cada livro o seu leitor; poupar tempo ao leitor; a biblioteca é um organismo em crescimento*. Foi grande a influência que Ranganathan exerceu e ainda exerce, e do seu trabalho emergiram muitos outros, a título de exemplo o autor cita a Classificação Colon em 1933, vista como o primeiro esquema de classificação integral por facetas (Silva, 2010, p.83-88).

É importante reter que com a explosão da informação, também os serviços de informação se foram expandindo e instalando no ambiente digital, mantendo-se a componente de mediação no âmbito da comunicação social e institucional, verificando-se uma eventual transformação num novo modelo de mediação em rede, e através da Internet. Nesse sentido, e recorrendo a Alex Primo, constata-se duas grandes categorias de interação mediadas por computador: a interação mútua e a interação reativa. Na interação mútua, os atores envolvem-se em constantes problematizações, relacionando-se entre si através de uma espécie de negociação contínua, criando assim uma dinâmica de interação. É precisamente essa contínua problematização que provoca uma transformação no próprio sistema de informação. Por outro lado, na interação reativa, as relações definem-se através de uma dicotomia de estímulo-resposta, imposta pelo menos por um dos atores. Verifica-se o respeito de condições predeterminadas, o que torna possível a repetição de uma interação quase de uma forma infinita. São duas interações diferentes, que, todavia, não são estanques entre si, veja-se o exemplo de uma interação num chat, em que os interventores estão em simultâneo a conversar com outra pessoa e a interagir com o computador (software e hardware), verificando-se uma interação que é simultaneamente interativa e mútua (Silva, 2010, p.97).

O autor parte desta distinção estabelecida por Alex Primo para melhor representar a mediação informacional, que extravasando a questão tridimensional e presencial, é operada em rede, através da Internet. Vai ainda mais longe, ao defender que estamos perante uma multimediação, que se traduz numa multiplicidade de relações, fundadas nas três áreas axiais da Ciência da Informação: produção, organização e representação da informação, e consequentemente no comportamento informacional dos utilizadores (Silva, 2010, p.97).

Há uma cada vez maior disponibilização da informação na Internet, tanto através dos chamados documentos nado-digitais, como através da digitalização massiva de informação, o que nos leva a uma condicionante relacionada com a informática, no que respeita à componente tecnológica e ao desenvolvimento dos softwares de gestão arquivística, competindo a estes profissionais a construção dos modelos para a interação reativa (mediada por computador), tornando-se assim imprescindível um diálogo entre os profissionais da informação e os informáticos (Silva, 2010, p.98).

Uma das tarefas atribuídas ao profissional da informação é proceder à avaliação/seleção da informação a disponibilizar online. No entanto, para um desempenho eficiente dessa tarefa, torna-se necessária a realização de estudos de utilizadores, tanto presencialmente como pela via digital. Informaticamente emerge em 1976 o conceito de Arquitetura de Informação, que foi sofrendo uma evolução, resultando numa combinação entre a organização, a nomenclatura e a navegação dentro do próprio sistema de informação. É a ferramenta necessária para facilitar o acesso dos utilizadores à informação, o que se consegue através da criação de estruturas para os Sistemas de Informação (Silva, 2010, p.99).

A mediação praticada pelo profissional da informação demarca-se por uma interferência direta na seleção dos conteúdos e uma preocupação para evitar que o utilizador se desvie do seu caminho, contando por outro lado com a mediação do profissional da informática que tem a seu cargo a componente de software. Um outro aspeto importante para o profissional da informação é a Literacia Informacional, que o autor define como uma combinação de competências por parte dos utilizadores na pesquisa, avaliação, e utilização da informação (Silva, 2010, p.99-100).

Para abordar a questão da colaboração dos utilizadores na inserção e indexação de conteúdos, temos por exemplo, a teoria de Marshall McLuhan, que defende que o canal ou o meio de comunicação condiciona o recetor considerando as suas características. A interação mútua extravasa o espaço digital, transitando para o contacto presencial, ganhando nesse campo destaque a função mediadora do profissional da

informação, que continua para além de tudo a ser também ele um utilizador (Silva, 2010, p.100).

A Era Digital permite uma sincronização espaciotemporal de aspetos que antes decorriam de forma isolada e separada: a pesquisa, a utilização dos conteúdos, bem como a organização e a produção da informação, que antes eram fenómenos isolados e agora acontecem em rede. Malheiro da Silva conclui referindo que a mediação que está a emergir é a mediação que está a ser construída por todos os infoexcluídos do planeta, que contrariando obstáculos governamentais, políticos e antidemocráticos, surgindo assim uma multiplicidade de mediações (Silva, 2010, p.100-101).

A mediação da informação conduz-nos à questão dos estudos de utilizadores, aqui, começamos por apresentar a visão de Le Coadic (em 1997) sobre os *estudos de necessidades*. O autor defende que estes têm por objetivo melhorar o desempenho do Sistema de Informação e fazem-no através do desenvolvimento de estudos sobre a utilização do sistema, e/ou quando o utilizador sabe de antemão o que pretende (Le Coadic, 1996, p.45).

Segundo o autor, uma análise às necessidades de informação deve responder a oito questões essenciais:

Qual a necessidade de informação? Que tipo de informação? A que grupo de pessoas se destina? Porque têm essa necessidade? Quem decide sobre essa necessidade? Quem seleciona? Que utilização fazem da informação fornecida? Que consequências resultam dessa utilização para o indivíduo, o grupo, a instituição, a sociedade em conjunto?

Le Coadic defende que a resposta dos utilizadores à necessidade de informação será o livro, o documento, o conteúdo (aqui discordamos, contrapondo que a resposta será sempre o conteúdo em detrimento do continente). Talvez para responder a essa questão alguns serviços de informação especializados começaram a analisar o impacto da informação sobre a vida do utilizador (Le Coadic, 1996, p.48).

É também relevante conhecer as circunstâncias que levam o utilizador a desencadear um processo de pesquisa de informação... e segundo o autor existem três razões para defender essa afirmação:

- a questão que o utilizador coloca ao sistema está dependente disso;
- grande parte da interação que se vai desenvolver entre o utilizador e o sistema consistirá numa tentativa de perceber essa questão, considerando as circunstâncias;
- a avaliação do sucesso ou do fracasso dessa interação, realiza-se tendo por base as circunstâncias que a causaram (Le Coadic,1996, p.49).

O autor debruça-se também sobre a interação informacional, e para analisar essa interação, fá-lo através de três aspetos: A questão como um indicador das necessidades de informação; o diálogo; e a Interação Pessoa-Computador-Pessoa...

Começando por abordar a questão como um indicador das necessidades de informação, a análise é feita na medida em que reencaminha o utilizador para uma fonte. A análise da questão que leva o utilizador em busca da informação porque fornece uma descrição do modo como se organizam e reorganizam os sistemas de conhecimento dos utilizadores (Le Coadic,1996, p.50).

Analisando depois o segundo aspeto, o *diálogo*, o autor defende que a interação entre o utilizador e o sistema é o principal componente de um sistema de informação, tornando-se essa interação num diálogo, entre o utilizador e a máquina, ou entre o utilizador e o profissional da informação (Le Coadic,1996, p.51).

Avançando para as interações informacionais, o autor analisa-as à luz de três subtópicos: *a interação pessoa-pessoa, a interação pessoa-computador e a interação pessoa-computador-pessoa.*

Começando pela *interação pessoa-pessoa*, designam-se as entidades presentes nesta relação como o utilizador e o profissional da informação. Compete, pois, ao Profissional

da Informação colaborar com o utilizador a fim de desenvolverem uma estratégia de pesquisa (Le Coadic,1996 , p.52).

Na *interação pessoa-computador*, plasma-se uma relação entre o bom funcionamento do sistema informático e a sua compreensão e aceitação por parte do utilizador. E para que haja uma boa relação entre o utilizador e o sistema destacam-se alguns aspetos a considerar:

- uma relação entre o modo de interação e a tarefa desenvolvida;
- a construção de uma linguagem informática;
- o impacto do tempo de resposta (por parte do sistema), para o utilizador;
- conceção das 'entradas'.

O principal objetivo a atingir é a conceção de interfaces para apoiar o utilizador no desenvolvimento de um bom trabalho de pesquisa (Le Coadic,1996, p.52).

O terceiro tipo de interação, *a interação pessoa-computador-pessoa*, é uma interação informacional mediada por um sistema informático, com uma abstração espaciotemporal, concebida através de redes de computadores. Constrói-se assim uma rede composta por pessoas e máquinas, construída através de um sistema de comunicação artificial (Le Coadic,1996, p.53).

Abordando depois a utilização da informação e dos sistemas de informação, estabelece-se a utilização da informação como uma prática social. Le Coadic subdivide este tópico: *As lógicas de utilização e Estudos de usos e utilizadores*.

Começando pelas *Lógicas de utilização*, Le Coadic explica que assumem como função demonstrar as combinações de operações que constituem o que o autor denomina de Cultura Informacional e perceber os modelos de interação caraterísticos dos utilizadores, que nem sempre são visíveis (Le Coadic,1996, p.54).

Os *Estudos de Usos e Utilizadores*, por sua vez, devem ser substituídos num contexto mais genérico de avaliação de serviços, produtos e sistemas de informação. Pretende-

se perceber se há uma boa utilização de recursos fornecidos, expandindo-os ou redefinindo-os. É necessária uma avaliação das necessidades dos utilizadores para perceber se os serviços oferecidos são adequados. Para avaliar as necessidades dos utilizadores é utilizada a tática da observação, questionários e outras técnicas de cariz social (Le Coadic, 1996, p.55).

No que respeita à usabilidade da informação, esta mede até que ponto uma informação, um sistema ou um serviço de informação está preparado para ser utilizado (Le Coadic, 1997, p.22).

De acordo com Fernanda Ribeiro (Ribeiro, 2009, p.31), até ao início da década de oitenta estavam em voga três tipos de estudos de utilizadores:

- *estudos de necessidades e usos*, dirigidos para o comportamento dos utilizadores na pesquisa de informação;
- *estudos de satisfação*, que têm a missão de determinar se a informação obtida satisfaz as necessidades de pesquisa;
- *estudos de impacto ou benefício*, que determinam o impacto da informação obtida no trabalho dos utilizadores (Ribeiro, 2009, p.31).

Ganham especial relevância os *estudos de necessidades e usos*, e a necessidade de determinar a informação mais adequada para cada utilizador e onde poderá ser obtida.

Inicialmente os perfis dos utilizadores eram analisados em grupo, no entanto, nas últimas duas décadas, há uma reorientação para o perfil do utilizador enquanto indivíduo, transitando-se para um modelo de análise centrado no utilizador, considerando-se aspetos que interferem na conduta do utilizador como: contexto, emoção e componente psicológica. O utilizador ganha assim um papel ativo na própria avaliação da informação, já que há uma relação direta entre o valor da informação e a utilidade que lhe é atribuída pelo utilizador (Ribeiro, 2009, p.31-32).

Esse enfoque nas necessidades individuais de cada utilizador levou também à introdução de novos conceitos operatórios e novas metodologias, e consequentemente

à conceção de modelos que permitam interpretar os comportamentos informacionais (Le Coadic, 1997, p.32).

Dada a relevância do contexto de cada utilizador enquanto indivíduo, a emergente realidade virtual exige uma adaptação dos modelos de análise comportamental já desenvolvidos. A Internet com o seu ciberespaço de Pierre Lévy, o espaço de fluxos de Manuel Castells ou a Infoesfera abordada por Floridi, conduz a uma reestruturação dos serviços de informação, do comportamento dos seus profissionais e dos seus utilizadores.

A *Information Overload*, para além de se tornar num desafio para os profissionais da informação, torna necessário articular a informação em suporte digital com a informação registada noutros suportes. A avaliação da informação ganha aqui destaque e relevância, para otimizar a gestão da informação (Ribeiro, 2009, p.33).

Com a presença dos serviços de informação no domínio digital e a disponibilização da informação online, constatando-se também uma transformação e uma coabitação da comunicação no espaço social e da mediação por parte das instituições, com determinadas estratégias de comunicação por parte dos seus atores e agentes, estes dois tipos de mediação coexistem com um quarto tipo de mediação emergente, caracterizada por ser dispersa, institucional, coletiva, grupal, pessoal/anónima, colaborativa e interativa, com uma participação ativa, ou até em rede dos próprios utilizadores. Salienta-se aqui a questão colaborativa com a coexistência de diferentes tipos de mediação, que se tornam complementares: a mediação desenvolvida pelo profissional da informação, encarado como mediador nas instituições culturais com sites interativos, ou noutras instituições que se localizam no espaço de fluxos ou na infoesfera, exercendo uma interferência na escolha dos conteúdos a disponibilizar, na criação de metadados, reduzir o excesso de informação; o outro tipo de mediação é a que é desenvolvida pelo informático ou pelo designer de sistemas, que impondo ao utilizador uma literacia digital, deixa à sua disposição a inserção e indexação de conteúdos (Ribeiro, 2009, p.34).

O novo paradigma defende que o estudo da informação extravase a questão empírica, e o seu conjunto de regras e procedimentos, relativos à produção, organização e recuperação da informação, e abranja também a componente social, com o desenvolvimento de modelos teórico-científicos, com um grau cada vez mais elevado de complexidade e eficácia. Impõe ainda uma atuação do quadro teórico-funcional sincronizada com as Ciências Sociais, para compreender os fenómenos sociais e culturais, exigindo as necessárias alterações na formação dos futuros profissionais da informação. Torna-se por isso necessário consolidar a Ciência da Informação com uma base teórico-metodológica sólida e consistente, proporcionando aos seus profissionais a necessária preparação para analisar e compreender o fenómeno infocomunicacional e enfrentar a sociedade em rede e os seus desafios. Segundo a autora o profissional da informação mantém o seu papel de mediador, mas acumula a função de avaliar, selecionar e fornecer a informação útil e pertinente ao utilizador, continuando também a empenhar-se na preservação da informação e da memória (Ribeiro, 2009, p.35).

Também Malheiro da Silva se debruça sobre o comportamento informacional e sobre os estudos de utilizadores. Fá-lo de um modo magistral, retrocedendo também ao pós II Guerra Mundial, altura em que se começa a verificar uma alteração do perfil dos utilizadores dos Serviços de Informação, que como também defende Fernanda Ribeiro, não será alheia à revolução tecnológica, e à transição paradigmática que então se começava a desenvolver, os serviços de informação passam então a canalizar a sua atenção para suprir as necessidades dos utilizadores (Silva, 2010, p.88).

Em 1948 dá-se um marco importante na área dos estudos de utilizadores, com a *Royal Society Scientific Information Conference* (Londres, 21-06/02-07), onde se manifestam preocupações relacionadas com o Comportamento Informacional dos utilizadores. Dez anos mais tarde decorre em Washington a *Conference on Scientific Information*, onde se volta a abordar a questão do comportamento dos utilizadores. No entanto, de acordo com o autor, apenas na década de 70 assistimos a uma utilização massiva dos estudos de utilizadores, assumindo-se como ponto de viragem a criação do *Centre for Research on User Studies* (Universidade de Sheffield, 1975), centro que de resto se destacaria com

o desenvolvimento de um estudo designado *Information Needs and Services in Social Services Departments*, assumido como uma referência para metodologias e estratégias de investigação. Importava aos Serviços de Informação perceber fatores como: serviços utilizados pelos utilizadores, a frequência com que o faziam, a informação utilizada, a classe socioeconómica de origem, proporcionando assim a obtenção de um padrão generalizado das características dos utilizadores (Silva, 2010, p.88).

Estes estudos começaram por ter como principal objetivo apoiar a planificação e implementar melhorias nos serviços de informação disponibilizados aos utilizadores. O autor defende que existiriam vários tipos de utilizadores, os chamados *estudos de necessidade e usos*, que se debruçam sobre o comportamento dos utilizadores quando pesquisam informação, os *estudos de satisfação* que se preocupam em perceber se a informação obtida vai ao encontro do que o utilizador precisa, e os *estudos de impacto ou benefício*, que assumem como objetivo perceber de que forma a informação obtida influenciou o trabalho do utilizador que a pesquisou (Silva, 2010, p.90-91).

Dos estudos elencados, o autor destaca também como mais relevantes para a Ciência da Informação os *estudos de necessidades e usos*, que se focam na procura da informação, partindo de uma necessidade de informação pré-existente, assumindo-se o conhecimento da necessidade informacional do utilizador como uma vantagem, uma vez que permitirá aos Serviços de Informação adaptar a sua oferta aos perfis de utilizadores e atrair novos utilizadores. Todavia, a análise dos perfis dos utilizadores extravasa a questão das pesquisas realizadas, considerando também as fontes e os recursos de informação utilizados, bem como a finalidade da informação obtida e a frequência de acesso aos recursos (Silva, 2010, p.91).

Atualmente, transitamos para uma análise mais concentrada no comportamento do utilizador enquanto indivíduo em detrimento da análise concentrada nas necessidades de um grupo, deixando de lado a visão passiva do utilizador, e passando para a assunção (por parte deste), de um papel mais ativo, influenciado por uma série de condicionantes, no contexto psicológico e emocional, permitindo-lhe uma interferência mais ativa na

avaliação da informação, estabelecendo uma relação direta entre o valor da informação e o valor que o utilizador lhe atribui (Silva, 2010, p.92).

No entanto, e de acordo com o autor, permanecem ainda na atualidade alguns vestígios do antigo paradigma, da missão de 'ensinar o utilizador' o que está bem patente na obra *Estrategias y modelos para enseñar a usar la información*, publicada em 2000, coordenada por Antonio Gómez Hernández.

Por outro lado, essa transição paradigmática e a atribuição ao utilizador de um papel mais ativo reflete-se numa comunicação apresentada em 1985 no *Primeiro Congresso Internacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas* por David Streatfield, que baseando-se na análise de estudos desenvolvidos por estudantes de Ciências Documentais apontava a utilidade e a necessidade de se realizarem estudos mais focados nas necessidades dos utilizadores, em detrimento dos sistemas de informação. Isso permitiria conhecer melhor o comportamento e as necessidades informacionais dos utilizadores (Silva, 2010, p.91).

Para isso, tornou-se necessária a conceção de modelos interpretativos para o Comportamento Informacional, como a teoria do *Sense Making* (Brenda Dervin), que defende que cada utilizador utiliza a informação condicionado pelo contexto e pela situação em que se encontra. A autora destaca também a teoria de Tom Wilson, que através do seu modelo, *information seeking behaviour*, dá primazia às necessidades afetivas, cognitivas e psicológicas, defendendo que são essas necessidades que originam a necessidade de procura de informação. Também David Ellis apresentou um modelo, com uma maior ênfase nos comportamentos dos chamados cientistas sociais e dos engenheiros. Uma outra autora que se destaca é Carol Collier Kuhlthau, que caracteriza a pesquisa de informação como um processo composto por várias etapas, que vão da iniciação à apresentação, concebendo padrões de comportamento informacional, para apoiar os profissionais da informação, de forma que estes possam responder melhor às necessidades dos utilizadores (Silva, 2010, p.93).

Assumindo uma enorme relevância na área da Ciência da Informação, foi graças à concepção destes modelos comportamentais que se tornou possível identificar e delimitar problemas relacionados com a pesquisa da informação, definir um fundamento teórico para o estudo do Comportamento Informacional.

Nos últimos anos novos desafios têm surgido, como a questão do contexto do utilizador, ou a crescente influência da Web.

## **2.2. Desafios da organização e representação da informação na infoesfera**

Não podemos avançar neste aspeto sem uma prévia abordagem à infoesfera e ao seu precursor, Luciano Floridi, e Bawden e Robinson abordam o conceito de Infoesfera, e da Ética da Informação, que assumem como base para a Library and Information Science, encarando-a como a aplicação prática da Filosofia da Informação.

A Filosofia da Informação assenta no princípio base de que tudo é informação. Através da Filosofia da Informação, Floridi defende que é a ética que permite o florescimento da infoesfera, e entre níveis de abstração, formalismos, permite a criação de metadados, a descrição de recursos, a análise por facetas, classificação, taxonomia e design de interação. Na verdade, terá sido Herold, em 2001 que introduziu a ideia de que a Library and Information Science é a aplicação prática da Filosofia da Informação, sugerindo que tudo é informação (Bawden & Robinson, 2018, p.1).

A ideia da Filosofia da Informação foi apresentada por Floridi em 2002, na sua obra *Social Epistemology*, teoria que foi reforçada pelo mesmo autor dois anos mais tarde num número especial da revista *Library Trends*.

A *Filosofia da Informação de Floridi*, apresentada em 2002 assentava em três aspetos essenciais: a Library and Information Science precisava de uma base filosófica, que não podia apenas ser fornecida pela Epistemologia Social, papel que pode ser cumprido pela Filosofia da Informação que assume como área de interesse da Library and Information Science, a informação baseada em documentos. Ao adotar a Filosofia da Informação como fundamento, a própria Library and Information Science, através da investigação

que promove, contribui para o desenvolvimento da Filosofia da Informação, desencadeando assim uma relação que os autores designam de orgânica e sistémica.

Em 2004, na segunda publicação, Floridi procurou esclarecer algumas questões que remanesciam da publicação anterior. Primeiro, para esclarecer alguns autores que entendiam que a Filosofia da Informação não era suficientemente social para se tornar uma base da Library and Information Science... Floridi contrapôs que a Filosofia da Informação pode ser aplicada a três níveis: a prática do dia a dia; o planeamento da disciplina a um nível académico; e o nível abstrato, o nível fundacional. Em segundo lugar, Floridi afirma considerar errado que a Filosofia da Informação albergue apenas informação factual. Em terceiro lugar, que o facto da Filosofia da Informação albergar informação e conhecimento confiável não invalida que as bibliotecas também contenham o que o autor designa de 'falso conhecimento', uma vez que na ótica da Filosofia da Informação a Library and Information Science lida com conteúdo semântico, que inclui informação verdadeira, informação falsa, e informação deliberadamente falsa. Em quarto lugar, defende que a Filosofia da Informação conduz a uma Epistemologia da Informação muito trabalhada, em que as entidades informativas da infoesfera assumem um valor intrínseco, assume-se como primeiro objetivo a melhoria da infoesfera, assumindo a Library and Information Science o papel preponderante de gerir a infoesfera (Bawden & Robinson, 2018, p.2).

Floridi consolida a sua Filosofia da Informação em 2009, através de um novo documento, e são vários os autores que desenvolvem trabalhos sobre esse tema (Compton, 2015; Cornelius, 2014; Fyffe, 2015; entre outros). Todavia, a Filosofia da Informação ainda não é universalmente aceite como a base da Library Information Science (Bawden & Robinson, 2018, p.3-4).

Parece não haver consenso para a base filosófica da Library Information Science, no entanto, grande parte da epistemologia foi desenvolvida por cientistas (Bawden & Robinson, 2018, p.5, *como citado em* Fallis & Whitcomb, 2009, p.176). Um outro autor, Nitecki através de uma vasta análise literária, conseguiu relacionar a Library and Information Science e a Filosofia (Bawden & Robinson, 2018, p.4).

Floridi defende que a Library and Information Science carece de uma base filosófica, e que foi precisamente essa carência que despoletou uma crise de identidade na disciplina na década de 30. Justifica ainda a estreita relação entre a Library and Information Science e a Filosofia considerando os tópicos e as áreas de investigação comuns.

Outro autor que defende a necessidade de uma base filosófica é Scimeca (2008), apresentando, entre outras justificações, a geração de autoconhecimento sobre o objetivo e as linhas orientadoras da disciplina e da profissão, bem como um suporte para tomadas de decisão (Bawden & Robinson, 2018, p.4).

As várias tendências filosóficas podem responder a aspetos específicos da Library Information Science, mas antes da Filosofia da Informação de Floridi não existia ainda uma filosofia que pudesse abranger e servir como base para a Library Information Science.

Antes do aparecimento da Filosofia da Informação, havia duas propostas filosóficas: a Teoria dos Três Mundos de Popper e a Epistemologia Social.

Na Teoria dos Três Mundos de Popper, particularmente no Mundo 3, um outro autor, Brookes, anuncia que a base filosófica para a Ciência da Informação é o que ele designa de conhecimento comunicável. No entanto, constatou-se um impacto bastante limitado da Teoria de Popper, uma vez que não abordava questões fundamentais como a ética e a qualidade da informação. No entanto, o próprio Floridi vê o Terceiro Mundo de Popper como uma potencial evolução pré-era digital. Pelo que os autores defendem que embora a Teoria dos Três Mundos de Popper não seja em si uma base filosófica para a Library and Information Science, é uma teoria precursora para a construção dessa base (Bawden & Robinson, 2018, p.5).

Tal como mencionado anteriormente, a outra base alternativa é a Epistemologia Social. Criada precisamente por dois bibliotecários, Jesse Shera e Margaret Egan, constatando-se uma influência por parte da Library and Information Science. No entanto, de acordo com os autores, a intervenção de filósofos como Goldman e Fuller levou a Epistemologia Social a um rumo distinto. Floridi argumenta que a Epistemologia Social não pode constituir uma base para a Library and Information Science, uma vez que assume como

missão estudar o conhecimento para descobrir a verdade, ora Floridi salienta que em primeiro lugar a Library and Information Science não se limita a lidar com fontes que lidam com o ‘conhecimento verdadeiro’, e em segundo lugar, assume como objetivo trabalhar as fontes de conhecimento (seja de que tipo for). Floridi defende ainda que a Library and Information Science e a Epistemologia Social carecem de uma base comum, apresentando então a Filosofia da Informação (Bawden & Robinson, 2018, p.7).

A Epistemologia Social não se constitui como uma base adequada para a Library Information Science. Fallis, por seu lado, defende que ainda que se constitua a Filosofia da Informação como uma base a Epistemologia Social pode oferecer um importante incremento para as atividades relacionadas com a obtenção de conhecimento (Bawden & Robinson, 2018, p.7).

De acordo com Floridi, a Filosofia da Informação permite perceber os conceitos básicos da Library Information Science, uma vez que analisa a sua natureza, os valores e os objetivos. Tal como já foi mencionado anteriormente, a própria investigação desenvolvida no âmbito da Library and Information Science contribui para o desenvolvimento da própria Filosofia da Informação.

A amplitude do campo de trabalho da Filosofia da Informação permite-lhe abordar questões importantes para a Library and Information Science, tanto de âmbito filosófico, como ontológico, epistemológico e ético.

Combinando correntes filosóficas orientais e ocidentais, a Filosofia da Informação proporciona à Epistemologia da Informação uma abordagem muito mais abrangente e multicultural, aproximando-se do modo de funcionamento da Library and Information Science.

No âmbito da Library Information Science, Floridi defende que enquanto aplicação prática da Filosofia da Informação pode ser interpretada como uma disciplina dedicada aos documentos e a tudo o que isso implica (ciclos de vida, procedimentos e ferramentas de implementação, regulamentação e gestão). A Library and Information Science socorre-se dos princípios basilares e das técnicas da Filosofia da Informação para a

resolução de problemas e ao desenvolver investigação empírica, contribui para o desenvolvimento da própria Filosofia da Informação (Bawden & Robinson, 2018, p.7).

Um outro autor, Furner, em 2010, reforça que os tópicos constantes no ciclo de vida da informação apontados por Floridi coincidem com os tópicos considerados na Library and Information Science, justificando assim que a Filosofia da Informação e a Library and Information Science se complementam. Um outro exemplo dessa complementaridade reflete-se na percepção por parte da Library and Information Science da divergência entre questões abertas relacionadas com a pesquisa e questões fechadas, relacionadas com as referências (Bawden & Robinson, 2018, p.7-8).

Floridi defende ainda que para se perceber se a Filosofia da Informação seria um bom fundamento teórico para a Library and Information Science, perceber se a própria Library and Information Science contribui para o desenvolvimento da Filosofia da Informação... e essa relação acontece (Bawden & Robinson, 2018, p.8).

A Filosofia da Informação integra todas as entidades relevantes para a Library and Information Science. Estando os dados na origem da Filosofia da Informação, os autores consideram existir uma estreita relação entre informação e dados. Seguindo o mesmo raciocínio, os autores defendem que a inserção de dados na Filosofia da Informação a torna ainda mais adequada para se assumir como base para a Library Information Science, acompanhando a crescente relevância do tratamento de dados. Constata-se, no entanto, a possibilidade de uma dupla abordagem: por um lado a ênfase dos dados, padrões, sintaxe e metodologia quantitativa e por outro lado a apologia da informação, significado, semântica e métodos qualitativos. Ora a Filosofia da Informação assume um papel essencial para a integração destas duas abordagens (Bawden & Robinson, 2018, p.9).

Dinneen e Brauner (2015), por sua vez defendem que a definição de informação latente na Filosofia da Informação parece mais adequada em detrimento das definições que são apresentadas por outras teorias da informação. Uma das questões que levantou mais problemas para a aceitação da Filosofia da Informação foi a sua busca pela veracidade da informação. Floridi contrapõe que a Library and Information Science lida com dados

com relevante conteúdo semântico, o que por si terá levantado algumas objeções por parte dos profissionais da Library Information Science, que defendem lidar com informação. Fallis (2004; 2016), argumenta que de uma forma geral a Library and Information Science nunca se preocupou verdadeiramente com a veracidade da informação, mas com a qualidade do conteúdo semântico, especialmente a precisão, a integridade e a autoridade do testemunho. Os autores concluem por isso que a Filosofia da Informação pode lidar com todos os tipos de informação e documentos que respeitam à Library and Information Science. Veer Martens (2015) vai mais além ao sugerir que a diversidade da tipologia documental tratada pela Library and Information Science pode conduzir a uma expansão da ontologia da informação presente na própria Filosofia da Informação (Bawden & Robinson, 2018, p.9).

A Filosofia da Informação começa por abordar a natureza da realidade, defendendo o seu carácter informativo, que surge a partir de um dado fundamental, que o autor designa de 'dedomena', responsável, através da sua rede de relações por todas as entidades estruturadas em todo o mundo. Recuperando a ideia da rede, Floridi refere que o que muitas vezes percebemos como vazio é na verdade uma entidade altamente estruturada para integrar uma componente física da infoesfera. A Filosofia da Informação ajuda a mediar a relação entre informação e dado e entre os diversos conceitos de informação (Bawden & Robinson, 2018, p.9).

Não é, pois, objetivo da Filosofia da Informação proporcionar uma teoria da informação funcional para todos os domínios. Fornece sim uma estrutura que permite relacionar os diversos aspetos e características da informação, integrando as diversas disciplinas baseadas na informação, o que inclui a Library and Information Science (Bawden & Robinson, 2018, p.10).

Ess defende em 2008 que uma das mais importantes características da Filosofia da Informação é o seu potencial para proporcionar uma análise ontológica da informação e conduzir a partir disso a um sistema de normas éticas. Seria pioneira nesse aspeto. Furner (2010), defende que a Filosofia da Informação se insere na teoria social, e que a própria conceção de Floridi sobre a Infoesfera é um contributo original para que se perceba o desenvolvimento da Sociedade da Informação. Ainda de acordo com este

autor, também a componente ética da Filosofia da Informação assume um papel relevante na Library Information Science. Associando isto a uma extensão da Filosofia da Informação para áreas como o Direito, a Economia e a Política, Floridi contradiz os autores que defendem que a Filosofia da Informação tem uma carência de ordem social. Floridi estabelece que apesar de a cada entidade ser atribuído um valor informativo, o mesmo não significa que não haja uma alteração desse valor depois de decorrer algum pensamento (Bawden & Robinson, 2018, p.10).

Abordando a Revolução da Informação, esta remonta ao próprio registo da informação, e vem assumindo um papel cada vez mais relevante, considerando o crescente impacto da informação e da comunicação digital. Beavers (2012) decompõe a revolução da informação em quatro revoluções distintas: escrita, impressão, multimédia e informação digital. Já Giardino (2016) assume a quarta revolução de Floridi como uma segunda revolução da informação, que engloba questões que vão desde a comunicação cultural até à transmissão online e que precede uma primeira revolução, que vai desde a decodificação do DNA até à própria transmissão cultural.

Um outro motivo para que a Filosofia da Informação seja aceite pela comunidade científica como base para a Library and Information Science é o facto de permitir alcançar grandes mudanças no âmbito da Library and Information Science que resultam de alterações no próprio ambiente informacional.

No seu livro, *Information: a very short introduction*, publicado em 2010, Floridi começa por sintetizar o conceito de Informação, abordando a informação semântica, e ao aproximar-se também da informação psicológica, chega muito perto da abordagem epistemológica que se defende na Universidade do Porto para a Ciência da Informação. Todavia, nessa abordagem à informação semântica, Floridi estabelece uma relação entre *Dado* e *Informação*, defendendo a emergência de uma Definição Geral de Informação, composta por três aspetos: as informações são concebidas a partir de dados; esses dados são correlacionados, a sintaxe deve ser corretamente construída, não se remetendo à linguística, mas expandindo-se para a forma, a construção, composição e a estrutura; o significante deve estar sincronizado com o significado. Esta linha de pensamento vai ao encontro do que é defendido pelos autores deste artigo,

que adotam o pensamento complexo como base para o fenómeno infocomunicacional, e uma abordagem sistémica para analisar o Comportamento Informacional do ser humano. Floridi apresenta-nos ainda diferentes tipos de dados: primários, secundários, metadados, operacionais e derivados (Silva & Ribeiro, 2012, p.178).

Floridi não separa, no entanto, os dados informacionais dos dados não informacionais, sendo reticente a uma classificação mais exata dos dados informacionais, uma vez que como dados secundários aborda mais dados que resultam de questões mecânicas ou da natureza em detrimento da atividade cognitiva humana e social. Os autores do artigo consideram ainda redundante o facto de Floridi distinguir metadado de metainformação, dado que a forma como Floridi representa a metainformação não é mais do que uma representação mental codificada. No que respeita à Teoria Matemática da Comunicação, Floridi interessa-se especialmente no detalhe e na frequência dos dados não interpretados. Se atentarmos à descrição da Informação Semântica e a Teoria Matemática da Comunicação, na perspetiva da Ciência da Informação, ambas resultam de representações codificadas com diferentes regras, construindo-se assim o objeto de estudo, que é composto por fatores como: contexto, produção, armazenamento, acesso, utilização e reprodução da informação. Na ótica da Filosofia da Informação, importa perceber o tipo de relação que existe entre diferentes fenómenos, como a componente física e a representação mental de um determinado jogo, num determinado espaço e tempo (Silva & Ribeiro, 2012, p.180-181).

Floridi apresenta-nos vários diagramas, que funcionam como esquemas em árvore, que permitem aos leitores perceber uma sequência conceitual: dados (que se dividem entre informacionais e semânticos), por sua vez, os dados semânticos podem ser instrutivos ou factuais, e estes últimos, falsos ou verdadeiros; a informação verdadeira gera conhecimento, enquanto a informação falsa gera desinformação. Importa aqui um maior enfoque sobre a Informação Factual, onde Floridi distingue Conteúdo Semântico de Informação Semântica, referindo que enquanto o primeiro pode ser falso, a segunda tem de ser obrigatoriamente verdadeira, apresentando a Informação Semântica Factual da seguinte forma: *p* qualifica-se como Informação Semântica Factual se e apenas se for constituído por dados corretamente formados, verídicos e com significado. Com isto

estabelece que se o conteúdo semântico não for verdadeiro a informação não é pura, e se a fonte dessa informação conhecer a falsidade desse conteúdo semântico, trata-se de desinformação, para além disso, consegue correlacionar a informação factual e o conhecimento, abre caminho para o paradoxo Bar-Hillel-Carnap, e ao analisar a dedução e a informatividade, assume uma distinção entre a Informação Semântica e a Teoria Matemática da Comunicação, dado que a Informação Semântica pretende responder a questões como: como é que algo pode ser informação e porquê?, como se cria e se produz um fluxo da Informação Semântica? Qual a relação entre informação, erro, verdade e conhecimento? E porquê procurar novos e mais complexos fenómenos epistemológicos para interpretar significados? Os autores destacam no entanto dois pontos de ligação entre a Informação Semântica e a Teoria Matemática da Comunicação (MTC): o Princípio de Relacionamento Inverso (IPR/ MTC), que aborda uma relação inversa entre a probabilidade de  $p$  (seja  $p$  uma proposição, um acontecimento, um contexto) e o volume de informação semântica que o transporta (segundo este princípio a informação está relacionada com a imprevisibilidade), e o modelo de comunicação apresentado por Floridi (Silva & Ribeiro, 2012, p.181).

O IPR aparece em Floridi quando esta apresenta o Paradoxo de Bar-Hillel-Carnap, estabelecendo uma relação entre o menor grau de probabilidade de  $p$  e o maior grau de informatividade, o que nos leva a uma contradição, dado que ao decrescer continuamente a probabilidade de  $p$ , este atingirá uma probabilidade 0, atingindo aí o seu máximo de informatividade. Atinge-se aqui o paradoxo de Bar-Hillel-Carnap, que evidencia a ideia de que as possíveis contradições resultam em mais informação.

Floridi aborda este paradoxo, apresentando como solução a sua definição da Informação Semântica, e defendendo que quando uma determinada informação é qualificada como Informação Semântica Factual, isso significa que se cumpre a condição para satisfazer a veracidade dessa informação, não permitindo que se entre em contradições nem em falsidades, isto significa para Floridi que o volume da Informação Semântica contido em  $p$  é diretamente proporcional à distância de  $p$  face a determinada situação,  $w$ , abordada por  $p$  (Silva & Ribeiro, 2012, p.182, *como citado em* Floridi, 2010, p.59).

Esta solução defendida por Floridi implica uma interação entre o sujeito emissor e o sujeito recetor, e quanto maior for o grau de informatividade transmitida, melhor será o nível de interação. No entanto, essa interação falha ao não abranger fatores como a incoerência, o uso, ou os aspetos irracionais do dia a dia. Esse lapso ainda se torna mais evidente considerando o conceito de Ciência da Informação defendido pela Universidade do Porto. Dentro do novo Paradigma Informacional e Científico, a Ciência da Informação busca interpretar claramente o mundo real, necessitando para isso de uma cuidadosa interpretação de palavras, imagens, desenhos,..., não se tornando, no entanto, a interpretação de textos no principal objeto de estudo da Ciência da Informação. A Ciência da Informação procura sim a veracidade, mas ao longo de todo o processo infocomunicacional, que é composto por várias fases e momentos, como a produção, organização, armazenamento, disseminação e utilização da informação num determinado contexto, não podendo o conceito de Informação ser reduzido à Informação Semântica. Em CI não é, pois, o nível de informatividade que está em causa, mas a entidade produtora, o contexto de produção, a finalidade de utilização, o modo de acesso, que necessidades satisfaz, e qual o impacto para os utilizadores (Silva & Ribeiro, 2012, p.183).

A definição de Informação Semântica avançada por Floridi abre caminho para uma melhor diferenciação entre Dados, Informação e Conhecimento. Entretanto os autores apontam o aparecimento de outras abordagens, como Nonaka e Takeuchi, que se destacam na distinção entre Conhecimento Explícito (codificado) e Conhecimento Tácito (os autores associam o conceito de Informação ao Conhecimento Explícito e a Gestão da Informação ao Conhecimento Tácito). Na ótica da Ciência da Informação, a distinção a considerar deve ser entre Informação e Documento, correspondendo a Informação ao conteúdo intelectual e o documento ao seu suporte. Segundo Floridi, Conhecimento corresponde por sua vez à Informação verdadeira. É possível distinguir Informação de Cognição, se subentendermos a Cognição como uma faculdade cerebral bioquímica...no entanto, os autores levantam uma outra questão: como distinguir a Cognição de Conhecimento? (Silva & Ribeiro, 2012, p.184).

Para Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva, a Filosofia da Informação relaciona-se com a investigação e reflexão epistemológica, abrangendo problemas, estratégias e métodos das Ciências da Computação e da Ciência da Informação, tendo por isso uma influência direta na sua base conceitual, metodológica e teórica. Abordando especificamente a Ciência da Informação, considera-se que as questões e reflexões da Filosofia da Informação integram o corpo epistemológico da Ciência da Informação, tratam-se de questões de ordem conceitual e metodológica, com enfoque na natureza e nas características do conhecimento, que resultam da investigação em Ciência da Informação e do cruzamento com os Sistemas de Informação e as Ciências Computacionais. A Filosofia da Informação desbrava caminho para os Investigadores da Ciência da Informação ao permitir-lhes ultrapassar questões limitadoras e desbloquear o processo de pesquisa, por exemplo, a divergência entre o suporte em papel e o suporte digital. Perante essa dualidade está presente a informação psicológica, que se materializa em documento, (com a presença das representações de carácter cognitivo e emocional (informação)). A Filosofia da Informação proporciona as bases para uma reflexão em larga escala sobre a natureza e a própria expansão da Infosfera, defendendo uma transição da perspectiva ontológica, de materialista para informacional (Silva & Ribeiro, 2012, p.185), apresentando esta última as seguintes características:

Objetos e processos desmaterializados, tipificados e passíveis de ser replicados;

O direito ao uso é considerado tão importante como o direito de propriedade;

O critério para a existência deixa de ser a imutabilidade, ou potencialmente sujeito à percepção, mas sim ser interativo (Silva & Ribeiro, 2012, p.186, *como citado em* Floridi, 2009, p.156).

Toda esta cronologia foi necessária para chegarmos à Infoesfera de Floridi. A curadoria desempenha um papel crucial tanto na preservação e no registo da informação, como suporte à Library and Information Science para superar problemas relacionados com o ambiente informacional, tais como: *fake news*, inverdades, factos alternativos ...

### **2.3. Da representação à interoperabilidade semântica.**

A Organização e Representação é uma prática milenar, essencial para promover o acesso dos utilizadores à informação. Desde a sua 'arrumação' de acordo com formatos, ou suportes, passando pelo desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, como catálogos, índices, inventários,... pela aposta na regulamentação, pela transição paradigmática e consequente ascensão da Ciência da Informação como ciência autónoma. Uma organização eficiente da informação, implica também a adoção de normas, assim, abordaremos neste capítulo a adoção de normas de descrição por parte de três instituições de memória: Bibliotecas, Museus e Arquivos. Intimamente relacionada com a normalização, está a questão da interoperabilidade semântica e do consequente desenvolvimento de modelos concetuais, aos quais dedicaremos também a nossa atenção. Por sua vez, também numa relação direta com a Organização e Representação da Informação e com a Normalização está o emergir da mediação centrada no utilizador, que, acompanhando a transição de paradigma, passa a ter um papel ativo na mediação da informação.

#### **Normalizar para interoperar**

As Normas Internacionais para a descrição da informação permitem-nos obter uma uniformização para a construção dos pontos de acesso, garantindo assim um acesso facilitado à informação, através da utilização da metainformação.

A metainformação, informação a partir de informação é também conhecida como representação descritiva da informação (Ribeiro, 2005, p.95).

A utilização da normalização no âmbito da Organização e Representação da Informação constitui-se como uma etapa essencial em todo o processo de conhecimento científico (Ribeiro, 2005, p.100). É de resto graças à normalização que se consegue garantir a interoperabilidade dos sistemas e o funcionamento em rede da Web Semântica. A própria *World Wide Web* é uma rede à escala global, ligada através de nós.

A necessidade de divulgação e acesso à informação disponibilizada na internet conduziu a uma maior utilização da metainformação, com um duplo objetivo: por um lado para a construção dos pontos de acesso, e por outro lado, com a intenção de preservar a própria informação. Surgiram assim três tipos de metainformação (Justino, 2013, p.85,

como citado em Niso, 2007, p.58). São eles a metainformação descritiva, administrativa e estrutural.

A metainformação descritiva trata a organização e representação dos pontos de acesso, disponibilizando-os ao utilizador. A metainformação administrativa, corresponde a dados relacionados com questões de teor técnico, como por exemplo o suporte, ou questões de copyright. Por sua vez, a metainformação estrutural, permite relacionar entre si objetos digitais. De todos esses tipos de metainformação, apenas a metainformação descritiva é perceptível por parte do utilizador (Justino, 2013, p.85).

Há um cada vez maior esforço desenvolvido no sentido de potenciar e maximizar o acesso e a recuperação da informação, e internamente a própria interoperabilidade.

Um caso paradigmático é o da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, que criou dois ficheiros, um para os profissionais da informação, a LCSH (*Library of Congress Subject Headings*) e outro para os utilizadores, a LCNAF (*Library of Congress Name Authority File*). Para os temas relacionados com a medicina, criaram o Medical Subject Headings, para a informação relacionada com a Arte foi implementada a ULAN (*Union List of Artist Names*), para o controlo de autoridade em arquivos foi adotada a ISAAR (CPF) (*International Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*). Foi também desenvolvido um projeto, o VIAF, que assumiu como objetivo uniformizar a um nível internacional os nomes dos autores (Justino, 2013, p.86). Quando foi concebido contava apenas com dezoito colaborações internacionais, contando atualmente com a colaboração de mais de cinquenta bibliotecas nacionais, representantes de outros tantos países<sup>12</sup>.

Debruçamo-nos de seguida sobre o que consideramos serem fatores chave para a Organização e Representação da Informação. Assim, e considerando que no nosso objeto de estudo tende a ser considerada a distinção entre a componente de arquivo e

---

<sup>12</sup> Cf. <http://viaf.org>

a de biblioteca, o primeiro fator que destacamos é a **Descrição**, segue-se a **Indexação**, imprescindível para a criação dos pontos de acesso, segue-se o **Controlo de Autoridade**, o Formato Digital e a própria **Interoperabilidade** da Informação.

Começamos então pela **Descrição**, se considerarmos as Bibliotecas, é através da catalogação que se procede à criação de pontos de acesso, bem como à identificação e posterior seleção da informação. Nos Arquivos, é a descrição arquivística que nos permite identificar, selecionar a informação e criar os respetivos pontos de acesso. Nos Museus, o instrumento utilizado é o Inventário.

### **A Catalogação em Biblioteca**

Uma das muitas tentativas de definir catalogação postula que corresponde a

Elaboração, segundo princípios normalizados, de uma notícia bibliográfica sintética, analítica ou descritiva de um documento, tendo em vista a criação e atualização do catálogo. Parte da biblioteconomia que trata das normas que se devem seguir na elaboração de catálogos (Justino, 2013, p.87, *como citado em* Faria & Pericão, 2008, p. 224).

Por sua vez, Malheiro da Silva define Catalogação como

[...] uma operação de processamento, geradora de metadados, utilizados em ambientes biblioteconómicos, adequados aos recursos informativos mais comuns nas bibliotecas e à forma como os utilizadores destas formulam as suas necessidades (Silva, 2009, p.3).

Parece, no entanto, não existir consenso em torno da definição de Catalogação, na Europa Central e do Sul prevalece um conceito restrito de catalogação, entendendo-a como um processo de recursos de informação que resulta na descrição normalizada de recursos, com representações físicas e formais, que dá origem a termos de indexação, conduzindo a um registo agregador dos dados (Silva, 2009, p.3).

Uma outra corrente, de origem anglo-saxónica, defende que a catalogação deve ser vista como o processo em que se gera grande parte dos metadados descritivos (Silva, 2009, p.3).

### **A descrição arquivística**

O muito frequentemente designado “documento de arquivo “ é entendido por

Informação de qualquer tipo, registada sob qualquer forma ou em qualquer suporte, criada ou recebida por uma organização ou pessoa, no exercício das suas competências ou atividades, e por ela conservada (Silva, 2009, p.24).

O mesmo autor apresenta a descrição arquivística como uma representação fidedigna de uma qualquer unidade de descrição e dos seus componentes, resultante de uma exaustiva recolha, análise, registo e organização informacional, que permita a sua perceção, identificação, gestão e localização, e compreensão do contexto e génese de produção (Silva, 2009, p.24). Definição que está em completa sintonia com a que é apresentada pela ISAD (G) (Norma Internacional de Descrição Arquivística)<sup>13</sup>.

A mesma Norma postula que se pretende, através da descrição arquivística determinar contexto e conteúdo da informação, potenciando o seu acesso. O que se torna possível através de uma eficaz política de normalização, com as necessárias condicionantes que assegurem fiabilidade, autenticidade e acessibilidade (2000, p.9).

A descrição arquivística pode desenvolver-se a uma escala multinível, que vai desde a secção ao documento simples.

---

<sup>13</sup> Cf. ISAD (G), <http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2010/08/isadg.pdf>.

## **O caso dos Museus**

Nos Museus prevalece o inventário, uma descrição de todos os objetos que integram o acervo da instituição, assumindo-se como meta a identificação individual de todas as peças (IPM, 2000, p.15).

Foram elaborados conjuntos de normas específicas para a descrição de diferentes categorias de artefactos museológicos. Assim, no âmbito das artes temos: as Normas Gerais e normas relativas à cerâmica, escultura, instrumentos musicais, pintura, mobiliário, ourivesaria, e têxtil. Para a Arqueologia temos também as Normas Gerais, e normas para a cerâmica utilitária. Na Ciência e Técnica surgem também as Normas Gerais, assim como surgem também na Etnologia, fazendo-se acompanhar das normas para tecnologia têxtil<sup>14</sup>.

Sendo diversas as normas adotadas por estas diferentes instituições de memória, prevalece um objetivo comum: assegurar a descrição da informação, através de uma normalização, de uma padronização, cuja interoperabilidade é depois concretizada através dos modelos concetuais desenvolvidos.

Apresentaremos de seguida uma breve introdução às normas internacionais promulgadas pelo IFLA, pelo ICA e pelo ICOM (uma abordagem necessária para que depois se possam perceber os modelos concetuais apresentados mais à frente).

## **A ISBD**

A ISBD Consolidada, apresentada pelo Study Group on Future Directions of the ISBD's, resulta de uma fusão de outras normas ISBD que foram previamente concebidas para livros, mapas, periódicos, registos digitais, recursos eletrónicos (2011, p.1).

---

<sup>14</sup> Cf. <http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/NormasInventario.aspx>.

Esta norma assume como principal objetivo, compilar todos os elementos necessários para a descrição e classificação dos recursos informacionais que podem marcar presença nos documentos bibliográficos, com o intuito de definir os elementos necessários para uma descrição normalizada (2011, p.1).

A ISBD Consolidada, resulta de uma revisão da própria ISBD em 2010, com edição publicada em português em 2012, pela Biblioteca Nacional de Portugal, que se demarcou da edição anterior por acrescentar uma zona '0' às já então conhecidas oito zonas. Assume a preponderância da informação em formato eletrónico, e a utilização de recursos de informação externos, como catálogos e inventários (Justino, 2013, p. 90).

Assume por isso nove zonas destinadas à descrição bibliográfica: a zona '0' é dedicada ao conteúdo e ao formato da informação; zona '1', reservada ao título e menção de responsabilidade; zona '2' é a zona da edição; a zona '3' é dedicada a informação de carácter específico, matemática, música, (...); na zona '4' são trabalhadas as questões de publicação, distribuição; a zona '5' corresponde à descrição do suporte; zona '6' é a zona da coleção; a zona '7' é a zona das notas, e por último, a zona '8', corresponde à identificação de recursos e termos, sendo que todas estas zonas contemplam elementos obrigatórios, condicionais ou facultativos (2011, p.i-ii).

## **A ISAD (G)**

Assumindo como objetivo a criação de um conjunto de orientações para a descrição arquivística, passíveis de serem utilizadas em coordenação com outras normas existentes. Dessa forma, promover a identificação, a perceção do contexto e do conteúdo informacional, potenciando assim o acesso à informação (ICA, 2000, p.1).

A primeira versão da ISAD (G) surge em 1994. Em 2000 dá-se uma breve atualização com o lançamento de uma segunda versão

La elaboración de una representación de la unidad de descripción y, en su caso, de las partes que la componen mediante la recopilación, análisis, organización y registro de

la información que sirve para identiicar, gestionar, localizar y explicar los documentos de archivo, así como su contexto y el sistema que los ha producido. El término también sirve para describir los resultados de este proceso. (Llanes Padron, 2016, p.28, *como citado em* Conselho Internacional de Arquivos, 199, p.13).

propondo-se um sistema de descrição multinível e de índole hierárquica, representando e relacionando os subtipos de entidades.

Com a evolução tecnológica surgiram três outros conceitos que se viriam a tornar fundamentais, o conceito de Documento Eletrónico, Metadado e o conceito de prova documental (Llanes Padron, 2016, p.32). Esses três conceitos terão influenciado diretamente a descrição arquivística, transportando-a para uma nova dimensão, para uma nova missão, de preservar a autenticidade, a integridade e a fidedignidade dos documentos.

No advento do novo milénio, o Conselho Internacional de Arquivos adota a descrição multinível, em simultâneo com o lançamento de uma nova edição da ISAD (G)

[...] la descripción de un fondo como un todo y su representación en una descripción, utilizando los elementos apropiados [...] la descripción de las partes que integran un fondo y su descripción por separado, utilizando los elementos adecuados [...] la suma total de todas estas descripciones, jerárquicamente unidas entre sí, representan el fondo y las partes descritas. Esto es a lo que se denomina descripción multinível. (Llanes Padron, 2016, p.39, *como citado em* Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p.16).

A descrição multinível funciona como uma espécie de rede, ou teia, com diversos nós e que permite ao utilizador uma interação mais plena com a Informação. Em 2016, com o desenvolvimento do Records in Context Conceptual Model (RiC-CM V0.1), que abordaremos adiante, o Conselho Internacional de Arquivos (ICA), dá início à transição de uma descrição multinível para uma descrição multidimensional.

Refletindo tudo isso, a ISAD (G) é composta por sete zonas específicas: zona '1', identificação; zona '2', contextualização; zona '3', conteúdo e estrutura; zona '4', acesso e uso; zona '5', fontes relacionadas; zona '6', notas e zona '7', zona de controlo da descrição (2000, p.vi-vii).

## **A ISDF**

Assumindo como objetivo proporcionar orientações para descrever funções de entidades coletivas relacionadas com a produção de informação de índole arquivística, a primeira edição da ISDF surge em 2007, através do Comité de Boas Práticas e Normas do ICA (ICA, 2007, p.7).

Trata-se de uma norma composta por quatro zonas: zona '1', corresponde à identificação; zona '2', compreende a contextualização da informação; a zona '3' é dedicada ao relacionamento das funções; e a zona '4' é dedicada ao controlo, é a zona onde se identifica a instituição descritora, a descrição da função (com a introdução de códigos referenciadores), as normas de descrição utilizadas; o *status* da descrição (preliminar, final, revista, obsoleta,...), o nível de detalhe utilizado, datas, idiomas, fontes utilizadas para a descrição, e registos de alterações de descrição (ICA, 2007, p.3).

## **A ISAAR (CPF)**

A primeira edição da ISAAR (CPF) surge em 1996, através da Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos, com uma atualização em 2003. Tendo como objetivo garantir orientações para registos de autoridade arquivística relativos a entidades coletivas, pessoas e famílias, que se relacionem com a produção da informação, para a partir daí orientar a criação e posterior utilização de pontos de acesso, e registar e refletir as relações que possam existir entre as entidades produtoras, bem como entre as entidades e a informação produzida (ICA, 2003, p.5).

Constitui-se numa versão expandida da primeira edição, composta por três zonas, sendo acrescentada uma quarta zona, a área de relacionamentos. É então constituída pela

zona de identificação, onde é trabalhado o controlo de autoridade; a zona da descrição; a zona de relacionamentos, e a zona de controlo (ICA, 2003, p.5).

## **A ISDIAH**

A ISDIAH surge em 2008, apresentando como principal objetivo promover a descrição de instituições arquivísticas com arquivos sob a sua tutela, tornando-os acessíveis aos potenciais utilizadores. É por isso apresentado um conjunto de regras com vista a normalizar as descrições dessas instituições, que permitam:

- proporcionar uma orientação para identificar e contactar instituições detentoras de acervos arquivísticos e promover o acesso a esses acervos;
- criar listas de instituições com acervos arquivísticos, acompanhadas ou não de registos de autoridade;
- promover a relação com listas de autoridade entre diferentes instituições de memória;
- (...)

Entre outros aspetos essas descrições podem ser assumidas como pontos de acesso, e promover relações entre instituições, entidades e arquivos (ICA, 2008, p.3).

É composta por seis zonas, a primeira zona é dedicada à identificação, uma segunda zona é dedicada ao contacto, a terceira e a quarta zona abordam a descrição e o acesso, enquanto a quinta e a sexta zona são dedicadas aos serviços de informação e ao controlo da descrição (ICA, 2008, p.3).

## **ICOM: Handbook of Standards**

Transitando agora para as normas promulgadas pelo ICOM, temos o *ICOM: Handbook of Standards*, que resulta de um trabalho desenvolvido entre o ICOM e sete museus africanos, que entre outros aspetos assume como objetivo abrir caminho para

compatibilizar as instituições africanas com o contexto internacional. (Justino, 2013, p.91).

## **O CCO**

O Cataloguing Cultural Objects (CCO), surge em 2006, através da VRA (Virtual Resources Association). O lançamento deste documento teve como objetivo uma promoção internacional das boas práticas de catalogação da informação visual. Divide-se em duas partes: numa primeira parte são abordados os elementos de registo com a enumeração de requisitos inerentes ao documento, e numa segunda parte, os requisitos necessários para a descrição das autoridades (Justino, 2013, p.92).

## **Uma abordagem à indexação**

A indexação está diretamente relacionada com a descrição, colocada em prática através de uma terminologia devidamente controlada, e representativa dos conceitos extraídos da descrição.

A indexação é colocada em prática através de dois tipos de linguagem, uma linguagem pré-coordenada e pós-coordenada (Justino, 2013, p.93, *como citado em* Hutchins, 1978, p.10). A linguagem pré-coordenada integra uma organização pré-estruturada, sendo também conhecida como linguagem categorial ou classificação. A linguagem pós-coordenada, combinatória ou vocabular constrói-se a partir da linguagem natural, proporcionando aos utilizadores uma pesquisa através de jogos de combinações (Justino, 2013, p.93). Note-se que a escolha do tipo de linguagem a utilizar vai variar considerando a natureza da instituição e da própria informação.

### **O controlo de autoridade: uma necessidade inerente à classificação**

Como constatamos através da análise das normas de descrição, também o controlo de autoridade é um fator resultante do processo descritivo, normalmente também condicionado à utilização de normas, como as RDA (Resource Description and Access), a própria CCO ou as Regras Portuguesas de Catalogação (RPC) (Justino, 2013, p.96-97). Com a utilização de termos preferenciais e secundários, justificando-se a utilização de notas remissivas.

Com a revolução digital, há um outro tema que se torna imperativo, **o formato da informação**.

Tornou-se necessária a criação de linguagens digitais de catalogação e a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América foi pioneira ao introduzir em 1966 a MARC, em contínua evolução (Justino, 2013, p.98, *como citado em Santos, 2007, p.9*). Uma linguagem concebida para um sistema ligado através de um computador central, a vários terminais. O UNIMARC (Universal MARC Format) foi concebido posteriormente pela IFLA, em 1997, com o objetivo de determinar a informação necessária para a ‘troca’ de informação (Justino, 2013, p.97, *como citado em Santos, 2007, p.19*). Já na década de 90 surge a ISO 2709 que determina a utilização do protocolo Z39.50 para a troca de informação (Justino, 2013, p.98).

É também na década de 90 que surge em Berkeley, na Universidade da Califórnia o EAD, (Encoded Archival Description), especialmente concebido para os Arquivos, incluindo na sua conceção a SGML (Standard Generalized Markup Language), ISO 8879, advogando uma autonomia face aos softwares e sistemas operativos adotados, proporcionando assim uma interoperabilidade, que abordaremos no ponto que se segue. A esta descrição codificada foi acrescentado a Document Type Definition (DTD), tornando mais fácil alterar e editar ficheiros (Justino, 2013, p.98, *como citado em Santos, 2007, p.22*).

No que respeita aos museus foram concebidos dois programas o CDWA (Categories for the Description of Works of Art) e o VRA Core Categories. O primeiro foi concebido pela AITF-Art Information Task Force, nos anos 90, de acordo com as regras do CCO, com o

objetivo de fazer um mapeamento da informação existente noutros sistemas (Justino, 2013, p.98, *como citado em* Trust, 2009, p.1-2). Também o VRA Core foi concebido segundo o CCO, a primeira versão criada pela Visual Resources Association's Data Standards Committee, data de 1996 (está já na quarta versão), assume como objetivo representar a informação relacionada com o Património Cultural. Surge para colmatar a necessidade de uma linguagem menos exaustiva que o CDWA, e mais direcionada para a categoria de arquitetura (Justino, 2013, p.99).

Temos também o DCMES, (Dublin Core Metadata Element Set), uma linguagem comum a todos os sistemas de informação, com as ferramentas necessárias para uma descrição simples comum a todos os SI, potenciando o seu acesso. Está para isso dividido em três campos: o conteúdo, a propriedade intelectual e os atributos. Proporciona ainda uma fácil descrição da metainformação, é dotado de flexibilidade e de fácil adaptação às normas vigentes e a novas normas, sincronizado com a Web Semântica, e contribui para a interoperabilidade entre os SI.

### **2.3.1. Introdução aos Modelos Concetuais**

Para se perceber o que é interoperabilidade, é necessário entender o que são Modelos Concetuais de Descrição Arquivística, Llanes Padron apresenta-nos o Modelo Concetual de Descrição Arquivística como um modelo de dados baseado na relação entre entidades e os seus atributos (Llanes Padron, 2016, p.42).

*IFLA*

Já em 1997 havia sido desenvolvido pela IFLA um modelo concetual que procurou demonstrar as relações existentes entre as entidades no universo bibliográfico. O Functional Requirements for Bibliographic Records Conceptual Model (FRBR), desenvolvido com o objetivo de identificar os requisitos necessários à informação em registos bibliográficos para facilitar a interação com o utilizador (IFLA, 2010, p.6).

Com a divisão das entidades por três grupos (Grupo 1, entidades resultantes de produção intelectual ou atividade artística registada bibliograficamente; Grupo 2, entidades (pessoa, coletividade ou família), responsáveis pelo conteúdo intelectual ou artístico das entidades mencionadas no Grupo 1; Grupo 3, um grupo adicional de entidades que possam ser encaradas como termos ideográficos/geográficos, conceito, objeto, evento, ou local) (IFLA,2010, p.6).

Entretanto, em abril de 1999 foi criado o grupo de trabalho Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR), com o objetivo de dar continuidade ao FRBR. Foi precisamente este grupo que dando seguimento a esse trabalho, propôs o desenvolvimento de um novo modelo concetual, o FRAD, Functional Requirements for Authority Data, apresentando como objetivo inicial proporcionar ferramentas para uma análise de requisitos funcionais para os dados necessários ao apoio do controlo de autoridade e partilha internacional de notícias de autoridade. Trata-se de um modelo concentrado em dados, independentemente da sua formatação (IFLA, 2010,p.7).

Não foi, no entanto, desenvolvida uma análise completa de entidades e relações, o que levou a que em 2005 fosse constituído o IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR). O aparecimento do FRSAR em 2005 não se traduziu na extinção do FRANAR, que apenas se extinguiu em 2009, continuando os dois grupos a colaborar em conjunto (até 2009) no desenvolvimento do FRBR. No final de 2009, a FRANAR e o FRSAR apresentam dois relatórios independentes que permitiram a perceção de relações entre os modelos concetuais FRSAD e FRAD (IFLA, 2010, p.7).

Surge assim no início de 2010 o FRSAD Conceptual Model, assumindo como principais objetivos construir um modelo concetual relacional dedicado às entidades consagradas no Grupo 3 do FRBR; Proporcionar um quadro de referência claramente definido e estruturado, que permita estabelecer uma relação entre os dados extraídos dos registos de autoridade e as necessidade dos seus utilizadores; Contribuir para a avaliação do

potencial de partilha e utilização internacional de notícias de autoridade, dentro e fora do universo bibliotecário (IFLA, 2010, p.8).

Em 2016 foi lançado o FRBR-LRM, resultado de cinco anos de trabalho do grupo de trabalho do IFLA FRBR, agregando modelos FRBR, FRAD e FRSAD (Riva, 2016, p.265). Face aos modelos anteriores, este modelo concetual destaca-se por entender a Obra como o conteúdo intelectual ou artístico de uma criação específica, a *Expressão* é vista como um conjunto de signos que transmitem conteúdo intelectual ou artístico. A *Manifestação* é entendida como o conjunto de dados que partilham as mesmas características. Por sua vez, o *Item*, é entendido como um objeto físico que tem como missão disseminar conteúdo intelectual ou artístico (Riva, 2016, p.270).

#### ICOM

Estando atualmente na sua sétima versão (tendo a primeira versão sido lançada em 2004), o CIDOC Conceptual Reference Model<sup>15</sup> (CRM) resulta de uma parceria entre o Conselho Internacional de Museus, o ICOM e o Comité Internacional de Documentação, o CIDOC.

Assumindo-se como uma ferramenta de integração de conteúdos relativos ao Património Cultural, este modelo concetual proporciona definições e uma estrutura formal para uma descrição multidimensional de conceitos e para o estabelecimento de relações entre entidades, o que é possível através da utilização de ontologias de carácter formal, permitindo a agregação de dados de fontes diversas, seja qual for o software ou a plataforma utilizada.

Trata-se, pois, de um modelo concetual desenvolvido também com o objetivo de promover a partilha de informação relativa ao património cultural, proporcionando um código semântico comum, para a partir daí ser possível uma integração de informação

---

<sup>15</sup> Cf. <http://www.cidoc-crm.org/versions-of-the-cidoc-crm>.

de património cultural baseada em factos. Assume-se como um código de linguagem comum para os especialistas e para os investigadores, para construir requisitos para sistemas de informação, e atuar como guia de boas práticas de modelação concetual. Fornece assim a necessária agregação semântica para mediar as diversas fontes de proveniência de informação relativa ao património cultural (publicações de museus, bibliotecas e arquivos).

Resultando de vários anos de trabalho, este modelo concetual começou por ser desenvolvido pelo CIDOC Documentation Standards Working Group e atualmente conduzido pelo CIDOC CRM SIG, ambos grupos de trabalho que integram o CIDOC, sendo desde 2006 reconhecido como uma Norma Internacional ISO (ISO 21127), reconhecimento renovado em 2014.

Concebido para proporcionar uma boa recuperação da informação, assim como para formular requisitos e questões específicas, visa fornecer as classes e as relações base para o património cultural. Para complementar essa ontologia base foram criadas extensões modulares, concebidas para responder a diferentes tipos de questões e a necessidades de documentação de vários níveis, como documentos bibliográficos ou geoinformáticos. O desenvolvimento dessas extensões é feito em parceria com as comunidades de investigação em causa, num processo sincronizado com a base ontológica.

Dada a sua interoperabilidade e o facto da segunda versão do RiC-CM ainda não estar oficialmente disponível, o CIDOC-CRM (atualmente na sua versão 7.1.1) (<http://www.cidoc-crm.org/version/version-7.1.1>) tem também sido utilizado para projetos que extravasam a instituição de memória Museu. Apresentamos de seguida exemplos de alguns projetos em que está a ser aplicado este modelo conceptual.

*ICA*

Buscando também a criação de um modelo concetual que promova a sincronização de todas as normas de descrição arquivística, o ICA constitui em 2012 o Experts Group on Archival Description (EGAD), encarregando esse grupo de desenvolver uma norma de

descrição baseada nos princípios arquivísticos. Uma norma que conciliasse e integrasse as quatro normas existentes de descrição arquivística, ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH. Foi então pensada uma norma dividida em duas partes: o Records in Context Conceptual Model<sup>16</sup> (modelo concetual para a descrição arquivística) e o Records in Context Ontology<sup>17</sup> (modelo ontológico que lhe é complementar). É lançada em 2016 a versão 0.1 do Records in Context Conceptual Model, apresentando como principal objetivo relacionar a informação com o seu contexto de produção, respeitando o princípio da origem e da proveniência (Llanes Padron & Moro Cabalero, 2017, p.527).

Apresentando como entidades primárias, Record, Record Component, Record Set, Agent, Occupation, Position, Function, Function (Abstract), Activity, Documentary Form, Date, Place e Concept/Thing (descritas por 69 atributos), e ao agregar todas as normas de descrição arquivísticas, o RiC-CM permite-nos fazer a transição de uma descrição multinível, para uma descrição multidimensional, explorando as relações existentes entre as diversas entidades e levando-nos para um outro patamar da descrição da informação, através da representação da informação em forma de grafo ou de rede (teia), em detrimento do modelo hierárquico apresentado pela ISAD (G).

Por sua vez, a compatibilidade com a ISAAR (CPF), é obtida a partir da utilização de linguagens código (XML, EAD/Encoded Archival Description e EAC/Encoded Archival Context-CPF), uma vez que incluem os elementos e atributos necessários para decodificar informação sobre autoridades arquivísticas, bem como para uma eficaz recuperação de informação (Eito-Brunn, 2012, p.219). Para percebermos a complementaridade entre a linguagem EAC-CPF e a EAD, temos de perceber que os registos EAC-CPF, criados de uma forma separada, são relacionados através da linguagem EAD (Eito-Brunn, 2012, p.219).

---

<sup>16</sup> Cf. RiC-CM V0.2, [https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-0.2\\_preview.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-0.2_preview.pdf).

<sup>17</sup> Cf. RiC-O, [https://www.ica.org/standards/RiC/RiC-O\\_v0-1.html](https://www.ica.org/standards/RiC/RiC-O_v0-1.html).

Ao fazer a transição das Normas de Descrição Arquivística para o RiC-CM, verificou-se uma redução do número de atributos, que passaram de 117 para 69, o que se traduz num trabalho de simplificação e síntese.

Extravasando os próprios padrões de descrição do ICA, o RiC-CM garante uma interoperabilidade semântica que proporciona uma partilha direta de dados, sem haver necessidade de formatações específicas. A linguagem XML lida com o primeiro nível de interoperabilidade (nível sintático), a descrição formal dos atributos e das relações, é feita através da linguagem RDF. Por sua vez, a utilização de RDFS permite uma representação hierárquica de classes e subclasses, bem como a definição de novas propriedades. A definição de ontologias é por sua vez desenvolvida através da linguagem OWL. Constata-se dessa forma a estreita relação entre o tratamento arquivístico e as tecnologias da Web Semântica (Llanes Padron & Pastor Sanchez, 2017, p.393), assumindo por isso como principal objetivo proporcionar o fundamento semântico e estrutural para desenvolver sistemas ou módulos de descrição arquivística. Para isso, dedica-se também à identificação e alocação das diversas necessidades de acesso e descrição, com um detalhe suficientemente pormenorizado e uma modelação precisa que suporte ferramentas gráficas e da Web Semântica.

Sendo dotado de uma maior complexidade relativamente às normas de descrição do ICA, o grupo de investigação (EGAD), considera que essa complexidade pode configurar um desafio, contornável através de uma gestão eficiente de registos. Para cada entidade (das mencionadas acima), o RiC-CM define propriedades, atributos e relações.

Em 2019 é colocada para consulta a versão 0.2 do Records in Context. Conceptual Model privilegiando também a descrição das entidades, das suas funções, bem como da sua contextualização.

Relativamente ao modelo anterior, a primeira grande alteração está nas entidades, passamos assim a ter entidades distribuídas por quatro níveis, colocando-se no primeiro nível a entidade 'Thing', que na verdade em português corresponde ao item ou ao

documento, que agrega todas as outras entidades. As entidades consideradas primárias na primeira versão do RiC-CM, Agent, Rule, Date e Place, assumem-se como entidades de segundo nível, juntando-se-lhes o Record Resource, a Instantiation e o Event.

As entidades Record Set e Record transitam para entidades de terceiro nível, estando subordinadas à Record Resource, e juntando-se-lhes a Record Part. A entidade Position transita também para entidade de terceiro nível, estando subordinada ao Agent, juntando-se-lhe as entidades Person, Group (com duas entidades de quarto nível, Family e Corporate Body), Position e Mechanism.

Também a Mandate transita para entidade de terceiro nível, subordinada à Rule. Entidades de terceiro nível são também a Activity, subordinada ao Event; e Single Date, Date Range e Date Set, subordinadas à date. São também especificados os diversos atributos relativos a cada entidade. Assim, para a 'Thing', temos notas, identificador e nome; a Record Resource, por sua vez contempla notas descritivas, identificador, nome, notas de autenticidade, classificação, condições de acesso, de utilização, tipo de conteúdo, história, integridade, linguagem, extensões ao Record Resource, âmbito e conteúdo, estado, estrutura e status legal; para além destes atributos, o Record Set acresce o Accrual e o Record Set Type, o Record acresce o Documentary Form Type, o mesmo se passando com o Record Part, de igual forma, para cada entidade são indicados os atributos que a representam.

Estruturalmente, as divergências face à versão de 2019 ganham maior destaque na introdução. Nessa introdução começa-se por uma abordagem ao Records in Context, à sua decomposição em quatro partes complementares:

- ***Records in Context-Introduction to Archival Description (RiC-AD)***, que apresenta os princípios e os objetivos da Descrição Arquivística.
- O próprio *Records in Context-Conceptual Model* (RiC-CM).
- *A Records in Context-Ontology* (RiC-O).
- E o ***Records in Context-Application Guidelines***, (RiC-AG). Trata-se de uma versão com *draft* lançado em 2025, após a estabilização do RiC-CM e do RiC-O, que

disponibiliza aos profissionais de informação e de desenvolvimento de software, um padrão de orientação na implementação do RiC-CM e do RiC-O.

De seguida, e também em divergência com a versão anterior (que parte de imediato para a apresentação das entidades), apresenta-se o âmbito e os objetivos do RiC-CM, que tem como principal objetivo a descrição dos registos, entidades e atividades envolvidas. Tal como na versão anterior, frisa como ponto de partida a harmonização e a substituição de quatro Normas Internacionais do ICA: ISAD (G), *General International Standard Archival Description*, ISAAR (CPF), *International Standard Archival Authority Records for Corporate Bodies, Persons and Families*, ISDF, *International Standard for Describing Functions*, e ISDIAH, *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*.

O grupo de trabalho aborda, de seguida, o público-alvo deste modelo conceptual: a comunidade arquivística, profissionais da informação, académicos, comunidades relacionadas com a preservação do património cultural, bibliotecas, arquivos, museus, com o objetivo de promover um acesso integrado à informação, e claro, os utilizadores finais, os investigadores, as pessoas que pesquisam informação.

Segue-se uma definição de **modelo conceptual**

an abstract representation of selected phenomena created from a disciplinary perspective in order to serve the needs or interest of the discipline (p.4).

Os métodos de modelação atualmente utilizados emergem de representações digitais de fenómenos do mundo real, que podem ser de índole física ou concetual, e serão os próprios fenómenos representados a proporcionar divergências entre os diferentes modelos, associados à utilização pretendida. Em comum, os diferentes modelos têm uma necessária abordagem às necessidades e responsabilidades inerentes às pessoas e/ou grupos envolvidas, com o objetivo de identificar interesses, características e relações.

Para estabelecer as relações entre as entidades o RiC-CM utiliza o ERM (Entity-relationship Model), que assume como foco modelar entidades, os seus atributos e as relações estabelecidas entre elas.

Uma quinta parte da introdução é dedicada ao ***Record Description in Transition***, a transição dos modelos de descrição da informação, desde o tradicional respeito pelo *Princípio da Proveniência*, com o seu respeito pelos fundos e pela ordem original, de resto o modelo de descrição arquivística integrado na ISAD (G). Como não é possível abordar a descrição e a comunicação da informação sem considerar a tecnologia, a introdução de novas abordagens para a representação e comunicação da informação veio reformular o conceito de descrição arquivística. É enfatizada a relação entre diferentes conceitos, para garantir um melhor acesso à informação, associado à compreensão dos recursos utilizados, e as tecnologias de grafo surgem precisamente como resposta a uma necessidade de articular a linguagem XML (Extensible Markup Language) e as bases de dados relacionais (SQL), proporcionando a criação de redes, sustentadas por relações dinâmicas (p.6).

Embora a utilização da tecnologia de grafos se tenha tornado muito mais ampla nos anos 90, aquando do lançamento do Resource Description Framework (RDF), o seu aparecimento remonta aos anos 60. As entidades são representadas por nódulos relacionados entre si, possibilitando ao utilizador transitar de um nódulo para o outro através das relações. Esses grafos são armazenados através de triple stores RDF numa ótica de sujeito-predicado-objeto. E aqui notam-se as limitações do XML, já que enquanto esta linguagem apenas permite a geração de um grafo hierarquicamente organizado, a tecnologia de grafos permite uma representação em rede de relações e entidades ilimitadas.

E qual a relação entre o RiC-CM e a tecnologia de grafos? O RiC-CM garante uma base para produzir grafos de conhecimento com a descrição de registos e contextos. O RiC-O entra com a componente do vocabulário e com o estabelecimento de regras de representação da descrição arquivística enquanto grafos RDF (p.6).

O RiC-CM assume também como objetivo abordar a descrição arquivística tradicional, conjugando-a com as oportunidades que vão surgindo com o desenvolvimento das tecnologias de informação. Este modelo busca proporcionar uma descrição mais detalhada dos contextos que dão origem aos registos, resultando numa multiplicidade de perspetivas e vias de acesso.

Ainda na introdução o EGAD analisa a relação entre o RiC-CM e as outras Normas Internacionais de Descrição Arquivística, analisando o percurso que levou ao próprio aparecimento do RiC-CM.

Aquando da conceção da ISAD (G), na década de 90, esta foi fortemente influenciada por dois aspetos: como primeiro aspeto temos a utilização dos mesmos *inputs* e *outputs* ao longo da descrição arquivística, ou seja, a forma como a descrição da informação era representada nos arquivos e apresentada aos utilizadores finais, era a mesma.

Com a evolução tecnológica, e a ascensão das bases de dados relacionais, assume-se uma descrição arquivística através de entidades, separadas embora relacionadas entre si, e uma descrição dessas mesmas relações. Designs de interface de utilizadores, e os chamados sistemas inteligentes, permitem transformar estes *inputs* numa multiplicidade de *outputs*, de acordo com as predefinições do software de arquivo, das necessidades dos utilizadores e das questões inerentes à partilha de dados. Aqui se revela o papel do RiC-CM, garantir uma harmonização dos *inputs* e a multiplicidade dos *outputs*, sem normas que possam limitar o próprio desenvolvimento (seja tecnológico ou não).

O segundo aspeto que influenciou a ISAD (G), foi privilegiar a descrição de registos individuais ou conjuntos de registos, combinada com descrições de entidades relacionadas com esses documentos, vistas como ‘pontos de acesso’. No entanto, esta não é a visão adotada no RiC-CM para ‘pontos de acesso’, ‘pontos de acesso’ onomásticos, ideográficos, ou geográficos, são utilizados para aceder a entidades, no caso, pessoas, grupos, temas, atividades, lugares, que não se conseguem descrever de nenhuma outra forma. Potenciando uma descrição independente das entidades que se representam através dos pontos de acesso, a ISAD (G) assume a ideia de que para os

registos serem compreendidos, tem de se considerar o seu contexto de criação e utilização, sem se desvincularem de uma rede de relações com outras entidades. O RiC-CM surgiu também com o objetivo de contornar essas limitações da ISAD (G), apresentando uma estrutura relacional, que assume a existências de relações entre as entidades, a relevância dos contextos de produção, e do próprio processo de descrição, para que os sistemas de informação reflitam a realidade (p.10-11).

Partindo do conceito herdado da ISAD (G), a chamada 'unidade de descrição', estabeleceu-se que a descrição dos registos individuais e dos conjuntos de registos poderia ocorrer da mesma forma. Todavia, os registos individuais e os conjuntos de registos resultam de diferentes atividades com diferentes objetivos, podendo ainda ter origem em diferentes entidades criadoras. Um sistema de informação pode ser criado por uma entidade, mas reunir informação produzida por várias outras, como é o caso flagrante do sistema de informação criado por Barbedo de Magalhães, de resto o nosso objeto de estudo. Adicionalmente, considerando as relações estabelecidas com outras entidades, a descrição de registos individuais tem necessariamente de diferir da descrição de conjuntos de registos, dado que assumem diferentes características e diferentes relações (p.10).

No RiC-CM assistimos também à transição da tão característica na ISAD (G) **Descrição Multinível** para a **Descrição Multidimensional**. Na **Descrição Multinível** assume-se como ponto de partida uma descrição generalizada do Sistema de Informação, partindo depois para uma descrição por partes, refletindo uma hierarquia. Com o RiC-CM assume-se uma **Descrição Multidimensional**, onde a hierarquia dá lugar a grafos que espelham uma teia ou uma rede de relações, e possibilitam uma descrição uma descrição muito mais abrangente. Assiste-se a uma representação em rede dos registos individuais e conjuntos de registos, e inserido nessa rede pode estar um determinado sistema de informação, com contextos de produção bem definidos. Não exclui, no entanto, a descrição hierárquica, que se torna aliás necessária em vários aspetos para representar os próprios sistemas de informação.

O RiC-CM mantém também uma estreita relação com a série ISO 23081<sup>18</sup>. Ambos proporcionam estruturas de metadados com o intuito de descrever e gerir registos. O RiC-CM trata os metadados que permitem descrever, garantir e controlar o acesso aos registos. Enquanto isso a ISO 23081, foca-se nas questões de proteção, compreensão e utilização dos registos.

Registe-se que a versão RiC-CM V1.0 foi disponibilizada em 2023 . Ao contrário do que aconteceu entre as versões V0.1 e V0.2 em que foram introduzidas alterações bastante significativas, as alterações que surgem na versão V 1.0 face à versão V 0.2, são bastante mais reduzidas. Não obstante, são mais focadas e resultam de uma profunda revisão estrutural.

A principal alteração configura-se na entidade ‘date’, com a remoção das subentidades ‘single date’, ‘date range’ e ‘date set’, que foram absorvidas pela entidade principal.

Procedeu-se à introdução de sete relações RiC (R80-86), com o intuito de facilitar a descrição das datas de criação dos registos, sendo adicionados os atributos ‘data type’ e eliminados os atributos relacionados com a certeza e a padronização.

Tentando clarificar o melhor possível a utilização do modelo, foi lançada a Records in Contexts-Application Guidelines (RiC-AG, v.01, 2025), o quarto dos documentos complementares enunciados. Adicionalmente, alguns atributos viram alteradas as definições das entidades, dos nomes, domínios e modelos de repetição. Foram ainda categorizadas as entidades ‘Rule’ e ‘Mandate’ e apostou-se na criação de um layout mais intuitivo.

---

<sup>18</sup> As Normas ISO 23081 foram publicadas pelo Comité ISO/TC46. É um conjunto de três normas publicadas entre 2009 e 2017. A primeira, *ISO 23081-1:2017 Information and documentation - Records management processes – Part 1*, a segunda *ISO 23081-2:2009 Information and Documentation – Managing metadata for records – Part 2*, e a terceira *ISO 23081-3:2011 Information and documentation - Managing metadata for records – Part3*.

### **Como se desenvolveu o RiC-CM?**

Para se responder a esta questão temos de recuar a 2012, ano em que o ICA Programme Commision (IPCOM) formou o grupo EGAD, investindo-o como sucessor do Comité de Boas Práticas. O EGAD foi então incumbido de criar um modelo harmonizador para as quatro normas de descrição previamente publicadas: ISDF, ISAD (G), ISAAR (CPF) e ISDIAH (p.14).

Após vários períodos de discussões e teleconferências surge em 2016 uma primeira versão do RiC-CM disponibilizada para consulta pública, a versão oficial viria a surgir ainda nesse ano. Entretanto, em 2019, foi disponibilizada uma versão provisória 0.2, entre julho e outubro de 2021 foi disponibilizada para consulta pública, com ligeiras alterações relativamente à versão publicada em 2019.

Analizada a versão final da RiC-CM V0.2, relativamente à versão trabalhada nesta tese, versão provisória lançada em 2019, destacamos as alterações desenvolvidas na introdução, com uma maior ênfase sobre o âmbito e os objetivos do RiC-CM, à transição da ISAD (G) para o RiC-CM, com a consequente associação ao desenvolvimento tecnológico e à representação da informação por grafos.

De resto, já na versão 0.2 provisória, as entidades são organizadas hierarquicamente, partindo da ‘Thing’, vista como entidade raiz (entidade de nível 1), até às entidades de quarto nível. As entidades de grupo estavam já integradas pela *Resource Entity*. Para além disso mantêm-se os atributos e as setenta e oito relações.

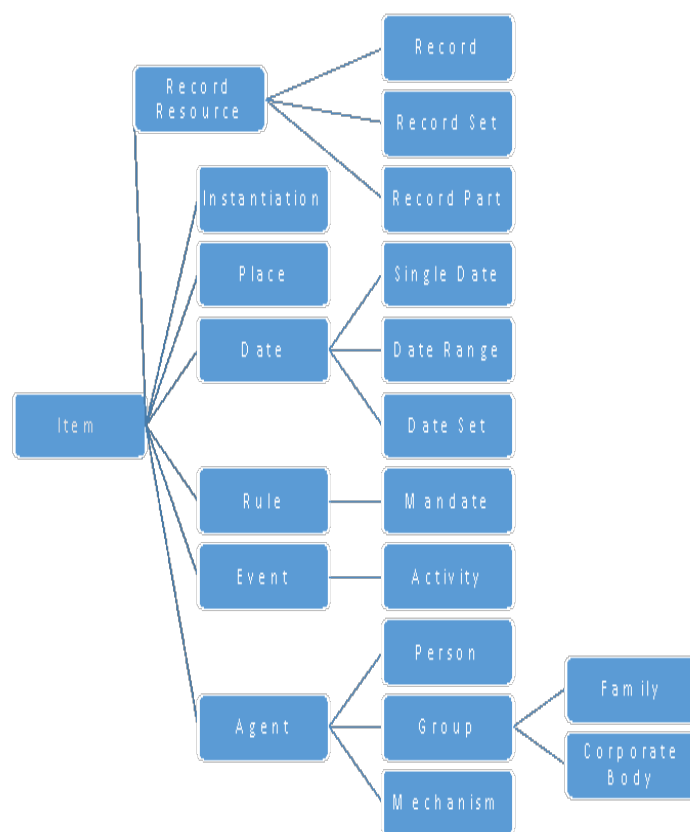


**Figura 1: Records in Context Conceptual Model v 0.2**

Fonte: imagem da autora

### **A Records in Context Ontology**

Uma primeira versão beta da Records in Context Ontology foi lançada em 2017 e utilizada pelos Arquivos Nacionais de França no Projeto PIAAF. Trata-se de uma ontologia descrita em linguagem OWL, compatível com a versão 0.2 do RiC- CM e concebida como uma segunda parte da norma RiC.

A concepção do RiC-O teve em consideração alguns princípios básicos: Funcionando de forma complementar com o RiC-CM, apoia as instituições na

implementação do RiC-CM, como a execução de modelos em linguagem XML EAD ou EAC-CPF.

- a) Tornar-se numa ontologia de referência;
- b) Ser passível de utilização imediata; A conversão dos metadados em linguagem RDF tem de ser compatível com o RiC-O, para um processamento eficaz;
- c) Deve ser garantido um quadro de trabalho flexível, o que vai de encontro à necessidade de utilização imediata;
- d) Deve ser útil: as ferramentas da Web Semântica, como os Linked Open Data devem conseguir passar pelos gráficos em linguagem RDF, consulta-los, utilizando o SPARQL, colocando questões e obtendo respostas...por exemplo: deve ser possível ao utilizador questionar as cópias de uma carta original, e obter uma resposta clara;
- e) Deve ser flexível e passível de expansão e reutilizável.

Para cada entidade do RiC-CM está definida uma classe do RiC-O. No entanto, algumas classes correspondem a atributos de classes RiC-CM, como a classe 'Type', e as subclasses que lhe estão atribuídas, assim como 'Language', 'Name' e 'Identifier'. Para desambiguar o conceito de algumas entidades, como por exemplo 'Place' que pode ser interpretado tanto no sentido físico como no sentido histórico, foram então criadas duas classes: "Physical Location" e "Coordinates Class". Na sua totalidade o RiC-O é composto por 98 classes.

| <b>RiC-CM (entidades)</b> | <b>RiC-O (classes)</b> |
|---------------------------|------------------------|
| Thing                     | Thing                  |
| Activity                  | Activity               |
| Agent                     | Agent                  |
| Corporate Body            | Corporate Body         |
| Date                      | Date                   |
| DateRange                 | DateRange              |
| DateSet                   | DateSet                |
| Event                     | Event                  |
| Family                    | Family                 |
| Group                     | Group                  |
| Instantiation             | Instantiation          |
| Mandate                   | Mandate                |
| Mechanism                 | Mechanism              |
| Person                    | Person                 |
| Place                     | Place                  |
| Position                  | Position               |
| Record                    | Record                 |
| RecordPart                | RecordPart             |
| RecordSource              | RecordSource           |
| RecordSet                 | RecordSet              |
| Rule                      | Rule                   |
| SingleDate                | SingleDate             |
| Title                     | Title                  |

**Tabela 1: RiC-CM V 0.1 e RiC-O Correspondência entre entidades e classes**

Fonte: [https://www.ica.org/standards/RiC/RiC-O\\_v0-1.html](https://www.ica.org/standards/RiC/RiC-O_v0-1.html)

A propósito de ontologias, chega-nos da Finlândia a *Onki.fi*<sup>19</sup>, uma ontologia especialmente desenvolvida para bibliotecas, com ontologias finlandesas e internacionais, procurando uma eficiente publicação de conteúdos na Web Semântica. É também da Finlândia que nos chega o *Finto.fi*<sup>20</sup>, desenvolvido para proporcionar a interoperabilidade entre Thesaurus, ontologias e sistemas classificativos de áreas divergentes. Do mesmo país chega-nos o *Sampo Model*<sup>21</sup>, desenvolvido para apoiar e disseminar a criação de dados, partilhando uma infraestrutura ontológica aberta, apoiar a análise a descoberta e a exploração de dados, fornecer uma multiplicidade de perspectivas para os mesmos dados, padronizar a utilização por um filtro de análise e distinguir o serviço de Linked Open Data do interface do utilizador. Da Áustria chega-nos a CM2KG Cloud Platform, que faz a transição entre o Modelo Conceptual e o grafo de conhecimento. Da Austrália destacamos o Government Knowledge Graph, que relaciona as funções governamentais com a própria estrutura do governo<sup>22</sup>. Da Alemanha provém, por sua vez, o projeto CORDIS<sup>23</sup>. Embora haja ainda um longo caminho a percorrer para uma generalização da representação da informação em grafo, foram já dados importantes passos com esse objetivo.

### **2.3.2. A representação da informação em rede**

Propomo-nos, com esta investigação, contribuir para o desenvolvimento de um modelo de representação da informação em grafo da informação relativa à componente audiovisual que integra o Arquivo Professor Barbedo, o Centro Audiovisual Max Stahl

---

<sup>19</sup> Cf. <https://onki.fi>

<sup>20</sup> Cf. <http://finto.fi/en/>.

<sup>21</sup> Cf. <https://seco.cs.aalto.fi/applications/sampo/>.

<sup>22</sup> Cf. <https://www.surroundaustralia.com/government-knowledge-graph-govkg>.

<sup>23</sup> <https://cordis.europa.eu/project/id/860801>.

Timor-Leste, a Clearing House for Archival Records on Timor, e a Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste.

O primeiro passo para o desenvolvimento de um futuro protótipo é perceber que modelo concetual deveremos utilizar, qual o que melhor se adequa ao nosso objetivo, o CIDOC-CRM, ou o RiC-CM.

O CIDOC-CRM traz consigo estabilidade e apesar de ter sido previamente concebido para ser implementado em museus, a sua flexibilidade permitiu-lhe já em casos de sucesso, como o Projeto EPISA, a sua aplicação em Arquivos.

Por outro lado, temos o RiC-CM, concebido pelo ICA, com o objetivo de consolidar, harmonizar e integrar as quatro normas de descrição arquivística. Contando com uma ontologia (RiC-O), com a *Records in Context-Introduction to Archival Description* (RiC-AD), e o *Records in Context-Application Guidelines* (RiC-AG). O RiC-CM v0.2 foi o modelo conceptual utilizado no Projeto PIAAF. Se o CIDOC nos garante a estabilidade, o RiC-CM caminha para essa consolidação, e dá-nos o garante de, ao ser concebido pelo ICA, possuir um bom índice de correspondência com as normas de descrição e, entre a versão 0.1 e a versão 0.2, já responder aos comentários de alguns profissionais da informação, procurando o EGAD refinar alguns aspetos, como as entidades, agrupadas hierarquicamente, a introdução de novas entidades (sempre com o intuito de manter um maior nível de correspondência com as normas de descrição). Também com essa intenção foi revista a componente dos atributos e das relações (ICA, 2021, p.15). Optamos assim por começar por apontar para o RiC-CM v0.2 para o desenvolvimento do nosso protótipo. Trata-se de uma problemática que não é nova, aliás, peguemos precisamente num protótipo especialmente desenvolvido no âmbito do projeto EPISA, o *Archgraph*. Preocupando-se em garantir a interoperabilidade dos dados do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, transitando de uma representação da informação com uma organização hierárquica para uma representação em grafo, com ênfase das componentes semânticas. Os grafos permitem uma representação muito mais ampla da informação, espelhando redes de dados relacionados por nós. Elencamos por isso projetos desenvolvidos a partir de modelos concetuais como o CIDOC-CRM e o RiC-CM.

A etapa que se seguirá é a perceção dos requisitos formais e informais presentes nas plataformas que nos propomos trabalhar, e que terão influência no protótipo a desenvolver.

#### *Projeto ICON<sup>24</sup>*

Em 2017 surge o projeto ICON - Integração de CONteúdos: para um novo modelo de descrição (Barbedo, *et al.*, 2018), resultante de uma parceria entre o INESC TEC e a DGLAB, com o objetivo de renovar a arquitetura dos seus Sistemas de Informação. Trata-se de um projeto que pretende responder à ausência da componente de relações na norma ISAD (G), através do CIDOC-CRM (Conceptual Reference Model). É compatível com ontologias web, particularmente a Web Semântica, e os linked data, o que vai ao encontro das necessidades dos utilizadores internos e externos da DGLAB. Este projeto congrega a DigitArq-CRAV, o Portal Português de Arquivos e o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas. Um dos objetivos do ICON é proporcionar ao utilizador o acesso de uma forma centralizada à informação disponibilizada pelas várias unidades orgânicas da DGLAB, simplificar os processos de descrição e potenciar a interoperabilidade entre os serviços, contextualizar a informação, melhorar o seu armazenamento, recuperação e difusão.

Trata-se de um projeto que pretende acompanhar a evolução da Web Semântica e integrar a arquivística nessa rede, sendo para isso necessário avançar com ferramentas que sejam compatíveis com as ontologias utilizadas na Web Semântica.

Na primeira fase, concluída em março do presente ano, a DGLAB optou por criar um Modelo Concetual e provas concetuais. A equipa menciona ainda que um dos objetivos deste projeto é a apresentação de um protótipo.

A equipa de projeto é liderada por Gabriel David (Professor Associado do Departamento de Engenharia Informática da FEUP, membro do Conselho Científico da FEUP, Investigador e Membro da Administração do INESC TEC), integrando também Inês Koch

---

<sup>24</sup> Cf. ICON, <https://www.inesctec.pt/pt/projetos/icon#people>

(Assistente de Investigação), Lázaro Gabriel Costa (Assistente de Investigação) e Pedro Correia Seabra (Colaborador Externo).

Este projeto, o projeto EPISA, que abordaremos de seguida, e o projeto Heritamus constituem exemplos (em Portugal) de integração na Web Semântica proporcionando-nos uma aproximação a um leque de ferramentas que se tornarão úteis para o projeto que temos em preparação.

#### *Projeto EPISA<sup>25</sup>*

O Projeto EPISA, ou “Inferência de Entidades e Propriedades para Arquivos Semânticos”, resulta também de uma parceria entre o INESC TEC e a DGLAB. Assumindo como objetivo principal representar a informação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, surgiu com a crescente necessidade de utilização de novas ferramentas de descrição, que integrem Bibliotecas, Arquivos e Museus, dos Linked Open Data (que operam na Web Semântica). Para o desenvolvimento do projeto foi selecionado o CIDOC-CRM (Unidade do ICOM, designada de International Committee for Documentation).

A equipa enfrentou alguns desafios, nomeadamente a migração e a correspondência entre as normas do Conselho Internacional de Arquivos e as promovidas pelo ICOM-CIDOC, nomeadamente o CRM (este último mistura modelos de conversão já existentes com métodos semiautomáticos).

Com este projeto, a equipa responsável pelo desenvolvimento do EPISA espera proporcionar aos utilizadores um conhecimento mais amplo da informação disponibilizada pela Torre do Tombo, através da DGLAB, disponibilizar melhores ferramentas de pesquisa, bem como conquistar a presença em bases de dados de referência, com destaque para a Europeia (que já utiliza um modelo descritor semelhante). Uma outra vantagem é a capacidade de lidar com múltiplas plataformas de metainformação (desde o Excel até ficheiros de softwares de gestão arquivística),

---

<sup>25</sup> Cf. EPISA, <https://www.inesctec.pt/pt/projetos/episa#intro>.

propiciando, assim, a integração de recursos de investigação e administrativos no Arquivo Digital da Administração Pública.

A equipa que integrou este projeto (em vigor até 31 de dezembro de 2022), foi liderada por Cristina Ribeiro, compreende também Carla Lopes (Professora Auxiliar do Departamento de Engenharia Informática da FEUP e Investigadora Sénior do INESC TEC), Gabriel David, Inês Koch, João Rocha da Silva (Professor Assistente do Departamento de Engenharia Informática da FEUP e Investigador do INESC TEC), e Sérgio Nunes (Professor Auxiliar do Departamento de Engenharia Informática da FEUP e Investigador Sénior do INESC TEC).

### *ArchOnto*

Uma vez que o RiC-CM ainda não se encontrava definitivamente consolidado, a opção passou por preparar o CIDOC-CRM para a descrição arquivística. A equipa envolvida no projeto EPISA chamou a si essa tarefa, para o que se tornou necessário começar por desenvolver uma ontologia - a *ArchOnto*. Para a conceção desta ontologia partiram dos elementos descritores constantes na ISAD (G).

Começou então a conceção de um modelo CIDOC-CRM para arquivos, com a premissa de que a implementação do CIDOC-CRM deve ser feita na ótica de um grafo de conhecimento, através de uma base de dados em grafo (Koch et al., 2020, p.5). O facto do CIDOC-CRM ter sido primariamente concebido para utilização em museus, levantou alguns obstáculos, começando pelo nível de descrição necessário para a sua adaptação aos arquivos. Em termos comparativos o CIDOC-CRM apresenta 285 propriedades, enquanto o RiC-CM apresenta 449 (Koch et al, 2020, 4). Tornou-se então necessário apostar em extensões do CIDOC-CRM, particularmente em criar extensões ‘Data Property’ e utilizá-las para extrair as componentes semânticas dos dados. Foi paralelamente criada uma ontologia ISAD a ser posteriormente importada para o *ArchOnto*, essa incorporação traz consigo a vantagem de integrar todos os elementos da ISAD(G). Paralelamente foi também concebida a ontologia N-ary, note-se que as ontologias foram integradas de um modo separado, o que promove a flexibilidade do

modelo concetual, tornando mais fácil eliminar uma ou outra ontologia, se tal se tornar necessário. O ArchOnto conta na verdade com cinco ontologias: ontologia base do CIDOC-CRM, N-ary, Ontologia ISAD, a DataObject e uma ontologia criada particularmente para a relação entre o CIDOC-CRM e a DataObject. A N-ary releva-se por trabalhar relações entre mais de dois objetos, as ‘tuplas’. A ontologia ISAD foi concebida especialmente para representar os elementos caracterizados pela ISAD (G). A DataObject assume como função validar os elementos laterais que constam nas propriedades do CIDOC-CRM. A sua conceção a partir de classes e propriedades de dados confere-lhe capacidade de validação de objetos consoante a sua classe de proveniência. Com o objetivo de mapear as descrições da ISAD(G), para tal foram criadas classes e propriedades correspondentes aos atributos da ISAD(G). No entanto, a larga utilização de uma classe denominada de E55 compromete a individualidade semântica dos conceitos. Para contornar essa questão, foram criadas subclasses subordinadas à E55, possibilitando essa diferenciação conceptual.

O CIDOC-CRM permite-nos ainda obter uma diferenciação entre o objeto físico e o que é designado de objeto conceptual. Assim, quando se estabelece um mapeamento entre a ISAD(G) e o CIDOC-CRM, a linguagem de um objeto na ISAD(G), bem como o âmbito, o conteúdo e as condições de acesso, corresponde ao objeto conceptual do CIDOC-CRM. O objeto físico é por sua vez dotado de uma dimensão física. A correspondência de um objeto físico na ISAD(G) são elementos como título, dimensão, suporte do documento e a própria localização. Todos os dados carecem de validação, que lhes é conferida através das classes e propriedades desenvolvidas para o CIDOC-CRM (Koch et al, 2020, p.9).

### *O ArchGraph*

Há o modelo concetual (CIDOC-CRM), e a ontologia (ArchOnto), como transitamos então para a representação em grafo? Com o objetivo de integrar o CIDOC-CRM num grafo de conhecimento devidamente validado, Nuno Freitas apresenta-nos seis *use cases* que devem ser suportados pelo protótipo (para a representação em grafo), relacionados com a criação, alteração, eliminação ou visualização de entidades e propriedades do CIDOC-CRM. O facto desse protótipo ter considerado apenas um público-alvo assume-se, a nosso ver, como uma fragilidade. No entanto, o autor justifica isso ao assumir como

grande objetivo ser uma adaptação eficiente da ArchOnto para a representação em grafo, e não propriamente a interação com o utilizador. Para o desenvolvimento do protótipo, o autor considerou requisitos funcionais e não funcionais. Como requisitos funcionais temos: possibilidade de recuperar os registos de metadados; a inter-relação de recursos; possibilidade do utilizador interagir com o grafo.

Como requisitos não funcionais, destacam-se: software em código aberto; licença de software a custo zero; adesão a protocolos livres; eficiência e simplicidade para programadores.

Estruturalmente, o *ArchGraph* obedece ao CIDOC-CRM, com as suas entidades e propriedades. Outra fragilidade do *ArchGraph*, e, por conseguinte, do CIDOC-CRM enquanto modelo conceptual é o facto de, não tendo sido previamente concebido para arquivo, tornar-se necessária a criação de mais entidades e propriedades, em correspondência com as propriedades da ISAD (G), que receberam uma nomenclatura distinta. Assim, enquanto as entidades CIDOC-CRM têm o prefixo 'ARE' as entidades adicionadas receberam o prefixo 'ARP'. Acresce que a ontologia do CIDOC-CRM trabalha através de associações binárias e/ou ternárias, tendo sido criadas novas entidades para representar as propriedades, recebendo o prefixo PC, através de uma superclasse principal, integram as propriedades 'P01 Domínio' e 'P02 Faixa'.

Tornou-se também necessária a criação de 'Data Properties', entre outras entidades. De acordo com o autor, essa ampliação de entidades foi também benéfica para a própria programação. Para o utilizador, suporta a ampliação de campos de edição e outros dados que podem variar. Por outro lado, no backoffice, permite minimizar as análises e uma melhor validação de dados. São extensões que assumem como prefixo 'AE' e 'AP'. A componente tecnológica foi por sua vez pensada para implementar uma plataforma que permita aceder e alterar um grafo de conhecimento. A tecnologia foi implementada a quatro níveis: 1. Tecnologia para banco de dados com capacidade de implementação de requisitos; 2. Linguagem de programação; 3. Framework para uma aplicação de programação de interface e 4. Criação de um *Web Client* (Freitas, 2019, p. 32). A linguagem de programação obedeceu a alguns requisitos específicos: teria de suportar o *Object Graph Manager Neo4j*, uma linguagem, inicialmente desenvolvida como uma

biblioteca java para lidar com as questões da base de dados. No entanto, a implementação do *Object Graph Manager Neo4j* revelou algumas incompatibilidades, e para ultrapassar essas dificuldades, a solução foi o Apache Groovy<sup>26</sup>. O Groovy permite o desenvolvimento de interfaces que possibilitam implementações, e consequentemente representar entidades e extensões CIDOC-CRM. Outra característica do Groovy é a flexibilidade e nível de execução conduz-nos à criação de grafos que possibilitam uma melhor interface entre o utilizador e o servidor. O *ArchGraph* assume-se por isso como um protótipo vertical, promovendo a relação entre servidor/ cliente, com uma performance devidamente validada.

#### *Projeto Heritamus*

O Projeto Heritamus<sup>27</sup> surge de uma parceria entre promotores do Fado e do Flamengo em Espanha, (conta com instituições parceiras como o Museu do Fado em Lisboa e o Centro Andaluz de Documentação do Flamengo) com o objetivo de preservar o património musical e promover relações entre documentos sonoros históricos e utilizações atuais. Enquadrando-se na agenda estratégica da JPI Cultural Heritage and Global Change, (que assume como missão colocar em contacto pessoas relacionadas com o património, desenvolver uma sociedade integradora entre comunidades e investigadores académicos, promover o acesso ao património tangível (que até então não era acessível), promover a criação de conhecimento através de métodos de pesquisa inovadores e proteger o património cultural através de novas ferramentas que permitam uma participação informada na gestão patrimonial. Para isso, aposta-se em três vertentes:

---

<sup>26</sup> Linguagem de Código aberto desenvolvida para a Java Virtual Machine

<sup>27</sup> Cf. Heritamus, <https://heritamus.fcsh.unl.pt>.

- A conceção de implementação de uma ferramenta multifacetada, para uma gestão integrada de dados patrimoniais e etnográficos, destinados à investigação e à disseminação de conhecimento;
- Um campo de pesquisa que integre diferentes comunidades de utilizadores, para reunir dados etnográficos, de forma a perceber o impacto dos documentos históricos nas práticas musicais atuais;
- Uma investigação crítica dos documentos sonoros publicados entre 1900 e 1945.

#### *Projeto PIAAF*

O PIAAF, Pilote d'Interopérabilité pour des Autorités Archivistiques, (<https://piaaf.demo.logilab.fr/editorial/credits>), resulta do trabalho desenvolvido por um grupo/equipa de investigação oriundo de três entidades distintas, a Biblioteca Nacional de França, os Arquivos Nacionais e o Serviço Interministerial de Arquivos de França, incluindo também a participação de um investigador da Universidade de Montreal do Canadá.

A equipa que desenvolveu o PIAAF é composta por: Elsa Camus (Engenheira de Estudos, Arquivos Nacionais), Pauline Charbonnier (Engenheira de Estudos, Arquivos Nacionais), Florence Clavaud (Curadora chefe do Património, Arquivos Nacionais), Marine Zelvert (Conservadora de Património, Arquivos Nacionais), Anila Angjeli (Líder do projeto Fichier national d'entités au département des Métadonnées, Biblioteca Nacional), Aurélien Conraux (Conservador de Património, Biblioteca Nacional), Anne Leblay Kinoshita (Conservadora de Património, Biblioteca Nacional), Alix Charpentier (Adjunto do líder da Missão para a gestão de produção documental e dos arquivos), Baptiste Nichele (Engenheiro, líder do projeto para armazenamento numérico, Serviço Interministerial dos Arquivos de França), Stéphanie Roussel (Conservadora de Património, Serviço Interministerial dos Arquivos de França), Hélène Settel (Conservadora de Património, Serviço Interministerial dos Arquivos de França), e um investigador do Centro de Pesquisa Interuniversitária em Humanidades Numéricas da Universidade de Montreal (CIRHN) no Canadá.

Este projeto começou a ser concebido e organizado em 2015, em 2016 foram selecionados os jogos de metadados e as propostas, em 2017 começou o desenvolvimento do projeto em três etapas, em 2018, foi publicado o protótipo, os conjuntos de metadados e o software.

O Serviço Interministerial de Arquivos de França é entendido como o mais importante órgão da rede francesa de serviços, funcionando como um meta- referencial em registos de autoridade sobre administrações e coletividades, neste projeto, pretende uma representação em RDF desse grafo de entidades, relacionar esse grafo com o grafo relativo às Administrações Centrais (a cargo dos Arquivos Nacionais), e contribuir para o desenvolvimento do PIAAF.

Os Arquivos Nacionais contribuíram com 25.000 instrumentos de pesquisa (em linguagem XML e EAD), 14.200 notícias de autoridade (XML, EAC, CPF), e referenciais ontológicos, após a libertação destes dados, foram criadas 36.000 relações entre registos de autoridade e 27.000 relações entre registos de autoridade e instrumentos de pesquisa.

À Biblioteca Nacional de França coube a representação em RDF dos registos de autoridade arquivísticos, a publicação e a visualização desses dados, e estabelecer uma relação entre esses dados e os dados dos serviços de arquivos. Isso permitirá ao utilizador avaliar os esses modelos num contexto de pesquisa, ver numa forma diacrónica os organigramas administrativos, fornecer acesso a partir de dados inseridos em instrumentos de pesquisa.

As três entidades parceiras enfrentaram, no entanto, alguns desafios: o cruzamento de dados e a criação de relações, a qualidade e a expressividade dos dados, e o abrir caminho para a construção, a descoberta e a construção da informação.

Neste projeto foi utilizado o RiC-O (Records in Context Ontology), redefinindo os conceitos tendo em conta os desenvolvimentos na Arquivística. Um outro desafio que se colocou foi a visualização de dados na Web, particularmente a granularidade e a legibilidade dos dados, relacionar dados complexos com a dimensão temporal, assim como a densidade da informação e a diversidade dos dados.

Para a realização do projeto foram selecionados conjuntos de metadados reais, pertinentes, mensuráveis e relacionáveis. Foram selecionados dois domínios do Ministério da Cultura: a Gestão dos Monumentos e dos Edifícios Cíveis, e a componente da leitura pública e das bibliotecas. Foi também estabelecido que cada entidade trabalharia com as suas ferramentas e seguindo perspectivas individuais. No entanto, por uma questão de uniformidade, foram preparadas algumas regras a observar pelos três parceiros: as linguagens de codificação (XML/EAC-CPF e XML/EAD 2002), as designações das entidades, campos de preenchimento obrigatório, entradas de identificadores e a subcategorização das relações entre entidades. Foi também estabelecida a produção de linguagens comuns, procedendo-se para isso à indexação das funções das entidades, à articulação entre o domínio funcional e a atividade e à gestão de referenciais GINKO.

No que respeita às fontes dos conjuntos de metadados, estas provêm de 300 registos de autoridade, 41 instrumentos de pesquisa, e 2 vocabulários SKOS.

Um outro desafio lançado à equipa foi a conversão para RDF, dos registos de autoridade utilizando as linguagens EAC/CPF, e dos ficheiros EAD através da linguagem XML. Aqui surgiram mais desafios, relacionados com a compreensão das relações entre os agentes, com as categorias de coletividades, com a representação das funções resultantes da correspondência de conceitos, e com a sequência de objetos nos conjuntos documentais.

Ao longo do projeto foram decorrendo várias avaliações, a primeira avaliação demonstrou algumas condicionantes do modelo EAC-CPF, o facto de se gerarem identificadores permanentes antes da conversão e a necessidade de rever as práticas de codificação.

Para o protótipo foram consideradas algumas especificidades: a pesquisa através de questionário SPARQL e a consulta por facetas, a visualização em grafos dinâmicos e diacrónicos, o alinhamento de dados, a qualidade dos conjuntos de dados, os desenvolvimentos em Open Source e a facilidade da abordagem.

O projeto Desarquivo surge a partir de uma necessidade detetada no seio dos meios de comunicação social portugueses, visando, através da tecnologia de grafos, estabelecer redes de relações entre entidades, eventos e localizações, dentro e fora de Portugal. Interessa-nos particularmente no âmbito da investigação que nos propomos desenvolver, porque o assumimos como projeto de referência, para o protótipo que nos propomos criar ao estabelecer uma rede de relações com informação sobre Timor-Leste produzida entre 1974 e 2001.

Através da extração do conteúdo das notícias e das entidades envolvidas, conseguem estabelecer-se as relações existentes entre as entidades, espelhando uma rede de inter-relações. O software foi concebido em código aberto, disponível no [GitHub](https://msramalho.github.io/desarquivo/). Ao abrir a página do projeto, o utilizador depara-se com uma caixa de pesquisa do lado esquerdo do ecrã que lhe permite pesquisar entidades e locais, dado esse passo, clicando no balão da entidade, aparece do lado direito do ecrã uma lista de todas as notícias relacionadas com essa entidade, com a indicação de todas as entidades envolvidas para cada notícia, ao clicar numa dessas entidades, e posteriormente em ‘expandir nó’, gera-se um grafo de relações que o utilizador pode escolher visualizar de forma espaçada, radial, concêntrica ou largura (uma apresentação quase ‘em linha’).

---

<sup>28</sup> Cf. <https://msramalho.github.io/desarquivo/>



### 3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Toda a investigação carece de um método, e neste capítulo é apresentada a metodologia de investigação a utilizar, o Método Quadripolar, desenvolvido em 1974 por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete. Alinhando-se com os pressupostos da Ciência da Informação, torna-se no método de investigação por excelência. Como o próprio nome indica, é composto por quatro polos dinamicamente relacionados, o Polo Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico. Assim, ao longo do presente capítulo os polos serão analisados de forma detalhada, bem como a sua posição/relação com as diferentes fases da investigação.

#### 3.1 Uma investigação na perspectiva quadripolar

Se atentarmos ao carácter eminentemente social da Ciência da Informação, ao seu percurso e à sua inter e transdisciplinaridade, ao facto da Ciência da Informação lidar com as relações sociais entre os indivíduos e associarmos à componente histórica e social dos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste, a complexidade das relações e dos fluxos que se desenvolveram entre os vários atores (sociais e não só) envolvidos, e consequentemente, a informação que foi sendo produzida e coletada, nomeadamente pelo Professor Barbedo de Magalhães, fica patente a importância do desenvolvimento de uma investigação na perspectiva CI neste domínio. A própria História destaca-se na sua relação interdisciplinar com a CI.

Se atentarmos à origem e à evolução da Ciência da Informação, desde Paul Otlet, passando pela sua afirmação como *Information Science*, a CI revela desde muito cedo uma preocupação de fundamentação teórica e científica, assumindo como objeto de estudo a *Informação*.

Epistemologicamente, a *Informação* é definida como um conjunto de representações mentais estruturadas e codificadas, com um contexto social específico, registadas (independentemente do suporte), com uma comunicação multidireccionada e assíncrona (Ribeiro, 2008, p.119).

A *Informação*, é estruturada pela ação humana e social, resulta de uma conjugação de ações internas e externas ao sujeito, enunciável, quantificável, passível de ser reproduzida e transmissível (Ribeiro, 2008, p.119-120).

Metodologicamente, adota-se o Método Quadripolar, concebido por Paul de Bruyne, Jacques Herman e Marc de Schoutheete (1974), em linha com o proposto para a Ciência da Informação por Silva e outros (1999). Com uma natureza qualitativa, pós-positivista e construtivista, este método caracteriza-se pela existência de uma relação dinâmica entre os seus quatro Polos - Epistemológico, Teórico, Técnico e Morfológico -, o que proporciona uma exposição da componente paradigmática e teórica, dos modelos utilizados para a realização da investigação e da própria apresentação dos resultados.

Essa interação dinâmica visa, através da informação obtida ao longo do processo investigativo, confirmar ou refutar as hipóteses colocadas, através de metodologias, estratégias e técnicas continuamente melhorados.

Vejamos agora a aplicação do Método Quadripolar ao presente caso:

### **3.2 Polo Epistemológico: delimitação do objeto científico**

O Polo Epistemológico corresponde ao primeiro capítulo deste estudo. Com a respetiva abordagem à fundamentação teórica da Ciência da Informação, desde a sua emergência até se assumir como ciência autónoma e a correspondente transição paradigmática.

O Polo Epistemológico é a base do nosso estudo, e é a partir dele que delimitamos a nossa problemática de investigação e construímos o nosso objeto de estudo científico.

#### **A emergência da Ciência da Informação e a transição de paradigmas**

A Ciência da Informação surge no seio do Paradigma Tecnista ou Custodial, que por sua vez bebe dos ideais do Positivismo, e estava fortemente alicerçado na componente empírica, resultando do próprio pensamento positivista o desenvolvimento e a aplicação de técnicas para organizar e representar a informação. Tudo o que fosse abstrato ou não fosse passível de observação empírica era rejeitado.

Na segunda parte do século XX, surge uma reorganização disciplinar, resultante de uma crescente especialização nas diversas áreas científicas. Fazem-se novas investigações, experimentam-se novas metodologias de âmbito interdisciplinar. É neste contexto que surge a Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy, com o intuito de propiciar a interdisciplinaridade e a comunicação entre disciplinas de um mesmo campo de investigação.

A Ciência da Informação torna-se num exemplo por excelência, já que através da agregação de um conjunto de disciplinas, se assume como trans e interdisciplinar. Disciplinas aplicadas como a Arquivística, a Biblioteconomia ou mesmo a Museologia integram o campo científico da Ciência da Informação que se prolonga nas múltiplas ramificações interdisciplinares e transdisciplinares.

Paralelamente, os investigadores começam também a procurar um método de investigação científica para a Ciência da Informação, aliando a componente teórica à componente prática.

É consensual que o conhecimento científico é o resultado de uma investigação de índole sistemática e metódica da realidade. Como tal, devemos analisar os resultados para perceber as causas. E fazemos essa análise através de métodos, estudos e sistemas de comparação. É neste contexto que surge o Método Quadripolar, e se constitui como o Método de Investigação adotado pela Ciência da Informação.

Assim, todo o Capítulo I está plasmado no Polo Epistemológico e Teórico, com a fundamentação teórica da Ciência da Informação, para a partir daí avançar para conceitos operatórios matriciais para a presente investigação como os de Informação, Memória, e Identidade, especificada na Identidade do Povo Timorense (de pendor nacionalista).

### **3.3 Polo Teórico: teorias e conceitos relevantes**

O Polo Teórico, que assume especial importância por ser o suporte para a componente técnica e posteriormente a demonstração dos resultados (explanada no Polo

Morfológico), reflete-se nos capítulos I, II e III, com a explanação relativa à fundamentação teórica da Ciência da Informação, da mediação da Informação com o utilizador, através da sua organização e representação, e no terceiro uma contextualização sobre os processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste, e os seus intervenientes.

### **Fundamentação teórica e conceitos**

Para que uma teoria seja considerada válida, é necessário que seja compreendida conceptualmente. Entende-se por conceito um fenómeno percebido pelo sujeito, cuja função é predeterminada pelo contexto em que o fenómeno ocorre (Maculan & Lima, 2017).

Conceptualmente, damos especial relevância aos conceitos de Ciência da Informação, Paradigma Custodial ou Tecnista, Paradigma Pós-Custodial ou Informacional, Informação, Documento, Memória, Identidade, Mediação Institucional, Mediação Digital, Organização e Representação da Informação e Infoesfera. Numa contextualização teórica damos primazia aos conceitos de Rede, Plataforma, Plataforma Digital, Independência de Timor-Leste, Autodeterminação de Timor-Leste, conceitos que de resto assumimos como linhas orientadoras para avançar para a componente prática, no Polo Técnico.

Os próprios conceitos de Mediação Institucional e Digital constituem-se como um suporte para a representação da informação.

Uma boa fundamentação teórica é a base para a compreensão e posterior explicação do fenómeno infocomunicacional. As teorias e os conceitos que abordamos permitem-nos definir critérios que iremos colocar em prática na observação empírica, para a posterior validação ou refutação das hipóteses que colocámos. Paralelamente, uma boa base teórica prepara-nos também para uma melhor percepção dos possíveis obstáculos, e consequentemente a sua resolução.

Recuperando a definição de conceito apresentada por Maculan e Lima, o termo está intimamente relacionado com a necessidade de organização do conhecimento, e recuperando uma definição anterior, avançada já em 1998, entende-se conceito como

o processo que possibilite prever, classificar e descrever objetos cognoscíveis, destacando assim a importância dos signos e da semântica, independentemente do objeto em causa (Maculan & Lima, 2017).

Para poder avançar para as atividades de organização e representação da informação e modelação, é necessário adaptar a base genérica do conceito à realidade, com as respetivas variáveis. Para isso, identificamos e avaliamos essas variáveis, para a partir desse conjunto e do conjunto de conceitos, avançarmos para um constructo<sup>30</sup>, que nos proporcionará uma representação empírica dos conceitos, considerando a abordagem sistémica que nos propomos apresentar.

Desde muito cedo que o homem sente a necessidade de organizar a informação para potenciar o seu acesso, e criando listas, índices e catálogos que funcionam como instrumentos de acesso, que assumiam o duplo objetivo de controlar a localização física dos documentos e dar informação sobre as suas características e o seu conteúdo (Ribeiro, 2005, p.85).

O desenvolvimento deste tipo de instrumentos de pesquisa teve um especial incremento a partir da segunda metade do século XVIII, acompanhando a ascensão da Arquivística e da Biblioteconomia ao estatuto de disciplinas, como consequência da Revolução Francesa e das nacionalizações e incorporações que daí advieram (Ribeiro, 2015, p. 86). Em Portugal, apesar de se verificar também uma evolução no que respeita à criação de instrumentos de acesso, apenas no início do século XX surgiram as *Normas para o serviço de catalogação* (Ribeiro, 2005, p.88), para apenas nos anos 80 (do século XX) surgirem as Regras Portuguesas de Catalogação (Ribeiro, 2005, p.89).

Com a alteração paradigmática, potenciada pela explosão da informação no Pós II Guerra Mundial com o aparecimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tornou-se ainda mais evidente a distinção entre os conceitos de *Informação* e de *Suporte*. Paralelamente, com o aparecimento da Internet, entram em campo a uma

---

<sup>30</sup> Modelo idealizado na observação criado para relacionar essa observação com um enquadramento teórico (ver: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/constructo>).

escala global, três outros fatores: o comportamento, o perfil e as necessidades dos utilizadores (Ribeiro, 2005, p.91).

A alteração paradigmática associada à emergente Sociedade da Informação, conduziu também a uma alteração ao nível das disciplinas aplicadas como a Arquivística, a Biblioteconomia e a Documentação, bem como das áreas de estudo firmadas em Ci (a Produção da Informação, a Organização e Representação e o Comportamento Informacional) e que se junta a transversal Gestão da Informação, e o cruzamento com interciências como os Sistemas de Informação e as Ciências da Cognição.

Olhando para o núcleo informacional produzido e reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães, e para a sua evolução no âmbito da Organização e Representação da Informação, constatamos que apenas muito recentemente este sofreu uma intervenção por parte de profissionais habilitados. Esteve acondicionado em vários espaços, encontrando-se atualmente em dois (Biblioteca e Arquivo FEUP), o próprio Professor Barbedo de Magalhães foi naturalmente organizando a informação e apenas nos últimos anos houve uma intervenção por parte de pessoal habilitado. O mesmo se passa com outros atores envolvidos nestes dois processos (de autodeterminação e independência), veja-se, por exemplo, o caso do Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, o que nos conduz a um conjunto de recursos informacionais dotados de uma enorme riqueza, mas também complexidade e que tendem a encontrar-se geograficamente dispersos, e que muitas vezes se revelam (física e tecnologicamente) de difícil acesso, ou mesmo inacessíveis.

Ao já exposto e, seguindo a definição de Bernad Lamizet e Ahmed Silem, acresça-se a importância de, numa perspetiva sistémica, assumir a mediação como um fator de articulação e de comunicação entre o indivíduo e a componente social coletiva e da própria relação social. A língua e a componente simbólica, enquanto códigos sociais específicos, que seguem um conjunto de regras e estruturas comuns, permitem que essa mediação se concretize, possibilitando ao indivíduo o seu aparecimento enquanto ser social (Silva, 2010, p.81-82). É Armando Malheiro da Silva que, em 2010, refere que a Biblioteca e o Arquivo são instituições cuja missão primordial é integrar e preservar toda a produção de cariz intelectual, administrativa e política de um povo, enfim a entidade

desse povo, salientando o aparecimento, no século XX, de um outro Serviço de Informação, denominado de Centro de Documentação. Este assume uma ótica institucional, sendo suscetível por isso à utilização de uma comunicação e mediação de cariz institucional (Silva, 2010, p.82).

Dos diversos tipos de estudos de utilizadores, destacamos neste polo, os mais relevantes para o acesso e uso da informação, os *estudos de necessidades e usos*, que se focam na procura da informação, partindo de uma necessidade de informação pré-existente, assumindo-se o conhecimento da necessidade informacional do utilizador como uma vantagem, uma vez que permitirá aos Serviços de Informação adaptar a sua oferta aos perfis de utilizadores e atrair novos utilizadores. Todavia, a análise dos perfis dos utilizadores extravasa a questão das pesquisas realizadas, considerando também as fontes e os recursos de informação utilizados, bem como a finalidade da informação obtida e a frequência de acesso aos recursos (Silva, 2010, p.91).

É ainda, no Polo Teórico que apresentamos o nosso objeto de estudo (Capítulo IV), com a contextualização do Arquivo Professor Barbedo e a abordagem às suas tentativas de organização.

Para o desenvolvimento destes capítulos recorreu-se à técnica da análise documental.

### **3.4 Polo Técnico: exploração de um caso e seleção de casos de referência**

Nesta tese de doutoramento, o Polo Técnico, plasma-se na última parte do Capítulo V, dedicada à produção audiovisual, um desafio futuro, expandindo-se depois para os capítulos VI, VII e VIII.

Insere-se, aqui, a operacionalização dos postulados metodológicos que selecionamos. Considerando que o comportamento informacional do utilizador é influenciado pelo contexto em que se desenvolve a investigação e pela componente teórica que molda as teorias e os conceitos. A validação e a discussão da questão de partida são os principais focos da nossa investigação, pelo que optamos por uma abordagem de índole qualitativa. Assim, ao transitarmos do Polo Teórico para o Polo Técnico, verifica-se, da

parte do Polo Técnico, a operacionalização do que foi postulado no Polo anterior, como no Método Quadripolar a relação entre os quatro polos é dinâmica, se transição for ao contrário (do Polo Técnico para o Teórico), assistiremos a uma interpretação de dados.

Uma abordagem de índole qualitativa proporcionar-nos-á, por um lado uma maior flexibilidade, e por outro lado uma constante adaptação do método de investigação ao longo do percurso investigativo, considerando a questão de partida, as hipóteses colocadas, as variáveis com que teremos de lidar, e os obstáculos com que nos depararemos.

Debruçar-nos-emos de um modo muito particular sobre a questão da Organização e Representação da Informação em plataformas digitais de instituições que contenham informação e projetos sobre Timor-Leste, de uma forma mais concreta sobre a mediação da informação entre a instituição e o utilizador no meio digital, a mediação digital. Decorrerá ainda nesta etapa uma análise comparativa (para determinação de requisitos), entre o núcleo informacional reunido pelo Professor Barbedo de Magalhães, mais precisamente a componente da informação audiovisual a desenvolver no Archeevo Web, e as plataformas digitais dos casos de referência selecionados. Decorrerá também nesta fase a prossecução dos objetivos traçados e a validação da questão de partida. A partir da realização de estudos empíricos, nomeadamente de estudos de utilizador, inquéritos por entrevistas semiestruturadas e observação não participante, pretende-se avaliar a interação dos utilizadores com as plataformas, e a sua perceção sobre a Organização e Representação da Informação, e consequentemente as variáveis que podem influenciar o seu comportamento.

### **Um Caso de Estudo**

Yin aborda o *Caso de Estudo* como uma metodologia empírica dedicada à investigação de um fenómeno atual, com a devida contextualização, defendendo, todavia que o limite entre o fenómeno e o contexto nem sempre é perceptível, (Yin, 2019, p.60), esclarecendo que o utilizador pode optar por um Caso de Estudo sempre que se propuser perceber um fenómeno, devidamente contextualizado, do mundo real.

Comparando o *Caso de Estudo* com outros métodos, Yin defende que a investigação através da experiência proporciona uma distinção entre o fenómeno e o contexto, a investigação histórica, por seu lado, embora admita uma interação entre a situação e o contexto, não se debruça sobre eventos atuais. Por seu lado, a investigação exclusivamente desenvolvida por questionário, embora trabalhe com o contexto, fá-lo de forma muito limitada.

Contudo, como já mencionamos, nem sempre é possível, num caso de estudo, perceber a linha que delimita a situação e o contexto, o que nos conduz à necessidade de analisar as suas características. Deste modo, Yin estabelece que um estudo de caso trabalha com uma determinada situação, composta por múltiplas variáveis de interesse, usufrui diretamente de modelos teóricos concebidos para a modelagem, recolha e análise de dados, seguindo múltiplos recursos, múltiplas fontes, que permitem fazer uma triangulação de dados (Yin, 2019, p.59). O autor defende ainda a importância de uma questão de investigação bem construída, apresentando duas formas para começar um caso de estudo, assumindo como ponto de partida a revisão da literatura, para a partir daí conceber a questão de partida, ou, desenvolver previamente algum trabalho de campo, conhecer o objeto de estudo, para só depois formular a questão de investigação (Yin, 2019, p.40). É também muito importante demonstrar de forma clara e coerente todas as etapas que constituem o desenvolvimento do trabalho de investigação. A necessidade de optar pelo Caso de Estudo está diretamente relacionada com fatores como a relevância da investigação e a descrição do fenómeno social em causa (Yin, 2019, p. 42).

Estas ferramentas orientarão a nossa investigação, considerando que se trata de um Caso de Estudo em que as questões colocadas nos orientam no sentido de identificar um sujeito (quem), que se relaciona com muitos (quantos) e a nossa busca para perceber o porquê leva-nos a estabelecer as relações, que nos permitirão perceber o todo, o global.

### Seleção de casos de referência para análise comparativa multicaso

Para a seleção dos casos de referência (a considerar na análise comparativa das plataformas digitais em utilização), fizemo-lo obedecendo a alguns critérios fundamentais: teriam de ser instituições com plataformas digitais apenas consagradas à recolha, produção e disseminação de informação relacionada com Timor-Leste, particularmente com os processos de autodeterminação e independência. Não encontramos em Portugal nenhuma instituição que cumpra na sua plenitude esses requisitos. Após uma busca exaustiva, selecionamos alguns casos de referência, o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, a Clearing House for Archival Records on Timor, a Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação e o Timor International Solidarity Archive.

O **Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste** pela sua relação institucional com Portugal (a plataforma digital foi desenvolvida em parceria com a Universidade de Coimbra), pela relação pessoal de Max Stahl (entidade produtora e coletora da informação) com Timor-Leste, e pelo trabalho desenvolvido por Max Stahl, cujas imagens audiovisuais tiveram um forte impacto e uma enorme influência para a conquista da independência de Timor-Leste. A própria UNESCO reconhece isso, ao afirmar que Timor-Leste se tornou na primeira nação a conquistar a sua independência com uma forte influência da informação em suporte audiovisual<sup>31</sup>. O Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste (resultado de mais de 25 anos de trabalho de Max Stahl e a sua equipa), reúne mais de 5.000 horas em material audiovisual, constando no registo de Memória do Mundo da UNESCO, com a designação “On the birth of a nation”<sup>32</sup>.

Tendo como patronos personalidades timorenses como Mari Alkatiri, Xanana Gusmão e José Ramos-Horta, a **Clearing House for Archival Records on Timor**, interessa-nos

---

<sup>31</sup> Ver (<https://www.uc.pt/camstl>).

<sup>32</sup> Ver (<http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-6/on-the-birth-of-a-nation-turning-points/>).

também de forma muito particular por se tratar de muito mais do que um “Arquivo”, é já uma plataforma agregadora que assume como missão localizar informação sobre Timor-Leste detida por instituições públicas ou privadas, apoiar as instituições privadas na preservação da informação, e promover a digitalização de documentos relativos a Timor-Leste, especialmente na Austrália e em Timor<sup>33</sup>.

A **Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação**<sup>34</sup>, criada em 2001 e em funções entre 2001 e 2005, foi também selecionada como caso de referência, uma vez que assume como principais objetivos documentar violações dos direitos humanos (por todas as partes envolvidas), no período compreendido entre 1974 e 1999, reunindo um considerável volume documental, promover a reconciliação e apresentar recomendações para que erros do passado não se repitam no futuro. Apresenta também como objetivo uma preocupação comum, que é a preservação dos arquivos com informação sobre Timor-Leste. Para isso, apostou na reprodução digital no âmbito do projeto desenvolvido pela British Library, designado de *Programa de Arquivos em Risco*.

Já o **Timor International Solidarity Archive**, é um projeto coordenado por David Webster, que assume como principal objetivo divulgar informação sobre os processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste (recolhida a partir de vários acervos), e torná-la acessível ao grande público.

Importa-nos aqui não somente analisar a informação disponibilizada pelas instituições, mas as plataformas digitais utilizadas, bem como o comportamento informacional dos seus utilizadores.

---

<sup>33</sup> Ver (<https://timorarchives.wordpress.com/chart/>).

<sup>34</sup> Ver (<http://www.cavr-timorleste.org/po/Arkivo.htm>).

## **A produção audiovisual**

Uma análise atenta à informação que integra o APB, permite-nos perceber que estava em falta o tratamento da informação audiovisual. Como tal, começaremos por analisar essa informação, suportados pela Teoria Sistémica, para o que será necessário desenvolver um estudo orgânico, que nos proporcionará uma melhor perceção deste conjunto informacional, extrair relações, perceber os fluxos da informação, determinar a estrutura, datar informação, extrair ações e atores.

## **Análise das plataformas**

Para a análise e comparação das várias plataformas será desenvolvida uma grelha de análise.

Para a sua construção ter-se-ão em consideração os campos de pesquisa correspondentes aos conceitos relacionados com a questão de partida, com o objeto de estudo e abordados no **Polo Teórico** deste capítulo. Pretende-se desconstruir uma variável em vários indicadores, partindo de uma matriz concetual. Ao longo de um processo de investigação vão sendo necessários ajustes, pelo que está contemplada a possibilidade de realizar adaptações, quer nas variáveis quer nos indicadores, considerando o contexto, a profissão e a perceção do utilizador, numa relação direta com a informação por si acedida.

**Tabela 2: Proposta de grelha de análise**

| Variáveis de análise          |                                                                                                                                                           | Casos seleccionados                                     |                                          |                                                   |                                          |
|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Foco no utilizador            |                                                                                                                                                           | Centro de Documentação Professor Barbedo [de Magalhães] | Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste | Clearing House for Archival Records on East Timor | Arquivo e Museu da Resistência Timorense |
| Capacidade<br>des<br>digitais | Ferramentas de pesquisa disponibilizadas (tags, seleção de pontos de acesso, hiperligações,...)                                                           |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Linguagem de pesquisa utilizada (termos de indexação arquivística/ linguagem natural)                                                                     |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Formato de visualização (em lista, gráfica, hierárquica, linked data,...)                                                                                 |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
| Acesso                        | Facilidade de acesso                                                                                                                                      |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Satisfação com resultados obtidos                                                                                                                         |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Pesquisa (com a apresentação dos campos de pesquisa, disponibilização de ontologias, tipo de classificação utilizada, apresentação do objeto digital,...) |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
| Foco na informação            |                                                                                                                                                           |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
| Estrutura                     | Organização e Representação da Informação, (organização temático-funcional ou orgânico-funcional)                                                         |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Ontologia (Registos de autoridade, pontos de acesso, thesaurus, taxonomia)                                                                                |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Metainformação utilizada (autoria, destino, produção, datação, contextualização histórica e biográfica, localização, assunto,...)                         |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
| Conteúdo                      | Padronização dos termos de descrição                                                                                                                      |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Níveis de descrição arquivística (linear, secção – subsecção – série – subsérie – documento composto – documento simples)...                              |                                                         |                                          |                                                   |                                          |
|                               | Normas Internacionais (descrição segundo as Normas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH,...)                                                                     |                                                         |                                          |                                                   |                                          |

Para a construção da grelha que agora propomos, consideramos duas dimensões: o *utilizador* e a *informação*.

Para cada dimensão apresentamos duas categorias, na dimensão *utilizador*, apresentamos a categoria *capacidades digitais*, que tem como variáveis as ferramentas e a linguagem de pesquisa disponibilizadas, bem como o formato de visualização da informação. A segunda categoria diz respeito ao *acesso*, e apresenta como variáveis a facilidade de acesso à informação, o nível de satisfação com a informação obtida e o método de pesquisa.

Na dimensão *informação*, abordamos a categoria *estrutura*, onde se trabalham as questões da Organização e Representação da Informação, da utilização de ontologias (registos de autoridade, pontos de acesso), e da utilização da metainformação para a descrição arquivística. A segunda categoria abordada relaciona-se com o conteúdo e trata a questão da padronização da indexação, dos níveis e da utilização das Normas Internacionais de descrição arquivística.

Espera-se que a utilização de uma grelha de análise nos permita obter resultados de uma forma ampla e detalhada, e obter a necessária padronização para a conceção de uma plataforma que se assuma como ponto de partida para uma rede internacional de conhecimento sobre Timor-Leste.

A conjugação destas três técnicas permitir-nos-á não apenas uma mais ampla obtenção de resultados, mas uma conjugação das perspetivas dos diferentes intervenientes, relativamente à Organização, Representação e acesso à informação.

### **3.5 Polo Morfológico: comunicação de resultados**

O Polo Morfológico agrega contributos que se distribuem pelos capítulos 5, 6 e 7.

Da investigação em CI podemos relevar propostas e experiências que reforçam a sua importância e apontam caminhos, nomeadamente os de Justino e Raposo (2012), Costa, (2016), Brandão (2018) . Justino e Raposo desenvolvem um estudo sobre as normas utilizadas em Arquivos, Bibliotecas e Museus, contemplando cerca de 195 categorias.

Sendo o objetivo deste estudo verificar a interoperabilidade entre as normas, foram analisadas a ISAAR (CPF) (Arquivo), a FRAD e FRSAD (Biblioteca), e a CCO (Museus). Como variável dependente foi assumido o tipo de sistema, encarando como variáveis independentes os elementos caracterizadores das normas, como autor e número de identificação. No que respeita ao Registo de Autoridade foi constada a existência de treze elementos comuns (17%) (Justino & Raposo, 2012, p.2).

No caso dos Registos Bibliográficos essa percentagem subiu para 34%, (Justino & Raposo, 2012, p.3).

Desenvolvendo uma análise comparativa entre a ISAAR (CPF) e a FRAD (Justino & Raposo, 2012,p.4). Findo o estudo, e avaliados os níveis de compatibilidade, foi desenvolvido um protótipo, com a criação de relações entre a informação existente na plataforma, avaliado com elevados níveis de satisfação por parte dos profissionais de informação e dos utilizadores (Justino & Raposo, 2012, p.5). A questão da interoperabilidade é-nos bastante ‘cara’ e interessa-nos particularmente porque teremos de lidar com a interoperabilidade a dois níveis: por um lado, agregar a documentação de arquivo e de biblioteca, e por outro para preparar os requisitos para a conceção da plataforma. , e por outro para preparar os requisitos para a conceção da plataforma.

Em 2016, Costa, Mealha e Baptista abordam a questão do fenómeno Infocomunicacional direcionado para os Ecossistemas Cicláveis. Os autores propõem um modelo heurístico, denominado “BIKE”, que permite mediar e partilhar o conhecimento em ecossistemas similares. Este trabalho interessa-nos particularmente pelo trabalho desenvolvido na componente da mediação e do fenómeno Infocomunicacional (Costa, 2016).

Em 2018 Marta Brandão aborda com especial ênfase a Gestão da Informação na Era Digital, reforçando a importância de adotar uma visão integradora, entre a Informação, a Comunicação e as TIC, e, destacando a importância da Organização e Representação da Informação, propõe um modelo infocomunicacional para a realidade municipal baseado na premissa de um sistema de informação ativa e permanente e a sua conexão

com a teoria das mediações no âmbito do ecossistema institucional público. O foco é o diagnóstico do modelo institucional de gestão de informação com vista ao apuramento de um modelo prospetivo que acrescenta à dimensão informacional a dimensão comunicacional, a tecnológica e a administrativa, enquanto componentes da proposta.

O conceito de cidadão e cidadania é alvo de reflexão no contexto da renomeada sociedade da informação, promovida pelo crescente uso das plataformas digitais enquanto dinamizadoras de uma potencial convergência infocomunicacional (Brandão, 2018).

Com esta investigação visa-se a exploração em detalhe do percurso do Professor Barbedo de Magalhães e do processo de Resistência e Autodeterminação de Timor-Leste, que se consubstanciará numa *timeline* dinâmica, partindo depois para a identificação e análise de modelos conceptuais, projetos de conceção e implementação, bem como de entidades, acervos e plataformas digitais, que constituirão contributos fundamentais para alicerçar um novo modelo, ou modelos. A estes acresce o recenseamento, descrição e indexação da informação audiovisual, estimada em 876 espécies.

## **4. O PROCESSO DE RESISTÊNCIA E AUTO-DETERMINAÇÃO DE TIMOR-LESTE**

### **4.1. Quadro político português e timorense: da independência à ocupação**

A necessidade de localizar as principais etapas de um percurso, que assume como fator impulsionador o 25 de abril de 1974 e a ratificação por parte de Portugal da *Carta das Nações Unidas* (a 27 de junho do mesmo ano), no seu Art.º 2, em que é reconhecido o direito dos povos à sua autodeterminação, impõe-nos uma apresentação cronológica dos acontecimentos em Timor-Leste e em Portugal, entre 1974/75 (Leitão, 2015, p.72).

Atentando ao que nos diz Moisés Fernandes, a intenção de anexação de Timor-Leste por parte da Indonésia vem já (pelo menos) desde 1965, onde através de um Golpe de Estado o General Suharto derrubou o regime de Sukarno e instituiu uma ditadura militar (Fernandes, 2006, p.275). No entanto, Suharto tinha outras preocupações mais prementes, como a manutenção de uma estabilidade económica na Indonésia, e foi procurando manter uma relação cordial com Portugal, na altura também subjugado a um regime ditatorial. O anticomunismo presente nos dois regimes e o facto de Portugal não dar o seu apoio ao movimento de libertação da Papua Nova Guiné Ocidental, foram fatores que também concorreram para manter esse carácter conciliador entre os dois países (Fernandes, 2006, p.284). No entanto, Suharto parecia já ter intenção de anexar Timor-Leste e contava que a posição geográfica dos dois países contribuísse para esse desfecho (Fernandes, 2006, p.317).

A transição de regime político em Portugal a 25 de abril de 1974 conduziu a um processo de descolonização de Timor-Leste, contemplando negociações com a Indonésia e a Austrália, assim como com os principais partidos políticos timorenses (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), União Democrática Timorense

(UDT), e Associação Popular Democrática Timorense (APODETI)) (Fernandes, 2006, p.92).

Esse processo de descolonização contemplava a criação de uma Assembleia Popular, eleita através do sistema de voto direto, secreto e universal, seguindo a Declaração Universal dos Direitos do Homem (Fernandes, 2007, p.96). Tudo estava a ser preparado para que Portugal cessasse funções como Potência Administrante a 15 de outubro de 1978, altura em que entrariam em funções três órgãos: um Alto-Comissário, um Governo (constituído pelo Alto-Comissário e cinco secretários adjuntos), e um Conselho de Governo. Paralelamente estava prevista a publicação do “Estatuto Orgânico de Timor” (Fernandes, 2007, p.97).

Moisés Fernandes defende que sempre existiu, por parte da Indonésia, a intenção de anexação, que ganhou um novo impulso com a alteração do regime em Portugal e a consequente dissolução do império ultramarino (Fernandes, 2007, p.97). A Indonésia consegue, entretanto, conquistar algum apoio internacional, e a reunião de Wonosobo entre o General Suharto e o Primeiro-Ministro Australiano, que decorreu ainda em 1974 é disso um reflexo, tendo a Austrália garantido o seu apoio à Indonésia, relativamente à questão da anexação de Timor-Leste (Magalhães, 2001, p.76).

Também o contexto político e geográfico resultante da Guerra Fria, com a constante ameaça do crescimento do terrorismo, foi propício para esta intenção da Indonésia, que através de uma campanha de desinformação, conseguiu disseminar a ideia de que Timor-Leste se tornaria politicamente instável e um foco de infiltrações comunistas, vulnerabilizando a posição da administração portuguesa e procurando dessa forma criar uma abertura para uma anexação forçada (Fernandes, 2007, p.102).

Entretanto, entre outubro de 1974 e novembro de 1975, desencadeiam-se negociações entre Portugal e a Indonésia, concretizadas em três reuniões, (Lisboa 1974, Londres

março de 1975 e Roma novembro de 1975)<sup>35</sup> (Magalhães, 2007, p.81), tendo Portugal frisado que apenas aceitaria a anexação se essa fosse a livre vontade do povo timorense. Contudo, continuando com a sua campanha de desinformação, o Governo Indonésio deturpou essa informação, divulgando que o Governo Português era recetivo à integração de Timor-Leste (Magalhães, 2007, p.115).

O golpe da UDT (apoiado pela Indonésia) de 10 para 11 de agosto, que resultou na Guerra Civil, serviu também para a Indonésia insistir com a anexação, tendo Suharto reiterado o dever moral de proteger Timor-Leste (Magalhães, 2007, p.116). Adicionalmente, com a intenção de pressionar Portugal, a Indonésia deteve alguns militares portugueses que haviam sido devidamente autorizados a entrar em Timor-Ocidental (também em agosto de 1975), o que desencadeou novas negociações, com a deslocação do Embaixador José Eduardo de Melo Gouveia, do Major Rui Ravara e Almeida Santos a Jacarta, havendo, por parte desta delegação, uma recusa em assinar qualquer documento que assinasse a intervenção da Indonésia em Timor-Leste (Magalhães, 2007, p.124).

Foram também bloqueadas todas as tentativas portuguesas de apoio humanitário a Timor-Leste, de forma a pressionar ainda mais para que Portugal solicitasse a intervenção da Indonésia (Fernandes, 2007, p.135), e com o apoio da Austrália à

---

<sup>35</sup> O primeiro encontro acontece em Lisboa em 16 de outubro de 1974, concretizando-se numa reunião entre o General Ali Murtopo, Franz Seda, o Presidente da República Portuguesa (Francisco da Costa Gomes), Mário Soares, Jorge Campinos (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros), o Primeiro Ministro Português Vasco Gonçalves, e pelo Major Melo Antunes, tendo sido garantido o apoio de Portugal à integração de Timor-Leste, se essa fosse a vontade do Povo Timorense (Magalhães, 2001, p.81; Fernandes, 2007, p.112).

O segundo encontro teve lugar em Londres, a 9 de março de 1975, contando, também, com a presença do General Ali Murtopo e com os Ministros, representantes de Portugal, Vítor Alves e Almeida Santos (Ministro da Coordenação Interterritorial), bem como o Secretário de Estado Jorge Campinos, tendo sido reiterada a posição anterior (Gomes, 2010).

Roma acolhe o terceiro encontro, entre 1 e 2 de novembro do mesmo ano, com os Ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, tendo sido assinado um memorando, que, como refere Gomes, comprova a dupla face da Indonésia (Gomes, 2010).

Indonésia, criou-se um clima propício para que a Administração Portuguesa retirasse para a ilha de Ataúro (Fernandes, 2007, p.136).

Tomando conhecimento do apoio da Austrália à anexação forçada pela Indonésia, Almeida Santos e Guilherme Girão encontram-se com Mochtar (Ministro dos Negócios Estrangeiros Indonésio) a 29 de agosto de 1975, tendo-se recusado, no final do encontro, a assinar qualquer documento que admitisse a intervenção militar indonésia (Fernandes, 2007, p.139). Procurando encontrar uma solução pacificadora para esta questão, Melo Antunes, então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, discursa a 3 de outubro de 1975 na Assembleia Geral da ONU, e, ainda nesse ano, reúne em Roma com o chefe da diplomacia indonésia (1-3 de novembro), tendo a Indonésia reconhecido Portugal como a única autoridade em Timor-Leste, até à sua autodeterminação (Fernandes, 2007, p.144).

Concorrendo ainda mais para a instabilidade política, a 28 de novembro do mesmo ano, a FRETILIN faz uma Declaração Unilateral de Independência (que não foi reconhecida nem pela ONU nem por Portugal), que a Indonésia utilizou para justificar a polémica Declaração de Balibó (em que seis líderes de quatro partidos timorenses aceitavam a integração de Timor-Leste em território indonésio) (Magalhães, 2001, p.83; Fernandes, 2007, p.145; Figueiredo, 2015, p.279).

Ainda nesse ano são assassinados cinco jornalistas de nacionalidade australiana, britânica e neozelandesa (Figueiredo, 2015, p.279), e na madrugada de 7 de dezembro dá-se a invasão e consequentemente Portugal corta relações diplomáticas com a Indonésia, reiterando ao povo timorense o seu direito à autodeterminação (Figueiredo, 2015, p.280).

Nos anos que se seguiram, no plano interno organiza-se a resistência e a luta armada, e externamente começam a desenvolver-se ações para apoiar os processos de autodeterminação e resistência de Timor-Leste, como é o caso em Portugal da criação da Comissão Eventual para o Acompanhamento da Situação em Timor-Leste (Figueiredo, 2015, p.282-286).

Em 1983, a 23 de março, Xanana Gusmão e o Coronel Purwanto assinam um cessar-fogo, apelando à resistência, e a 18 de março de 1986 estabelece-se um acordo entre representantes da FRETILIN e da UDT no exterior, assumindo-se as FALINTIL como as Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (Magalhães, 2001, p.88) <sup>36</sup>.

Em 1986, com a entrada de Portugal (com poder de veto) na Comunidade Económica Europeia (CEE), vem uma maior capacidade negocial, que abrange também a questão de Timor-Leste.

Em 1991, estava prevista a visita de uma delegação portuguesa a Timor-Leste, que foi inviabilizada pelos sucessivos obstáculos colocados pela Indonésia. No entanto, a 12 de novembro é organizada uma romagem ao Cemitério de Santa Cruz para homenagear um estudante assassinado. No decorrer dessa manifestação há uma intervenção do exército indonésio que dispara indiscriminadamente sobre os estudantes, levando a centenas de mortes (Massacre de Santa Cruz), presenciado por vários jornalistas, como Max Stahl, Allan Nairn, Saskia Kowenberg, e outros mais (Magalhães, 2001, p.95). O impacto internacional deste massacre abriu caminho para novas negociações.

Em 1992 e 1996 decorreram dois outros atos importantes para o avanço das negociações, a detenção de Xanana Gusmão em Cipinang (1992) e a atribuição *in ex aequo* do Prémio Nobel da Paz a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo e a José Ramos Horta (Magalhães, 2001, p.111).

Com a alteração do contexto político internacional, e consequentemente a posição da própria comunidade internacional face à Indonésia, refletida pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a José Ramos Horta e a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, bispo de Timor-Leste, bem como a visita de Nelson Mandela a Xanana Gusmão, na prisão de Cipinang em 1997, enfraquecendo a posição do General Suharto. Ainda assim, em 1997 Suharto

---

<sup>36</sup> Esse cessar-fogo proporcionou um clima de paz e de diálogo, que permitiu entre outros aspetos a reorganização da FRETILIN e da UDT e a união da resistência (tanto interna como externa), abrindo caminho para o acordo de 1986 e a formação das FALINTIL.

decide recandidatar-se, afasta Megawatti Sukarnoputri da direção do PDI (Partido Democrático Indonésio), ordenando também um assalto à sede do partido, conseguindo reeleger-se por unanimidade em 1998.

Surge, entretanto, uma nova crise económica no Sudeste Asiático, simultaneamente crescem os partidos pró-democracia, e, a 21 de maio de 1998, Suharto acaba por abdicar a favor de Jusuf Habibie (seu vice-presidente) (Magalhães, 2001, p.112). Este, tendo em conta a cada vez maior pressão internacional sobre a questão timorense, admite (a 27 de janeiro de 1999), a realização de um referendo (Magalhães, 2001, p.112), a 5 de maio é assinado o Acordo de Nova Iorque, entre Portugal e a Indonésia, que estabelece a realização de um referendo, que se realizou a 30 de agosto do mesmo ano de 1999, com resultados esmagadoramente favoráveis à independência.

#### **4.2. Os processos de resistência e autodeterminação de Timor-Leste**

Timor-Leste viveu, entre 1975 e 2002, dois processos complicados e custosos, de independência e de autodeterminação, a independência política e geográfica face à Indonésia e autodeterminação territorial face a Portugal, processos que embora independentes estão intimamente associados, com a interação de vários atores, num plano bidimensional, na vertente diplomática e na vertente da luta armada.

O próprio reconhecimento da posição de Portugal na ONU (no final de 1982), como *Potência Administrante do Território Não Autónomo de Timor-Leste*, assumindo um papel preponderante diante da restante comunidade internacional, coloca-se como obstáculo à anexação de Timor-Leste por parte da Indonésia.

Simultaneamente desenvolve-se um movimento de solidariedade com Timor-Leste, que se assume como uma das faces da sua luta pela autodeterminação, libertação e resistência, conduzindo numa consciencialização internacional, e assumindo-se como uma vertente diplomática da própria resistência.

Em Portugal, o Padre José Lopes Baptista (Pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda), promove, em 1984, uma “Jornada de Reflexão sobre a Igreja em Timor-Leste”, que teve como resultado a criação da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste,

assumindo-se o próprio Padre José Lopes Baptista como o seu principal impulsionador (Carvalho, 2007, p.57).

Oito anos mais tarde, em março de 1992, com o impulso do Professor Rui Marques<sup>37</sup>, surge a “Missão Paz em Timor”, envolvendo, entre outros atores, o General Ramalho Eanes, o Professor Barbedo de Magalhães, os padres Jaime Coelho e José Lopes Baptista, bem como parlamentares australianos. Estas entidades embarcaram no navio Lusitânia Expresso, com a intenção de chegar a Dili, intenção que não se chegou a concretizar, uma vez que o navio foi cercado pela Armada Indonésia e forçado a fazer inversão de marcha (Magalhães, 2001, p.95).

Foram várias as iniciativas internacionais levadas a cabo pela solidariedade. Destacamos a *Asia Pacific Conference on East Timor* (21 de maio e 04 de junho de 1994), que decorreu em Manila, nas Filipinas e foi considerada a primeira grande conferência realizada fora de Portugal (Magalhães, 2001, p.102). Ainda em 1994 realizou-se a *Conferência de Iserlohn* (30 de setembro a 02 de outubro), que atuando por antecipação a uma visita de Suharto à Alemanha, e com o objetivo de apoiar a solidariedade alemã, foi organizada em parceria entre a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, a Plataforma Internacional por Timor-Leste (através do Dr. Pinto Leite), o Centro de Informação do Sudeste Asiático de Bochum (através do Dr. Peter Frank), e a Academia Evangélica de Iserlohn (com o Dr. Rudiger Sereika) (Magalhães, 2001, p.103).

Em 1995, é organizada em Camberra (através do Dr. Michael Salla), na Australian National University, a conferência *Peacemaking Initiatives for East Timor*. Mais tarde, é organizada pela solidariedade australiana, com a liderança de Rob Wesley, uma outra conferência, desta feita em Darwin, subordinada ao tema *Indonesia and Regional Conflict Resolutions* (Magalhães, 2001, p.104).

---

<sup>37</sup> Rui Marques. Disponível [https://pt.wikipedia.org/wiki/Rui\\_Marques](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rui_Marques); <https://www.liderancacolaborativa.pt/index.php/quem-somos>. Consultado 28 março 2025.

No entanto, a maior conferência internacional relacionada com Timor-Leste, realizou-se em 1997, em Sidney, subordinada ao tema East Timor: its future in the Asia Pacific, contando com a participação de mais de 300 participantes, oriundos de diversos países (Magalhães, 2001, p.104).

A independência tardou e só em 20 de maio de 2002 **“é formalmente proclamada a independência de Timor-Leste** na presença dos Chefes de Estado de Portugal e Indonésia”<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Portal Diplomático – disponível <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/relacoesbilaterais/historia-diplomatica?view=article&id=446:timor-leste&catid=119:relacoes-diplomaticas> . Acesso 23 junho 2024.

## **5. O ACERVO DO PROFESSOR BARBEDO DE MAGALHÃES**

Este capítulo, apresenta a necessária abordagem ao nosso objeto de estudo, a informação audiovisual, constante neste núcleo informacional. Para isso, subdividimo-lo em duas partes, Numa primeira parte, começaremos por abordar o percurso profissional de Barbedo de Magalhães, de um modo particular, a sua relação com Timor-Leste. A segunda parte dedicamo-la ao próprio núcleo informacional, abordando as sucessivas tentativas de organização, decorrentes ou não de projetos de investigação, culminando com uma abordagem à informação audiovisual, que nunca tendo sido objeto de qualquer tratamento, se constitui no nosso objeto de estudo.

### **5.1. Ação e percurso do Professor António Pinto Barbedo de Magalhães em/por Timor-Leste**

#### **5.1.1. Percurso profissional**

Nascido em Fevereiro de 1943, na Horta, na Ilha do Faial, nos Açores, formou-se em Engenharia Mecânica, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto em 1968, concluindo o curso com 17 valores, tendo sido posteriormente convidado para lecionar nessa mesma instituição no Departamento de Engenharia Mecânica, onde de resto exerceu a docência até perfazer 70 anos em 2013, ano em que se jubilou.

Doutorou-se em 1973, na Universidade de Gant, na Bélgica, em Ciências Aplicadas, na área da Metalurgia, com Máxima Distinção.

Detém cinco patentes de invenção de processos tecnológicos, relativos à área da fundição.

Em 2004 apresenta uma proposta pedagógica renovadora, os projetos PESC (Projetar, Empreender e Saber Concretizar), que depois se alargaram a todo o universo da Universidade do Porto, assumindo-se como Projetos Lidera, que tinham a missão de promover, impulsionar e facilitar junto dos alunos, o trabalho em equipas multidisciplinares, as capacidades de liderança e empreendedorismo.

Foi, desde 22 de Janeiro de 2014 até ao ano da sua morte, em 2025, Professor Emérito da Universidade do Porto, através de uma decisão unânime do Senado.

Faleceu no dia 28 de maio de 2025, em Gondomar.

### **5.1.2. A relação com Timor-Leste (uma contextualização biográfica)**

Desde cedo manifestando simpatia e envolvimento nas causas sociais, ainda durante o período vigente do Estado Novo e aquando do seu doutoramento na Bélgica (Universidade de Gent, 1973), começa a estabelecer uma rede de contactos com parlamentares europeus. Um ano mais tarde, em outubro de 1974, ao cumprir serviço militar em Timor-Leste, tem um primeiro contacto com esta realidade territorial, o que, considerando outros aspetos, como o facto de ocupar, já na altura, o cargo de Professor Assistente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, explica, o convite feito pelo Governador Civil de Timor, o Major Mário Lemos Pires (em janeiro de 1975), para coordenar a Reformulação do Ensino em Timor, (projeto promulgado através do Despacho 13/75, publicado no Boletim de Timor-Leste, n.º4 de 25 de janeiro do mesmo ano, e gorado pela guerra civil que se deu em agosto do mesmo ano)...

Regressado a Portugal, já na segunda metade da década de 70, tem acesso a uma carta, enviada por uma ordem religiosa feminina, que denuncia as atrocidades cometidas pelo exército indonésio em Timor-Leste...na posse dessa carta, contacta o Padre José Lopes Baptista, à data, pároco na Paróquia da Nossa Senhora da Ajuda (Porto, Pasteleira), com o objetivo de perceber uma forma de envolver a Igreja na questão de Timor-Leste, começando então a preparar-se a criação de uma associação, a Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, que surgiu de uma forma mais oficial a 1 de dezembro de 1984, após a realização de uma “Jornada de Reflexão sobre a Igreja e Timor-Leste”...Barbedo de Magalhães não consta oficialmente como um dos membros fundadores, já que na altura estaria envolvido numa outra organização, a “Comissão para os Direitos do Povo Maubere”. Uma prova do trabalho já desenvolvido de antemão, é o facto de em 1983, após a sua resignação, a primeira missa rezada pelo Monsenhor Martinho da Costa Lopes quando se retirou para Portugal, ser precisamente na Paróquia da Nossa Senhora

da Ajuda, reforçando assim o papel da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, como o elo de ligação com a Igreja Católica.

Em agosto de 1981, viaja para a Bélgica, com a intenção de encetar contactos com o Parlamento Europeu, através de relações pré-estabelecidas aquando do seu doutoramento. Regressado a Portugal, começa em setembro a desenvolver trabalho com os diversos grupos parlamentares. Esses contactos parlamentares surtem efeito e no ano seguinte, no dia 08 de maio, promove uma Mesa-Redonda, na Escola Superior de Belas Artes do Porto, subordinada ao tema “Timor-Leste, uma responsabilidade a assumir”, que contou com a presença de representantes de todos os grupos parlamentares. Ainda em 1982 surge a Primeira Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste e decorre a votação nas Nações Unidas que resulta na confirmação de Portugal como Potência Administrante de Timor-Leste.

Em 1989, com o apoio do Professor Doutor Alberto Amaral e do Professor Doutor Nuno Grande, respetivamente Reitor e Pró-Reitor da Universidade do Porto, cria a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, ainda nesse ano, entre 10 e 17 de setembro, decorrem as Primeiras Jornadas de Timor da Universidade do Porto, subordinadas ao tema “História e Cultura dos Timorenses”...é durante essa primeira edição das Jornadas de Timor que trava conhecimento com Américo Castanheira...

Ora, Américo Castanheira, assume-se como figura de relevo, que contribui para a ampliação da rede de contactos do Professor Barbedo de Magalhães. Na década de 80 cria em Lourosa (Vila Nova de Gaia), um grupo relacionado com a Amnistia Internacional, denominado Portugal14, na mesma década, em 1988, funda o Centro de Solidariedade Cristã Maranatha, que contemplava um convénio de acolhimento com a Igreja Católica, para estudantes africanos, conseguindo garantir acolhimento na sua própria casa para familiares de José Ramos-Horta. Entretanto, em 1991 abandona esse grupo de solidariedade cristã, continuando, no entanto, a colaborar com o Professor Barbedo de Magalhães a título individual. Anos mais tarde, a esposa de Américo Castanheira (de nacionalidade Brasileira), tornar-se-ia uma preciosa ajuda para a realização de uma série de conferências que decorreram na América Latina,

particularmente no Brasil (1996), tendo posteriormente o conjunto informacional por si reunido (por Américo Castanheira), bem como pelo Padre Bernardino de Queirós Alves (à data pároco em Mozelos e em Lourosa), sido entregue ao Professor Barbedo de Magalhães.

Um outro nome surge na segunda edição das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, o do Deputado Raúl de Brito, que dedicou também uma parte significativa da sua vida à causa de Timor, integrando a 4ª, 5ª e 6ª Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, vigentes na IV, V e VI Legislatura, respetivamente, entre 1985 e 1995, data em que foi nomeado Vice-Governador civil do Porto . Após a sua morte, em 2011, o núcleo informacional por si reunido foi entregue ao Professor Barbedo de Magalhães.

Recuando a 1991, José Ramos-Horta torna-se representante do Conselho Nacional de Resistência Maubere (CNRM), no exterior, e é nessa qualidade que a partir daí esse se relaciona com o Professor Barbedo de Magalhães. Em novembro do mesmo ano (12 de novembro), acontece o Massacre de Santa Cruz, em 1992 no rescaldo desse Massacre, o Professor Barbedo de Magalhães participa, a título individual, na Missão Paz em Timor, embarcando no Lusitânia Expresso (na companhia do Padre José Lopes Baptista), em fevereiro publica a obra “Timor-Leste: ocupação indonésia e genocídio”.

Entretanto, a 20 de novembro dá-se a detenção de Xanana Gusmão, e em jeito de reação, a 14 de dezembro, com o suporte da Universidade do Porto, e também em parceria com o Padre José Lopes Baptista, dá uma conferência de imprensa.

Em 1993, precedendo o encontro que viria a realizar-se em Londres, o Primeiro Encontro de Reconciliação entre timorenses em Inglaterra, promovido pela Indonésia, sob a liderança de Francisco Lopes da Cruz e Abílio Araújo, organiza as Quintas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, entre 22 e 29 de julho, dedicadas ao tema “Timor-Leste e a Indonésia, caminhos para a liberdade, a autodeterminação e a democracia”...no âmbito destas jornadas decorre também o Primeiro Curso sobre a Indonésia e Timor-Leste.

Em 1994 dá-se a Primeira Conferência da Asia-Pacífico (APCET I), e na qualidade de Presidente da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, colabora na organização dessa conferência. Tomando conhecimento que Suharto tinha uma visita programada para a Feira de Hanôver em 1995, em conjunto com o Dr. Peter Frank (Centro de Informação do Sudeste Asiático (Bochum)), Alemanha, o Dr. Rudiger Sereika (Academia Evangélica de Iserlohn) e o Dr. Pedro Pinto Leite da Plataforma Internacional de Juristas por Timor-Leste, promovem a conferência de Iserlohn. É precisamente a esta edição das jornadas de Timor que precisamos de recuar para perceber a sua internacionalização. Com o propósito de expandir as conferências para os Estados Unidos da América, um Professor da Universidade de Berkeley (não especificado pelo produtor), é convidado para participar nessa edição das Jornadas de Timor. Esse convite viria a dar frutos entre 1995 e 1996, com um outro convite dirigido ao Professor Barbedo de Magalhães para realizar na Universidade de Berkeley, uma sessão interna e outra aberta ao público, sobre Timor-Leste, esse foi o ponto de partida para a realização de um ciclo de conferências nos Estados Unidos da América, que seriam impulsionadas pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a José Ramos-Horta e a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo (Magalhães, 2007: 73-74), à margem dessas conferências o Professor Barbedo de Magalhães integrou também uma delegação que foi ouvida no Congresso dos Estados Unidos da América (25 de fevereiro de 1997), e na Legislatura do Estado de Massachusetts (27 de fevereiro de 1997) (Magalhães, 2007:80).

No ano seguinte, nas Sextas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, tomando conhecimento que um docente de uma Universidade Australiana, o Professor Michael Salla, estava interessado em realizar uma conferência internacional na Austrália, subordinada a Timor-Leste, em julho de 1995, o Professor Barbedo de Magalhães endereçou-lhe um convite para participar nas Sextas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, colocando-o em contacto com timorenses, democratas indonésios e diversas individualidades relacionadas com a solidariedade. Estava criado o ponto de ligação, e a Universidade do Porto deu apoio logístico à conferência “Peacemaking Initiatives for East Timor” (Magalhães, 2007:69). Esse foi o mote para a realização de outras conferências e reuniões, proporcionando os contactos necessários para a Conferência

de Sidney “East Timor, Its Future in the Asia Pacific”, nomeadamente com o Professor Max Lane (Magalhães, 2007, p.70-71). O Professor Michael Salla volta a surgir posteriormente na Conferência que decorreu na American University (Washington D.C.).

O ano de 1995 foi rico em iniciativas. Logo entre 1995 e 1996 cria em Lisboa, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (da Universidade de Lisboa) os “Debates a pensar no futuro de Timor-Leste”.

Entre junho de 1995 e agosto de 1997, acontecem as Sétimas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, assistimos à internacionalização das Jornadas, desta feita subordinadas ao tema “Libertar Timor-Leste e apoiar a Democratização da Indonésia, duas responsabilidades internacionais”. Nessas jornadas integram-se várias conferências, nomeadamente os já mencionados ciclos de conferências na Austrália (através do Professor Michael Salla), nos Estados Unidos da América e nos países da América do Sul. Ainda na Austrália, entre 25 e 28 de julho, participa na conferência (em Darwin) “Indonesia and regional conflict resolution”. Mais tarde, entre 08 e 10 de novembro, participa no “I Congreso Internacional sobre comunicación na periferia atlântica”, na Universidade de Santiago de Compostela. Voltando às Sétimas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, ainda integradas nesta iniciativa, temos a conferência “Solidariedade da Juventude Indonésia, esperança para Timor-Leste”, que decorreu entre 22 e 24 de fevereiro de 1996. Entre 21 e 27 de junho, coorganiza a Conferência de Sidney “East Timor, its future in the Asia Pacific”. Conferência organizada em parceria com Professores oriundos de três universidades australianas, Dr. Michael van Langenberg, Diretor do Departamento de Estudos do Sudeste Asiático, *Head of the Convenors Group da Universidade de Sidney*, Professor David Goodman, Diretor do Instituto de Estudos Internacionais da Universidade Técnica de Sidney, e o Professor Garth Netheim, Diretor do Centro de Direitos da Faculdade de Direito da New South Wales University, com a coordenação executiva do Professor Max Lane, Professor da Universidade Técnica de Sidney e da Universidade de Sidney, bem como editor da revista “Inside Indonesia” (Magalhães, 2007, p.71-72).

Afim de preparar o ciclo de conferências nos Estados Unidos da América, percorre um périplo, entre 27 de abril e 11 de maio, contactando universidades, luso-timorenses, consulados e embaixadas portuguesas, em Nova Iorque (ONU), Washington, S. Francisco, e Toronto, individualidades americanas e canadianas, bem como grupos e associações de solidariedade (Magalhães, 2007, p.74).

Entre 03 de agosto e 03 de setembro, com o Dr. Coki Naipospos, o Padre José Lopes Baptista, o Dr. Pedro Pinto Leite (na Argentina), e o Dr. Roque Rodrigues, faz uma *speaking tour* pelos países da América do Sul (Magalhães, 2007, p.82).

Também através da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, promove a “Primeira Acção de Formação para a Democracia”, que decorreu entre 12 de outubro e maio de 1997 (Magalhães, 2007, p.:91). A 20 de novembro participa na jornada pela causa de Timor-Leste, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (São Paulo, Brasil) (Magalhães, 2007, p.83). Com o objetivo de tornar realidade o ciclo de conferências nos Estados Unidos da América, em dezembro de 1996 surge uma Comissão Organizadora (da qual ele faz parte) (Magalhães, 2008, p.76-77). Ainda em 1996 participa numa conferência em Oslo (na sequência da atribuição do Prémio Nobel da Paz a José Ramos-Horta e a Dom Carlos Filipe Ximenes Belo) (Magalhães, 2008, p.83).

Já em 1997, entre fevereiro e março, concretizam-se as conferências nos Estados Unidos da América, em quinze universidades, New School of Social Research (Nova Iorque, Prof. James Nolt), Columbia University (Nova Iorque), Rutgers Law School (Camden, Prof. Roger Clark), American University (Washington D.C., Prof. Michael Salla), Harvard University (Cambridge, Prof. Bill Parrent), Johns Hopkins University (Baltimore, Prof. J. Russel-Wood), University of Cincinnati (Cincinnati, Prof. Lockwood), University of California (Berkeley, Prof. Buxbaum e Prof. Richard Herr), S. Francisco University (S. Francisco, Prof. Stephen Zunes), Brown University (Providence, Prof. David Targan), University of Massachusetts (Massachusetts, Prof. Frank Sousa), University of Fairfield (Fairfield, Prof. António Simões), Yale University (New Haven, Prof. David Jackson), Simon Fraser University (Vancouver, Canadá, Prof. Jerry Zaslove e Prof. Robert Russel) e University of British Columbia (Vancouver, Canadá, Prof. Rob Walker). No seguimento dessas conferências, a 25 de fevereiro participa numa audição pelo *Congres Human*

*Rights Caucus*, a 27 de fevereiro participa numa audição da *Legislatura do Estado de Massachussetts em Boston* (Magalhães, 2007, p.76-81). Já em julho do mesmo ano publica a obra “Timor-Leste e as Jornadas da Universidade do Porto”.

Ainda no âmbito das ações de solidariedade, Barbedo de Magalhães lecionou em cursos de licenciatura em Relações Internacionais da Universidade de Coimbra e de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Durante vários anos foi docente convidado no European Master Degree in Human Rights and Democracy na Universidade de Coimbra e no Mestrado em Relações Interculturais na Universidade Aberta. Lecionou ainda no Curso de Pós-Graduação em Estudos Orientais da Universidade Católica (em Lisboa). Organizou cursos livres sobre Timor-Leste e a Indonésia apresentando também várias palestras/comunicações relativas a esse assunto.

Publicou várias obras sobre Timor, com destaque para o livro *Timor-Leste, Interesses Internacionais e Actores Locais*, composto por três volumes, que aborda a História de Timor, entre 1942 e 2007. Publicou ainda vários artigos, relatórios, comunicações, entre outros textos sobre Timor-Leste e a Indonésia.

Entre 1998-2000, com o apoio do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, na figura do seu Presidente, o Dr. Álvaro de Vasconcelos, Barbedo de Magalhães coorganizou, promoveu e apoiou três iniciativas de cariz internacional:

- Seminário *The Relations Between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crisis*, (Haia, 26-27 de outubro de 1998, Instituto Clingendael). Com a participação de vários timorenses, bem como individualidades indonésias, com destaque para o General Susilo Bambang Yudhoyono. Foi este seminário que possibilitou o diálogo entre líderes timorenses e indonésios. À margem deste seminário, terá também sido convidado a participar em conversações secretas com militares indonésios.

- Seminário *The European Union and the Political Transition in Indonesia*, (Londres, 29-30 de março de 1999, na Chatham House). Com a intervenção de Conselheiros do Presidente Habibie da Indonésia, Académicos estrangeiros (incluindo indonésios),

militares indonésios (um Marechal e dois Generais) especialistas em Estudos Internacionais e Estratégicos, de José Ramos Horta, assim como de individualidades timorenses, europeias e americanas.

- Conferência *The European Union, East Timor and Indonesia: Shaping a New Future* (Bogor, Indonésia, 02-04 de maio de 2000), com a intervenção de importantes políticos indonésios e timorenses, bem como individualidades com cargos de destaque na Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET). Nesta conferência, Barbedo de Magalhães assumiu a dupla função de organizador informal e comentador crítico da sessão *Building the State and a democratic political system in East Timor*.

Barbedo de Magalhães foi também coordenador científico do projeto “Memória da Resistência Timorense”, resultando numa exposição e o respetivo lançamento do catálogo, organizada em parceria entre a Fundação Mário Soares, a Associação de Veteranos da Resistência Timorense e o Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos (IASI) (Carvalho, 2007, p. 68).

Paralelamente, e em resposta ao pedido do ex-Ministro da Educação do Governo de Transição de Timor-Leste, coordenou também um projeto com missão de uma eventual criação da Universidade Católica de Timor-Leste (Carvalho, 2007, p. 68).

Em 10 de junho do ano 2000, como reconhecimento pelo seu trabalho desenvolvido em prol de Timor-Leste, Barbedo de Magalhães foi agraciado pelo Presidente da República Jorge Sampaio com a Ordem do Infante D. Henrique. Em 20 de maio de 2012, foi agraciado com a Ordem de Timor, pelo Presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak.

A 27 de setembro de 2001, após a cessação de atividade da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, cria o International Institute for Asian Studies and Interchange, instituição externa à universidade, contando, no entanto, com um protocolo de colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

## **5.2 Para o acesso ao Arquivo Professor Barbedo**

Este núcleo informacional constituído pelo Professor Barbedo de Magalhães é composto por informação com datas de produção compreendidas entre 1960 e 2007, no entanto, apenas a informação produzida entre 1975 e 2007 é relativa a Timor-Leste, enquanto a informação produzida entre 1960 e 1974 é fundamentalmente de cariz político, refletindo a luta contra o regime ditatorial português. Durante os anos 60, a informação estava dispersa por diversas localizações, com o intuito de evitar o escrutínio da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado) (casa do Professor Barbedo, familiares e amigos), (Carvalho, 2007, p.73).

Posteriormente, acompanhando a estadia de Barbedo de Magalhães em Timor, enquanto coordenador do *Projeto de Reestruturação do Ensino em Timor*, (1974-1975), a informação produzida foi também acumulada em Timor-Leste (Carvalho, 2007, p.74).

Com o regresso de Barbedo de Magalhães, a informação foi acondicionada nas antigas instalações da FEUP na rua dos Bragas. Mais tarde, com a transferência da FEUP para as atuais instalações na Rua Dr. Roberto Frias, a informação foi também transferida para o gabinete do Professor Barbedo, na mesma faculdade.

Em 2001 Barbedo de Magalhães cria o Instituto Internacional para o Intercâmbio e os Estudos Asiáticos (IASI), iniciando-se, no mesmo ano e com a supervisão do seu impulsionador, com a participação de colaboradores do instituto, a organização da sua informação, que passa a estar temporariamente acondicionada na secção de reservados da FEUP, na sala 505 (Carvalho, 2007, p. 74). Posteriormente (ca.2009), dá-se a extinção do IASI, e a informação volta a ser transferida, desta feita para o espaço do Arquivo da FEUP, onde se encontra acondicionada até à data.

### **5.2.1. Uma primeira proposta: o Sistema de Informação IASI (2007)**

Em 2007 dá-se a primeira tentativa de organização deste núcleo informacional, através de Milena Carvalho, com o acompanhamento de Barbedo de Magalhães (Carvalho, 2007), no âmbito de uma dissertação de mestrado denominada *Estudo de caso:*

*organização da informação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães - aplicação do modelo sistémico.* Em linha com recentes desenvolvimentos na área da Ciência da Informação, a autora parte de uma abordagem sistémica, adotando como método de investigação o *Método Quadripolar*. À data, por opção do produtor, e para possibilitar o próprio tratamento da informação (por uma questão de financiamento), o sistema de informação pessoal foi considerado como um subsistema, incorporado no sistema de informação IASI (*International Institute for Asian Studies and Interchange*), classificado como institucional.

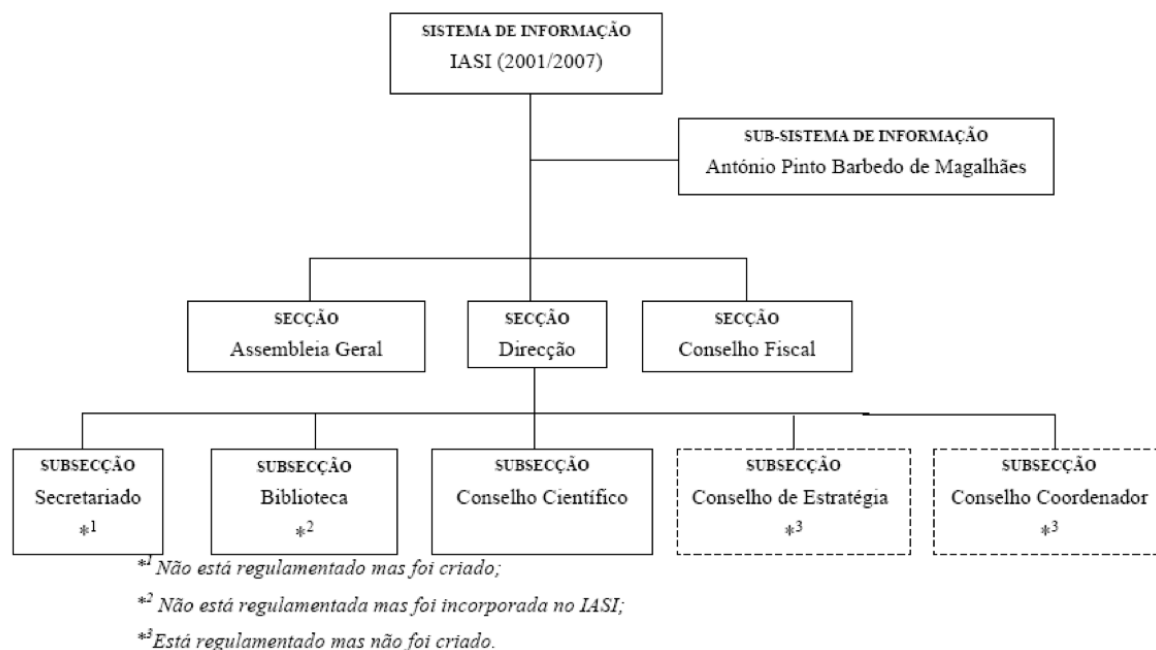
Começando por construir um Quadro Orgânico-Funcional, a autora socorreu-se dos estatutos do IASI a fim de determinar aspetos como missão, órgãos, áreas científicas, projetos, funções e competências.

Para potenciar o acesso à informação foram inicialmente utilizados dois instrumentos previamente criados pelo Professor Barbedo de Magalhães: uma Lista de Recenseamento das Unidades de Instalação e uma Lista com a Organização Física dos Documentos.

O IASI possuía, ainda, uma biblioteca, constituindo-se como um dos objetivos da autora propor uma visão integradora para a documentação que veio a constituir o Arquivo e a existente na Biblioteca.

Numa perspetiva sistémica, Milena Carvalho justifica a integração do Sistema de Informação Pessoal Barbedo de Magalhães como subsistema do Sistema de Informação IASI (SIIASI), uma vez que o mesmo foi, a dada altura, incorporado pelo proprietário, o Professor Barbedo, na dependência do IASI.

A estrutura do Sistema de Informação IASI proposta pela autora incluía também os Subsistemas de Informação: *Comissão de Reestruturação do Ensino em Timor*, *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste* e *Comissão para os Direitos do Povo Maubere*.



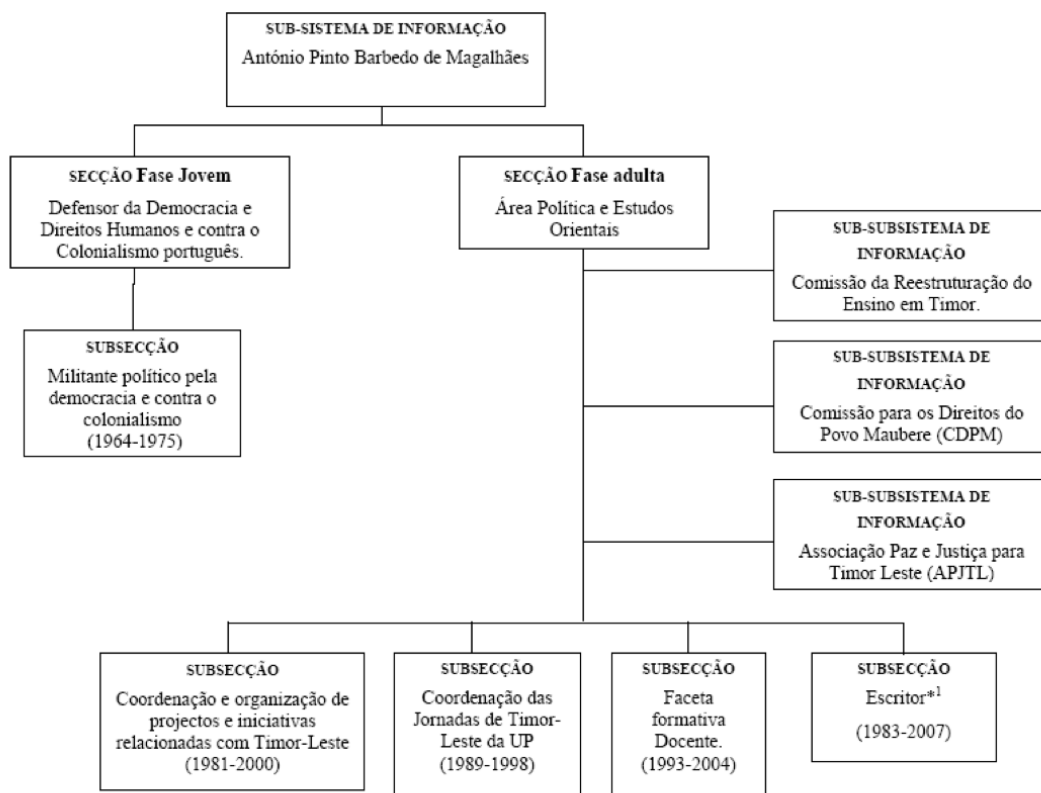
(Carvalho, 2007, p. 106)

**Figura 3: Sistema de Informação IASI**

No subsistema de informação, e seguindo a perspectiva sistémica, a autora faz uma abordagem por fases da vida, nomeadamente a fase jovem e a fase adulta. A fase jovem compreende a militância em prol da democracia e contra o colonialismo. Por sua vez, a fase adulta integra quatro subsecções e três subsistemas de informação. A primeira subsecção é subordinada à coordenação e organização de projetos sobre Timor-Leste, segue-se uma subsecção relativa à coordenação das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, numa outra é contemplada a faceta de docente e uma última é dedicada às publicações. No que respeita aos subsistemas de informação, o primeiro subsistema de informação é consagrado à Comissão da Reestruturação do Ensino em Timor, um segundo incorpora a informação relativa à Comissão para os Direitos do Povo Maubere e um terceiro a informação da Associação Paz e Justiça para Timor-Leste.

Para a subsecção relativa às Jornadas de Timor da Universidade do Porto, a autora criou oito séries, cada uma delas dedicada a uma edição das Jornadas, incluindo a Jornada 0. O tratamento da informação propriamente dito remeteu-se apenas a esta subsecção, pelo que a autora apenas aqui desce ao nível da série e da subsérie, criando subséries tipológicas alocadas a cada série, “comunicação política”, “imprensa”,

“correspondência” e “boletim de inscrição”, onde são respetivamente alocados os documentos simples e compostos (Carvalho, 2007, p. 109-110).



(Carvalho, 2007, p. 106)

**Figura 4: Subsistema de Informação Barbedo de Magalhães**

### 5.2.2. Uma proposta temático-funcional para o APB (2016)

#### a) 2016, uma proposta temático-funcional

Com a cessação de atividades por parte do IASI, o Sistema de Informação Pessoal deixou de estar na sua dependência, decorrendo uma inversão de posições. Houve um novo reacondicionamento da informação, os documentos foram acondicionados na sala do Arquivo da FEUP, deu-se uma separação entre o material de Arquivo e o material de Biblioteca, designado de “Coleção Timor”, que por sua vez está disponibilizada no Piso 5 da Biblioteca da FEUP.

Em 2016, um financiamento obtido através de uma candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian, formalizada pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, permitiu um amplo recenseamento e descrição da componente arquivo, bem como a adoção de uma nova estrutura sob o critério temático-funcional, em conformidade com indicações do próprio Professor Barbedo de Magalhães. Também por indicação do próprio, o núcleo informacional recebeu a designação de *Arquivo Professor Barbedo*, justificando-se essa designação pelo facto de ser essa a forma como o Professor Barbedo de Magalhães era conhecido em Timor-Leste. Relativamente ao critério temático-funcional utilizado na estrutura, justifica-se uma vez que, de acordo com o Professor Barbedo, isso permitiria refletir numa ótica temporal (numa ótica de ação/reação), a relação entre os acontecimentos em/sobre Timor-Leste e as respostas desenvolvidas pela solidariedade. Como método de investigação, optou-se, de novo, pela utilização do *Método Quadripolar*.

Seguiu-se o levantamento da informação relativa a este núcleo informacional, bem como de outras instituições que disponibilizavam informação relativa a Timor-Leste. Foi, também, nesta fase que se concebeu a estrutura a adotar, optando-se pela criação de uma estrutura de índole temático-funcional, composta por dezassete secções, quatro subsecções, vinte e cinco séries, trinta e uma subséries.

## Plano de classificação ▼

- a APB Arquivo Professor Barbedo 1975/2000
  - sa ADRB Arquivo Deputado Raúl de Brito 1975/1991
  - sa CML Comunidade de Mozelos / Lourosa 1992/1999-02-12
  - sc APBADI Ações Dirigidas à Igreja Católica e Outras Igrejas Cristãs 1989/1991
  - sc APBADRT Diálogo entre a Resistência Timorense e altas figuras do regime Indonésio 1998/2000
  - sc APBAMPS Apoiar o movimento pró-democracia e a solidariedade com o povo de Timor-Leste na Indonésia 1992/1993
  - sc APBB Bibliografia 1900
  - sc APBC Correspondência
  - sc APBDCST Divulgação e Consciencialização da Situação em Timor-Leste 1975/2008
  - sc APBDET Descolonização do Ensino em Timor 1975/1997
  - sc APBDR Documentação da Resistência 1974/2014
  - sc APBDTL Documentação usada para o livro: "Timor-Leste: interesses nacionais e actores locais"
  - sc APBEPB Escritos do Professor Barbedo 1975/2007
  - sc APBI Imprensa 1957/2012
  - sc APBICOJTUP Iniciativas da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto
  - sc APBMA Material Audiovisual 1975/1998
  - sc APBMSCMPT Massacre de Santa Cruz e Missão de Paz em Timor 1991/1992
  - sc APBPDR Promoção do Diálogo entre Refugiados Timorenses 1989/1990
  - sc APBPXGCI Prisão de Xanana Gusmão e conferência de imprensa ABM 1992-12/1992-12
  - sc APBTAR Trabalho na Assembleia da República 1981/1987
  - sc SENPF Educação na e pela Família
  - dc DOC01493 Eleição do Reitor Alberto Amaral 1985/1985

**Figura 5: Representação Temático-Funcional do Arquivo Professor Barbedo<sup>39</sup>**

Neste contexto, procedeu-se à normalização do controle de autoridade, da estrutura classificativa e da consequente descrição dos documentos, realizada no GISA (software de Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo, utilizado à data pela FEUP), seguindo-se a criação de pontos de acesso, assim como a separação de documentos duplicados, o acondicionamento das espécies em caixas *acid-free*, a atribuição de cotas e a instalação física em estantes compactas. Nesta fase foram descritos 1.636 documentos (ao nível do documento composto).

---

<sup>39</sup> Disponível em <https://arquivo.up.pt/details?id=242600>.

A estrutura final viria, ainda, a incluir, dois subarquivos - “Comunidade Paroquial de Mozelos/Lourosa” e “Raúl de Brito”. Por constrangimentos temporais, não foi possível proceder à descrição da informação audiovisual, correspondente a uma décima sétima secção.

### **5.2.3. Em busca de uma proposta para um percurso complexo**

De referir que, entretanto, a Universidade do Porto transitou para um outro software de gestão arquivística, o Archeevo, sendo que a primeira migração de dados dos acervos existentes no arquivo da FEUP ocorreu em 2022.

Seguiu-se, ainda, uma nova incorporação de um conjunto informacional doado pelo Professor José Basto, que atuou como ponto de contacto entre o Professor Barbedo de Magalhães e individualidades americanas, durante a sua formação na Universidade de Lehigh (Doutoramento em Engenharia Industrial).

Este conjunto informacional integrou a tarefa de recenseamento, descrição e indexação, focada no material audiovisual, no nível de documento. Não sendo ainda possível fazê-lo com o novo software, criou-se um ficheiro Excel, considerando os campos respeitantes à Norma Internacional de Descrição Arquivística ISAD (G), apostando numa descrição multinível, respeitando os seguintes campos: título, o código de referência, o nível de descrição, data de produção, âmbito e conteúdo da informação, bem como a dimensão e o suporte; foi também criado um campo para indicar o estado de conservação do documento, um campo para as notas do arquivista, e, também, um para os pontos de acesso, mais concretamente de pontos de acesso ideográficos (por assunto). Foram recenseadas 876 espécies fotográficas, 502 provas fotográficas em papel e 374 em película. Note-se que não existem ainda objetos digitais dessas provas.

Neste contexto, a estrutura que se perspetiva para atender à complexidade deste desafio é, também ela, uma abordagem sistémica. Partimos do Sistema de Informação Barbedo de Magalhães como um Sistema de Informação Pessoal, classificado a um primeiro nível de acordo com as fases da vida (Secção Juventude e Secção Adulterez),

convergimos assim com Milena Carvalho, quando esta utiliza as secções da juventude e da adultez, no Subsistema de Informação Pessoal António Pinto Barbedo de Magalhães.

No entanto, o próprio Subsistema de Informação Pessoal torna-se à partida um ponto de divergência. Assumimo-lo como o Sistema de Informação de topo, que por sua vez subdividimos também em duas secções, correspondentes a distintas fases da vida, a Secção *Juventude* e a Secção *Adultez*. Dentro da secção *Adultez*, tal como Milena Carvalho, sentimos necessidade de separar a faceta profissional da faceta diplomática e solidária, surgindo assim duas novas subsecções, a Subsecção Professor Catedrático, com datas de produção entre 1968 e 2013 (ano em que se jubilou) e a Subsecção **[Política e Solidariedade]**, com datas de produção balizadas entre 1974 e 2007, dedicada às iniciativas de solidariedade que se desenvolveram em prol dos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste. Considerando a natureza das relações estabelecidas, criámos sete subsistemas de informação, o *Subsistema de Informação Raúl de Brito*, o *Subsistema Américo Castanheira*, o Subsistema de Informação José Basto (1990-1993), o Subsistema *Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor* (1975-1977), Subsistema *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste* (1985-2000), o Subsistema de Informação FEUP (1982-1999), e o Subsistema IASI (2000-2008). No *Subsistema de Informação FEUP*, propomos a criação de uma secção denominada “Comissão Organizadora para as Jornadas de Timor da Universidade do Porto” (COJTUP), considerando que foi através da Faculdade de Engenharia, com o apoio do Reitor da Universidade do Porto, do Professor Doutor Alberto Amaral e do Pro Reitor para as Causas Sociais, o Professor Doutor Nuno Grande, que esta Comissão foi criada. Se atentarmos à cronologia de acontecimentos, verificamos que existe uma espécie de continuidade entre o término da COJTUP e a criação do IASI, que já não surge sob a alçada da Universidade do Porto.

Não nos debruçamos apenas sobre as Jornadas de Timor da Universidade do Porto, este tratamento requer um esforço muito mais abrangente de representar toda a informação de cariz pessoal e institucional reunida pelo Professor Barbedo de Magalhães, incluindo a informação audiovisual. No entanto, ao contrário da proposta datada de 2016, uma

perspetiva sistémica permitir-nos-á uma abordagem multifacetada e multidimensional, projetando toda uma teia de relações pessoais e institucionais desenvolvidas em torno de Timor-Leste.

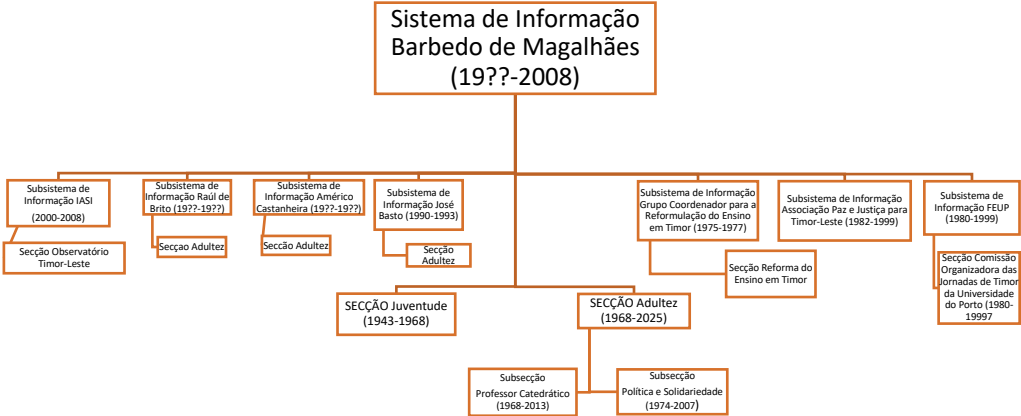


Figura 6: Sistema de Informação Barbedo de Magalhães

Analisemos agora de uma forma mais particular, cada subsistema de informação proposto...

Começando por Raúl Fernando Sousela da Costa Brito, este foi um deputado da Assembleia da República, destacando-se, ao longo da sua atividade política, na luta pela independência de Timor-Leste. Após a sua morte (a 14 de março de 2011), a sua esposa doou este conjunto informacional ao Professor Barbedo de Magalhães, que procedeu à sua incorporação neste núcleo que agora tratamos. Como se pode perceber, o Subsistema de Informação Raúl de Brito, incorporado no Sistema de Informação Barbedo de Magalhães, comporta quatro séries documentais (Documentários; ONU; Documentos diversos e Jornadas de Timor da Universidade do Porto), bem como uma subsecção, Assembleia da República, que comporta documentos acumulados pelo Deputado Raúl de Brito, no período em que integrou a Assembleia da República.

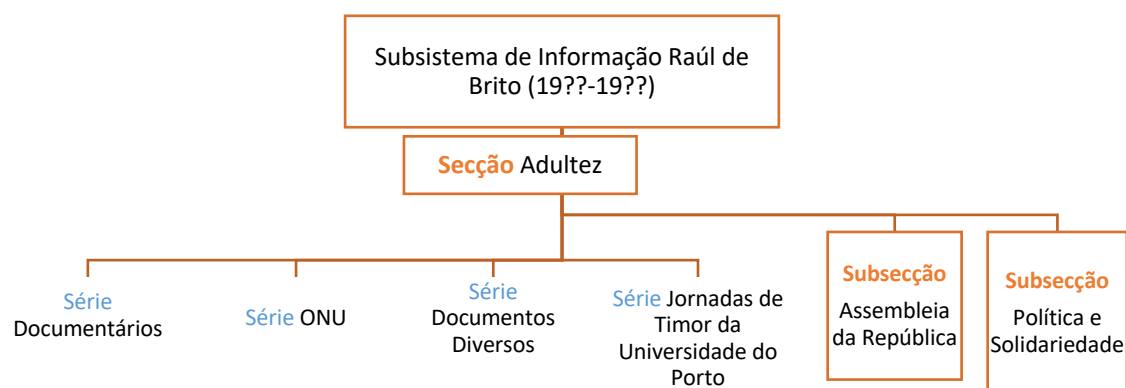


**Figura 7: Subsistema de Informação Raúl de Brito**

Relativamente ao Subsistema de Informação Américo Castanheira, este integra a informação anteriormente descrita no subarquivo Comunidade de Mozelos/ Lourosa. Américo Castanheira foi um importante membro desta comunidade paroquial, que, a dada altura, colaborou de forma bastante estrita com o Professor Barbedo de Magalhães em prol de Timor, e, posteriormente, lhe fez chegar o conjunto documental por si reunido. Apresentamo-la distribuída por quatro séries: Registos fotográficos; Documentários; Recortes de Imprensa e Jornadas de Timor da Universidade do Porto (neste último caso falamos concretamente de informação relativa às VII Jornadas de Timor da Universidade do Porto).

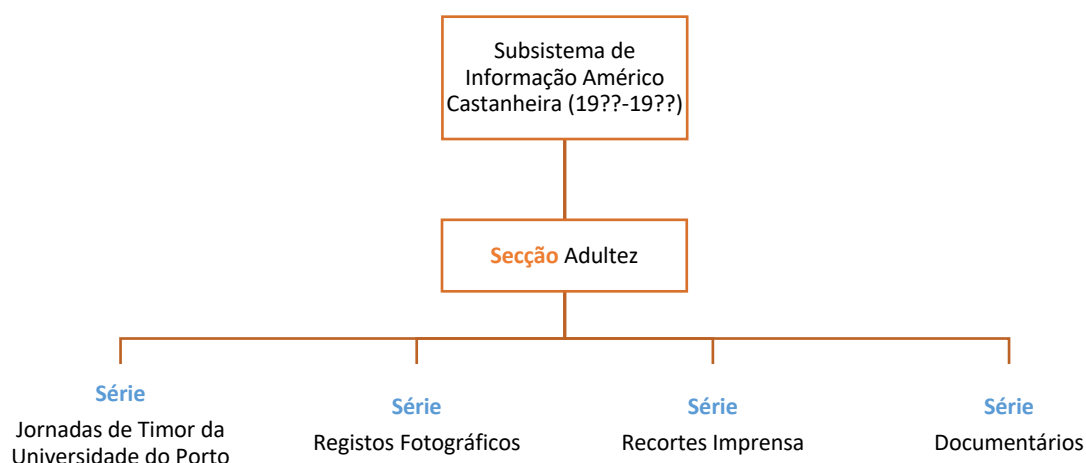


**Figura 8: Subsistema de Informação Américo Castanheira**

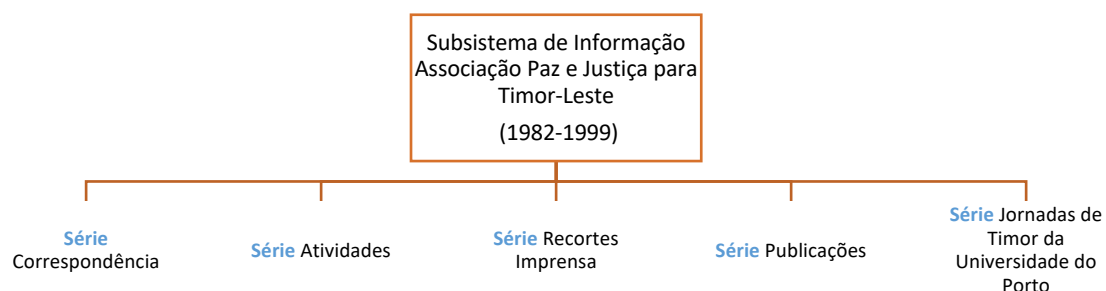


**Figura 9: Subsistema de Informação Associação Paz e Justiça para Timor-Leste**

Esta Associação contou, desde o seu início (embora nos primeiros tempos a título não oficial), com a estreita colaboração do Professor Barbedo de Magalhães, em conjunto com o Padre José Lopes Batista (à data pároco da paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, da Pasteleira, no Porto). Esta organização, que tendo originalmente surgido como um grupo, foi formalizada como associação a 07 de junho de 1996, assumiu como missão o apoio à solidariedade e à resistência timorense. A informação surge distribuída por cinco séries distintas: Correspondência; Atividades; Recortes de Imprensa; Publicações; Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

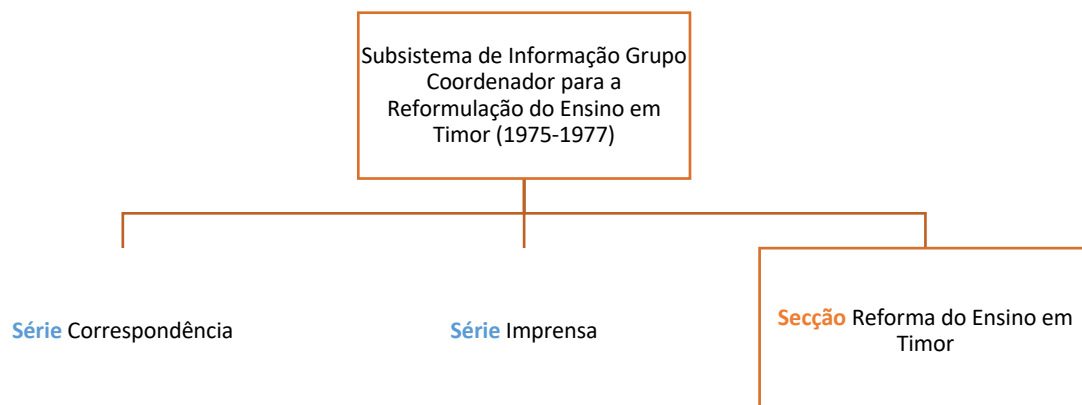


**Figura 10: Subsistema de Informação Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor**

Este grupo surge ainda em 1974, pela mão do Governador de Timor Lemos Pires, com a intenção de promover um processo de descolonização territorial, particularmente a descolonização do ensino. Para a coordenação deste grupo foi nomeado o Professor Barbedo de Magalhães, que com a sua equipa ouviu as propostas de um conjunto de timorenses, professores, alunos, missionários... assumindo-os como coautores do projeto. Consideramos, assim, neste subsistema a secção que integra a documentação relativa à Reforma do Ensino em Timor, e as séries Recortes de Imprensa e Correspondência, relativas à causa timorense.

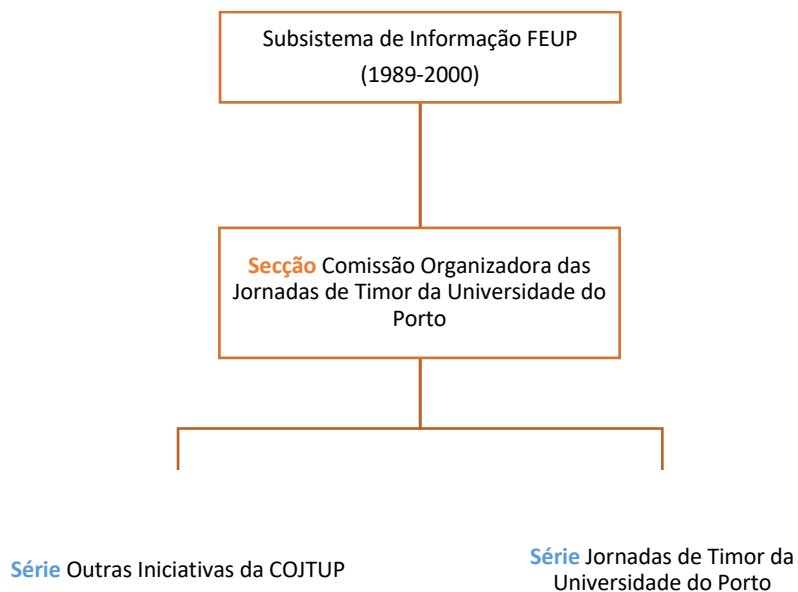


**Figura 11: Subsistema de Informação FEUP**

No Subsistema de Informação FEUP alocamos a Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, isto porque foi graças ao apoio e à tutela da Universidade do Porto, na pessoa do Professor Doutor Alberto Amaral (à data Reitor da Universidade), e do Professor Doutor Nuno Grande (Pró-reitor), que foi possível constituir esta comissão e realizar as sete edições das Jornadas de Timor da Universidade do Porto, associando isso ao facto da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto ser a instituição na qual o Professor Barbedo de Magalhães estava integrado como docente, e a partir da qual pôde ampliar a sua rede de relações, justifica-se a tutela da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade

do Porto. Estando ativa entre 1989 e 2000, integra por sua vez duas séries: Jornadas de Timor da Universidade do Porto e Outras Iniciativas da COJTUP.

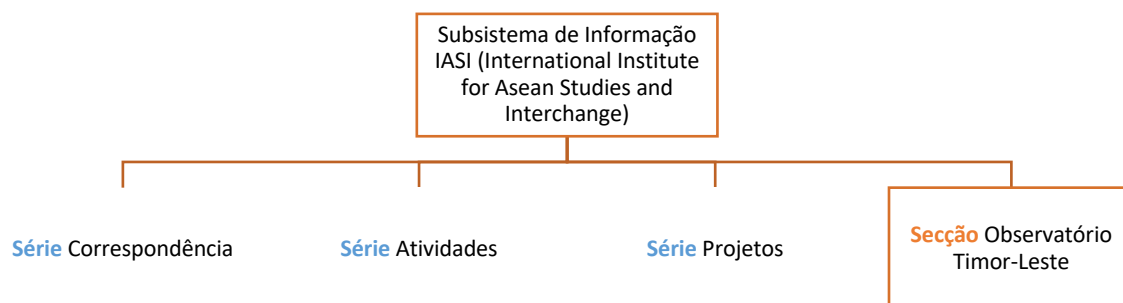


**Figura 12: Sistema de Informação IASI**

O IASI (International Institute for Asian Studies Interchange), é fundado pelo Professor Barbedo de Magalhães, no ano 2000, após a extinção da Comissão Organizadora das Jornadas de Timor da Universidade do Porto. Propomos a distribuição da sua informação por uma Secção, Observatório Timor-Leste, e por três séries: Correspondência; Atividades e Projetos.

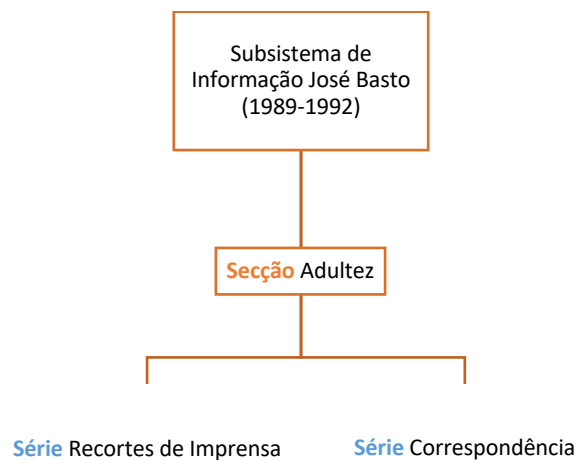


**Figura 13: Subsistema de Informação José Basto**

O Professor Doutor José António de Sousa Barros Basto, Professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, durante o tempo em que frequentou o doutoramento em Engenharia Industrial e Produção de Sistemas na Universidade de Lehigh. Foi membro fundador da ETAN (1992), integrou uma rede informal de alunos portugueses no estrangeiro, (que comunicavam por fax), através da qual enviava documentos para o Professor Barbedo. Em Lehigh havia já acesso à internet, com os chamados “usegroups”, onde foi bastante interventor, para dar a conhecer a versão portuguesa sobre a questão de Timor, em comunhão com a Professora Margarida Sala promoveu um abaixo-assinado, aproveitou o facto de estar num país com acesso à Internet para divulgar a realidade de Timor-Leste, e paralelamente ajudou à receção de Constâncio Pinto, quando este abandonou Timor e se deslocou para os Estados Unidos da América. Resultou daí um conjunto documental subordinado à secção Adultez, e distribuído pelas séries: Recortes de Imprensa e Correspondência.

### 5.3 Um ponto de partida: uma *timeline* dinâmica

Partir para uma proposta que enquadre sistemicamente o acervo denominado Arquivo Professor Barbedo torna-se, pois, difícil, impondo-se o desenvolvimento de uma ferramenta que ajude a perspetivar e a navegar nas várias dimensões deste percurso, conferindo visibilidade aos múltiplos eventos, atores sociais, e consequentes relações e ações.

Não tendo sido possível, por força do tempo disponível, optar por soluções mais avançadas que envolveriam a existência de uma equipa interdisciplinar, a construção de uma *timeline*<sup>40</sup> dinâmica a partir de ferramentas acessíveis, permitiu chegar a um primeiro esboço.

Esta *timeline*, constituída a três níveis (via pessoal, via diplomática e via profissional), teve por base os dados biográficos do Professor Barbedo de Magalhães, o seu percurso académico e a via diplomática por ele desenvolvida nas iniciativas promovidas por Timor-Leste.

As diversas iniciativas nacionais e internacionais, colocaram-no em contacto com outros atores sociais, individualidades timorenses (como Xanana Gusmão, Ramos-Horta, Mari Alkatiri, entre tantos outros), portuguesas, (como por exemplo o General Ramalho Eanes, Mário Soares, os Padres Bernardino de Queirós Alves e José Lopes Batista, Américo Castanheira, o Professor José Basto, entre tantos outros) e internacionais, (como Jill Jollife, Max Stahl, etc.). Algumas dessas individualidades acabaram por constituir os seus próprios núcleos informacionais, e apostar na recolha e agregação da informação, como por exemplo, Mário Soares, Max Stahl<sup>41</sup>, ou Jill Jollife. Esse aspeto, permite-nos projetar a possibilidade da criação da rede de memória sobre Timor-Leste.

---

<sup>40</sup> Cf uma primeira proposta da *timeline* em:

[https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=196OPiMOhYgfSNXxZXZxxZgZUUJbE1Kc5kz2jgtDuWs&font=Default&lang=pt&initial\\_zoom=2&height=650](https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=196OPiMOhYgfSNXxZXZxxZgZUUJbE1Kc5kz2jgtDuWs&font=Default&lang=pt&initial_zoom=2&height=650)

<sup>41</sup> Infelizmente, e como veremos mais adiante, no período dedicado a esta análise, o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, disponibilizado ao grande público através da Universidade de Coimbra, não esteve disponível.

## 6. OUTROS ACERVOS NA INFOESFERA

Neste capítulo pretende-se desenvolver uma abordagem aos casos de estudo que nos propomos analisar e resgatar para uma primeira fase da Rede Internacional de Conhecimento e Memória sobre Timor-Leste. Para isso, apresentamos primeiro uma análise generalizada aos casos de estudo. A partir dessa análise debruçamo-nos sobre cada plataforma de uma forma particular, estudando questões como a facilidade de acesso à informação, as ferramentas utilizadas...

### 6.1. Mapeamento de instituições, projetos e plataformas digitais sobre Timor-Leste

#### 6.1.1. Recolha de dados

Um contacto mais direto com o Arquivo Professor Barbedo proporcionou-nos, entre outros aspetos explorar de antemão a teia de relações (de cariz institucional e não só), abrindo-nos caminho para seleccionar os casos de estudo que nos propomos analisar. O Professor Barbedo de Magalhães manteve uma intensa correspondência com o Jornalista Max Stahl<sup>42</sup>, que em parceria com a Universidade de Coimbra criou o **Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste**. Uma busca mais intensiva por outras instituições com informação de e sobre Timor-Leste, datas de produção balizadas entre 1974 e 2000, conduziu-nos a duas outras organizações, a Clearing House for Archival Records on East Timor, e a Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste.

---

<sup>42</sup> Que se tornou conhecido por filmar o Massacre de Santa Cruz, e posteriormente fazer chegar essas imagens aos meios de comunicação internacionais.

### 6.1.2. Análise e sistematização

#### **Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste<sup>43</sup>**

O Centro Audiovisual Max Stahl Timor Leste (<https://www.uc.pt/camstl>). resulta de 25 anos de trabalho de uma equipa liderada por Max Stahl (jornalista britânico), refletindo filmes e reportagens recolhidos no período pós-referendo, (sempre documentos audiovisuais), acompanhados de descrição. Trata-se de uma recolha de imagens e testemunhos maioritariamente processada após a independência, recolhida precisamente entre 2003 e 2016. Foi um levantamento feito em condições bastante difíceis, estando ainda em carência um trabalho de desenvolvimento de metadados, nomeadamente a identificação de pessoas, lugares e eventos.

A parceria entre Max Stahl e a Universidade de Coimbra proporcionou a concretização deste projeto, resultando numa disponibilização de 5000 horas de vídeo, com um crescimento exponencial de cerca de 400 horas por ano.

Assumindo como missão promover a investigação, análise e respostas em diversas áreas das ciências sociais e da experiência humana relacionadas com o Nascimento de uma Nação,

Cronologicamente, a informação (sob a forma de testemunho e narrativa) em suporte audiovisual divide-se em três períodos distintos: A. Antes da Independência; B. Período entre 1999 e 2002; C. Depois da Independência.

No primeiro período cronológico, Antes da Independência, destacam-se os seguintes registos audiovisuais:

“A resistência armada e civil nas montanhas, aldeias e aglomerados populacionais do país”;

---

<sup>43</sup> Infelizmente o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, deixou , entretanto, de estar acessível, tendo sido desenvolvidos contactos com o Arquivo da Universidade de Coimbra para tentar perceber o que se poderá estar a passar, até à data sem sucesso.

“Frente Diplomática e solidariedade mundial”;

“Debates nas Nações Unidas, Parlamento Português e nas comunidades timorenses estrangeiras”.

No segundo período cronológico, o Período entre 1999 e 2002, podemos destacar:

“Ataques do exército indonésio e da milícia pró-Indonésia”.

“Vida nas montanhas, na expectativa de vida ou de morte”.

“O governo das Nações Unidas de Timor Leste”.

### **Clearing House for Archival Records on East Timor**

1. Fundado no ano 2000 por John Waddingham e Pat Walsh, o Clearing House for Archival Records in Timor (CHART), (<https://timorarchives.wordpress.com>), foi influenciado pelo trabalho desenvolvido por Pat Walsh precisamente sobre o acesso dos timorenses a material de arquivo de e relativo a Timor, alocado noutros países.

Em 2011, com o objetivo de obter financiamento (principalmente para a digitalização de documentos), o CHART, alterou o seu estatuto, integrando-se no Estado de Victoria na Austrália. Atualmente tem como patronos Mari Alkatiri, Xanana Gusmão e José Ramos Horta.

Tem como objetivos gerais:

- Localizar, promover e contribuir para a preservação e acesso a material de arquivo sobre

Timor-Leste, tendo como foco os arquivos privados e não governamentais australianos, com datas de produção de informação balizadas entre 1974-1999;

- Apelar ao apoio institucional australiano (e outros) para o desenvolvimento institucional de arquivos em Timor-Leste, incluindo o fornecimento de cópias de material relevante acondicionado em arquivos australianos.

O CHART é o resultado do trabalho desenvolvido por um grupo de investigadores composto por Michael Leach (Professor de Política na Swinburne University of Technology), Cecily Gilbert (Bibliotecária), Pat Walsh (antigo diretor do Australian Council for Overseas Aid), John Waddingham (reconhecido arquivista e diretor do CHART), Christine Perkins e Gizela de Carvalho.

Trata-se de um projeto que se dedica à recolha, armazenamento e divulgação de informação produzida em e sobre Timor-Leste, durante e após o processo de autodeterminação. A equipa que desenvolveu este projeto proporciona-nos também uma lista dos Arquivos Timorenses, uma lista de arquivos *online* que contêm informação sobre Timor-Leste, assim como uma lista de coleções públicas e privadas disponibilizadas em bibliotecas e arquivos.

### **Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste**

A Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste (<http://www.cavr-timorleste.org/en/cavr.htm>) resulta da realização de um Workshop em junho de 2000. Esse Workshop, que tinha como um dos objetivos abordar a questão dos mecanismos de justiça adotados pela UNTAET, contou com a participação de membros da Igreja Católica, de representantes da sociedade civil timorense e de líderes comunitários. Foi recomendada a criação de uma comissão independente com a missão de investigar violações de Direitos Humanos e trabalhar para o processo de reconciliação, a ser apresentada ao Conselho Nacional de Resistência Maubere, em agosto do mesmo ano.

Tendo o Congresso aprovado essa proposta por unanimidade, com apoio da UNTAET, foram dados os primeiros passos para a criação da Comissão Verdade e Reconciliação

para Timor-Leste, que se viria a formalizar em janeiro de 2002, sendo composta por sete comissários, cinco homens e duas mulheres (Aniceto Longuinhos Guterres Lopes, Padre Jovito Rêgo de Jesus Araújo, Maria Olandina Isabel Caeiro Alves, José Estêvão Soares, Reverendo Agostinho de Vasconcelos, Isabel Amaral Guterres e Jacinto das Neves Raimundo Alves).

A República Democrática de Timor-Leste reconheceu esta instituição enquanto autoridade independente através do artigo 162.o da sua Constituição.

Entre as funções que lhe foram atribuídas destacam-se:

- Averiguar sobre violações de Direitos Humanos que decorreram em território timorense

entre 1974 e 1999.

- Formular medidas com o objetivo de impedir a reincidência dessas violações e simultaneamente, apoiar as vítimas.

No decurso do seu trabalho, a Comissão Verdade e Reconciliação para Timor-Leste

(CAVR) constituiu um Centro Documental com um considerável volume de documentos sobre Timor-Leste, abrangendo o período compreendido entre 1974 e 1999:

- 2.000 monografias
- 8.000 testemunhos de vítimas
- Entrevistas com líderes da resistência e pro autonomia
- Registos de 8 audiências públicas
- Registos de 1.500 reconciliações comunitárias
- Registos de 52 julgamentos
- Submissões
- Recortes de Imprensa
- Fotografias e documentos afins

Atualmente e através de uma parceria com a British Library (através do *Endangered Archives Programme*) está a decorrer um projeto de preservação, através da cópia de uma secção dos Arquivos do CAVR. Trata-se de um projeto idealizado e preparado por Geoffrey Robinson, Historiador da Universidade da Califórnia, apostando na digitalização dos arquivos, potenciando o acesso à informação.

Geoffrey Robinson afirma algo que se aplica também ao nosso objeto de estudo e a qualquer outra instituição que reúna informação sobre Timor-Leste:

*There can be no doubt about the urgent need for their preservation. The current turmoil in East Timor serves as an important reminder of the continued, perhaps increasing, vulnerability of these materials.*

*There is also no doubt about the significance of these materials for research. They represent the most complete available collection of documents about a vital period of East Timor's history. and form an invaluable body of knowledge for the study, and legal prosecution, of crimes against humanity (<http://www.cavr-timorleste.org/en/archives.htm>).*

## **6.2. O acesso nos casos selecionados**

### **6.2.1. Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste**

O Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste está disponível ao público através da Universidade de Coimbra, com versões em Português e em Inglês. A plataforma está dividida em três 'frames', *Início*, *A Coleção CAMSTL*, e *Parcerias*.

Ao clicar em 'Início', o utilizador depara-se logo com uma hiperligação de acesso direto ao *Arquivo Público do Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste*. Ainda nesta 'frame', prossegue-se com uma apresentação do Centro, a sua história, uma abordagem aos projetos promovidos, com destaque para projetos relacionados com a investigação e o desenvolvimento do arquivo, desenvolvimento de parcerias na área da educação, a promoção de formação e aquisição de boas práticas em arquivos audiovisuais, e apoio

a projetos de realização de documentários e produções cinematográficas, relacionados com as Ciências Sociais.

Ao abrir a 'frame' *A Coleção CAMSTL*, como o próprio nome sugere, é apresentada a coleção do centro audiovisual.

A coleção Max Stahl de documentos audiovisuais sobre o Nascimento da Nação de Timor-Leste consiste em documentos considerados um registo chave de eventos que transformaram o destino de uma comunidade fora dos centros de poder e dos interesses normais numa causa comum de comunidades por todo o mundo. Estas são imagens e registos documentais da história de uma nova nação nascida em parte devido à sua transmissão através de milhões de ecrãs, e dos sofrimentos a uma escala que poucos poderiam imaginar. Timor Leste é a primeira nação a libertar-se através do poder das imagens audiovisuais. No século passado, os media audiovisuais possibilitaram uma voz global para aqueles que nunca antes tiveram educação ou a oportunidade para comunicar. Timor Leste foi um marco neste desenvolvimento<sup>44</sup>.

A coleção está organizada de forma cronológica, estando as cerca de 5.500 horas de vídeo distribuídas por cinco grandes áreas: Antes da Independência; Período entre 1999 e 2002 e Depois da Independência.

A área 'Antes da Independência' está por sua vez subdividida em oito subtópicos: A resistência armada e civil nas montanhas, aldeias e aglomerados populacionais do país; A resistência da Igreja dentro e fora de Timor-Leste; Vida religiosa diária, ritos e atividades da fé popular católica; Vida quotidiana durante a ocupação indonésia; Escolas indonésias bahasa de línguas; **Frente Diplomática e Solidariedade Mundial**; Debates nas

---

<sup>44</sup> Cf. <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/memory-of-the-world/register/full-list-of-registered-heritage/registered-heritage-page-6/on-the-birth-of-a-nation-turning-points/>

Nações Unidas, Parlamento Português e nas comunidades timorenses estrangeiras;  
**Protestos e iniciativas de grupos internacionais de solidariedade.**

A segunda grande área, 'Período entre 1999 e 2002', está subdividida em dez subtópicos: Ataques do exército indonésio e da milícia pro-indonésia; O cerco da UNAMET, últimos dias antes de abandonar Timor-Leste; A fuga para as montanhas de dezenas de milhares de pessoas; Vida nas montanhas, na expectativa de vida, ou de morte; A chegada das forças militares internacionais; O regresso dos timorenses das montanhas e da Indonésia; O Governo das Nações Unidas de Timor-Leste; Os timorenses dentro e fora do país antes da independência; Timor Ocidental: refugiados, milícias e homicídios na Indonésia; A celebração da Independência.

A terceira grande área 'Depois da Independência', trata sobretudo da criação de um país com estabilidade no período pós-independência.

Ao abrir a 'frame' *Parcerias*, o CAVMSTL promove-se a possíveis parcerias salientando a sua relevância histórica, patrimonial, linguística, etc.

#### *Como se processa o acesso?*

Apesar de grande parte do arquivo estar em livre acesso, a pesquisa requer autenticação. O investigador pode fazer a pesquisa livre, pode pesquisar através das três áreas principais, ou recorrer à pesquisa avançada. A pesquisa avançada pode ser realizada em português, inglês, ou tétum. Para uma melhor eficácia na recuperação da informação são disponibilizados campos como 'Data', 'Assunto', se o documento está disponibilizado em formato digital 'Digitalizado', 'Autor', 'Editor'.

**PESQUISA AVANÇADA**

|                   |         |            |                      |       |
|-------------------|---------|------------|----------------------|-------|
| Date              | =       |            | ID CAMSTL            |       |
| Tópiku            | todos   |            | Tipo                 |       |
| Digitalizado      | Sim     |            | Dokumentu nia Jéneru | todos |
| Arquivo           | todos   |            | Durasaun             | =     |
| Titulos           |         |            |                      |       |
| Deskritór sira    |         | Index      |                      |       |
| Partisipante sira |         | Index      | Pessoa               | Index |
| Genérico          |         | Index      | Editora              | Index |
| E                 | Ancient | Texto comp |                      |       |
| E                 | Ancient | Texto comp |                      |       |

**Mais critérios ...**

**Reiniciar** **Pesquisa**

**Figura 14: Caixa de pesquisa Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste**

Fonte: <https://www.uc.pt/camstl>

### 6.2.2. Clearing House for Archival Records on Timor

Ao aceder ao site o utilizador depara-se com sete 'frames': Home, Tetum, About, Collections, Timorese Archives, Chart e Donate.

About remete-nos para uma página dedicada aos objetivos e atividades desenvolvidas pelo CHART. O Clearing House for Archival Records on Timor assume como objetivo localizar, promover e garantir o acesso à informação relativa à questão de Timor-Leste, produzida entre 1974 e 2000, focando-se principalmente em arquivos privados e não governamentais australianos. Para além disso, assume também como objetivo promover o apoio australiano para o desenvolvimento institucional de arquivos em Timor-Leste. No que concerne às atividades desenvolvidas, estas consistem em: identificar coleções sobre Timor-Leste em arquivos privados australianos e promover o seu acesso e preservação; divulgar guias com a localização e conteúdo de arquivos públicos e privados relativos a Timor-Leste; promover o acesso a arquivos físicos que estão sob a tutela do CHART; disponibilizar informação online; fazer parcerias com instituições de índole cultural e educacional, com o objetivo de apoiar os arquivos; estabelecer relações com outras instituições de índole cultural e educacional com o objetivo de garantir o acesso aos documentos em formato digital e digitalizar e replicar os documentos físicos.

Avançando para a ‘frame’ Collections, percebe-se que as coleções estão agrupadas por cinco grandes categorias: CHART Collections, CHART Online, Online Archives, Public Collections e Other Collections. A CHART Collections, CHART Online e Online Archives têm acesso direto, enquanto isso, as Public Collections podem ser acedidas através dos sites institucionais disponibilizados no CHART, e as Other Collections estão em processo de tratamento ou discussão, pelo que ainda não estão disponíveis.

A CHART Collections integra a ACFOA Human Rights Office e os acervos de Gordon MacIntosh, David Scott e Andrew Macnaughtan Papers. O CHART Online integra, por sua vez, o Gordon MacIntosh Digital Archive, Solidarity Advocacy Newsletters, Bob Hannan – 1975 Photographs, Oliver Strowe – 1975 Photographs, e Friends of East Timor: Banners and Posters. Nos Online Archives surgem o Timorese Resistance Archive and Museum, Timor Online, ETAN US Compilations 1995/1996, National Security Archive, Companion to East Timor, NAA Balibo Documents, NAA Australian Indonesia relationship: Timor Records, Gough Whitlam e-Collection, e Penny Tweedie Photographs. Das Public Collections, fazem parte: a Australian National University, Charles Darwin University Library, McMaster University, National Archives of Australia, National Film and Sound Archive, National Library of Australia, University of Porto, State Library of NSW/Mitchell Library, University of Melbourne Archives, University of NSW/ADFA e Victoria University Library.

No que respeita a Other Collections, ainda em processo de tratamento, destaca-se: Antony Goldstone (UK), East Timor Relief Association, Friends of East Timor (West Australia), Hobart East Timor Committee, James Dunn, Rob Wesley Smith, Timor Information Service (Melbourne), Em discussão está atualmente o CIET (South Australia).

Praticamente pronto, faltando apenas a disponibilização do link, está o Jill Jolliffe Microship Archive.

Avançando para a ‘frame’ Timorese Archives, deparamo-nos com uma lista de arquivos timorenses, o Arquivo Nacional, a Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em

Timor-Leste, o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, Living Memory Project, National Library and Archive e o Resistance Museu and Archive.

Como aceder à informação?

O utilizador não carece de identificação para aceder à informação. se a informação pretendida for diretamente acessível a partir do CHAR, basta clicar no hiperlink correspondente à informação pretendida. Se a informação apenas estiver disponível a partir de instituições parceiras, basta ao utilizador clicar no nome da instituição, a autenticação aqui está sujeita a políticas da instituição em causa e partir daí percorrer o caminho até ao documento.

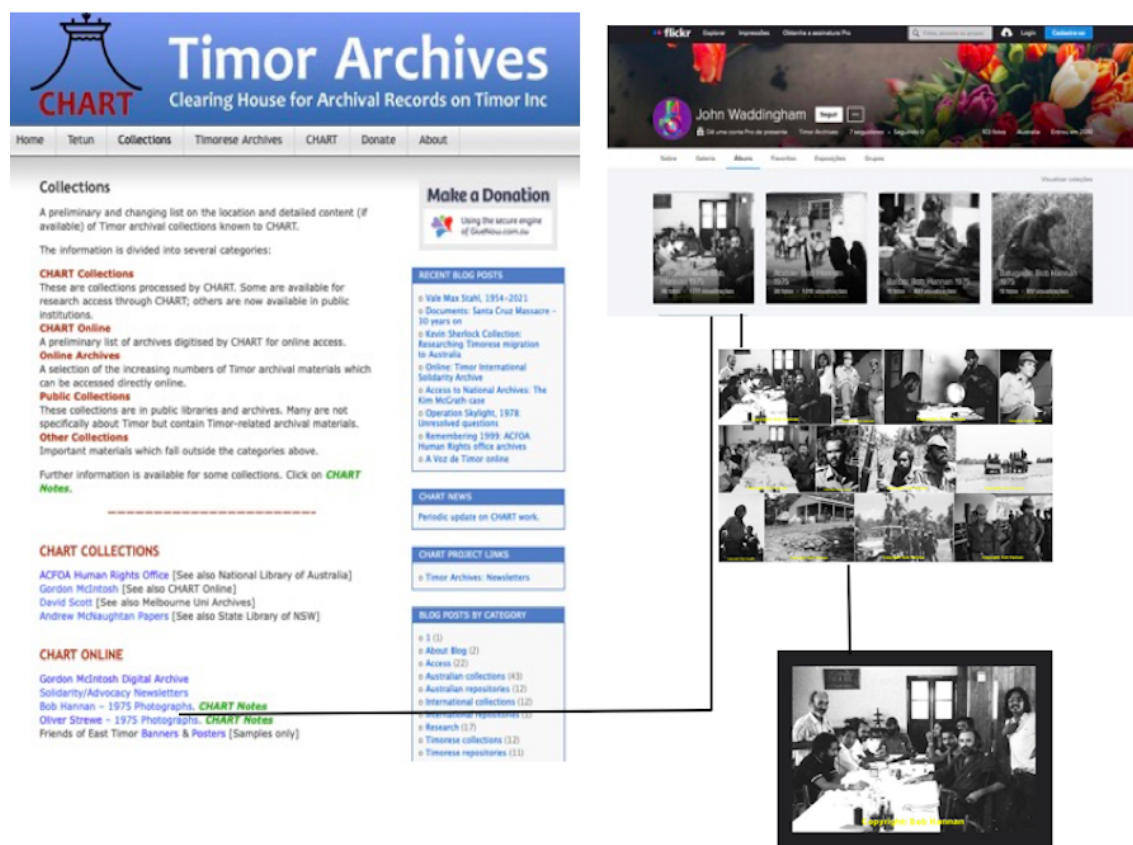


Figura 15: Acesso à informação de arquivos online a partir do CHART

Fonte: <https://timorarchives.wordpress.com>

### 6.2.3. Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste

A Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste revelou-nos algumas dificuldades. Ao abrir o site, o leitor depara-se com uma área de informação geral sobre o CAVR, e do lado esquerdo do ecrã, uma ‘frame’ com várias hiperligações, começando com a apresentação do Relatório Final Chega, a Produção da CAVR (cuja página atualmente não abre), Acolhimento, que remete o utilizador para informação sobre o programa da CAVR de Acolhimento e Apoio à Vítima. A terceira hiperligação remete para um outro programa da CAVR, o programa de Apuramento da Verdade, segue-se o programa Reconciliação (cuja página também não abre), segue-se uma hiperligação para uma lista de doadores documentais, e entre outras hiperligações, no final deparamo-nos com um problema, quando o utilizador abre a hiperligação ‘Arquivo’, percebe que os documentos não estão efetivamente disponíveis online. A CAVR está integrada num projeto da British Library (como já mencionamos previamente), denominado de “Programa de Arquivos em Risco”, com o objetivo de reproduzir em formato digital uma parte dos arquivos do CAVR, e posteriormente disponibiliza-los.

Munidos desta informação, consultámos o site da British Library, e constatamos que o projeto esteve dividido em duas fases, cada uma delas com a duração de 12 meses, tendo a primeira fase decorrido em 2005 e a segunda em 2008.

Os documentos não estão disponibilizados no site da CAVR, mas o utilizador encontra-os através da British Library, basta aceder ao *Programa Endangered Archives*, localizar East Timor. Estão disponibilizadas 4065 imagens em formato tiff, que no entanto têm acesso restrito, mediante autorização da British Library, o que se torna um obstáculo, dada a necessidade de acesso aos objetos digitais para a prototipagem da representação em grafo. Por outro lado, o acesso do utilizador aos documentos também não é o mais intuitivo, estando em falta uma hiperligação (ou uma indicação) à respetiva página da British Library.

LIBRARY

Browse Collections

ARCHIVES AND MANUSCRIPTS

Download finding aid

EAP250/1: Preserving East Timor's endangered archives: stage two (2)

EAP250/1/1: Strategic Management (2010)

EAP250/1/1/1: Advice (2010)

EAP250/1/1/2: Agreements and Legislation (2010)

EAP250/1/1/3: Meetings (2010)

EAP250/1/1/4: Plans (2010)

EAP250/1/1/5: Reports [2002-2005] (2010)

EAP250/1/1/6: Review (2010)

EAP250/1/2: Public Relations (2010)

EAP250/1/3: Truthseeking (2010)

EAP250/1/4: Victim support (2010)

Laporan kegiatan amnesty working group (2010)

More details

View digital version

Title:

Laporan kegiatan amnesty working group

Contents:

Description:

Report on the activities of CAVR's Amnesty Working Group. Physical Characteristics: Printed text, document complete, undamaged. Extent and format of original material: 3 page paper document. Author: Jose Caetano Guterres.

Collection Area:

Endangered Archives Programme

Reference:

EAP250/1/1/1/2

Creation Date:

2010

Extent:

1 TIFF image

Language(s):

Indonesian

Access Conditions:

Restrictions to access apply please consult British Library staff 2104

Conditions of Use:

Access is for research purposes only

Identifiers:

1348/380/2

©Copyright British Library

**Figura 16: British Library, Programa de Arquivos em Risco**

Fonte:

[http://hviewer.bl.uk/lamsHViewer/Default.aspx?mdark=ark:/81055/vdc\\_100023625618.0x000001&\\_ga=2.150888950.1906702670.1638156022-690323943.1638156022](http://hviewer.bl.uk/lamsHViewer/Default.aspx?mdark=ark:/81055/vdc_100023625618.0x000001&_ga=2.150888950.1906702670.1638156022-690323943.1638156022)

188

## **7. O ACESSO VIA PLATAFORMAS DIGITAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

### **7.1 Análise comparativa dos casos em estudo**

O passo seguinte consistiu em olhar para os casos em estudo, relevantes para a compreensão do processo de resistência e auto-determinação de Timor Leste e da relacionada constituição do acervo do APB, bem como projetos de referência, e mapear e comparar as plataformas digitais que os suportavam. Uma etapa determinante para a concepção de novos modelos de organização e representação da informação que possam garantir o acesso e uso continuado em rede, nomeadamente a partir de dados ligados.

Para o desenvolvimento de uma análise comparativa dos acervos presentes na Infosfera, consideramos aspetos como a designação do projeto, o país de origem, a instituição de acolhimento/desenvolvimento, data de criação, o modelo conceptual utilizado, a linguagem de modelação e a linguagem web utilizadas, a forma da representação da informação, os principais objetivos do projeto e a plataforma utilizada.

Assim, considerando os vários projetos mapeados, destacamos aqui dois planos distintos. Num primeiro plano analisamos os projetos desenvolvidos com a implementação de modelos concetuais.

### Projetos desenvolvidos e Modelos Concetuais implementados

| Projeto                                                                | País de origem | Suporte Institucional                                                                                                                                       | Modelo Concetual | Linguagem de Modelação      | Linguagem Web |
|------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------|-----------------------------|---------------|
| Desarquivo                                                             | Portugal       |                                                                                                                                                             |                  |                             |               |
| Entity and Property Inference for Semantic Archives                    | Portugal       | INESCTEC/Arquivo Nacional Torre do Tombo                                                                                                                    | CIDOC-CRM        | EAD                         | OWL           |
| Heritamus                                                              | Portugal       | Universidade Nova de Lisboa/ Universidade de Sevilha (Espanha)/ Centre National de Recherche Scientifique/ Centre de Recherche en Ethnomusicologie (França) | “Local ontology” | Actor-Network (ANT) toolbox | HTML-based    |
| ICON – Integração de Conteúdos                                         | Portugal       | INESCTEC/ DGLAB                                                                                                                                             | CIDOC-CRM        | EAD                         |               |
| Major Minors                                                           | Portugal       |                                                                                                                                                             |                  |                             |               |
| Museum of the World                                                    | Reino Unido    |                                                                                                                                                             |                  |                             |               |
| Pilote d’Interoperabilité pour des Autorités Archivistiques Françaises | França         | Arquivos Nacionais de França/ Serviço Interministerial de Arquivos de França/ Biblioteca Nacional de França                                                 | RiC-CM V 0.1     |                             |               |
| WarSampo                                                               | Finlândia      | Universidade de Helsínkia                                                                                                                                   |                  |                             |               |

**Tabela 2: Projetos desenvolvidos e Modelos Concetuais implementados**

| Projeto                                                                | Representação e Recuperação da Informação | Objetivos                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Plataforma utilizada                                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Desarquivo                                                             | Grafo de Conhecimento                     | Potenciar a pesquisa por entidades, organizações ou locais, com identificação de nós, a partir das notícias publicadas nos últimos 20 anos em jornais portugueses. Ferramenta disponibilizada em código aberto através da github.io (Vencedor do prémio Arquivo.pt 2020)                               | <a href="https://desarquivo.org/node/20/">https://desarquivo.org/node/20/</a>                                                       |
| Entity and Property Inference for Semantic Archives                    | Grafo de Conhecimento                     | Apresentar um protótipo de um novo modelo de dados para a descrição arquivística. Garantir a migração de dados descritos segundo a ISAD (G) para um modelo conceptual fundamentado numa ontologia.                                                                                                     | <a href="https://episa.inesctec.pt/">https://episa.inesctec.pt/</a>                                                                 |
| Heritamus                                                              | Grafo de Conhecimento                     | Preservação e gestão do património musical tangível e intangível, aplicando ferramentas digitais de um modo sustentável; Promover uma envolvimento direta do utilizador; Promover e investigar a relação entre a própria indústria fonográfica e as práticas culturais relativas ao Fado e ao Flamengo | <a href="https://heritamus.fcsh.unl.pt/index-pt.html">https://heritamus.fcsh.unl.pt/index-pt.html</a>                               |
| ICON – Integração de conteúdos                                         | Grafo de Conhecimento                     | Agregação de três sistemas distintos: DIGITARQ CRAV, Portal Português de Arquivos e Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                     |
| Major Minors                                                           | Grafo de Conhecimento                     | Contribuir a partir de uma componente ontológica para a representação das minorias em Portugal                                                                                                                                                                                                         | <a href="https://dados.gov.pt/pt/reuses/major-minors/">https://dados.gov.pt/pt/reuses/major-minors/</a>                             |
| Museum of the World                                                    | Grafo de Conhecimento                     | Divulgar a coleção do British Museum atravessando o espaço, o tempo e as culturas                                                                                                                                                                                                                      | <a href="https://experiments.withgoogle.com/the-museum-of-the-world">https://experiments.withgoogle.com/the-museum-of-the-world</a> |
| Pilote d'interopérabilité pour les Autorités Archivistiques françaises | Grafo de Conhecimento                     | Representação de metadados arquivísticos de diversas proveniências e perspetivas; Enriquecimento de relações, através da sua ampliação; Proporcionar um interface de pesquisa dinâmica através da utilização de grafos de conhecimento                                                                 | <a href="https://piaaf.demologilab.fr/">https://piaaf.demologilab.fr/</a>                                                           |
| WarSampo                                                               | Grafo de Conhecimento                     | Criar uma estrutura partilhada em Linked Open Data; Criar aplicações para o serviço Linked Open Data; Desenvolver ferramentas da Web Semântica                                                                                                                                                         | <a href="https://www.sotasampo.fi/en/">https://www.sotasampo.fi/en/</a>                                                             |

**Tabela 3: Projetos desenvolvidos e Modelos de Representação da Informação**

Os casos analisados nestas duas tabelas destacam-se e interessam-nos particularmente pelo facto de representarem a informação através de grafos de conhecimento. Todavia, interessam-nos particularmente o modelo concetual desenvolvido pelo ICOM, o CIDOC-CRM, bem como o modelo concetual desenvolvido pelo ICA, o RiC-CM, com as suas componentes ontológicas, a ArchOnto e a RiC-O. Estes dois modelos garantem-nos um vocabulário fiável e passível de reutilização na descrição de documentos arquivísticos, possibilitam a integração de documentos de diversas tipologias, e permitem, através da criação de grafos, a inter-relação de informação arquivística entre diferentes sistemas de informação.

O facto de ambos os modelos concetuais referenciados englobarem os princípios fundamentais das Normas Internacionais do Conselho Internacional de Arquivos, (ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDF e ISDIAH), permite o desenvolvimento de ontologias multifacetadas, que complementam em detalhe os modelos concetuais.

Debrucemo-nos, agora, sobre as instituições com informação sobre Timor-Leste.

Ao fazer o mapeamento dessas instituições deparamo-nos com algumas que tutelam apenas informação sobre Timor-Leste, como a CAVR, a CHART, o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, o Centro Nacional Chega, o Arquivo da Resistência Timorense, disseminado através da Fundação Mário Soares, o Arquivo Nacional de Timor-Leste, entre tantos outros. Mas não podemos deixar de parte outras instituições que não se dedicando exclusivamente à questão de Timor-Leste, albergam também acervos e documentos relevantes. Neste aspeto destacamos o National Security Archive nos EUA, os National Archives of Australia, o Whitlam Institute, a Australian National University, que disponibiliza nomeadamente o Noel Butlin Archives Centre com os Bill Tully Papers e a Kenneth Rivet Collection. Temos ainda a Charles Darwin University, a National Library of Australia, que alberga entre outros acervos os acervos de Jill Jolliffe e Bill Morrison. A State Library of New South Wales, a Timor-Leste Collection albergada pela Victoria University, o Dare Memorial Museum and Cafe, a British Library, que através do programa “Endangered Archives”, mais concretamente do projeto “Preserving East Timor's endangered archives (EAP032)”, em parceria com a CAVR, assumiu como

objetivo a preservação e o acesso a milhares de documentos que testemunham a história recente de Timor.

#### **Instituições com informação apenas relativa a Timor-Leste**

| <b>Projeto</b>                                          | <b>País de origem</b>    | <b>Organização/<br/>Estrutura</b>       | <b>Objetivos</b>                                                                                                                                                                                                                                  |
|---------------------------------------------------------|--------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Centro Audiovisual Max Stahl/<br>Timor-Leste            | Portugal/<br>Timor-Leste | Temático-<br>Funcional                  | Preservação da memória do povo timorense através da recolha de milhares de testemunhos e da disponibilização de documentos (em formato audiovisual) produzidos entre a década de 70 e 2001                                                        |
| Clearing House For<br>Archival Records on<br>East Timor | Austrália                | Temático/<br>Funcional                  | Localizar e promover a preservação e o acesso de informação sobre Timor-Leste particularmente a que se encontra em arquivos privados e não governamentais<br>australianos<br>Promover o desenvolvimento de arquivos institucionais em Timor-Leste |
| Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação        |                          |                                         | Promover o processo de reconciliação como parte integrante para a obtenção de justiça.                                                                                                                                                            |
| Timor International Solidarity Archive                  | Canadá                   |                                         | Promover a partilha e o acesso aos documentos de vários arquivos, contribuindo para a partilha e divulgação de informação sobre Timor-Leste, entre 1975 e 1999                                                                                    |
| Centro Nacional Chega – Da Memória à Esperança          | Timor-Leste              |                                         | Garantir a Implementação das Recomendações da Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação de Timor-Leste e da Comissão de Verdade e Amizade de Timor-Leste e Indonésia                                                                        |
| Arquivo da Resistência Timorense                        | Timor-Leste/<br>Portugal | Cronológica e<br>Temático/<br>funcional | Promover a preservação da memória e do Património Histórico Nacional, bem como a divulgação da luta pela resistência de Timor-Leste.                                                                                                              |
| Arquivo Nacional de Timor-Leste                         | Timor-Leste              |                                         | Preservar a Memória e a Identidade Nacional da República Democrática de Timor-Leste.                                                                                                                                                              |

**Tabela 4: Plataformas Digitais com informação apenas sobre Timor-Leste, projetos e objetivos**

| Projeto                                           | Acervos disponibilizados                                                                             | Plataforma Digital                                                                                                                                                                                                   | Software de Gestão Arquivística                                       | Ferramentas de Controlo de Autoridade               |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|
| Centro Audiovisual Max Stahl/ Timor-Leste         | Informação audiovisual produzida e coletada por Max Stahl e a sua equipa ao longo de mais de 25 anos | <a href="http://camstl.uc.pt/index.php">http://camstl.uc.pt/index.php</a>                                                                                                                                            | Archeevo                                                              | Descritores ideográficos e geográficos              |
| Clearing House For Archival Records on East Timor | Coleções CHART Arquivos Online Coleções Públicas Outras Coleções                                     | <a href="https://timorarchives.wordpress.com/collections-top/">https://timorarchives.wordpress.com/collections-top/</a><br><a href="https://www.chart-digital.info/items/">https://www.chart-digital.info/items/</a> | Blog em Wordpress<br>Timor Archives Newsletters OMEKA (CHART Digital) | Sem ferramentas de pesquisa                         |
| Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação  | CAVR Archives and Library                                                                            | <a href="http://www.cavr-timorleste.org/">http://www.cavr-timorleste.org/</a>                                                                                                                                        |                                                                       | Sem ferramentas de pesquisa                         |
| Timor International Solidarity Archive            | ACFOA Human Rights Office Collection Aksi Indonesia Solidarity Action                                | <a href="https://timorarchive.com/about">https://timorarchive.com/about</a>                                                                                                                                          | AToM                                                                  | Descritores ideográficos                            |
| Centro Nacional Chega – Da Memória à Esperança    | Chega Archives                                                                                       | <a href="https://centrochega.gov.tl/">https://centrochega.gov.tl/</a>                                                                                                                                                |                                                                       | Sem ferramentas de pesquisa                         |
| Arquivo da Resistência Timorense                  | Arquivo da Resistência Timorense                                                                     | <a href="http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_26">http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_26</a>                                                                                                                    | Casa Comum                                                            | Descritores ideográficos, onomásticos e geográficos |
| Arquivo Nacional de Timor-Leste                   | Arquivo Nacional de Timor-Leste                                                                      | <a href="https://antl.gov.tl/pt/inicio/">https://antl.gov.tl/pt/inicio/</a>                                                                                                                                          |                                                                       | (sem documentação disponibilizada online).          |

**Tabela 5: Plataformas Digitais com informação apenas sobre Timor-Leste, acervos disponibilizados**

## Outras Instituições com informação sobre Timor-Leste

| Instituição                                                 | Acervos disponibilizados                                                 | Plataforma Digital                                                                                                                                                                                                      | Ferramentas de Controlo de Autoridade              |
|-------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral | Timor Online                                                             | <a href="https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-de-recursos/documentacao/timor-online/">https://www.cidac.pt/index.php/o-que-fazemos/centro-de-recursos/documentacao/timor-online/</a>                     | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| National Security Archive                                   | National Security Archive's Indonesia / East Timor documentation project | <a href="https://nsarchive.gwu.edu/project/indonesia-documentation-project">https://nsarchive.gwu.edu/project/indonesia-documentation-project</a>                                                                       | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| National Archives of Australia                              | East Timor Files                                                         | <a href="https://www.naa.gov.au/explore-collection">https://www.naa.gov.au/explore-collection</a>                                                                                                                       | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| Whitlam Institute                                           | Whitlam Prime Ministerial Collection                                     | <a href="https://www.whitlam.org/collection">https://www.whitlam.org/collection</a>                                                                                                                                     | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| Noel Butlin Archives Centre                                 | Bill Tully Papers<br>Kenneth Rivet Collection                            | <a href="https://archives.anu.edu.au/collections/noel-butlin-archives-centre">https://archives.anu.edu.au/collections/noel-butlin-archives-centre</a>                                                                   | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| Charles Darwin University                                   |                                                                          | <a href="https://www.cdu.edu.au/library">https://www.cdu.edu.au/library</a>                                                                                                                                             | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| National Library of Australia                               | Jill Jolliffe Archive<br>Bill Morrison Archive                           | <a href="https://www.library.gov.au">https://www.library.gov.au</a>                                                                                                                                                     | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| State Library of New South Wales                            |                                                                          | <a href="https://collection.sl.nsw.gov.au">https://collection.sl.nsw.gov.au</a>                                                                                                                                         | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| Victoria University                                         | Timor-Leste Collection                                                   | <a href="https://www.vu.edu.au/library/about-the-library/special-collections-archives/timor-lestes-collection">https://www.vu.edu.au/library/about-the-library/special-collections-archives/timor-lestes-collection</a> | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |

|                               |                                             |                                                                                                                                           |                                                    |
|-------------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|
| Dare Memorial Museum and Cafe |                                             | <a href="https://www.timorleste.tl/listings/dare-memorial-museum-cafe/">https://www.timorleste.tl/listings/dare-memorial-museum-cafe/</a> | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |
| British Library               | Preserving East Timor's endangered archives | <a href="https://eap.bl.uk/project/EAP032">https://eap.bl.uk/project/EAP032</a>                                                           | Descritores onomásticos ideográficos e geográficos |

**Tabela 6: Outras plataformas digitais com informação sobre Timor-Leste**

Sistematiza-se, de seguida a grelha de análise a que se chegou.

**Tabela 7: Grelha de Análise**

| Variáveis de análise |                                                                                                                                                           | Casos seleccionados                     |                                     |                                         |                                     |                                     |
|----------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|-----------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Foco no utilizador   |                                                                                                                                                           | CDPB                                    | CAMSTL                              | CHART                                   | AMRST                               | TISA                                |
| Capacidades digitais | Ferramentas de pesquisa utilizadas (tags, seleção de pontos de acesso, hiperligações,...)                                                                 | Ideográfica<br>Onomástica<br>Geográfica | Ideográfica<br>Geográfica           | Sem ferramentas de pesquisa             | Ideográfica<br>Cronológica          | Ideográfica<br>Geográfica           |
|                      | Linguagem de pesquisa utilizada (termos de indexação arquivística/ linguagem natural)                                                                     | Termos de indexação arquivística        | Termos de indexação arquivística    |                                         | Termos de indexação arquivística    | Termos de indexação arquivística    |
|                      | Formato de visualização (em lista, gráfica, hierárquica, linked data,...)                                                                                 | Hierárquica                             | Em lista                            | Em lista                                | Hierárquica                         | Hierárquica                         |
| Acesso               | Facilidade de acesso                                                                                                                                      | Sim                                     | Sim                                 | Sim                                     | Sim                                 | Sim                                 |
|                      | Satisfação com resultados obtidos                                                                                                                         | Sim                                     | Sim                                 | Sim                                     | Sim                                 | Sim                                 |
|                      | Pesquisa (com a apresentação dos campos de pesquisa, disponibilização de ontologias, tipo de classificação utilizada, apresentação do objeto digital,...) | Apresentação dos campos de pesquisa     | Apresentação dos campos de pesquisa | Sem apresentação dos campos de pesquisa | Apresentação dos campos de pesquisa | Apresentação dos campos de pesquisa |

| Foco na informação |                                                                                                                                   |                                                                                                                                       |                                                                             |                        |                                                                           |                                          |
|--------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Estrutura          | Organização e Representação da Informação, (organização temático-funcional ou orgânico-funcional)                                 | Orgânico-Funcional                                                                                                                    | Temático-Funcional                                                          | Sem estrutura aparente | Temático - Funcional                                                      | Temático - Funcional                     |
|                    | Ontologia (Registos de autoridade, pontos de acesso, thesaurus, taxonomia)                                                        | Registos de autoridade; Pontos de acesso                                                                                              | Registos de autoridade; Pontos de acesso                                    | Sem apresentação       | Registos de autoridade; Pontos de acesso                                  | Registos de autoridade; Pontos de acesso |
|                    | Metainformação veiculada (autoria, destino, produção, datação, contextualização histórica e biográfica, localização, assunto,...) | Título; Produtor; Formato; Contextualização histórica e biográfica; Produtor; Data; Tipologia; Autor; Assunto; Localização; Linguagem | Título<br>Produtor<br>Assunto<br>Descrição<br>Data<br>Linguagem<br>Direitos |                        | Título<br>Produtor<br>Assunto<br>Data<br>Tipologia Documental<br>Direitos | Título<br>Produtor                       |
| Conteúdo           | Padronização dos termos de descrição                                                                                              | Sim                                                                                                                                   | Sim                                                                         | Não                    | Sim                                                                       | Sim                                      |
|                    | Níveis de descrição arquivística (linear, secção – subsecção – série – subsérie – documento composto – documento simples)...      | Linear                                                                                                                                | Linear                                                                      | Sem níveis             | Linear                                                                    | Linear                                   |
|                    | Normas Internacionais (descrição segundo as Normas ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH, ISDF (CPF), ISDIAH,...)                         | ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH, ISDF                                                                                                   | ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH, ISDF                                         |                        | ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH, ISDF                                       | ISAD (G), ISAAR (CPF), ISDIAH, ISDF      |

## **7.2 Discussão de resultados e perspectivas futuras**

Analisando os projetos com informação relativa a Timor-Leste, a primeira percepção é que há ainda um longo caminho a percorrer no que concerne ao tratamento da informação. Abordando as instituições que apenas disponibilizam informação sobre Timor-Leste, particularmente no período relativo aos processos de autodeterminação e independência, apenas dois projetos apresentam o tratamento da informação arquivística a um nível mais detalhado, a saber o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste e o Arquivo da Resistência Timorese. De salientar que um dos projetos está sediado em Portugal – Arquivo Nacional da Resistência Timorese (disponibilizado pela Fundação Mário Soares) – e o outro projeto, apesar de sediado em Díli, tem uma réplica armazenada e disponibilizada pela Universidade de Coimbra.

No que respeita aos metadados descritivos utilizados, neste segundo projeto, subdividem-se em oito categorias: identificação, títulos, datas, textos, indexação, direitos, línguas e gestão. Relativamente à indexação, apresenta descritores onomásticos, ideográficos e geográficos, possibilitando uma pesquisa por nome, assunto e localização. Verifica-se uma correspondência semântica entre alguns padrões Dublin Core, e o sistema de metadados presentes neste projeto, a organização segue uma índole temático/ funcional.

No Arquivo da Resistência Timorese, constatamos também uma correspondência entre os metadados descritivos utilizados e os padrões Dublin Core, a indexação utiliza apenas descritores ideográficos. Por sua vez, a organização assume-se como parcialmente cronológica e parcialmente temático/ funcional, temos 10.121 documentos distribuídos entre os anos da década de 70 e 2004, sendo que dentro de cada ano há uma divisão temático-funcional, temos ainda documentos distribuídos pelos seguintes temas: Biblioteca Digital, Fotografias, Entrevistas Tuba Rai Metin, Imprensa pós Independência, Resistência – Diversos e Vídeos AMRT.

A Clearing House for Archival Records on Timor, funcionando mais como um repositório de coleções, não apresenta ferramentas de indexação, nem correspondência semântica com linguagem Dublin Core.

A Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação tem um site bastante rudimentar, não estando disponibilizado online, apenas para consulta presencial.

O Timor International Solidarity Archive apresenta várias coleções, possibilitando a pesquisa por termos de indexação ideográficos, apresentando também alguma correspondência semântica com os padrões Dublin Core.

O Centro Nacional Chega – Da Memória à Esperança tem também um site bastante rudimentar, não apresentando ferramentas de pesquisa, nem qualquer correspondência semântica com os padrões Dublin Core, a mesma situação verifica-se no Arquivo Nacional de Timor-Leste.

### Correspondência semântica com elementos Dublin Core

| Elementos Dublin Core                                                                                                                                                                                                                  | Projetos                                          |                                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Título<br>2. Produtor<br>3. Assunto<br>4. Descrição<br>5. Publicação<br>6. Contribuição<br>7. Data<br>8. Tipologia<br>9. Formato<br>10. Identificador<br>11. Fonte<br>12. Linguagem<br>13. Relação<br>14. Cobertura<br>15. Direitos | Centro Audiovisual Max Stahl/ Timor-Leste         | 1. Título<br>2. Produtor<br>3. Assunto<br>4. Descrição<br>5. Data<br>6. Linguagem<br>7. Direitos |
|                                                                                                                                                                                                                                        | Clearing house for Archival Records on East Timor | Sem correspondência semântica                                                                    |
|                                                                                                                                                                                                                                        | Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação  | Sem correspondência semântica                                                                    |
|                                                                                                                                                                                                                                        | Timor International Solidarity Archive            | 1. Título<br>2. Produtor                                                                         |
|                                                                                                                                                                                                                                        | Centro Nacional Chega – Da Memória à Esperança    | Sem correspondência semântica                                                                    |
|                                                                                                                                                                                                                                        | Arquivo da Resistência Timorense                  | 1. Título<br>2. Produtor<br>3. Assunto<br>4. Data<br>5. Tipologia Documental<br>6. Direitos      |
|                                                                                                                                                                                                                                        | Arquivo Nacional de Timor-Leste                   | Sem correspondência semântica                                                                    |

**Tabela 8: Correspondência semântica com elementos Dublin Core**

A recolha e análise efetuados são um importante contributo para, por exemplo, conceber, posteriormente, a modelação conceptual que, focada nos conceitos e relações essenciais, represente de forma abstrata e independente da tecnologia o(s) sistema(s) ou domínio(s) em causa. O levantamento de projetos nesta temática efetuado na revisão de literatura e esta análise abrem, já, vários caminhos para a representação e implementação, constituindo exemplos, nomeadamente com o recurso a grafos de conhecimento que representam a informação de uma forma estruturada e interrelacionada.

Partindo da Teoria dos Grafos pretende-se demonstrar as relações existentes entre vários atores presentes, através de nós e arestas, que refletem essas relações. Veja-se a título de exemplo, uma representação a partir da designação dos partidos políticos timorenses, termos presentes entre outros no Timor International Solidarity Archive, no Arquivo da Resistência Timorense, na Clearing House for Archival Records on East Timor e no Sistema de Informação Barbedo de Magalhães.

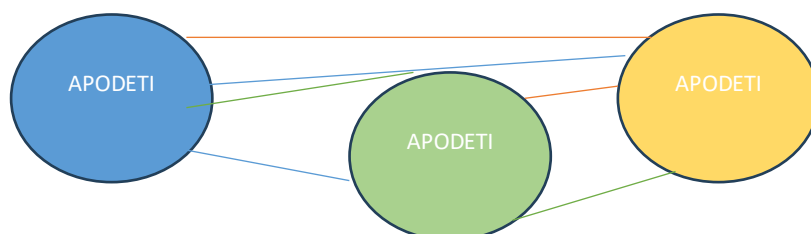


**Figura 17: Exemplo básico de relações**

O trabalho desenvolvido com o recenseamento, descrição e indexação do acervo do Professor Barbedo, incluindo agora as espécies fotográficas, permite a disponibilização de uma base informacional única para os passos que se deverão seguir, nomeadamente a nível institucional e de gestão, com a decisão de constituição do Centro de Documentação e da criação das bases para a constituição de uma Rede Internacional de Conhecimento e Memória sobre Timor-Leste e para a consequente compreensão do Processo de Resistência e Auto-determinação de Timor-Leste, bem como da ação incontornável do Professor Barbedo de Magalhães.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso desenvolvido e aqui sistematizado, é fruto da procura em dar uma resposta ao desafio que nos foi colocado desde que tivemos contacto com o Professor Barbedo de Magalhães e a sua vontade de disponibilizar a informação que produziu e compilou ao longo do tempo, associada ao apoio que deu à causa de Timor-Leste. Por isso, esta tese resulta, igualmente, dos vários os obstáculos com que nos deparamos.

O núcleo informacional analisado, o Arquivo Professor Barbedo (APB), é considerado um dos poucos núcleos informacionais agregadores de informação relativa aos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste.

Foi sofrendo incorporações entre a década de 70 e a primeira década do terceiro milénio, e também neste período foram sendo dados alguns passos para o tornar acessível ao público. O próprio Professor Barbedo manifestou esse desejo ao longo da sua vida e ele próprio foi promovendo a sua divulgação, quer através da participação em eventos, quer através da sua própria teia de relações e mesmo através de publicações da sua autoria.

Trata-se de um núcleo que, apesar das ações realizadas com o intuito de promover a sua organização, infelizmente, e apesar de vários esforços, ainda não está formalmente institucionalizado.

Até à data, por motivos que nos são alheios, não houve também ainda qualquer avanço com o intuito de criar o Centro de Documentação Professor Barbedo (de Magalhães).

Apostando numa visão sistémica, procurámos, através da aplicação do Método Quadripolar contribuir para um maior conhecimento do percurso do Professor Barbedo e do processo de constituição do acervo, bem como para o desenvolvimento de um modelo conceptual e de uma futura plataforma digital que projetem o acervo existente e suportem a constituição de uma Rede Internacional de Conhecimento e Memória sobre Timor-Leste.

Analisámos as ações já desenvolvidas com o intuito de organizar este núcleo informacional. Tal como Milena Carvalho, apostámos numa visão sistémica, no entanto,

divergimos desta autora quando assumimos o Sistema de Informação Pessoal como um sistema de topo, que subdividimos em duas secções, correspondendo cada uma a diferentes fases da vida, a Secção *Juventude* e a Secção *Adulter*. Na secção *Adulter*, separámos a faceta profissional da faceta diplomática e solidária, surgindo assim duas novas subsecções, a Subsecção Professor Catedrático, com datas de produção balizadas 1968 e 2013 e a Subsecção [Política e Solidariedade], com datas de produção situadas entre 1974 e 2007, sendo que esta secção dedicamo-la às iniciativas de solidariedade que se desenvolveram a favor dos processos de autodeterminação e independência de Timor-Leste. Atentando às relações estabelecidas, assim como à fase e à faceta da vida em que as iniciativas se desenvolveram, alocámos a esta subsecção seis subsistemas de informação, o *Subsistema de Informação Raúl de Brito*, o *Subsistema Américo Castanheira*, o *Grupo Coordenador para a Reformulação do Ensino em Timor* (1975-1967), a *Associação Paz e Justiça para Timor-Leste* (1985-2000), o *Sistema de Informação FEUP* (1982-1999), e o *IASI* (2000-2008). No *Sistema de Informação FEUP*, propusemos a criação de uma subsubsecção denominada “Comissão Organizadora para as Jornadas de Timor da Universidade do Porto” (COJTUP), já que foi através da Universidade do Porto, com o suporte do Reitor da Universidade do Porto, o Professor Doutor Alberto Amaral e do Pro Reitor para as Causas Sociais, o Professor Doutor Nuno Grande, que foi possível a criação da COJTUP, sendo a FEUP a instituição onde o Professor Barbedo de Magalhães desenvolveu a sua carreira profissional. É precisamente após o término da COJTUP que surge o IASI, tutelado pela Universidade do Porto. Esta perspetiva sistémica proporcionou-nos uma abordagem plurifacetada e multidimensional, permitindo-nos perceber a vasta teia de relações, tanto no campo pessoal como institucional, desenvolvida pelo Professor Barbedo de Magalhães em torno de Timor-Leste.

Assumindo-se, em Portugal, como uma personagem de destaque, na liderança (pela via diplomática), na luta pela independência e determinação de Timor-Leste, as suas ações permitiram-lhe estabelecer relações com uma vasta lista de entidades pessoais, que ganharam visibilidade em modelo de representação da informação que suportam a criação de grafos de conhecimento. Procedemos, ainda, a um mapeamento de

instituições com informação relativa a Timor-Leste, com o intuito de averiguar a viabilidade da ampliação do conhecimento sobre Timor através da constituição de uma rede informacional. Porém, deparámo-nos com um cenário bastante díspar no que respeita ao tratamento da informação arquivística, já que alguns núcleos têm um tratamento da informação bastante incipiente, ou até inexistente. Destacam-se três núcleos que refletem, no tratamento da informação, uma correspondência semântica com os elementos Dublin Core, assumindo-se como potenciais instituições parceiras para o desenvolvimento de um modelo para uma Rede de Memória, em que as ferramentas de inteligência Artificial poderão dar um contributo assinalável.

No que respeita ao tratamento da componente audiovisual do núcleo informacional Professor Barbedo [de Magalhães], que estava em falta, estão descritos e indexados 870 documentos. Procedeu-se ainda à incorporação e tratamento de um outro subsistema de informação, o subsistema José Basto, com 208 documentos simples.

Respondendo à questão de investigação que colocámos à partida (**Diante da dispersão física e digital da informação sobre a Resistência e Autodeterminação de Timor-Leste qual o modelo mais adequado para uma busca integrada e exaustiva?**) concluímos que a recolha e análise efetuadas ao nível de modelos conceptuais, projetos de conceção e implementação, bem como de entidades, acervos e plataformas digitais, a par do desenvolvimento da *timeline* dinâmica António Pinto Barbedo de Magalhães, constituem contributos fundamentais para alicerçar um modelo/modelos que possa(m) considerar a complexidade da problemática, eventos e atores, bem como refletir a densidade de relações existentes, colmatando a dispersão de informação e proporcionando uma busca integrada e exaustiva, por exemplo, através da representação da informação em grafos de conhecimento.

A constituição de um Centro de Documentação, seguida da aposta, numa primeira fase, em parcerias com o Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste, o Timor International Solidarity Archive e com o Arquivo e Museu da Resistência Timorense, são, também, passos futuros fundamentais.

Em suma, no início deste doutoramento propusemo-nos atingir três objetivos principais:

- Adoção de uma visão sistémica;
- Apresentação de uma proposta para um modelo de uma plataforma digital agregadora;
- Conceção de um ponto de partida para a futura criação de uma Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste.

Consideramos ter cumprido o primeiro e o terceiro objetivos, procedemos ao mapeamento e análise de modelos conceptuais, dos projetos similares e a análises comparativas multicasos, desenvolvemos também uma análise biográfica entre a relação do Professor Barbedo de Magalhães e Timor-Leste, um estudo cronológico dos acontecimentos em Timor-Leste, entre 1974 e 2001, e concluímos a descrição da informação audiovisual. Porém, não nos foi possível (ainda) avançar para o modelo e conceção do protótipo de plataforma, sendo este o próximo passo dado o diagnóstico realizado ao analisarmos e compararmos outras plataformas existentes em torno da informação produzida sobre Timor-Leste.

Como constatado, infelizmente não se conseguiram cumprir, até à data, todos os objetivos inicialmente propostos, talvez por demasiada ambição e inconsciência da necessidade de cumprir tarefas prévias. Todavia, considera-se terem sido lançadas as bases para a criação de um Centro De Documentação Professor Barbedo (de Magalhães) e para a criação de uma Rede Internacional de Memória sobre Timor-Leste.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1a Edición del Premio Iberarchivos de Investigación Archivística (2019). *Los Modelos Conceptuales de Descripción Archivística: um nuevo desafio el acceso y uso de la información de los archivos*. <https://www.iberarchivos.org/wp-content/uploads/2021/02/Los-modelos-conceptuales-de-descripción-archiv%C3%ADstica.pdf>

Alves, I. N.; Silva, M.A. (2016) Análise Diplomática da Autenticidade de Documentos de Arquivo Pessoal. *Páginas a&b*. S.3, (6), p. 84-96. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag6>.

Barbedo, F.; Runa, L.; Almeida, M. (2018). *Projeto ICON - Integração de CONteúdos para um novo modelo de descrição*[Comunicação apresentada em conferência]. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/1738>.

Bawden, D. Robinson, L. (2018). Curating the infosphere: Luciano Floridi's Philosophy of Information as the foundation for Library and Information Science. *Journal of Documentation*. 74, p. 2-17. [10.1108/JD-07-2017-0096](https://doi.org/10.1108/JD-07-2017-0096).

Brandão, M. D. (2018). *A Gestão da Informação e o Cidadão: proposta de um modelo infocomunicacional para um Município*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Institucional da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/112259>.

Breton, P.; Proulx, S. (1997). *A explosão da informação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Calhoun, C. (1994). Social Theory and the Politics of Identity. In Calhoun, C. (ed.) *Social Theory and the Politics of Identity* (pp. 10-34). Wiley-Blackwell. <https://www.wiley.com/enus/Social+Theory+and+the+Politics+of+Identity-p-9781557864734>.

- Carvalho, M. (2007). *Estudo de caso: Organização da Informação do Arquivo Pessoal Barbedo de Magalhães* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Digital de Publicações Científicas <http://hdl.handle.net/10174/23200>.
- Castells, M. (2001). *A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. [s.l.]: Zahar.
- Castells, M. (2007). O Espaço de Fluxos. In Castells, M. (ed.) *A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura* (vol.I), (pp.493-549). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003). A Construção da Identidade. In Castells, M. (ed.) *A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura* (vol.II), (pp.2-10). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003a). A Libertação Étnica: Raça, Classe e Identidade na Sociedade em Rede. In Castells, M. (ed.) *A Era da Informação: Economia Sociedade e Cultura* (vol.II), (pp.63-72). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CAVR (2020). Comissão Nacional Verdade e Reconciliação em Timor-Leste. <http://www.cavr-timorleste.org/en/archives.htm>.
- CAMSTL (2020). Centro Audiovisual Max Stahl Timor-Leste. <https://www.uc.pt/camstl>.
- CHART (2020). Clearing House for Archival Records on Timor. <https://timorarchives.wordpress.com>.
- Costa, R. (2016). *Infocomunicação mediada tecnologicamente nas experiências cicláveis: o caso da Murtosa ciclável* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Aveiro. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/18625>.
- Delsalle, P. (1997) *Une histoire de l'archivistique*. Québec: Presses de L'université du Québec.
- Derrida, J. (1995) *Mal d'Archives*. Paris: Editions Galilé.

- Durand, F.; Doyt, S. (2016). Crónica de uma anexação hesitante: a invasão do Timor Português pela Indonésia 1974-1976. In Feijó, Rui Graça (ed.) *Timor-Leste: Colonialismo, Descolonização, Lusotopia* (pp. 329-351). Porto: Edições Afrontamento. 978-972-36-1469-5.
- Eito-Brun, R. (2012). Context-based aggregation of archival data: the role of authority records in the semantic landscape. *Archival Science*, v. 15, n. 3, p. 217-238. 10.1007/s10502-014-9215-3
- Eito-Brun, R. (2016). Remote access to EAC-CPF context and authority records for metadata indexing: a solution based on open information retrieval standards. *Archival Science*, v. 16, n.2, p. 149-165. <https://doi.org/10.1007/s10502-014-9239-8>
- Favier, J. (1959). *Les Archives*. Paris: PUF.
- Fernández Marcial, V.; Esteves Gomes, L. Marques, M. B. (2015). Perspetiva Metodológica em Sistemas de Informação Complexos. *Páginas a&b*, 3 (4), 3-21. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasieb/article/view/995>
- Fernandes, M. S. (2006). O Timor Português na Política Externa de Suharto: o Regresso ao Status Quo Ante, 1965-1974. *Negócios Estrangeiros*, 9(1), 272-338. 2184-4925. [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/326/1/20856\\_1645-1244\\_2007\\_010\\_002\\_00272-00338.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/326/1/20856_1645-1244_2007_010_002_00272-00338.pdf)
- Fernandes, M. S. (2007). A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975. *Negócios Estrangeiros*, 10, 90-171. 2184-4925. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/327>
- Figueirido, F. (2015). Da descolonização inacabada ao limiar da independência. *Povos culturas*, 20, 275-298. file:///Users/elisabetecosta/Downloads/ojs\_admin,+a14-1.pdf
- Floridi, L. (2016). Semantic Information. In Floridi, L. (ed.) *The Routledge Handbook of Philosophy of Information* (pp. 44-50). Oxon/ Nova Iorque: Routledge.

- Freitas, N. (2019) *ArchGraph: Desenho e concepção de um protótipo vertical de infraestrutura para arquivos semânticos* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/122260>.
- Gandon, F. (2018). A Survey of the First 20 Years of Research on Semantic Web and Linked Data. *Revue des Sciences et Technologies de l'Information*. ISI, 23 (3-4). <https://hal.inria.fr/hal-01935898/document>.
- Gleick, J. (2012). *Informação: uma história, uma teoria, um dilúvio*. Lisboa: Temas & Debates, Circulo de Leitores.
- Gomes, J. (2010). A Internacionalização da questão de Timor-Leste. *Relações Internacionais* (25). [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992010000100007](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000100007).
- Gouveia, L.; Silva, A. (2020). A Infocomunicação ou a convergência das Ciências da Informação e da Comunicação para um objeto comum. Páginas a&b, S.3 (n.º especial). <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/7814/7171>
- Grim, P. (2016). Modeling Information. In Floridi, L. (ed). *The Routledge Handbook of Philosophy of Information* (pp. 137-153). Oxon/ Nova Iorque: Routledge.
- Handy, C. (2015). The seductions of Infosphere. *Harvard Business Review*. <https://hbr.org/2015/07/the-seductions-of-the-infosphere>.
- Heritamus (2018). <https://heritamus.fcsh.unl.pt>.
- Inesctec (2017). *ICON – Integração de Conteúdos*. <https://www.inesctec.pt/pt/projetos/icon#people>.
- Inesctec (2019). *EPISA*. <https://www.inesctec.pt/pt/projetos/episa#intro>.
- Instituto Português de Museus (2000). *Normas Gerais: Artes Plásticas e Artes Decorativas*.

[http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP\\_AD\\_NormasGerais.pdf](http://www.matriznet.dgpc.pt/matriznet/Download/Normas/AP_AD_NormasGerais.pdf).

International Council on Archives (2000). *International Standard for Archival Description*.

[https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS\\_2000\\_Guidelines\\_ISAD%28G%29\\_Second-edition\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2000_Guidelines_ISAD%28G%29_Second-edition_PT.pdf).

International Council on Archives (2003). *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*.

[https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS\\_Guidelines\\_ISAAR\\_Second-edition\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_Guidelines_ISAAR_Second-edition_PT.pdf)

International Council on Archives (2007). *International Standard for Describing Functions*.

[https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS\\_2007\\_Guidelines\\_ISDF\\_First-edition\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf)

International Council on Archives (2008). *International Standard for Archival Institutions with Authority Holdings*.

[https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS\\_2008\\_Guidelines\\_ISDIAH\\_First-edition\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2008_Guidelines_ISDIAH_First-edition_PT.pdf)

International Council on Archives (2016). *Records in Context: a conceptual model for Archival Description V. 0.1*. [s.l.].

<https://www.ica.org/sites/default/files/RiC-CM-0.1.pdf>

International Council on Archives (2019). *Records in Context: a conceptual model for Archival Description V. 0.2*. [s.l.].

[https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-0.2\\_preview.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ric-cm-0.2_preview.pdf)

International Council on Archives (2021). *Records in Context: a conceptual model for Archival Description V. 0.2*. [s.l.]. <https://www.ica.org/en/call-for-comments-on-ica-ric-cm-02>

International Council on Archives (2023). *Records in Context: a conceptual model for Archival Description V. 1.0* [s.l.] <https://www.ica.org/app/uploads/2023/12/RiC-CM-1.0.pdf>

International Council on Archives (2019). *Records in Context-Ontology*. [s.l.] [https://www.ica.org/standards/RiC/RiC-O\\_v0-1.html](https://www.ica.org/standards/RiC/RiC-O_v0-1.html)

International Council on Archives. *Semantizing and visualising archival metadata\_ the PIAAF French prototype online\_ International Council on Archives\_ the french case*. <https://www.ica.org/en/semantizing-and-visualising-archival-metadata-the-piaaf-french-prototype-online>.

International Council of Museums; International Committee for Documentation (2020). CIDOC-Conceptual Reference Model. [s.l.]. <http://www.cidoc-crm.org/versions-of-the-cidoc-crm>.

International Federation of Library Associations and Institutions (2010). *Functional Requirements for Subject Authority Data: A Conceptual Model*. [s.l.]. <https://www.ifla.org/files/assets/classification-and-indexing/functional-requirements-for-subject-authority-data/frsad-final-report.pdf>.

International Federation of Library Associations and Institutions (2011). *International Standard Bibliographic Description*. [https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/isbd/isbd-cons\\_20110321.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/isbd/isbd-cons_20110321.pdf).

International Standard Organization (1986). ISO 8879 : Information processing – Text and office systems – Standard Generalized Markup Language. <https://www.iso.org/standard/16387.html>.

International Standard Organization (2008). ISO 2709 : *Information and Documentation-Format for Information Exchange*. <https://www.iso.org/standard/41319.html>.

International Standard Organization (2014). ISO:21127 : Information and documentation - A reference ontology for the interchange of cultural heritage information. <https://www.iso.org/standard/57832.html>.

International Standard Organization (2017). ISO:5127 : *Information and documentation-Foundation and vocabulary*. <https://www.iso.org/standard/59743.html>.

Justino, A.; Cardoso, R. (2012). *A harmonização normativa em instituições de memória: os desafios e dificuldades na interoperabilidade*[Comunicação apresentada em conferência]. Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. <https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/435>.

Koch, I. (2019). *Estudo de Mapeamento entre a ISAD/ISAAR e o Modelo CIDOC-CRM para a Descrição de Objetos Culturais da Torre do Tombo*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/122079>

Koch, I.; Freitas, N.; Ribeiro, C.; Lopes, C.; Silva, J. (2019). *Knowledge Graph Implementation of Archival Descriptions Through CIDOC-CRM*. [Comunicação em Conferência]. 23rd International Conference on Theory and Practice of Digital Libraries (TPDL). Oslo, Noruega. [https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=385469](https://sigarra.up.pt/fpceup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=385469)

Koch, I.; Ribeiro, C.; Lopes, C. (2020). *ArchOnto, a CIDOC-CRM-Based Linked Data Model for the Portuguese Archives*. [Comunicação em Conferência]. Digital Libraries for Open Knowledge - 24th International Conference on Theory and Practice of Digital Libraries, TPDL 2020. Lyon, França. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/133325>

- Llanes Padrón, D. (2016). *La descripción archivística en los tiempos posmodernos: conceptos, principios y normas*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Llanes-Padrón, D.; Moro-Cabero, M. (2017). Records in contexts: A new model for the representation of archival information in semantic web scenarios. *El Profesional de la información*, v. 26, n. 3, p. 525-53. <https://revista.profesionaldelainformacion.com/index.php/EPI/article/view/epi.2017.may.19/35788>.
- Llanes-Padrón, D; Pastor-Sanchez, J. A. (2017). Records in contexts: the road of archives to semantic interoperability. *Program: Program-Electronic Library and Information Systems*, v.51, n. 4, p. 387-405. <http://eprints.rclis.org/31993/1/record-in-context-ontology-paper-revised.pdf>.
- Lourenço, N. (2002). A ala portuguesa da resistência timorense. *Público*. <https://www.publico.pt/2002/05/19/jornal/a-ala-portuguesa-da-resistencia-timorense-170646>
- Justino, A. C. (2013). *O desafio da homogeneização normativa em Instituições de Memória: proposta de um modelo uniformizador e colaborativo*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/10444>.
- Le Coadic, Y. (1996). L'usage de l'information et des systèmes d'information. In Le Coadic, Y. (ed.) *Usages et usagers de l'information*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Le Coadic, Y. (1997). La Science de l'Information. In Le Coadic, Y. (ed.) *La Science de l'Information* (pp.31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Le Goff, J. (1990). *História e Memória*. Campinas: Unicamp.
- Le Goff, J. (1984). Memória. In ENCICLOPÉDIA Einaudi: Memória- História (pp.11-50). Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Leach, M. (2019). The future of East Timorese nationalism. In Andrew MacWilliam & Michael Leach (Eds.), *Routledge Handbook of Contemporary Timor-Leste* (p.72-84). London: Routledge.
- Leach, M. (2019a). The Distinctive Character of East Timorese Nationalism. *Bulletin of the National Museum of Ethnology* (pp. 283–300), 43(3). 10.15021/00009341.
- Lee, T. B.; Hendler, J.; Lassila, O. (2001). The Semantic Web. *Scientific American*.  
[https://www.sop.inria.fr/acacia/cours/essi2006/Scientific%20American\\_%20Feature%20Article\\_%20The%20Semantic%20Web\\_%20May%202001.pdf](https://www.sop.inria.fr/acacia/cours/essi2006/Scientific%20American_%20Feature%20Article_%20The%20Semantic%20Web_%20May%202001.pdf).
- Leitão, A. (2015). As relações entre Portugal e Timor-Leste: da descolonização aos desafios no pós-intervencionismo. In Freire, M. R. (coord.) *Consolidação da Paz e a sua sustentabilidade: as Missões da ONU em Timor-Leste e a contribuição de Portugal*. (pp.67-95). [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7\\_3](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0890-7_3).
- Luciano, F. (2016). *The Routledge Handbook of Philosophy of Information*. Londres: Routledge.
- Luna, M. I. (2011). *Incorporação e desincorporação em museus: história, realidade e perspectivas futuras*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa].  
<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3129/1/IncDesincMuseus-MILuna.pdf>.
- Maculan, B.; Lima, G. (2017). Buscando uma definição para o conceito de “conceito”. *Perspetivas em Ciência da Informação*, (22).  
<http://www.scielo.br/j/pci/a/5F7BjgVMJnBFsNHnsMTcMzM/?lang=pt>.
- Magalhães, A. P. B. (2001). O Movimento Pró-Democracia Indonésio e a Solidariedade Internacional: sua importância para a autodeterminação de Timor-Leste. *Povos e Culturas*, (7) (pp.73-117).  
[http://icm.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS\\_7.pdf](http://icm.fch.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/CEPCEP/POVOS%20E%20CULTURAS_7.pdf).
- Magalhães, A. P.B. (2007). *Timor-Leste - Interesses internacionais e actores locais*. Porto: Afrontamento.

- Mastropierro Tellechea, Maria del Carmen (2007). *Archivos privados: fundamentos y gestión documental* [Comunicação apresentada em conferência]. Congreso de Archivologia del Mercosur. Eje Gestión Documental, VII.
- Mendo Carmona, C. (1995). El largo camino de la archivística: de pratica a la ciência. Signo: Revista de historia de la cultura escrita. Alcalá: Universidad del'Alcalá (vol.2).
- Netto, C.; Dobedei, V. (2017). Informação e Memória: trajetória do GT10 da Ancib e o impacto dos estudos culturais na CI. In Oliveira, E. B.; Rodrigues, B. M. (org.) Memória: interfaces no campo da informação (pp. 47-70). doi: 10.7476/9788523013479.
- Posner, E. (1972). *Archives in ancient world*. Cambridge: Harvard University Press.
- Ramalho, M. (2010). *Desarquivo*. <https://msramalho.github.io/desarquivo/>
- Ribeiro, F. (2004). *Informação: um campo uno, profissões diversas?*. [Comunicação apresentada em conferência]. Congresso Nacional de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas.  
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/674>
- Ribeiro, F. (2005). *Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?*. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/9019/2/4937.pdf>.
- Ribeiro, F. (2008). *Medicina e Ciência da Informação : uma abordagem integradora e interdisciplinar* [Comunicação apresentada em conferência]. Colóquio Internacional A Medicina na Era da Informação, p. 111-125. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/14090>.
- Ribeiro, F. (2009). O papel mediador da Ciência da Informação na construção da Sociedade em Rede. In Freire, G. H. A. (ed.). *A responsabilidade social da Ciência da Informação* (pp. 21-38). <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26612/2/FRibeiopapelmediadorCI000108385.pdf>.

- Ribeiro, F. (2017). Memória, Informação e Ciência da Informação: relações e interdependências. In Oliveira, E. B.; Rodrigues, B. M. (org.) *Memória: interfaces no campo da informação* (pp. 102-131). 10.7476/9788523013479.
- Riva, P. (2016). On the new conceptual model of the bibliographic universe: the FRBR Library Reference Model. *AIB Studi*, v. 56, n. 2. [10.2426/aibstudi-11480](https://doi.org/10.2426/aibstudi-11480).
- Riva, P.; Oliver, C. (2012). Evaluation of RDA as an Implementation of FRBR and FRAD. *Cataloging & Classification Quarterly*, v. 50, n. 5/7, p. 564-586. [10.1080/01639374.2012.680848](https://doi.org/10.1080/01639374.2012.680848).
- Rodriguez Bravo, B. (2002). El Documento: Concepto et Tratamiento. In Moran Suarez, M. A. *La documentación para la investigación: homenaje a José Antonio Martín Fuertes*. Vol. 2, p.467-486. <http://buleria.unileon.es/handle/10612/8857>.
- Schellenberg, T. R. (2006). *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Silva, A.M. (1999). *Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. M. (2005). Documento e documentos. *Arquivo & Administração*, vol. 4, 2, p. 5-32. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/26684>.
- Silva, A.M. (2009). Política de Catalogação para as Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. <http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Documentacao/Documents/PoliticaCatalogacaoDGLBfev2009.pdf>
- Silva, A.M. (2010). Acesso e Uso da Informação. In Silva, A.M.; Ribeiro, F. *Recursos de Informação: Serviços e Utilizadores* (pp. 77-95). Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, A. M. (2014). *Documento e Informação: as questões ontológica e epistemológica*. In Universidade do Porto (ed.) *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. I, p. 327-355. Repositório Institucional da Universidade do Porto <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8742>

- Silva, A.M.; Ribeiro, F. (2012). Information Science and Philosophy of Information: Approaches and Differences. In Demir, H. (ed.). *Luciano Floridi's Philosophy of Technology: Critical Reflections* (pp. 169-187). 10.3390/info2020327.
- Silva, A.M. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível. *Cadernos BAD*, 2, p.103-125.  
<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/1486/1272>.
- Smajevic, Muhamed (2021). *From Conceptual Models to Knowledge Graphs: A generic model transformation platform*. [Comunicação apresentada em conferência]. 2021 ACM/IEEE International Conference on Model Driven Engineering languages and systems companion (MODELS-C) – Tools and demonstrations track, 2021.
- Sousa, D. F. (2018). *A Ocupação Indonésia e a Resistência Timorense (1975-2002)*. [Tese de Doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Institucional do ISCTE-IUL.  
[https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/18850/1/phd\\_domingos\\_jesus\\_sousa.pdf](https://repositorio.iscteul.pt/bitstream/10071/18850/1/phd_domingos_jesus_sousa.pdf).
- TVU (2017). Apresentação do Arquivo Professor Barbedo Magalhães.  
<https://tv.up.pt/videos/9vygndso>.
- Ventura, M. (2011). *O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade do Porto.
- Vivás Moreno (2004). El tiempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidad histórica. *Ciência da Informação*.  
<https://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a10v33n3.pdf>.
- Yin, R. K. (2019). *Case Study Research and Applications: Design and Methods* [ebook]. SAGE Publications, Inc. <https://books.google.pt/books?id=uX1ZDwAAQBAJ&hl=pt-PT>.

## **Anexos**

## **Anexo 1**

### **Testemunho do Padre Bernardino de Queirós Alves da Comunidade de Mozelos/ Lourosa**

Nascido em 1944, o Padre Bernardino de Queirós Alves foi ordenado Sacerdote a 7 de julho de 1974, assumindo posteriormente as paróquias de Mozelos, Lourosa e Sermonde. Desde muito cedo se começou a envolver e a promover a formação de grupos de solidariedade, incluindo grupos de solidariedade com Timor-Leste. Foi nesse contexto que acabou por conhecer o Professor Barbedo de Magalhães.

“Conheci-o num contexto de haver um grupo aqui na nossa região, esse grupo era de solidariedade com Timor-Leste e foi quase por assim dizer, o primeiro grupo que se constituiu aqui no norte, que eu conhecesse, a organizar atividades constantes. Era de facto o grupo que andava à volta do Barbedo.

Ele tinha muitos contactos internacionais! Depois com o Ramos-Horta tivemos aqui um trabalho local muito interessante, que se fez com o grupo de jovens, fomos solidários com Timor-Leste de muita forma, fizemos ações de esclarecimento com os timorenses de cá, com danças e espetáculos, inclusivamente houve uma homenagem ao Ramos-Horta na nossa zona, aqui em Lourosa (outra paróquia onde eu também colaborava), existe uma estátua de Ramos-Horta, resultante dessa homenagem que lá se fez.

Há que explorar bem o grupo que rodeava o Professor Barbedo, que coincidia muitas vezes com pessoas presentes na Amnistia Internacional, mesmo aqui em Lourosa, houve um grupo também relacionado com a Amnistia Internacional muito dinâmico e que estava também ligado à questão de Timor-Leste. O trabalho começou como um trabalho de base. O Professor Barbedo juntou-se em Lourosa ao grupo que existia e depois ligou-se também à Pasteleira, com o Padre José Batista (Associação Paz e Justiça para Timor-Leste). Aqui, o Américo Castanheira, que é uma peça fundamental nestes primeiros tempos e trabalhava quase semanalmente com o Barbedo à volta destas coisas, dinamizou muita coisa, incluindo a homenagem a Ramos-Horta, em Lourosa. O Professor Barbedo tinha o apoio do Reitor Alberto Amaral (que foi um grande dinamizador da questão de Timor-Leste), mas sempre com o grande apoio do Professor

Nuno Grande (Pro Reitor). Fez-se um trabalho pioneiro! As atividades desenvolvidas levaram ao estabelecimento de algumas relações. Por exemplo, dada a instabilidade e a insegurança que se vivia em Timor-Leste, chegaram a estar no Centro Maranatha (em Lourosa), familiares de Ramos-Horta.

Passamos depois para uma fase de âmbito muito mais alargado, entrando no campo internacional, com as discussões com a Indonésia, e acabou por se alargar também para o nível internacional as atividades desenvolvidas cá, e aí, foi crucial o apoio da Universidade do Porto, na pessoa do Professor Doutor Alberto Amaral, para atrair diversas individualidades, que participaram em debates e em diversas atividades.

O elo de ligação entre as duas comunidades paroquiais (de Mozelos e Lourosa), é porque eram vizinhos, amigos uns dos outros, (existe essa proximidade natural entre os cristãos), e eu colaborava como pároco, em Lourosa e em Mozelos (tinhas as duas paróquias), e então trabalhava numa e noutra, os trabalhos com os jovens também estavam ligados às duas e Mozelos e Lourosa era quase a mesma coisa.”

Sermonde, outubro de 2022

## Anexo 2

### Entrevista a Américo Castanheira

Envolvendo-se desde muito jovem na questão de Timor-Leste, Américo Castanheira começou por coordenar o grupo de Solidariedade Cristã Casal do Monte, paróquia de Grijó, estando mais tarde, em 1988, envolvido na fundação do Grupo Maranatha, que viria a ter uma relação muito próxima com Timor-Leste. No ano seguinte, tendo conhecido o Professor Barbedo de Magalhães, participa nas Primeiras Jornadas de Timor da Universidade do Porto, dando a início a uma amizade que manteriam ao longo da vida.

1. Boa tarde senhor Américo, sabemos que a dada altura esteve de alguma forma ligado às comunidades paroquiais de Mozelos e Lourosa, com o desenvolvimento de diversas atividades em prol da questão de Timor-Leste, entregando depois um conjunto de documentos por si reunidos, ao Professor Barbedo de Magalhães. Como travou conhecimento com o Professor Barbedo? E quando?

**Américo Castanheira:** Conheci o Professor Barbedo em 1989, aquando da realização das I Jornadas de Timor da Universidade do Porto.

2. A documentação entregue ao Professor Barbedo aparece associada às comunidades paroquiais de Mozelos e Lourosa, essa documentação está de alguma forma relacionada com o grupo de solidariedade cristã Maranatha?

**Américo Castanheira:** Na verdade, antes do grupo Maranatha, existia o grupo de solidariedade cristã Casal do Monte, que eu coordenei durante cinco anos, o Centro Maranatha acabou por surgir em 1988.

3. Sabemos que entretanto deixou essas comunidades paroquiais...

**Américo Castanheira:** Sim, em 1991, todavia não abandonei a solidariedade.

4. Como começou a relação com a questão de Timor-Leste?

**Américo Castanheira:** No Centro Maranatha desenvolviam-se imensas atividades de cariz solidário, havia um convénio de acolhimento com a Igreja Católica relativamente a estudantes africanos, expandimos esse acolhimento, e cheguei a receber na minha casa familiares de Ramos-Horta.

5. Pode falar-nos um pouco sobre as atividades (relacionadas com a solidariedade), desenvolvidas por si e pelo Centro Maranatha?

**Américo Castanheira:** Claro, uma das atividades com maior destaque deu-se em 1992, quando promovemos uma manifestação em Paris, durante uma reunião de países da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), onde estava também presente a Indonésia. Ainda antes de conhecer o Professor Barbedo, em 1986, fundei um grupo relacionado com a Amnistia Internacional, o Grupo Portugal 14.

6. Em 1991 deixa o Centro Maranatha, mas não deixa a solidariedade?

**Américo Castanheira:** De facto, em 1991 deixo o Centro Maranatha, mas continuo a colaborar com o Professor Barbedo nas suas diversas iniciativas, e com o apoio do Centro.

7. Destacaria alguma figura como fonte de inspiração para desenvolver esse trabalho solidário?

**Américo Castanheira:** Sim, o Dom Martinho da Costa Lopes, que foi a minha grande inspiração e o grande impulsionador no que respeita ao estabelecimento da rede de contactos dentro da Igreja Católica.

Porto, outubro de 2022

## **Anexo 3**

### **Testemunho do Padre José Lopes Batista**

O Padre José Lopes Batista nasceu em 1947, sendo ordenado Sacerdote a 9 de julho de 1972. Assumiu a Paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, na Pasteleira (Porto), entre 1975 e 2011. Conheceu o Professor Barbedo de Magalhães no final da década de 70. Juntos desenvolveram diversas iniciativas em prol de Timor-Leste, com destaque para a Associação Paz e Justiça para Timor-Leste, encontrando, em conjunto, um caminho para colocar a questão de Timor-Leste na agenda da Igreja. Foi uma presença assídua nas diversas iniciativas de solidariedade desenvolvidas pelo Professor Barbedo de Magalhães.

“Conheci o Professor Barbedo entre 1976 e 1977. Nessa altura, uma congregação religiosa sediada em Timor-Leste, escreveu uma carta-grito, e o Professor Barbedo deslocou-se a minha casa para dar a conhecer a carta e perguntar o que se poderia fazer no seio da Igreja. Começamos então a preparar a Associação Paz e Justiça para Timor-Leste (APJTL), para se dirigirem aos senhores bispos e cristãos sobre Timor e tentar despertar a consciência da Igreja.

O Professor Barbedo também encontrou aí um espaço para se expressar de forma mais livre, tendo mais tarde chegado mesmo à presidência da Associação.

Como a APJTL se assumiu como o elo de ligação com a Igreja, quando regressa de Timor, Dom Martinho da Costa Lopes dá a sua primeira palestra em Portugal, na nossa sede na Igreja da Pasteleira, Porto. O nível de atuação da APJTL foi-se expandindo para além da esfera da Igreja, e chegamos a ser recebidos pelo “Encarregado de negócios para Timor-Leste” do Governo de Mário Soares.

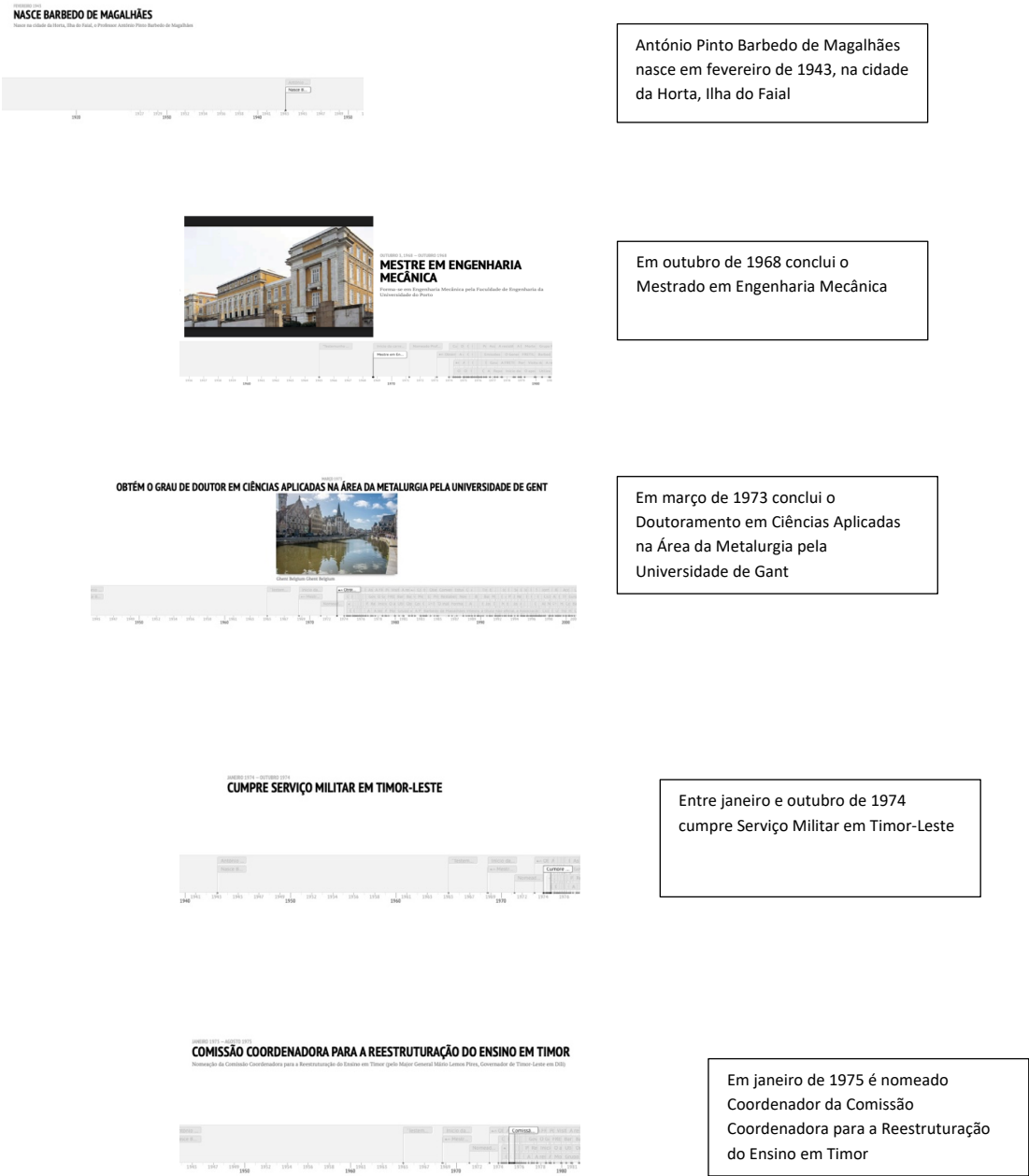
Participei como consultor do Professor Barbedo nas Jornadas de Timor da Universidade do Porto, e estive com o Professor Barbedo na expedição do Lusitânia Expresso - organizada pelo Doutor Rui Marques e muitos jovens das universidades portuguesas e de vários países do mundo – que tentou chegar a Timor.

A dada altura, surge a Associação 12 de Novembro, onde cheguei a ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Geral”.

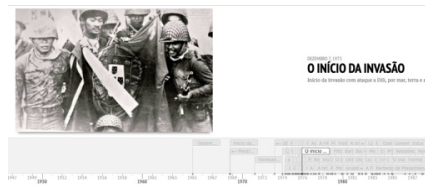
Porto, novembro de 2022

Anexo 4

Timeline António Pinto Barbedo de Magalhães<sup>45</sup>



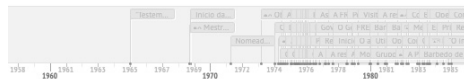
45  
Disponível em  
[https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=196OPiIMOhYgfSNXxZXZxxZgZU0JbE1Kc5kz2jgtDuWs&font=Default&lang=pt&initial\\_zoom=2&height=650](https://cdn.knightlab.com/libs/timeline3/latest/embed/index.html?source=196OPiIMOhYgfSNXxZXZxxZgZU0JbE1Kc5kz2jgtDuWs&font=Default&lang=pt&initial_zoom=2&height=650)



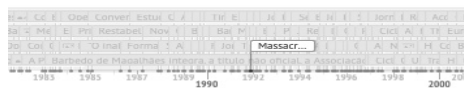
A 7 de dezembro de 1975 dá-se o início da invasão com ataque a Díli



Entre 1989 e 1997 promove as Jornadas de Timor da Universidade do Porto



## NOVEMBRO 12, 1991 MASSACRE DE SANTA CRUZ



A 12 de novembro de 1991 dá-se o Massacre de Santa Cruz



A 20 de novembro de 1992 é detido Xanana Gusmão



## AGOSTO 30, 1999 CONSULTA POPULAR



A 30 de agosto de 1999 decorre a consulta popular

## **Anexo 5**

### **Declarações de Consentimento Informado**



## CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ENTREVISTA

Por favor, leia atentamente as informações a seguir. Caso identifique alguma incorreção ou falta de clareza, sinta-se à vontade para solicitar esclarecimentos adicionais. Se estiver de acordo com a proposta apresentada, por favor, assine este documento.

**Título do estudo/projeto:** O acesso à informação sobre a Resistência e a Autodeterminação de Timor-Leste: contributos para um modelo a partir do "Centro de Documentação Professor Barbedo de Magalhães"

### Informação ao/à participante:

A entrevista em causa decorreu no âmbito de uma Tese de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, na **Universidade do Porto (UP)** e na **Universidade de Aveiro (UA)**.

Este projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SRFH/143266/2019.

A entrevista teve por objetivo aferir as relações estabelecidas pelo Professor Barbedo de Magalhães, no âmbito das suas ações desenvolvidas em prol de Timor-Leste.

Tratou-se de uma entrevista com participação estritamente voluntária e a informação obtida destina-se a ser utilizada apenas com esta finalidade.

A responsável do projeto é Sofia Elisabete Nogueira Costa, que se coloca ao dispor para o esclarecimento de qualquer questão. Email: [elisabeten.costa@gmail.com](mailto:elisabeten.costa@gmail.com), tlm: 918605350.

Manifesto desde já o agradecimento pela sua participação neste projeto e reitero a disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais.

### A responsável

*(Sofia Elisabete Nogueira Costa, aluna do 3º Ciclo em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais)*

Porto, 10/01/2026

Assinatura do responsável: Sofia Elisabete Nogueira Costa

**Consentimento do/a participante:**

**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela responsável, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre a presente entrevista e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceitei** nela participar.

Sim ☒ Não ☐

hnt (local), 10 / 01 / 2020 (data)

Nome completo: Isabel José Lopes Baptista

Assinatura: I. José Lopes Baptista

**SE NÃO FOR O PRÓPRIO A ASSINAR EM RAZÃO DA IDADE OU DE INCAPACIDADE**

(Cfr. artigos 7.º - "Participantes menores" - e 8.º - "Participantes maiores incapazes de prestar consentimento informado" - da Lei n.º 21/2014, de 16 de abril)

(Se o menor tiver capacidade de compreensão, nomeadamente se tiver idade entre 5 e 18 anos, deve também assinar o documento, em cima, exprimindo o seu assentimento)

Este documento é feito em duplicado:  
uma via para o/a investigador/a, outra para quem consente



## CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ENTREVISTA

Por favor, leia atentamente as informações a seguir. Caso identifique alguma incorreção ou falta de clareza, sinta-se à vontade para solicitar esclarecimentos adicionais. Se estiver de acordo com a proposta apresentada, por favor, assine este documento.

**Título do estudo/projeto:** O acesso à informação sobre a Resistência e a Autodeterminação de Timor-Leste: contributos para um modelo a partir do "Centro de Documentação Professor Barbedo de Magalhães"

### Informação ao/à participante:

A entrevista em causa decorreu no âmbito de uma Tese de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, na **Universidade do Porto (UP)** e na **Universidade de Aveiro (UA)**.

Este projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SRFH/143266/2019.

A entrevista teve por objetivo aferir as relações estabelecidas pelo Professor Barbedo de Magalhães, no âmbito das suas ações desenvolvidas em prol de Timor-Leste.

Tratou-se de uma entrevista com participação estritamente voluntária e a informação obtida destina-se a ser utilizada apenas com esta finalidade.

A responsável do projeto é Sofia Elisabete Nogueira Costa, que se coloca ao dispor para o esclarecimento de qualquer questão. Email: [elisabeten.costa@gmail.com](mailto:elisabeten.costa@gmail.com), tlm: 918605350.

Manifesto desde já o agradecimento pela sua participação neste projeto e reitero a disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais.

### A responsável

(Sofia Elisabete Nogueira Costa, aluna do 3º Ciclo em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais)

V. B. Novo do Galo, 14 / 01 / 2026

Assinatura do responsável: Sofia Elisabete Nogueira Costa

**Consentimento do/a participante:**

**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela responsável, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre a presente entrevista e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceitei** nela participar.

Sim ☒ Não ☐

Vila Nova gaia (local) 2026/01/14 (data)

Nome completo: Americo Assencão Alves Castanheira

Assinatura: AAAE

**SE NÃO FOR O PRÓPRIO A ASSINAR EM RAZÃO DA IDADE OU DE INCAPACIDADE**

(Cfr. artigos 7.º - "Participantes menores" - e 8.º - "Participantes maiores incapazes de prestar consentimento informado" - da Lei n.º 21/2014, de 16 de abril)

(Se o menor tiver capacidade de compreensão, nomeadamente se tiver idade entre 5 e 18 anos, deve também assinar o documento, em cima, exprimindo o seu assentimento)

Este documento é feito em duplicado:  
uma via para o/a investigador/a, outra para quem consente



## CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ENTREVISTA

Por favor, leia atentamente as informações a seguir. Caso identifique alguma incorreção ou falta de clareza, sinta-se à vontade para solicitar esclarecimentos adicionais. Se estiver de acordo com a proposta apresentada, por favor, assine este documento.

**Título do estudo/projeto:** O acesso à informação sobre a Resistência e a Autodeterminação de Timor-Leste: contributos para um modelo a partir do "Centro de Documentação Professor Barbedo de Magalhães"

### Informação ao/à participante:

A entrevista em causa decorreu no âmbito de uma Tese de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, na **Universidade do Porto (UP)** e na **Universidade de Aveiro (UA)**.

Este projeto é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com a referência SRFH/143266/2019.

A entrevista teve por objetivo aferir as relações estabelecidas pelo Professor Barbedo de Magalhães, no âmbito das suas ações desenvolvidas em prol de Timor-Leste.

Tratou-se de uma entrevista com participação estritamente voluntária e a informação obtida destina-se a ser utilizada apenas com esta finalidade.

A responsável do projeto é Sofia Elisabete Nogueira Costa, que se coloca ao dispor para o esclarecimento de qualquer questão. Email: [elisabeten.costa@gmail.com](mailto:elisabeten.costa@gmail.com), tlm: 918605350.

Manifesto desde já o agradecimento pela sua participação neste projeto e reitero a disponibilidade para quaisquer esclarecimentos adicionais.

### A responsável

*(Sofia Elisabete Nogueira Costa, aluna do 3º Ciclo em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais)*

Sermando, 13/01/2026

Assinatura do responsável: Sofia Elisabete Nogueira Costa

**Consentimento do/a participante:**

**Declaro** ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela responsável, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre a presente entrevista e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, pelo que **aceitei** nela participar.

Sim ☒ Não ☐

Lermondade, (local), 13/01/2026 (data)

Nome completo: Bernardino de Queiroz

Assinatura: [assinatura]

**SE NÃO FOR O PRÓPRIO A ASSINAR EM RAZÃO DA IDADE OU DE INCAPACIDADE**

(Cfr. artigos 7.º - "Participantes menores" - e 8.º - "Participantes maiores incapazes de prestar consentimento informado" - da Lei n.º 21/2014, de 16 de abril)

(Se o menor tiver capacidade de compreensão, nomeadamente se tiver idade entre 5 e 18 anos, deve também assinar o documento, em cima, exprimindo o seu assentimento)

Este documento é feito em duplicado:  
uma via para o/a investigador/a, outra para quem consente

